

JOGOS DE ESCALAS

A EXPERIÊNCIA DA MICROANÁLISE

Jacques Revel
organizador

tradução:
Dora Rocha



FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
EDITORA

ISBN — 85-225-0255-2

Copyright © Seuil/Gallimard, 1996

TÍTULO DO ORIGINAL: *Jeux d'échelles: la micro-analyse à l'expérience*

Direitos desta edição reservados à
EDITORA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Praia de Botafogo, 190 — 6º andar
12253-900 — Rio de Janeiro — Brasil
Tel: (021) 536-9110 — Fax: (021) 536-9155
e-mail: editora@fgv.br
http://www.fgv.br/publicacao

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

É vedada a reprodução total ou parcial desta obra

1ª edição — 1998

REVISÃO DE ORIGINAIS: Maria Lucia Leão Velloso de Magalhães
EDITORAÇÃO ELETRÔNICA: Denilza da Silva Oliveira, Jayr Ferreira Vaz,
Marilza Azevedo Barboza e Simone Ranna
REVISÃO: Aleidias de Beltran e Mauro Pinto de Faria
PRODUÇÃO GRÁFICA: Helio Lourenço Netto

CAPI: Inventum Design e Soluções Gráficas

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
Mario Henrique Simonsen/FGV

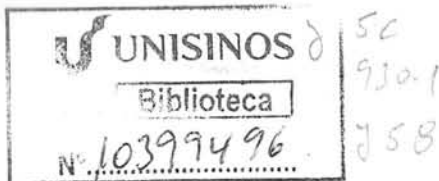
Jogos de escalas: a experiência da microanálise / Jacques Revel; organi-
zador; tradução Dora Rocha. — Rio de Janeiro: Editora Fundação
Getulio Vargas, 1998.

264p.

Tradução de: *Jeux d'échelles: la micro-analyse à l'expérience*

III. Historiografia. 2. Pesquisa histórica. I. Revel, Jacques. II. Funda-
ção Getulio Vargas.

CDD-907.2



Sumário

<i>Apresentação</i>	7
Jacques Revel	
<i>Microanálise e construção do social</i>	15
Jacques Revel	
<i>Da micro-história a uma antropologia crítica</i>	39
Alban Bensa	
<i>Sobre a escala na história</i>	77
Bernard Lepetit	
<i>O racionalismo posto à prova da análise</i>	103
Marc Abélès	
<i>Escala, pertinência, configuração</i>	121
Maurizio Gribaudi	
<i>Construir o "macro" pelo "micro": Fredrik Barth e a "microstoria"</i>	151
Paul-André Rosental	

<i>Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII</i>	173
Simona Cerutti	
<i>Comportamentos, recursos, processos: antes da "revolução" do consumo</i>	203
Giovanni Levi	
<i>A biografia como problema</i>	225
Sabina Loriga	
<i>Repensar a micro-história?</i>	251
Edoardo Grendi	

Apresentação

Este livro nasceu de um seminário. Em 1991, o Ministério da Pesquisa e Tecnologia francês tomou a iniciativa de organizar um encontro que deveria reunir (entre outros) historiadores e antropólogos em torno de um tema bastante vasto: "Antropologia contemporânea e antropologia histórica". A idéia não era exatamente original. Ao longo dos anos 70 e 80, encontros desse tipo haviam sido freqüentes. As questões e os métodos de trabalho dos etnólogos exerciam um fascínio duradouro sobre os historiadores, como no passado o haviam feito os dos geógrafos e a seguir dos economistas: a afirmação da etnologia histórica foi o resultado desse investimento e de uma tentativa de hibridação que *a posteriori* parece menos homogênea, talvez, do que parecia aos protagonistas da aventura. A união disciplinar que se operou então abrangiu muitas coisas, freqüentemente heterogêneas, às vezes contraditórias, experiências de pesquisa genuínas e também falsas novidades. Não cabe aqui fazer seu balanço, que seria aliás prematuro. Que o julgamento a respeito seja positivo ou decididamente negativo — como recentemente tivemos o exemplo —, ninguém pode negar que boa parte da renovação das interrogações e dos objetos dos historiadores foi, para o bem ou para o mal, fruto dessa união que até hoje não parou de produzir efeitos. O movimento foi particularmente sensível na França, mas é largamente atestado na historiografia internacional, onde apresenta os mesmos traços característicos: uma notável generosidade intelectual guiada por uma sensibilidade difusa, um quadro de referências teóricas bastante flexível, uma prática muitas vezes selvagem do empréstimo conceitual. Seria exagero pretender que ao novo interesse dos historiadores correspondeu um entusiasmo comparável da parte dos antropólogos. O momento estruturalista (e, singularmente, a obra imponente de Claude Lévi-Strauss) havia feito de sua disciplina um modelo e uma espécie de potência dominante no seio das ciências sociais. A antropologia podia portanto se sentir tentada a se bastar a si mesma e, em todo caso, não estava particularmente

inclinada a se abrir a uma perspectiva histórica. Mas qualquer generalização seria abusiva. Enquanto ideologia científica prescritiva, o estruturalismo começou a recuar já a partir do meado da década de 70. Ele não tinha aliás impedido que se desenvolvessem experiências de pesquisa decididas a levar em conta a dimensão do tempo social: basta pensar nos trabalhos, em tudo mais tão diferentes, de Jean-Pierre Vernant ou de Marcel Detienne sobre o mundo grego, de Emmanuel Terray sobre os reinos africanos. Os exemplos seriam bem mais numerosos no mundo anglo-saxão: a obra de Marshall Sahlins pode servir de emblema a essa abertura, que ela, aliás, ajudou a moldar em profundidade neste último quarto de século.

Antropólogos e historiadores adquiriram portanto o hábito de se ler e de se encontrar, às vezes em torno de projetos definidos em comum, em geral para fazer o balanço de uma confrontação que nunca chegou a uma verdadeira estabilização (nem, reconheçamos, procurou chegar a uma codificação um pouco mais rigorosa: poderemos ver aí, se quisermos, um sinal do empirismo obstinado da corporação dos historiadores). O encontro que nos foi proposto em 1991 poderia por conseguinte não passar de uma versão a mais de uma peça várias vezes encenada. Se foi mais que isso, é sem dúvida a seus organizadores, Yves Duroux e Marcel Detienne, que é preciso agradecer. A fórmula que eles imaginaram pretendeu claramente fugir dos balanços e avaliações em benefício de uma dimensão nitidamente problemática. A idéia era recuperar uma série de pontos e de questões em torno dos quais as duas disciplinas — e, mais amplamente, o conjunto das ciências sociais — pareciam redefinir suas interrogações e suas apostas, pôr à prova suas certezas mais arraigadas, experimentar fórmulas inéditas. Três temas nos foram propostos. O primeiro referia-se a “Os regimes de historicidade e os modelos de temporalidade”; o segundo intitulava-se “Micro-história e microsocial”; o terceiro refletia preocupações recentes com “O espaço público e os lugares do político”. Aos conferencistas contactados, foi sugerido que preparassem o encontro por meio de um trabalho de reflexão conjunta cuja fórmula era deixada a seu critério e cujos resultados provisórios circulariam sob a forma de *papers* entre os participantes; estes, por sua vez, seriam convidados a comentar e a criticar esses textos.¹ A regra do jogo era, como se pode ver, a um tempo clara e flexível. A coordenação do segundo tema foi confiada a um antropólogo, Gérard

¹ Seis boletins publicados pelo Ministério da Pesquisa e Tecnologia permitiram em 1992 a divulgação e a discussão desse trabalho preparatório. Eles continham as primeiras versões de vários dos textos que estão reunidos neste livro, bem como as reações, variadas e argumentadas, de uma rede internacional de antropólogos, historiadores e sociólogos. O encontro propriamente dito se realizou no Centre Interdisciplinaire de la Vieille Charité (École des Hautes Études en Sciences Sociales), em Marselha, em setembro de 1992.

Althabe, e ao historiador que assina estas linhas. De comum acordo, decidimos então dar à reflexão a forma de um seminário fechado na École des Hautes Études en Sciences Sociales.² Os textos que se seguem são o resultado coletivo do trabalho que então se realizou.

“Micro-história e microsocial”: o título do tema que nos foi sugerido remetia claramente à proposição historiográfica elaborada e principalmente posta em prática por um pequeno grupo de pesquisadores italianos no final dos anos 70 e na década de 80. Poder-se-á dimensioná-lo melhor após a leitura deste livro: a *microstoria* desempenhou um papel decisivo, que tentaremos examinar mais de perto. É preciso, contudo, evitar dar a *posteriori* uma versão da *microstoria* simplificada e demasiado unívoca, e isso devido a pelo menos três razões. Primeiro, porque na Itália (e fora dela), as teses dos micro-historiadores tiveram, até muito recentemente, uma acolhida parcimoniosa e reservada, muitas vezes francamente hostil, que hoje se tende a esquecer. Depois porque, até a tradução para o francês do grande livro de Giovanni Levi, *L'eredità immateriale*, em 1989,³ a temática micro-histórica esteve praticamente ausente do debate na França; em todo caso, os poucos textos que circularam antes disso não tiveram repercussão sensível. Essa surdez seletiva se explica enfim pela ausência, praticamente, de um programa unificado e articulado que desde o início desse à micro-história o estatuto de uma proposição alternativa e a legitimidade de uma escola. Explicando melhor: a micro-história não procurou nenhum desses títulos; foi antes uma experiência de trabalho, feita por historiadores que se aproximaram em função de sua sensibilidade e trajetória, mas cujos projetos, áreas e referências teóricas podiam ser muito diferentes.⁴ Seria portanto falacioso conferir-lhes, passados alguns anos, uma força e uma coerência que eles não tiveram. Melhor seria, a meu ver, nos perguntarmos por que esses trabalhos, afinal distintos e durante tanto tempo desconhecidos, num determinado momento foram aceitos e começaram a produzir efeitos. Era essa, afinal de contas, a questão sobre a qual fomos convidados a refletir.

² Esse seminário reuniu regularmente M. Abélès, G. Althabe, A. Bensa, S. Cerutti, M. Gribaudi, B. Lepetit, G. Levi, S. Loriga e J. Revel, aos quais se juntaram, no final do percurso, P.-A. Rosental e M. Sinarellis. Agradecemos aos organizadores do encontro de Marselha, e especialmente a J.-P. Olivier de Sardan, pelo apoio material que generosamente deram à nossa iniciativa.

³ G. Levi, *L'eredità immateriale. Carriera di un esorcista nel Piemonte del Seicento* (Torino, 1985); trad. fr., *Le pouvoir au village. La carrière d'un exorciste dans le Piémont du XVII^e siècle* (Paris, 1989).

⁴ O artigo de E. Grendi que escolhemos para acrescentar a este dossiê tem, entre outros méritos, o de mostrar essa diversidade e as clivagens que separaram as diferentes práticas da micro-história.

Essa questão parece ser bastante pertinente, ainda mais porque a aventura dos micro-historiadores não foi isolada. A partir do fim da década de 70, várias experiências caminharam paralelamente — e às vezes ignorando-se umas às outras. Elas não devem ser confundidas. Suas premissas e seus caminhos foram por vezes muito diferentes, e alguns de seus considerandos foram contraditórios: basta pensar na *Alltagsgeschichte*, a história da vida cotidiana (seria melhor traduzir: a história da experiência cotidiana) na Alemanha;⁵ nas múltiplas tentativas de emparelhar a história e a antropologia de que falávamos acima e, mais particularmente, no fascínio que exerceram sobre um bom número de pesquisadores em todo o mundo a antropologia interpretativa e a *thick description* de Clifford Geertz; basta lembrar enfim a reflexão crítica sobre a concepção e os métodos da história social esboçada pelos *Annales* nos últimos anos. Evitemos, mais uma vez, dar a essas proposições mais unidade do que elas tiveram: quaisquer que sejam o nível de suas exigências e o rigor de sua formulação, elas foram contemporâneas de um tempo de anarquia epistemológica do qual talvez mal estejamos começando a sair. Elas compartilham, ainda assim, um certo número de traços característicos. Todas guardam uma distância crítica em relação à abordagem macrosocial que, sob modalidades diversas e muitas vezes tacitamente, por muito tempo dominou a pesquisa em história e em ciências sociais; todas se esforçam para dar à experiência dos atores sociais (o “cotidiano” dos historiadores alemães, o “vívido” de seus homólogos italianos) uma significação e uma importância frente ao jogo das estruturas e à eficácia dos processos sociais maciços, anônimos, inconscientes, que por muito tempo pareceram ser os únicos a chamar a atenção dos pesquisadores. De modo mais amplo, todas vieram nos convidar a rever convicções estabelecidas sobre a construção do social tal como a pensam as disciplinas que se atribuem como tarefa estudá-la. Vasto programa, executado com certa desordem, e que só progressivamente definiu seus próprios caminhos. Ele já conseguiu, porém, derrubar algumas certezas, e até mesmo substituí-las por novas. Que não se pode mais, hoje, explicar a industrialização ou a urbanização, ou ainda a mobilidade geográfica ou social como fenômenos englobantes que imporiam sua lógica própria aos comportamentos dos indivíduos e dos grupos, é provavelmente uma afirmação que não choca mais ninguém. Que a identidade de uma coletividade, de uma profissão ou de uma classe não pode mais ser considerada evidente por si só ou não pode mais ser definida apenas com base na descrição estatística de propriedades comuns,

⁵ Encontra-se hoje disponível em francês uma coletânea de textos representativos desse movimento historiográfico: Alf Lütke (ed.), *Histoire du quotidien* (trad. fr., Paris, 1994). Um excelente estudo, ainda inédito, lhe foi dedicado por M. Lepetit: *L'Alltagsgeschichte: sa genèse et ses enjeux* (Paris, Université de Paris-I, 1994, dissertação de mestrado).

independentemente das trajetórias e da experiência social dos membros que a compõem, também é outra afirmação que parece indiscutível — mesmo que permaneça em aberto o problema de saber como articular de maneira rigorosa a relação entre a experiência singular e a ação coletiva. As tentativas que apresentamos aqui podem portanto ser entendidas antes de mais nada como sintomas de uma insatisfação diante do desgaste de paradigmas científicos que inspiraram grandes painéis da pesquisa em ciências sociais a partir do fim do século XIX e que de modo geral privilegiavam enfoques de tipo macroanalítico. A opção por uma abordagem microanalítica apresentou-se portanto como um experimento alternativo.

Que aconteceria se convencionássemos mudar a objetiva, aumentando o objeto da observação? A aposta era que apareceria uma outra trama, uma outra organização do social. Mas isso não era evidente para todos. Aliás, não faltaram críticas acusando as microanálises de ceder à moda do *small is beautiful*, quando não à tentação de um novo irracionalismo; acusando-as, entre outros gracejos, de se trancar voluntariamente dentro de um “armário de vassouras” ou, pior ainda, de “dar um microfone às formigas”. Deixemos registradas as zombarias. Por mais excessivas que sejam em suas formulações, elas traduzem uma forte reticência em relação a estratégias de pesquisa que vieram se contrapor a uma tradição científica poderosa, articulada, e que, não devemos esquecer, mostrou ser de excepcional fecundidade. A abordagem microanalítica colocou em questão convicções que eram fortes exatamente porque tinham as vantagens da evidência e da simplicidade. Como, por exemplo, a convicção de que a importância de um fenômeno é, de certa maneira, proporcional às suas dimensões. Raymond Queneau forneceu uma ilustração divertida dessa crença no diálogo que, em *Les fleurs bleues*, põe frente a frente o duque d’Auge, de partida para a guerra, e seu capelão:

O duque d’Auge esfregou as mãos, manifestando todos os sinais da mais viva satisfação; depois, bruscamente, assumiu uma expressão preocupada. — E essa história universal, sobre a qual te interroguei já faz um bom tempo? Continuo esperando tua resposta.

— Que desejais saber exatamente?

— O que pensas da história universal em geral e da história geral em particular. Fala, estou escutando.

— Estou muito cansado — disse o capelão.

— Descansarás depois. Dize-me: o Concílio de Basiléia é história universal?

— É... História universal em geral.

— E os meus canhões?

— História geral em particular.

— E o casamento de minhas filhas?

— Apenas história factual. Micro-história, no máximo.

— Quê? — bradou o duque d'Auge. — Que diabo de língua é essa? Será hoje o teu Pentecostes?

— Perdão, senhor. É o cansaço. E o nervosismo. Essas balas de canhão são terríveis: diabólica invenção!⁶

Como o capelão Onésiphore, todos compartilhamos espontaneamente a convicção de que existe uma grande e uma pequena história que se opõem em função de uma hierarquia de importância. Essa hierarquia foi, durante muito tempo, a dos reis e dos grandes generais; mais recentemente, tornou-se a das massas e dos processos anônimos que governariam a vida dos homens. Aceitamos também de bom grado a idéia de que a grandes efeitos correspondem necessariamente grandes causas. Sofisticados ou simplificados, os modelos explicativos utilizados a um tempo pelas ciências sociais e pelo senso comum remetem mais ou menos a essa evidência. Ora, é ela que, de diversos lados, está hoje sendo posta em questão. Não é certo que as teorias do caos, cujo sucesso contemporâneo conhecemos, sejam de grande utilidade para o historiador praticante — mesmo que elas tenham ao menos o mérito de chamar sua atenção para a importância e a complexidade dos processos não-lineares. Mas é nesse ponto que a reconsideração da experiência dos atores sociais adquire toda a sua significação. Ela foi durante muito tempo ignorada porque era considerada inessencial. Isso não acontece mais hoje em dia. A maioria das historiografias ocidentais passou a se empenhar em devolver seu lugar àqueles que não deixaram nem nome nem vestígio visível, e a célebre (e tantas vezes invocada) apóstrofe de Brecht, “Quem construiu Tebas das sete portas?”, poderia servir de exergo a esse vasto esforço para escrever uma história “vista de baixo”. Um tal projeto pode contudo ser concebido em termos muito diferentes. Ele pode — e terá sido esse o caminho com maior frequência adotado — ser pensado como uma tentativa de apreender conjuntos, de caracterizar comportamentos globais e médios. Ele pode também — e é essa a preocupação que compartilham essas novas abordagens — se atribuir como tarefa explicar a lógica da significação dessas experiências em sua singularidade. Não para ceder novamente à vertigem do individual, quando não do excepcional, mas com a convicção de que essas vidas minúsculas também participam, à sua maneira, da “grande” história da qual elas dão uma versão diferente, distinta, complexa. O problema aqui não é tanto opor um alto e um baixo, os grandes e os pequenos, e sim reconhecer que uma realidade social não é a mesma dependendo do nível de análise — ou, como muitas vezes se dirá neste livro, da escala de obser-

⁶ R. Queneau, *Les fleurs bleues* (Paris, 1965), p. 84-5.

vação — em que escolhemos nos situar. Fenômenos maciços, que estamos habituados a pensar em termos globais, como o crescimento do Estado, a formação da sociedade industrial, podem ser lidos em termos completamente diferentes se tentamos apreendê-los por intermédio das estratégias individuais, das trajetórias biográficas, individuais ou familiares, dos homens que foram postos diante deles. Eles não se tornam por isso menos importantes. Mas são construídos de maneira diferente.

Não surpreende que alguns historiadores tenham esbarrado nesse ponto com a reflexão dos antropólogos. O trabalho de campo, ao menos como o imaginamos de fora, não é uma ilustração exemplar da abordagem que os primeiros tentavam definir? Ele consiste, afinal de contas, em levar a sério migalhas de informações e em tentar compreender de que maneira este detalhe individual, aqueles retalhos de experiências dão acesso a lógicas sociais e simbólicas que são as lógicas do grupo, ou mesmo de conjuntos muito maiores. Era essa em todo caso a visão que os historiadores do nosso grupo, leitores atentos dos etnólogos, tinham do trabalho destes. As coisas se revelaram um pouco menos simples, e nós descobrimos, ao longo deste trabalho conjunto, que as preocupações dos nossos parceiros cruzavam com as nossas (o que não significa que fossem exatamente as mesmas nem que fossem simétricas). A decisão de dar espaço à historicidade das configurações estudadas — a dos atores, a das situações relacionais, a dos enunciados — sem dúvida alguma foi determinante nessa aproximação. Não só porque falava de história para historiadores. Mais importante, sem dúvida, foi, vindo de uma disciplina que hoje tira legitimamente boa parte de seu prestígio de sua capacidade de formalização e de generalização, a preocupação de refletir também em outros termos que não os de uma totalização implícita; de privilegiar a experiência dos atores reconstruindo em torno dela o contexto (ou antes os contextos) que lhe dá sentido e forma. Aqui também, a escolha não é alternativa entre uma abordagem que privilegia a identificação de sistemas simbólicos gerais, quando não universais, e uma outra que tentaria perceber o que acontece no processo inacabado de uma história. Mas é bom reconhecer que as duas operações induzem construções diferentes do social.

Os textos que se seguem podem portanto ser considerados variações sobre esses temas. Todos são assinados por um autor, mas todos foram discutidos em conjunto. Tratam de objetos bastante diversos mas todos, acredito, compartilham a mesma preocupação com a experimentação: que acontece na hipótese de modificarmos as condições da observação e da análise que elas tornam possível? Todos também apostam na complexidade, levados pela convicção de que o caráter intensivo do método microanalítico tem como mérito principal ajudar-nos a perceber melhor o embaralhamento das lógicas sociais, a resistir melhor, também, à tentação de uma reificação das ações e das relações assim como das categorias que nos permitem pensá-las. Não se

deduzirá daí que aqueles que aceitaram tentar juntos esta experiência estão de acordo em tudo, muito longe disso. Sua cultura disciplinar, seus instrumentos técnicos, suas maneiras de trabalhar não são as mesmas, e esse, aliás, era um dos interesses da confrontação. Mas há mais. Será possível percebê-lo após a leitura destas páginas: duas posições essenciais se esboçam entre nós no que respeita às relações entre as abordagens micro e macroanalítica. A primeira, que é a do signatário destas linhas (e também a de M. Abélès, de A. Bensa, de B. Lepetit), vê no princípio da variação de escala um recurso de excepcional fecundidade, porque possibilita que se construam objetos complexos e portanto que se leve em consideração a estrutura folheada do social. Ela afirma ao mesmo tempo que nenhuma escala tem privilégio sobre outra, já que é o seu cotejo que traz o maior benefício analítico. A segunda posição, que é ilustrada pelos textos de M. Gribaudi, de S. Cerutti, de P.-A. Rosental, e que encontra sua inspiração especialmente na obra do antropólogo F. Barth, pode ser chamada de fundamentalista (por oposição à primeira, que seria relativista). Ela afirma que, na produção das formas e das relações sociais, o "micro" engendra o "macro" e defende portanto um privilégio absoluto do primeiro, já que é nesse nível que, a seu ver, "operam os processos causais eficientes". Há aí um debate de fundo que nada tem de teológico e não está aliás estabilizado. De nada serviria endurecê-lo, mas seria vão pretender ignorá-lo. A fecundidade de cada uma dessas proposições permitirá talvez algum dia separá-las; com toda certeza, o trabalho de pesquisa tornará possível reformular suas problemáticas. De imediato, pareceu-nos útil deixar o desacordo aberto e submetê-lo àqueles que se dispuserem a nos conceder sua atenção. É uma maneira de marcar que este livro é, como pretendia ser, produto de uma reflexão em curso e tanto propõe perguntas quanto respostas.

Jacques Revel

Jacques Revel

Microanálise e construção do social

1. A abordagem micro-histórica tornou-se, nestes últimos anos, um dos lugares importantes do debate epistemológico entre os historiadores. Feita esta afirmação, convém desde logo limitar seu alcance e dizer que esse debate permaneceu concentrado no interior de um número relativamente restrito de grupos, de instituições e de programas de pesquisa (cujo mapeamento seria aliás interessante realizar). É preciso reconhecer, além disso, que a interpretação e a problemática da opção micro-histórica não foram concebidas em toda parte em termos homólogos, longe disso. Para ficarmos apenas em um exemplo, podemos confrontar e contrapor a recepção americana e a versão francesa do debate. A primeira baseia-se no "paradigma indiciário" proposto por Carlo Ginzburg e definiu-se em grande medida como um comentário da obra deste.¹ A segunda entende a micro-história como uma interrogação sobre a história social e a construção de seus objetos.² Essas modulações particulares do tema micro-histórico já estão na verdade presentes nos trabalhos dos historiadores italianos, que foram os primeiros a

¹ Carlo Ginzburg, Signes, traces, pistes. Racines d'un paradigme de l'indice, *Le Débat*, 63-44, 1980 (1 ed.: Turim, 1979) [N. do T.: trad. bras.: Sinais. Raízes de um paradigma indiciário, in *Mitos, emblemas, sinais. Morfologia e história*. São Paulo, Cia. das Letras, 1989]. Um bom exemplo recente dessa recepção americana é a introdução de Edward Muir, *Observing trifles, à coletânea organizada por Edward Muir e Guido Ruggiero, Microhistory and the lost peoples of Europe* (Baltimore-London, Johns Hopkins University Press, 1991), p. VII-XXVIII.

² Remeto à apresentação que, sob o título *L'histoire au ras du sol*, fiz para a tradução francesa do livro de Giovanni Levi, *Le pouvoir au village. Histoire d'un exorciste dans le Piémont du XVII siècle* (Paris, Gallimard, 1989), p. I-XXXIII (1 ed.: Turim, 1985); ver também o editorial coletivo da redação dos *Annales*, *Tentons l'expérience, Annales ESC*, 44(6):1317-23, 1989.

tentar a experiência da abordagem, ainda que tenham sido enfatizadas em suas reformulações posteriores. Elas não são gratuitas, nem indiferentes. Cada uma delas remete a uma configuração historiográfica específica dentro da qual o tema funcionou como um revelador. Não cabe aqui fazer seu levantamento e análise, mas convém reconhecer que as páginas que se seguem apresentam apenas uma das versões possíveis do debate atualmente em curso.

A diversidade das leituras propostas remete sem dúvida à dos contextos de recepção. Mas deve ser relacionada também às características do próprio projeto micro-histórico. Trata-se de um projeto que nasceu recentemente, no decorrer dos anos 70, de um conjunto de questões e de proposições formuladas por um pequeno grupo de historiadores italianos envolvidos em empreendimentos comuns (uma revista, *Quaderni Storici*; a partir de 1980, uma coleção dirigida por C. Ginzburg e G. Levi na Editora Einaudi intitulada *Microstorie*), mas cujas pesquisas pessoais podiam ser muito diferentes entre si. Foi do confronto entre essas experiências heterogêneas de pesquisa, de uma reflexão crítica sobre a produção histórica contemporânea, de uma gama bastante aberta de leituras (antropológicas principalmente, mas também em áreas mais inesperadas, como a da história da arte, por exemplo), que pouco a pouco emergiram formulações (interrogações, uma temática, sugestões) comuns. O caráter extremamente empírico da abordagem explica que mal exista um texto fundador, um mapa teórico da micro-história.³ É que ela não constitui um corpo de proposições unificadas, nem uma escola, menos ainda uma disciplina autônoma, como muitas vezes se quis crer. Ela é inseparável de uma prática de historiadores, dos obstáculos e das incertezas enfrentados ao longo de caminhos aliás muito diversos, em suma, de uma experiência de pesquisa. Esse primado da prática está provavelmente ligado às preferências instintivas de uma disciplina que de modo geral desconfia das formulações gerais e da abstração. Mas, para além desses hábitos profissionais, podemos reconhecer aí uma opção voluntarista: a micro-história nasceu como uma reação, como uma tomada de posição frente a um certo estado da história social, da qual ela sugere reformular concepções, exigências e procedimentos. Ela pode ter, nesse ponto, valor de sintoma historiográfico.

³ Giovanni Levi, *On microhistory*, in Peter Burke (ed.), *New perspectives on historical writing* (Oxford, Polity Press, 1992), p. 93-113 [N. do T.: trad. bras.: *Sobre a micro-história*, in Peter Burke (org.), *A escrita da história: novas perspectivas*, São Paulo, Unesp, 1992]. O texto de C. Ginzburg, *Sinais. Raízes de um paradigma indiciário*, citado na nota 1, sem dúvida teve a ambição de fundar um novo paradigma histórico. Alcançou grande repercussão e teve ampla circulação internacional. Não acho, contudo, que permita explicar a produção micro-histórica que se seguiu à sua publicação.

2. Uma das versões dominantes — mas não a única — da história social é a que se definiu na França — e a seguir mais amplamente fora dela — em torno dos *Annales*. Sua formulação não foi constante nestes últimos 60 anos. Apesar de tudo, ela apresenta um certo número de traços relativamente estáveis, que temos todas as razões para relacionar com o programa crítico que, um quarto de século antes do nascimento dos *Annales*, o durkheimiano François Simiand elaborou para uso dos historiadores.⁴ Simiand relembra a estes últimos as regras do método sociológico, destinado, segundo ele, a reger uma ciência social unificada e da qual as diferentes disciplinas apenas proporiam modalidades particulares. Os historiadores deveriam, dali em diante, se afastar do único, do acidental (o indivíduo, o acontecimento, o caso singular), para investir na única coisa que poderia tornar-se objeto de um estudo científico: o repetitivo e suas variações, as regularidades observáveis a partir das quais seria possível induzir leis. Essa opção inicial, largamente retomada pelos fundadores dos *Annales* e depois por seus sucessores, nos faz compreender as características originais da história social à francesa: o privilégio dado ao estudo dos agregados mais maciços possíveis; a prioridade concedida à medida na análise dos fenômenos sociais; a escolha de uma duração suficientemente longa para tornar observáveis transformações globais (com, como corolário, a análise de temporalidades diferenciais). Dessas exigências básicas decorria um certo número de conseqüências que marcaram de modo duradouro os procedimentos adotados. A opção pela série e pelo número requeria a invenção de fontes adequadas (ou o tratamento *ad hoc* de fontes tradicionais), mas também a definição de indicadores simples ou simplificados que serviriam para abstrair do documento de arquivo um número limitado de propriedades, de traços particulares, dos quais se assumia a tarefa de acompanhar as variações no tempo: dos preços ou dos rendimentos a princípio, depois dos níveis de fortuna, das distribuições profissionais; dos nascimentos, dos casamentos, das mortes; das assinaturas, dos títulos de obras ou dos gêneros editoriais, das manifestações de devoção etc. Tornava-se agora possível estudar as evoluções particulares desses indícios; mas também, e principalmente, como Simiand tinha feito com o salário e depois, em 1933, Ernest Labrousse fez na *Esquisse*, podia-se fazê-los entrar na constituição de modelos mais ou menos complexos.

De Simiand e dos durkheimianos, Bloch, Febvre e, na geração seguinte, Labrousse ou Braudel conservaram também uma espécie de volun-

⁴ François Simiand, *Méthode historique en science sociale*, *Revue de Synthèse Historique*, 1903; sobre a importância da matriz durkheimiana nas origens dos *Annales*, cf. J. Revel, *Histoire et sciences sociales. Les paradigmes des Annales*, *Annales ESC*, 34(6):1.360-76, 1979.

tarismo científico: a convicção de que não existe objeto a não ser construído segundo procedimentos explícitos, em função de uma hipótese submetida a uma validação empírica. Essas regras metodológicas elementares, com o passar do tempo, deram a impressão de às vezes estarem sendo perdidas de vista. Sem dúvida, os métodos de trabalho se tornaram cada vez mais sofisticados. Mas, provavelmente devido à própria dinâmica da pesquisa, seu estatuto de experimentação foi muitas vezes esquecido. Os objetos que o historiador se atribuía eram hipóteses sobre a realidade, mas tendeu-se cada vez mais a tomá-los como coisas. Esse desvio, em certos casos, começou muito cedo.⁵ Algumas vezes ele foi denunciado, a propósito da história dos preços, do uso das unidades espaciais de observação, das categorias socioprofissionais, mas sem que essas advertências bastassem para deter a tendência geral. Notemos também que esses métodos de pesquisa se inscreviam globalmente numa perspectiva macro-histórica que eles não explicavam nem testavam. Ou, mais exatamente, eles consideravam que a escala de observação não constituía uma das variáveis da experimentação porque supunham, ao menos tacitamente, uma continuidade de fato do social que autorizava a justapor resultados cujo arranjo não parecia constituir problema: a paróquia, o conjunto regional ou o departamento, a cidade ou a profissão pareciam assim poder servir de quadros neutros, aceitos tal como eram recebidos, para a acumulação de dados.⁶

Esse modelo de história social entrou em crise no final dos anos 70 e início dos 80, ou seja, por uma estranha ironia, no momento em que parecia mais triunfante, em que seus resultados se impunham muito além das fronteiras da profissão e em que o "território do historiador" parecia poder se alargar indefinidamente. O que quer dizer que o sentimento da crise só se insinuou muito lentamente, e não é certo que hoje seja majoritário entre os historiadores. Digamos, mais modestamente, que foi naquele momento que a crítica do modelo dominante se tornou mais insistente (mesmo que muitas vezes tenha sido feita de maneira desordenada). Várias ordens de razões contribuíram para esse exame crítico. Enquanto a informática tornava possível o registro, o armazenamento e o tratamento de dados consideravel-

⁵ Cf. Jean-Yves Grenier & Bernard Lepetit, *L'expérience historique. À propos de C. E. Labrousse*, *Annales ESC*, 44(6):1.337-60, 1989.

⁶ Cf. as reflexões extremamente lúcidas de Jacques Rougerie, *Faut-il départementaliser l'histoire de France?* *Annales ESC*, 21(1):178-93, 1966; e de Christophe Charle, *Histoire professionnelle, histoire sociale? Les médecins de l'Ouest au XIX^e siècle*, *Annales ESC*, 34(4):787-94, 1979. No mesmo sentido, ver também o debate que se travou no meado dos anos 70 sobre a natureza do fato urbano em torno da tese de Jean-Claude Perrot, *Genèse d'une ville moderne: Caen au XVIII^e siècle* (Paris-La Haye, Mouton, 1975).

mente mais maciços que no passado, impôs-se a muitos o sentimento de que os questionários não haviam sido renovados no mesmo ritmo e de que as grandes pesquisas quantitativas estavam dali em diante ameaçadas de rendimentos decrescentes. Ao mesmo tempo, a afirmação de especializações mais marcadas tendia a fechar, a partir de dentro, um campo da pesquisa que se acreditava estivesse definitivamente aberto e unificado. Essa evolução fazia sentir seus efeitos tanto mais fortemente quanto, na mesma época, os grandes paradigmas que unificavam as ciências sociais (ou que, ao menos, lhes serviam de horizonte de referência) estavam sendo seriamente questionados, e com eles algumas das modalidades da troca interdisciplinar. A dúvida que nesses mesmos anos assaltou nossas sociedades, defrontadas com formas de crises que elas não conseguiam compreender e muitas vezes nem mesmo descrever, contribuiu sem dúvida para difundir a convicção de que o projeto de uma inteligibilidade global do social devia ser — ao menos provisoriamente — posto entre parênteses. Estamos aqui apenas sugerindo algumas direções de reflexão para uma análise que permanece inteira por fazer. Elas remetem a evoluções cujos pontos de partida podem ter sido muito diferentes, mas cujos efeitos caminham na mesma direção, e que evidentemente reagiram umas às outras. Todas juntas, e somadas a outras, elas sem dúvida contribuíram para pôr em questão as certezas de uma abordagem macrosocial que até então praticamente nunca tinha sido discutida. A proposição micro-histórica foi o sintoma dessa crise de confiança, ao mesmo tempo em que contribuía, de maneira crucial, para formulá-la e precisá-la.

3. A mudança da escala de análise é essencial para a definição da micro-história. É importante compreender bem sua significação e suas implicações. Os historiadores, assim como os antropólogos, costumam trabalhar com conjuntos circunscritos, de tamanho reduzido.⁷ Esses conjuntos não constituem "campos" (mesmo que, nos últimos 20 anos, o fascínio pela experiência etnológica se tenha manifestado de maneira insistente do lado da história). Mais prosaicamente, a monografia, forma privilegiada da pesquisa, está associada às condições e às regras profissionais de um trabalho: à exigência de uma coerência documental; à familiaridade que deve garantir o domí-

⁷ Seria interessante acompanhar paralelamente a formulação desses problemas na história e na antropologia, recuperando as defasagens de uma disciplina para a outra: cf. Christian Bromberger, *Du grand au petit. Variations des échelles et des objets d'analyse dans l'histoire récente de l'ethnologie de la France*, in I. Chiva & U. Jeggle (eds.), *Ethnologies en miroir. La France et les pays de langue allemande* (Paris, MSH, 1987), p. 67-94.

nio do objeto de análise; a uma representação do real que muitas vezes parece requerer a inscrição de um problema numa unidade “concreta”, tangível, visível. O espaço monográfico é habitualmente concebido como um espaço prático, aquele no qual se reúnem dados e se constroem provas (e no qual também é recomendável que se dêem provas da própria competência). Mas acredita-se que ele seja inerte — já se disse isso. Centenas de monografias, construídas a partir de um questionário geral, forneceram o embasamento da história social. O problema colocado por cada uma delas não era o da escala de observação, mas o da representatividade de cada amostra em relação ao conjunto no qual ela tendia a se integrar, assim como uma peça deve encontrar seu lugar num *puzzle*. Nenhuma dúvida fundamental, portanto, sobre a possibilidade de situar os resultados da pesquisa monográfica frente a uma média ou a um modo, numa tipologia etc.

A abordagem micro-histórica é profundamente diferente em suas intenções, assim como em seus procedimentos. Ela afirma em princípio que a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimentos. Variar a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama. Ou, para recorrer a um outro sistema de referências, mudar as escalas de representação em cartografia não consiste apenas em representar uma realidade constante em tamanho maior ou menor, e sim em transformar o conteúdo da representação (ou seja, a escolha daquilo que é representável). Notemos desde já que a dimensão “micro” não goza, nesse sentido, de nenhum privilégio especial. É o princípio da variação que conta, não a escolha de uma escala em particular.

Ocorre que o enfoque micro-histórico conheceu, nestes últimos anos, um sucesso especial. A conjuntura historiográfica que resumi brevemente acima permite compreendê-lo. O recurso à microanálise deve, em primeiro lugar, ser entendido como a expressão de um distanciamento do modelo comumente aceito, o de uma história social que desde a origem se inscreveu, explícita ou (cada vez mais) implicitamente, num espaço “macro”. Nesse sentido, ele permitiu romper com os hábitos adquiridos e tornou possível uma revisão crítica dos instrumentos e procedimentos da análise sócio-histórica. Mas, em segundo lugar, ele foi a figura historiográfica inteiramente prática por intermédio da qual uma atenção nova foi dispensada ao problema das escalas de análise na história (como um pouco antes tinha ocorrido na antropologia).⁸

⁸ Convém sublinhar aqui a importância que teve para vários micro-historiadores, além da influência da antropologia anglo-saxã, a reflexão de Fredrik Barth. Cf. F. Barth (ed.), *Scale and social organization* (Oslo-Bergen, Universitetsforlaget, 1978); *Process and form in social life* (London, Routledge & Kegan Paul, 1981).

4. Convém, neste ponto, refletir sobre os efeitos de conhecimento associados à (ou ao menos esperados da) passagem para a escala “micro”. Partamos de alguns dos raros textos programáticos que contribuíram para desenhar os contornos e as ambições do projeto micro-histórico. Num artigo publicado em 1977, E. Grendi observa que a história social dominante, tendo decidido organizar seus dados dentro das categorias que permitem sua agregação máxima (níveis de fortuna, profissões etc.), deixa escapar tudo o que diz respeito aos comportamentos e à experiência social, à constituição de identidades de grupos, e se proíbe, por força de seu próprio método de trabalho, de integrar dados os mais diversificados possíveis. A essa conduta, ele contrapõe a da antropologia (anglo-saxã, essencialmente), cuja originalidade reside, a seu ver, “menos na metodologia que na ênfase significativa que ela dá à abordagem holística dos comportamentos”.⁹ Deixemos de lado essa afirmação demasiado geral e contentemo-nos em registrar uma preocupação: a de desenvolver uma estratégia de pesquisa que não mais se basearia prioritariamente na medição de propriedades abstratas da realidade histórica mas que, ao contrário, procederia fixando-se como regra integrar e articular entre si o maior número dessas propriedades. Essa postura foi confirmada, dois anos depois, num texto um tanto provocador de C. Ginzburg e C. Poni¹⁰ que propõe fazer do “nome” — do nome próprio, ou seja, da marca mais individual, menos sujeita à repetição que existe — a baliza que permitiria construir uma modalidade nova de uma história social atenta aos indivíduos percebidos em suas relações com outros indivíduos. Pois a escolha do individual não é vista aqui como contraditória à do social: ela deve tornar possível uma abordagem diferente deste, ao acompanhar o fio de um destino particular — de um homem, de um grupo de homens — e, com ele, a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a meada das relações nas quais ele se inscreve. Os dois autores estão, aqui também, obnubilados pela “complexidade das relações sociais reconstruídas pelo antropólogo em seu trabalho de campo [que] contrasta com o caráter unilateral dos dados arquivísticos com os quais trabalha o historiador [...]”. Mas se o âmbito da pesquisa for suficientemente circunscrito, as séries documentais particulares podem so-

⁹ Edoardo Grendi, *Micro-analisi e storia sociale*, *Quaderni Storici*, 35:506-20, 1977; ver também, do mesmo autor, a apresentação de *Famiglia e comunità*, nº especial de *Quaderni Storici*, 33:881-91, 1976.

¹⁰ Carlo Ginzburg, Carlo Poni, *La micro-histoire*, *Le Débat*, 17:133-6, 1981 (trad. fr. parcial de *Il nome e il come*, *Mercato storiografico e scambio disuguale*, *Quaderni Storici*, 40:181-90, 1979) [N. do T.: trad. port.: *O nome e o como*, *Mercado historiográfico e troca desigual*, in Carlo Ginzburg, Enrico Castelnuovo & Carlo Poni, *A micro-história e outros ensaios*, Lisboa-Rio de Janeiro, Difel-Bertrand Brasil, 1989].

brepôr-se na duração como no espaço, permitindo-nos assim encontrar o mesmo indivíduo em contextos sociais diversos".¹¹ É no fundo o velho sonho de uma história total, mas dessa vez construída a partir de baixo, que Ginzburg e Poni reencontram. A seu ver, ela é inseparável de uma "reconstituição do vivido": a essa formulação um tanto frouxa e no fundo ambígua, podemos preferir o programa de uma análise das condições da experiência social, restituídas em sua máxima complexidade.

Não mais abstrair, mas, num primeiro momento, enriquecer o real, se assim se desejar, levando em consideração os aspectos mais diversificados da experiência social. É esse o procedimento que G. Levi, por exemplo, ilustra em seu livro *Le pouvoir au village*. Num universo restrito, ele recorre a uma técnica intensiva coletando "todos os acontecimentos biográficos de todos os habitantes da aldeia de Santena que deixaram um vestígio documental" durante um período de cerca de 50 anos no fim do século XVII e início do século XVIII. O projeto é fazer aparecerem, por trás da tendência geral mais visível, as estratégias sociais desenvolvidas pelos diferentes atores em função de sua posição e de seus recursos respectivos, individuais, familiares, de grupo etc. É verdade que, "com o tempo, todas as estratégias pessoais e familiares tendem, talvez, a parecer embotadas e a se fundir num resultado comum de equilíbrio relativo. Mas a participação de cada um na história geral, na formação e na modificação das estruturas de sustentação da realidade social, não pode ser avaliada apenas com base em resultados perceptíveis: no curso da vida de cada um, de uma maneira cíclica, nascem problemas, incertezas, escolhas, uma política da vida cotidiana que tem seu centro na utilização estratégica das regras sociais".¹² Numa localidade geograficamente próxima, mas histórica e historiograficamente muito afastada, a mesma orientação é proposta por M. Gribaudi para o estudo da formação da classe operária em Turim no início do século XX.¹³ Numa situação em que se insistia essencialmente numa comunidade de experiências (imigração urbana, trabalho, luta social, consciência política etc.) que constituiria a base da unidade, da identidade e da consciência da classe operária, o autor se restringiu a acompanhar itinerários individuais que fazem aparecer a multiplicidade das experiências, a pluralidade de seus contextos de referência, as contradições internas e externas das quais elas são portadoras. Ele as reconstrói a partir dos percursos geográficos e profissionais, dos comportamentos demográficos, das estratégias relacionais que acompanham a passagem

¹¹ Ibid., p. 134.

¹² G. Levi, *Le pouvoir au village*..., p. 12.

¹³ Maurizio Gribaudi, *Itinéraires ouvriers. Espaces et groupes sociaux à Turin au début du XX^e siècle* (Paris, EHESS, 1987).

do campo à cidade e à fábrica. Como muitos outros, Gribaudi partira da idéia de uma cultura operária homogênea ou, em todo caso, que homogeneizava os comportamentos. No meio do caminho (e especialmente ao recolher depoimentos orais sobre o passado familiar dos protagonistas da história que estudava), descobriu a diversidade das formas de ingresso e de vida na condição operária:

A idéia era ver por intermédio de que elementos cada uma das famílias da amostra tinha negociado seu próprio percurso e sua própria identidade social; que mecanismos tinham determinado a fluidez de uns e a estagnação de outros; por que modalidades se tinham modificado, muitas vezes drasticamente, as orientações e as estratégias de cada indivíduo. Em outras palavras, e colocando o problema do ponto de vista da condição operária, isso significava pesquisar os diferentes materiais com os quais se tinham construído as diversas experiências e fisionomias operárias e assim esclarecer as dinâmicas que tinham permitido tanto suas agregações quanto suas desagregações.¹⁴

Como se vê, a abordagem micro-histórica se propõe enriquecer a análise social tornando suas variáveis mais numerosas, mais complexas e também mais móveis. Mas esse individualismo metodológico tem limites, já que é de um conjunto social — ou melhor, de uma experiência coletiva — que é sempre preciso procurar definir as regras de constituição e de funcionamento.

5. Em sua versão "clássica", a história social foi majoritariamente concebida como uma história das entidades sociais: a comunidade de residência (aldeia, paróquia, cidade, bairro etc.), o grupo profissional, a ordem, a classe. Decerto podia-se discutir os contornos dessas entidades e, mais ainda, sua coerência e sua significação sócio-histórica, mas não se as colocava fundamentalmente em questão.¹⁵ Donde a impressão, ao percorrer o enorme capital de conhecimentos acumulado durante 30 ou 40 anos, de uma espécie de *déjà vu* e de inércia classificatória. De uma situação para outra as distribui-

¹⁴ Ibid., p. 25; mais uma vez, as referências invocadas pelo autor remetem à antropologia anglo-saxã, a E. Barth, já citado, e mais amplamente às análises interacionistas.

¹⁵ Lembremos o debate aberto nos anos 50 por E. Labrousse em torno do projeto de uma história comparada das burguesias européias, ou ainda a discussão, hoje bastante ultrapassada, entre E. Labrousse e R. Mousnier sobre "ordens e classes" nos anos 60.

ções variam, é claro, mas os personagens da peça quase não mudam. Será preciso um dia nos indagarmos sobre as razões, certamente múltiplas, que podem explicar esse movimento em direção à sociografia descritiva. Ele foi forte o bastante, em todo caso, para retardar por um bom tempo na França a influência de um livro como o de E. P. Thompson, *The making of the English working class* (publicado em 1963, mas traduzido para o francês apenas em 1988), que evitava partir de uma definição pré-construída (ou que se supunha aceita) da classe operária para insistir nos mecanismos da sua formação.¹⁶ Foi tardiamente, a partir de iniciativas a princípio isoladas,¹⁷ que pouco a pouco se impôs a convicção de que a análise não podia ser feita apenas em termos de distribuições, e isso por duas razões principais que se deve distinguir mesmo que em parte elas interfiram mutuamente. A primeira remete ao problema, há muito colocado, da natureza dos critérios de classificação em que se baseiam as taxinomias históricas; a segunda tem a ver com a ênfase dada bem mais recentemente pela historiografia ao papel dos fenômenos de inter-relações na produção da sociedade.¹⁸

Num caso e noutro, a escolha de um enfoque micro-histórico tem uma importância decisiva. Tratando-se da natureza das categorias de análise do social, é com certeza no nível local que a defasagem entre categorias gerais (ou exógenas) e categorias endógenas é mais marcada. Há muito reconhecido, o problema tornou-se mais sensível nestes últimos anos devido à influência de problemáticas antropológicas (especialmente da antropologia cultural americana), que se exerceu preferencialmente sobre análises locais. Não cabe aqui entrar nos pormenores das soluções esboçadas. Registremos ao menos que o balanço dessa revisão necessária (e que aliás não terminou) é ambíguo. Sem dúvida ela tornou possível um exame crítico da utilização de critérios e de recortes cuja pertinência quase sempre parecia indiscutível; ela tende, por outro lado, a encorajar um relativismo de tipo culturalista que é um dos efeitos tendenciais do "geertzismo" na história social.

¹⁶ Edward P. Thompson, *La formation de la classe ouvrière anglaise* (Paris, Gallimard/Seuil, 1988; 1 ed.: Londres, 1963) [N. do T.: trad. bras.: *A formação da classe operária inglesa*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987]. Lembremos que o estudo de Thompson se inscreve numa perspectiva macrosocial.

¹⁷ Citemos, por exemplo, a tese de Michelle Perrot, *Les ouvriers en grève: France 1871-1890* (Paris, Université de Lille-III, Service de Reproduction de Thèses, 1975, 2 v.); e de Jean-Claude Perrot, *Genèse d'une ville moderne...*; ou, na área da sociologia, o estudo de Luc Boltanski, *Les cadres. La formation d'un groupe social* (Paris, Minuit, 1982).

¹⁸ Poder-se-á encontrar uma apresentação desses debates na introdução do livro de Simona Cerutti, *La ville et les métiers. Naissance d'un langage corporatif (Turin, 17^e-18^e siècle)* (Paris, EHESS, 1990), p. 7-23.

A segunda direção de pesquisa, aquela que convida a reformular a análise sócio-histórica em termos de processo, sugere uma saída para esse debate. Ela propõe que não basta que o historiador retome a linguagem dos atores que estuda, mas que faça dela o indício de um trabalho ao mesmo tempo mais amplo e mais profundo: o de construção de identidades sociais plurais e plásticas que se opera por meio de uma rede cerrada de relações (de concorrência, de solidariedade, de aliança etc.). A complexidade das operações de análise requeridas por esse tipo de abordagem impõe de fato um encolhimento do campo de observação. Mas os micro-historiadores não se contentam em registrar essa imposição factual; transformam-na em princípio epistemológico, já que é a partir dos comportamentos dos indivíduos que eles tentam reconstruir as modalidades de agregação (ou de desagregação) social. O recente trabalho de Simona Cerutti sobre os ofícios e as corporações em Turim nos séculos XVII e XVIII pode aqui servir de exemplo. Nenhuma historiografia é certamente mais espontaneamente organicista do que a dos ofícios e das associações de ofícios: seriam comunidades evidentes, funcionais e, segundo se supõe, tão poderosamente integradoras que por isso mesmo se tornariam quase naturais na sociedade urbana do Antigo Regime. A aposta metodológica de S. Cerutti consiste em revogar essas certezas e em mostrar, a partir do jogo das estratégias individuais e familiares, e de suas interações, que as identidades profissionais e suas traduções institucionais, longe de serem estabelecidas de forma definitiva, são objeto de um constante trabalho de elaboração e de redefinição. Longe da imagem consensual e em linhas gerais estável que as descrições tradicionais do mundo dos ofícios forneciam, tudo é objeto de conflitos, de negociações, de transações provisórias; mas, por outro lado, as estratégias pessoais ou familiares não são puramente instrumentais: são socializadas, na medida em que são inseparáveis de representações do espaço relacional urbano, dos recursos que ele oferece e das limitações que impõe, a partir das quais os atores sociais se orientam e fazem suas escolhas. Trata-se portanto de desnaturalizar — ou ao menos de desbanalizar — os mecanismos de agregação e de associação, insistindo nas modalidades relacionais que os tornam possíveis, recuperando as mediações existentes entre "a racionalidade individual e a identidade coletiva".¹⁹

O deslocamento que essas escolhas implicam provavelmente é mais sensível para os historiadores do que para os antropólogos porque a história das problemáticas e dos métodos de trabalho é assimétrica entre as duas dis-

¹⁹ Ibid., p. 14.

ciplinas.²⁰ Ele me parece ser portador de várias redefinições cuja importância não pode ser desprezada:

- Redefinição dos pressupostos da análise sócio-histórica, cujos pontos principais acabamos de mencionar. O recurso a sistemas classificatórios baseados em critérios explícitos (gerais ou locais) é substituído na microanálise pela decisão de levar em consideração os comportamentos por meio dos quais as identidades coletivas se constituem e se deformam. Isso não implica que se ignore nem que se despreze as propriedades “objetivas” da população estudada, e sim que se as trate como recursos diferenciais cuja importância e cuja significação devem ser avaliadas nos usos sociais de que são objeto — ou seja, em sua atualização.
- Redefinição da noção de estratégia social. O historiador, contrariamente ao antropólogo ou ao sociólogo, trabalha com o fato consumado — com “aquilo que efetivamente aconteceu” — e que por definição não é passível de se repetir. É excepcional que as fontes apresentem por si mesmas as alternativas, e mais ainda as incertezas com que se defrontaram os atores sociais do passado. Decorre daí um recurso freqüente e ambíguo à noção de estratégia: muitas vezes ela serve para substituir uma hipótese funcionalista geral (e que geralmente permanece implícita); algumas vezes ela serve para qualificar, de maneira mais prosaica, os comportamentos dos atores individuais ou coletivos que foram bem-sucedidos (e que em geral são os que conhecemos melhor). Nesse ponto, a postura decididamente antifuncionalista adotada pelos micro-historiadores é rica de significações. Levando em conta em suas análises uma pluralidade de destinos particulares, eles procuram reconstituir um espaço dos possíveis — em função dos recursos próprios de cada indivíduo ou de cada grupo no interior de uma configuração dada. G. Levi é sem dúvida quem foi mais longe nesse sentido ao reintroduzir noções como as de fracasso, de incerteza e de racionalidade limitada em seu estudo das estratégias familiares camponesas desenvolvidas em torno do mercado da terra no século XVII.²¹

²⁰ Mesmo que um trabalho como o de Marc Abélès sobre as formas e os mecanismos da política local na França contemporânea — *Jours tranquilles en 89. Ethnologie politique d'un département français* (Paris, O. Jacob, 1989) — se aproprie, e sem combinação prévia, da maioria dos temas e de algumas das formulações propostas na mesma época pelos micro-historiadores. Restaria definir a posição de Abélès no debate interno da antropologia e analisar a recepção de seu livro em seu próprio meio profissional.

²¹ G. Levi, *Le pouvoir au village...*, cap. 2.

- Redefinição da noção de contexto. Trata-se de uma noção que muitas vezes foi objeto de um uso cômodo e preguiçoso nas ciências sociais e especialmente na história. Uso retórico: o contexto, em geral apresentado no início do estudo, produz um efeito de realidade em torno do objeto da pesquisa. Uso argumentativo: o contexto apresenta as condições gerais nas quais uma realidade particular encontra seu lugar, mesmo que nem sempre se vá além de uma simples exposição dos dois níveis de observação. Uso interpretativo, mais raro: extraem-se às vezes do contexto as razões gerais que permitiriam explicar situações particulares. Uma boa parte da historiografia dos últimos 20 anos, muito além da micro-história, manifestou sua insatisfação diante desses diversos usos e tentou reconstruir, segundo modalidades diversas, as articulações do texto com o contexto. A originalidade da abordagem micro-histórica parece estar em recusar a evidência que subtece todos os usos que acabamos de citar: a saber, que existiria um contexto unificado, homogêneo, dentro do qual e em função do qual os atores determinariam suas escolhas. Essa recusa pode ser entendida de duas maneiras complementares: como uma lembrança da multiplicidade das experiências e das representações sociais, em parte contraditórias, em todo caso ambíguas, por meio das quais os homens constroem o mundo e suas ações (e é esse o eixo da crítica formulada por Levi em relação a Geertz);²² mas também, na análise, como um convite para inverter o procedimento mais habitual para o historiador, aquele que consiste em partir de um contexto global para situar e interpretar seu texto. O que é proposto, ao contrário, é constituir a pluralidade dos contextos que são necessários à compreensão dos comportamentos observados. Reencontramos neste ponto, é claro, o problema das escalas de observação. Ele está sendo, a meu ver, objeto de uma drástica revisão.
- À hierarquia dos níveis de observação, os historiadores relacionam instintivamente uma hierarquia das problemáticas históricas: para usar uma linguagem trivial, na escala da nação faz-se história nacional; na escala local, faz-se história local (o que, em si, não implica uma hierarquia de importância, especialmente do ponto de vista da história social). Observada “no nível do chão”, a história de um conjunto social aparentemente se dispersa numa miríade de acontecimentos minúsculos, difíceis de organizar. A concepção tradicional da monografia procura fazê-lo ao se atribuir como tarefa a verificação local de hipóteses e de resultados gerais. O trabalho de contextualização múltipla praticado pelos micro-historiadores

²² G. Levi, *On microhistory*, p. 202; cf. também *I pericoli del geertzismo*, *Quaderni Storici*, 58:269-77, 1985.

parte de premissas muito diferentes. Ele afirma, em primeiro lugar, que cada ator histórico participa, de maneira próxima ou distante, de processos — e portanto se inscreve em contextos — de dimensões e de níveis variáveis, do mais local ao mais global. Não existe portanto hiato, menos ainda oposição, entre história local e história global. O que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global. Particular e original, pois o que o ponto de vista micro-histórico oferece à observação não é uma versão atenuada, ou parcial, ou mutilada, de realidades macrosociais: é, e este é o segundo ponto, uma versão diferente.

6. Vejamos um exemplo que chamou a atenção de vários micro-historiadores. Pode-se analisar a dinâmica de um macroprocesso, como a afirmação do Estado moderno na Europa entre os séculos XV e XIX, em termos muito diferentes. Durante muito tempo, os historiadores se interessaram sobretudo por aqueles que, de maneira visível, tinham feito a história. Depois, na esteira dos grandes teóricos do século XIX, descobriram a importância das evoluções maciças e anônimas. Impôs-se entre eles, de maneira generalizada, a convicção de que não existe história verdadeira a não ser a do coletivo e do numeroso. Essa mutação pode explicar que as encarnações históricas do poder, no seu modo de ver, se tenham substancialmente transformado. Nos anos 1880, tratava-se extensivamente da política de Richelieu e da imperiosa reordenação política, administrativa, religiosa, fiscal e cultural que ela impôs à França do início do século XVIII. Hoje, prefere-se falar da afirmação impessoal do Estado absolutista tal como ela se inscreve inelutavelmente na longa duração, entre os séculos XIV e XVIII; evoca-se, seguindo Max Weber, o lento processo de racionalização que afetou as sociedades ocidentais; menciona-se, seguindo Norbert Elias, o duplo monopólio do fisco e da violência que a monarquia francesa adquiriu entre a Idade Média e a modernidade; acompanha-se, com Kantorowicz, a emancipação de uma instância laicizada no próprio seio da cristandade medieval. Todas essas leituras (e outras mais) são preciosas e muitas vezes convincentes. Elas enriqueceram consideravelmente nossa compreensão do passado. Todas ou quase todas — seria preciso pôr à parte aqui o caso de Elias — têm contudo em comum o fato de aceitarem como tal a existência de macrofenômenos cuja eficácia seria óbvia. O que outrora se atribuía à majestade, ao prestígio, à autoridade, ao talento de um personagem singular, hoje é situado com mais facilidade ainda na lógica dos grandes arranjos anônimos que são comodamente chamados de Estado, de modernização, de formas do progresso — mas também, de modo mais setorial, dos fenômenos clássicos como a

guerra, a difusão da cultura escrita, a industrialização, a urbanização, entre muitos outros.

Esses fenômenos são extraordinariamente complexos, como se sabe, a tal ponto que na maioria das vezes é impossível para os historiadores demarcar seus limites. Onde cessa a esfera do Estado, onde os efeitos induzidos pelo trabalho e a produção industriais, onde aqueles de que o livro é portador? Quando os descrevem, os historiadores podem portanto hesitar quanto à sua morfologia, quanto à descrição de sua articulação interna. Mas é surpreendente notar que sua eficácia, ao menos tendencial, quase nunca é posta em dúvida. As “máquinas” do poder se autorizam por si mesmas e são eficientes precisamente porque são máquinas. (Seria mais correto dizer: elas só são eficientes aos olhos dos historiadores porque eles as imaginam como máquinas). Tende-se portanto a procurar na regulação da própria máquina a explicação de seus desempenhos, assumindo-se ingenuamente uma ideologia da racionalização e da modernização que pertence ao sistema que se assumiu a tarefa de estudar. Quando muito, procura-se identificar aqueles que parece terem-se oposto a essas grandes transformações, que se empenharam em denunciá-las e em bloqueá-las em nome de valores sociais alternativos. Sem dúvida não foi por acaso que a mesma geração intelectual que há 20 anos solenizava os aparelhos do poder foi também a que mais se entusiasmou pelos marginais, pelos rejeitados, pelos alternativos da história, pelos bandidos sociais e as bruxas, os heterodoxos e os anarquistas, os excluídos de todo tipo. Mas essa era ainda uma maneira de reconhecer e de apontar para a realidade maciça do poder, já que apenas uma minoria dispersa de heróis tinha sido capaz de se levantar contra ela, a partir de fora e sem uma esperança verdadeira.

Aceitar tal visão das coisas, semelhante distribuição de papéis, significa de fato admitir que, longe da lógica majoritária dos aparelhos, fora das formas residuais de resistência à sua afirmação, os atores sociais estão maciçamente ausentes, ou ainda que são passivos e que historicamente se submeteram à vontade do grande Leviatã que os englobava a todos. Essa dramatização da força e da fraqueza é praticamente inaceitável. Não por razões morais, mas porque, mais uma vez, está demasiado ligada às representações que nunca deixaram de ser sugeridas pelas próprias lógicas do poder, que pretendiam ditar até a maneira de se opor a elas; e porque, mesmo se se admitir a hipótese de uma eficácia global dos aparelhos e das autoridades, falta entender inteiramente como essa eficácia foi possível — ou seja, como foram retranscritas, em contextos indefinidamente variáveis e heterogêneos, as injunções do poder.

Colocar o problema nesses termos significa recusar pensá-lo em termos simples, de força/fraqueza, autoridade/resistência, centro/periferia, e deslocar a análise para os fenômenos de circulação, de negociação, de apro-

priação em todos os níveis. É importante aqui ser bastante claro: os historiadores, em sua maioria, trabalham com sociedades fortemente hierarquizadas e não-igualitárias, nas quais o próprio princípio da hierarquia e da desigualdade está profundamente interiorizado. Seria ridículo negar essas realidades e fingir que as operações que acabamos de citar — circulação, negociação, apropriação — podem ser pensadas fora desses efeitos de poder. Ao contrário, eu gostaria de sugerir aqui que elas são inseparáveis deles e que foram, de fato, maneiras de compor com os poderes; mas também que elas deformaram os efeitos desses poderes, inscrevendo-os em contextos diferentes daqueles que originariamente eram os seus e submetendo-os a lógicas sociais particulares.

Retomemos o exemplo do Estado monárquico na Era Moderna. Visto de Paris e de Versalhes, ou de Berlim, ou de Turim, ele se apresenta como uma espécie de vasta arquitetura cujas formas não param de se desdobrar, de se ramificar, até penetrar no mais fundo da sociedade que ele enquadra e assume. A realidade é, bem o sabemos, um pouco mais complicada e menos harmoniosa. No nível dos fatos, as instituições se sobrepõem, entram em concorrência, às vezes se opõem umas às outras; algumas já estão fossilizadas (mas, segundo a lógica do Antigo Regime, geralmente são substituídas sem por isso serem suprimidas, o que pode determinar embaralhamentos inextricáveis de autoridades, de competências, de gestões); outras estão em pleno desenvolvimento, seja porque são mais recentes, seja porque são provisoriamente as mais bem adaptadas a uma determinada configuração da sociedade. Ainda assim o pensamento do Estado, aquele que tiveram a seu respeito seus promotores dos séculos passados ou que têm os historiadores hoje, é um pensamento global que, mesmo nas hesitações, nas contradições, nas mudanças de ritmo, reconhece um único grande processo em ação através dos séculos. Quando se fala do crescimento do Estado e se tenta dar uma avaliação aproximada dele (é a famosa "pesagem global" cara a P. Chagnon), por exemplo medindo o peso do sistema fiscal público, ou o número de funcionários, ou os progressos quantitativos da justiça real, está-se pensando nele a partir do modelo do crescimento econômico, afirmando que um pequeno número de indicadores selecionados permite explicar a evolução conjunta de um sistema que seria a um só tempo contínuo e integrado. Certamente é mais delicado tentar uma medida em termos de eficácia: mas quando a relação entre o número dos funcionários públicos e o número da população global tende a aumentar, aceita-se quase sem discutir que resulta daí uma eficácia maior. Em todas essas operações, em todo caso, afirma-se como óbvia a existência de uma lógica comum que unificaria o conjunto das manifestações do Estado.

Ora, nada é menos certo. Se se renunciar a essa perspectiva central que é aquela a partir da qual se enuncia o projeto estatal (e a partir da qual é

produzida a argumentação ideológica que o subtende), se se mudar a escala de observação, as realidades que aparecem podem ser muito diferentes. Foi o que mostrou recentemente Giovanni Levi na pesquisa, várias vezes citada aqui, que fez sobre uma comunidade rural do Piemonte, Santena, no fim do século XVII. Que acontece quando se observa o processo de construção do Estado "no nível do chão", em suas mais longínquas consequências? Os grandes movimentos do século, a afirmação tardia do Estado absolutista no Piemonte, a guerra européia, a competição entre as grandes casas aristocráticas estão presentes aí, é claro, mesmo que seu rastro seja recuperado por intermédio de uma poeira de acontecimentos minúsculos. Mas, através desses acontecimentos, é precisamente uma outra configuração das relações entre o forte e o fraco que surge.

Poderia ter sido tentador reduzir toda essa história à das tensões que opõem uma comunidade periférica às exigências insistentes de um absolutismo em pleno desenvolvimento. Mas a cena tem muitos outros participantes. Entre Santena e Turim se interpõem e interferem as pretensões de Chieri, cidade média e que quer se fazer ouvir; as do arcebispo de Turim, de quem depende a paróquia; aquelas, rivais entre si, dos principais feudatários do lugar, que fazem questão de afirmar sua preeminência. A própria sociedade aldeã se decompõe, se fratura em função dos interesses divergentes dos grupos particulares que a constituem. Esses atores coletivos se enfrentam, mas também se aliam ao sabor de possibilidades que são elas mesmas mutáveis. As frentes sociais (e "políticas", se se preferir) não param de se deslocar para tornar a se formar de outra maneira. Foi precisamente à multiplicidade dos interesses em pauta, à complexidade do jogo social, que o burgo de Santena deveu, durante a segunda metade do século XVII, a chance coletiva de permanecer um *paese nascosto*, mantido como que a salvo das grandes manobras do Estado central. A neutralização recíproca das estratégias que visavam a aldeia, e também a inteligência política das frentes aldeãs podem fazer entender esse estado de coisas; mas também pode fazê-lo o papel de um negociador excepcional, o notário-*podestà* Giulio Cesare Croce, que reinou em Santena durante 40 anos: foi ele quem soube tirar proveito de seu conhecimento íntimo das redes sociais, de seu domínio da informação — tão necessário às estratégias familiares — e da memória coletiva para se impor como um mediador obrigatório no interior da comunidade. Significativamente, ele não é especialmente rico e seu estatuto profissional nada tem de excepcional. Ele não pertence ao mundo dos poderosos reconhecidos. Seu poder é de uma natureza completamente diferente: baseia-se na disposição de um capital "imaterial" feito de informações, de conhecimento, de serviços prestados que lhe permitiram se afirmar para gerir da melhor maneira possível os interesses da aldeia.

Sem dúvida o notário Croce é um personagem fora do comum, e quando ele desaparece, no final do século XVII, não é aliás substituído. Santena sai então da sua semiclandestinidadade, a gestão local dos poderes se desagrega e, aproveitando-se de uma crise a um só tempo econômica, social e política, o Estado central retoma os seus direitos (ou ao menos uma parte deles). De toda forma, se prestarmos atenção, os arquivos fazem aparecer um grande número desses personagens que, desempenhando o papel de mediadores, regularam, limitaram, mas também abonaram a construção do Estado. Nem todos puderam ou quiseram subtrair seu grupo de pertencimento à lógica do poder central: mas trabalharam para compor os interesses locais (e em primeiro lugar os seus próprios) com as exigências deste, com as suas práticas, suas instituições, seu pessoal.²³ Na verdade, a escolha não é alternativa entre duas versões da realidade histórica do Estado, uma que seria "macro" e a outra "micro". Uma e outra são "verdadeiras" (e muitas outras mais em níveis intermediários que seria conveniente recuperar de modo experimental), e nenhuma é realmente satisfatória porque a constituição do Estado moderno é precisamente feita do conjunto desses níveis, cujas articulações ainda precisam ser identificadas e pensadas. A aposta da análise microsocial — e sua opção experimental — é que a experiência mais elementar, a do grupo restrito, e até mesmo do indivíduo, é a mais esclarecedora porque é a mais complexa e porque se inscreve no maior número de contextos diferentes.

7. Coloca-se aqui um outro problema, que é de fato consubstancial ao próprio projeto de uma micro-história. Admitamos que, ao limitar o campo de observação, fazemos surgir dados não apenas mais numerosos, mais finos, mas que, além disso, se organizam segundo configurações inéditas e fazem aparecer uma outra cartografia do social. Qual pode ser a representatividade de uma amostra assim circunscrita? Que pode ela nos ensinar que seja generalizável?

A pergunta foi muito cedo formulada e recebeu respostas que em geral não implicavam uma adesão. Num artigo já antigo, Edoardo Grendi tinha-se prevenido contra a objeção forjando um elegante oxímoro: propunha a noção de "excepcional normal".²⁴ Esse diamante obscuro fez com que muita

²³ Tudo isso segundo G. Levi, *Le pouvoir au village...* Um exemplo diferente mas que vai no mesmo sentido, a propósito das regulamentações da violência em ligação com a construção do Estado genovês, é oferecido por Osvaldo Raggio, *Faide e parentele. Lo Stato genovese visto dalla Fontanabuona* (Torino, Einaudi, 1990).

²⁴ E. Grendi, *Micro-analisi e storia sociale*.

tinta fosse gasta. Ele exerce o fascínio dos conceitos que se gostaria de poder utilizar se ao menos se soubesse defini-los exatamente. Deve-se ver no "excepcional normal" um eco, inteiramente consoante com a sensibilidade dos anos pós-1968, da convicção de que as margens de uma sociedade dizem mais a seu respeito do que o seu centro? De que os loucos, os marginais, os doentes, as mulheres (e o conjunto dos grupos dominados) são os detentores privilegiados de uma espécie de verdade social? Deve-se entendê-lo num sentido diferente, o de um distanciamento significativo (mas de quê?)? Ou ainda como uma primeira formulação do paradigma indiciário, mais tarde proposto por Carlo Ginzburg?

É difícil decidir entre essas diferentes leituras possíveis que talvez tenham coexistido no pensamento de Grendi. Podemos, prudentemente, propor uma leitura suplementar que parece ser coerente com as proposições anteriormente enunciadas. Grendi reflete a partir de modelos de análise social utilizados pelos historiadores e que são, em sua maioria, modelos funcionalistas, baseados na integração do maior número de traços. Acontece que muitos deles resistem a esse trabalho de integração; constituem exceções que nos habituamos de bom grado a tratar como "exceções" ou como "desvios" em relação à norma que o historiador estabeleceu. A proposição de Grendi, que iria ao encontro aqui da reflexão inaugurada pelo antropólogo F. Barth, seria construir modelos "generativos": ou seja, modelos que permitem integrar completamente (e não mais como exceções ou desvios) os percursos e as escolhas individuais. Nesse sentido, poder-se-ia dizer que o "excepcional" se tornaria "normal".²⁵

No debate que permanece aberto, o trabalho de Giovanni Levi me parece trazer um certo número de respostas que deslocam de maneira útil a argumentação. Ele lembra em primeiro lugar que é possível pensar a exemplaridade de um fato social de outra maneira que não em termos rigorosamente estatísticos. O segundo capítulo de seu livro *Le pouvoir au village*, dedicado às estratégias desenvolvidas por três famílias de meeiros de Santena, opera uma escolha entre algumas centenas de outros casos possíveis, que não são objeto de nenhum tratamento comparável, mas que estão todos presentes no fichário prosopográfico. O procedimento não consistiu portanto em referir esses três exemplos à totalidade da informação constituída, e sim em abstrair deles os elementos de um modelo. Essas três biografias familiares, bastante contrastadas, bastam para fazer aparecer regularidades nos comportamentos coletivos de um grupo social particular sem perder aquilo que cada uma tem

²⁵ Um bom exemplo dessa leitura me parece ser dado pelo estudo de M. Gribaudi e A. Blum, *Des catégories aux liens individuels: l'analyse statistique de l'espace social*, *Annales ESC*, 45(6):1.365-402, 1990.

de singular. Testar a validade do modelo consistirá portanto não em fazer uma verificação de tipo estatístico, mas em pô-lo à prova em condições extremas, quando uma ou várias das variáveis que ele inclui estiverem submetidas a deformações excepcionais. A constituição de um fichário sistemático é precisamente o que torna possível uma verificação desse tipo.

8. Chego enfim ao meu último ponto. Eventualmente causou espanto constatar que alguns — não todos, nem mesmo a maioria — dos micro-historiadores italianos às vezes recorriam a procedimentos de exposição, até mesmo a técnicas narrativas que contrastavam com as maneiras de escrever habituais da corporação historiadora. Foi assim no caso de *O queijo e os vermes* de Carlo Ginzburg, composto como um inquérito judicial (ao quadrado, já que o livro se baseia essencialmente nos documentos dos dois processos do moleiro Menocchio perante o Santo Ofício); em seguida, de *Enquête sur Piero della Francesca*, do mesmo autor, concebido dessa vez como uma intriga policial (anunciada desde o título), com seus tateamentos, seus fracassos, seus lances teatrais cuidadosamente distribuídos; de *Le pouvoir au village*, de Giovanni Levi, em que a pesquisa histórica se torna seu próprio espelho graças a uma composição em abismo; ou, recentemente, do belo livro de Sabina Loriga sobre o exército piemontês no século XVIII, cujo modelo explícito é o do *Rashomon* japonês.²⁶

Estamos, portanto, diante de escolhas explícitas de formas de escrita, no sentido amplo do termo. Como dar conta delas? Notemos, para começar, que não é a primeira vez que historiadores “acadêmicos” utilizam recursos literários. Sem remontar até as grandes obras da historiografia romântica do século XIX, pensemos, entre muitas outras pertencentes à produção do século XX, no *Frédéric II* de Kantorowicz, ou no *César* de Carcopino (escrito no nível das fontes antigas), ou na biografia de Arnaldo da Brescia por Arsenio Frugoni, no *Retour de Martin Guerre* de Natalie Zemon Davis. Por outro lado, como todos sabemos, constantemente utilizamos — de maneira consciente ou não — procedimentos retóricos destinados a produzir efeitos de realidade, a mostrar que mesmo que nós, historiadores, não tenhamos estado presentes, podemos garantir que as coisas efetivamente se passaram como as contamos. Com os micro-historiadores, o problema me parece contudo ser de outra natureza. A busca de uma forma não está fundamentalmente ligada a uma escolha estética (mesmo que essa escolha não esteja ausente). Ela me parece ser antes de ordem heurística, e isso de duas maneiras. Ela

²⁶ S. Loriga, *Soldats. Un laboratoire disciplinaire: l'armée piémontaise au XVIII^e siècle* (Paris, Menthis, 1991).

convida o leitor a participar da construção de um objeto de pesquisa; ela o associa à elaboração de uma interpretação.

Entre os instrumentos que estão à disposição dos historiadores, há aqueles clássicos, ou que ao menos são reconhecidos como tais pela profissão. É o caso do material conceitual, das diversas técnicas de investigação, dos métodos de medição etc. Há outros, que não são menos importantes, mas sobre os quais nos interrogamos mais raramente, seja porque são objeto de uma espécie de convenção tácita, seja porque, mais simplesmente, parecem óbvios. É o caso das formas argumentativas, dos modos de enunciação, das modalidades da citação, do uso da metáfora e, em geral, das maneiras de escrever a história. Tocamos aqui num conjunto extremamente vasto de problemas que irrompem hoje de maneira selvagem, ou pelo menos desordenada, nas preocupações dos historiadores.²⁷ Durante muito tempo, essas questões pareceram nem mesmo dever constituir matéria de interrogação. A escrita da história era espontaneamente pensada como o formulário estrito de um trabalho científico. Quanto mais ela se tornava científica, conseqüentemente menos o problema se colocava. A massa do material anexado — dos documentos, e a seguir, cada vez mais, de um arsenal em constante crescimento de séries, de tabelas, de gráficos, de mapas — parecia garantir a inquestionável objetividade do enunciado e fazia crer que ele era o único possível (ou, ao menos, o mais próximo do enunciado perfeito). Chegava-se assim a esquecer que mesmo uma série de preços constitui uma forma de narrativa — ela organiza o tempo, produz uma forma de representação — e que uma noção tão complexa como a de “conjuntura”, tão prestigiada na historiografia francesa dos *Annales*, engloba em seu interior, indissolivelmente ligados, um método de análise, uma hipótese interpretativa e uma maneira de narrar.

De maneira mais difusa ainda, a escrita da história se referia, sem nem sempre o saber, ao modelo clássico do romance, cujo autor-organizador conhece e domina soberanamente os personagens, suas intenções, suas ações e seus destinos; aconteceu mesmo, como sabemos, de se tentar mesclar um gênero com o outro. Mas há muito tempo que o romance mudou. Desde Proust, Musil ou Joyce, sua escrita não parou de experimentar formas novas. Com algum atraso, a escrita histórica faz o mesmo. Não é de hoje que ela começou a fazê-lo. Lembremos um exemplo que mereceria uma análise mais longa: no célebre livro de Fernand Braudel, *La Méditerranée et le*

²⁷ Mas também dos antropólogos, de James Clifford à Clifford Geertz — mesmo que o problema já estivesse explicitamente presente em Malinowski, em Lévi-Strauss e em muitos outros. Cf. C. Geertz, *Works and lives. The anthropologist as author* (Stanford, Stanford University Press, 1988).

monde méditerranéen à l'époque de Philippe II (1949), desde o início se apontou a utilização original de uma tripla temporalidade que organiza as três grandes partes do texto. Seria completamente iconoclasta ver aí uma tentativa de narrar, a partir de três pontos de vista, em três registros, a partir de três sistemas de regras diferentes, uma mesma história, explodida entre suas narrativas e depois recomposta? O problema merece em todo caso ser colocado. O que talvez tenha mudado diante dos nossos olhos é que a relação entre uma forma de exposição e um conteúdo de conhecimento se tornou objeto de uma interrogação explícita.

Nessa evolução, os micro-historiadores desempenham um papel central porque consideram que uma escolha narrativa decorre da experimentação histórica tanto quanto os próprios procedimentos da pesquisa. Os dois aspectos na verdade praticamente não podem ser dissociados. A invenção de um modo de exposição não produz apenas efeitos de conhecimento. Ela contribui explicitamente para a produção de um certo tipo de inteligibilidade em condições experimentais definidas. A forma do inquérito adquire aqui todo o seu sentido: ela associa o leitor ao trabalho do historiador, à produção do seu objeto de estudo. Mas ela não é a única: o recente livro de Roberto Zapperi sobre *Annibale Carracci* mostra, por intermédio do itinerário dos três Carracci, os dois irmãos e o primo, todos os três envolvidos no ofício da pintura em Bolonha na segunda metade do século XVI, o que pode ser a experimentação no gênero que aparentemente se presta menos a ela: a biografia.²⁸

O problema está hoje colocado no nível do "micro". Nada impede, é claro, que seja colocado em outros níveis, em outras dimensões da pesquisa histórica, como o exemplo de Fernand Braudel acaba de nos lembrar.²⁹ Não foi contudo por acaso que algumas obras da micro-história desempenharam um papel determinante no surgimento dessa preocupação nova (ou mais exatamente renovada). A mudança de escala desempenhou, como já se disse, o papel de um *étrangeté*, no sentido dos semióticos: de um estranhamento em relação às categorias de análise e aos modelos interpretativos do discurso historiográfico dominante; mas também em relação às formas de ex-

posição existentes. Um dos efeitos da passagem para o "micro" é transformar, por exemplo, a natureza da informação e a relação que o historiador mantém com ela. G. Levi gosta de comparar seu trabalho com o da heroína de uma novela de Henry James intitulada *In the cage*: telegrafista trancada atrás de seu guichê, ela reconstrói o mundo exterior a partir das migalhas de informação que recebe a fim de transmitir. Ela não as escolhe, mas tem que produzir inteligibilidade a partir delas. Mas a parábola tem limites que é importante marcar: pois o que distingue o historiador da telegrafista de James é que, sendo tão desmuniciado quanto ela, ele sabe que a sua informação é uma escolha dentro da realidade que lhe é imposta, à qual ele acrescenta as suas próprias escolhas. Dessa série de vieses sucessivos, ele pode tentar medir os efeitos, e tirar deles as necessárias consequências.

De toda forma, vista de muito perto, a imagem não é fácil de decifrar no tapete. Nessa profusão de detalhes, o que é e o que não é importante? O historiador se vê então, para passar de Henry James a Stendhal, na posição de Fabrício na batalha de Waterloo, na *Cartuxa de Parma*: da grande história — ou simplesmente da história — ele só consegue perceber a desordem. G. Levi se interrogou, na abertura de seu livro, "sobre o que é e sobre o que não é importante quando se escreve uma biografia".³⁰ Na organização de seu texto, procurou em seguida a composição mais adequada para dar conta de uma vida, a do cura Giovan Battista Croce, que só conhecemos por fragmentos e que só adquire sentido por sua inserção numa série de contextos de referências descontínuos. A escolha de um modelo narrativo — ou, mais exatamente, expositivo — é também a escolha de um modo de conhecimento. Nesse sentido, não é indiferente que tenham sido velhos gêneros historiográficos — a biografia, o relato do acontecimento — que se tornaram, de maneira privilegiada, objeto desse tipo de experimentação. Em sua forma tradicional, eles estão desgastados e, por que não dizê-lo, quase não têm mais credibilidade. Se fosse suficiente saber tudo sobre um personagem, do seu nascimento à sua morte, ou sobre um acontecimento, em todos os seus aspectos, para compreendê-los, os jornalistas contemporâneos estariam muito mais bem equipados do que os historiadores; isso não acontece necessariamente, como sabemos. Mas a biografia ou o relato do acontecimento desempenham, ao que me parece, o papel de uma experiência limite: já que os modelos narrativos-analíticos clássicos deixaram de ser convincentes, que é preciso fazer — que se pode fazer — para contar uma vida, uma batalha, um episódio qualquer? Se, por hipótese, renunciarmos às convenções estabelecidas do gênero — a continuidade de uma história inserida entre um começo e um fim, a des-

²⁸ Roberto Zapperi, *Annibale Carracci. Ritratto di artista da giovane* (Torino, Einaudi, 1989).

²⁹ Ele hoje está colocado na França no nível da história nacional — numa escala decididamente macro-histórica. Algumas balizas podem ser encontradas em A. Burguière & J. Revel (eds.), *Présentation*, in *Histoire de la France, I. L'Espace français* (Paris, Seuil, 1989), p. 6-24; e, recentemente, em P. Nora, *Comment écrire l'histoire de France*, in P. Nora (ed.), *Les lieux de mémoire. III. Les France, I. Conflits et partages* (Paris, Gallimard, 1992), p. 11-32.

³⁰ G. Levi, *Le pouvoir au village...*, p. 18.

crição com base na evidência, o encadeamento das causas e dos efeitos etc. — que acontece com os objetos que o historiador se atribui?³¹

Eles se tornam objetos problemáticos. Uma experiência biográfica, a do padre Croce ou a do pintor Annibale Carracci, pode assim ser relida como um conjunto de tentativas, de escolhas, de tomadas de posição diante da incerteza. Ela não é mais pensável apenas sob a forma da necessidade — esta vida existiu e a morte a transformou em destino —, mas como um campo de possibilidades entre as quais o ator histórico teve de escolher. Um acontecimento coletivo, um motim, por exemplo, deixa de ser um objeto opaco (uma simples desordem) ou, ao contrário, sobreinterpretado (o acidente insignificante, mas na verdade sobrecarregado de significação implícita): podemos tentar mostrar como, na desordem, os atores sociais inventam um sentido do qual tomam simultaneamente consciência. A escolha de um modo de exposição participa aqui da construção do objeto e de sua interpretação.

Mas, volto a insistir, os privilégios da análise microsocial não me parecem intocáveis. Eles hoje se apóiam no fato de que estamos acostumados sem discussão com a macroanálise. Mas não existe nenhuma razão de princípio para afirmar que os problemas narrativos-cognitivos que acabamos de mencionar não possam vir a ser colocados no nível macro-histórico. Vinte anos atrás, a *new economic history* não foi pioneira ao introduzir de maneira racional, controlável, o uso de hipóteses contrafactuais na análise histórica? Mais do que uma escala, é novamente a variação de escala que aparece aqui como fundamental. Os historiadores se dão conta disso hoje, mas não são os únicos. Em 1966, Michelangelo Antonioni contou em *Blow up* a história, inspirada numa novela de Julio Cortázar, de um fotógrafo londrino que por acaso registrou em seu filme uma cena da qual é testemunha. A cena é incompreensível para ele, seus detalhes não são coerentes. Intrigado, ele amplia as imagens (é o sentido do título) até que um detalhe invisível o coloca na pista de uma outra leitura do conjunto.³² A variação de escala lhe permitiu passar de uma história para outra (e, por que não, para várias outras). Esta é também a lição que nos sugere a micro-história.

³¹ Sobre a biografia, ver as pertinentes reflexões de G. Levi, *Les usages de la biographie*, *Annales ESC*, 44(6):1.325-36, 1989; de J.-C. Passeron, *Biographies, flux, itinéraires, trajectoires*, *Revue Française de Sociologie*, 31(1):3-22, 1990 (reeditado em *Le raisonnement sociologique*, Paris, Nathan, 1991). Sobre o acontecimento, permito-me remeter a A. Farge & J. Revel, *Logiques de la foule. L'affaire des enlèvements d'enfants*, Paris, 1750 (Paris, Hachette, 1988).

³² O script está em Michelangelo Antonioni, *Blow up* (Torino, Einaudi, 1967).

Alban Bensa

Da micro-história a uma antropologia crítica*

“Quanto ao serviço de mesa, era elegante e de um perfeito bom gosto. Cada utensílio, colher, garfo, faca, prato, trazia uma inicial cercada por uma divisa em exergo, cujo fac-símile exato era: *Móvel no elemento móvel*.”¹

A antropologia e a sociologia se constituíram, na segunda metade do século XIX, libertando-se progressivamente do domínio da história. Por referência às ciências da natureza, essas disciplinas ostentaram a ambição de propor leis gerais do comportamento do homem em sociedade, embora seus primeiros modelos explicativos, o evolucionismo social e o difusionismo, se tenham dedicado a reconstituir as etapas da história da humanidade. Foi na França, com Durkheim,² que a sociologia começou, mais tarde, a se distan-

* Minha reflexão se beneficiou das trocas entre historiadores e antropólogos no grupo de trabalho “Micro-história/microsocial” coordenado por Jacques Revel. Agradeço também a Jean Bazin, Christiane Bougerol, Jean Chesneaux, Martine Cresswell, Benoît de l’Estoile, Maurice Godelier, Michel Nacpels, Michel Pialoux, Jean-Louis Siran e Florence Weber, cujas observações sobre as primeiras versões deste trabalho ajudaram-me a elaborar o presente texto; a responsabilidade pelo que aqui está escrito, é claro, cabe inteiramente a mim.

¹ J. Verne, *Vingt mille lieues sous les mers* (Paris, Hetzel, 1870).

² Quando se refere à história, Durkheim privilegia o tempo longo, aquele pelo qual as etapas da evolução social podem ser imaginadas. Ele identifica, por exemplo, como uma “lei da história” o fato de que “a solidariedade mecânica, que no princípio é única ou quase única, perde progressivamente terreno, e a solidariedade orgânica se torna pouco a pouco preponderante”. É. Durkheim, *De la division du travail social* (Paris, PUF, 1930), p. 149 [N. do T.; trad. bras.: *Da divisão do trabalho social: As regras do método sociológico; As formas elementares da vida religiosa*, seleção de textos de Arthur Giannotti, 2 ed. São Paulo, Abril Cultural, 1983 (Os Pensadores)].

ciar desses grandes afrescos, afirmando que o fato social, em sua especificidade, escapava às limitações do tempo e não podia assim ser confundido com um fato histórico. Na antropologia, a ruptura foi ainda mais radical quando Radcliffe-Brown e Malinowski opuseram à explicação histórica a análise funcional e sincrônica que atribuía a diversidade das sociedades concretas, entendidas como totalidades, a princípios gerais e permanentes: a coesão social, a satisfação das necessidades biológicas.

Sem desembocar numa reflexão tão generalizante, a história, por seu lado, viveu na mesma época um movimento comparável, quando Simiand³ criticou o estudo das singularidades institucionais, dos acontecimentos políticos e dos personagens mais marcantes de uma época. O interesse pelo cotidiano, pelo numeroso e pela longa duração — credo da escola dos *Annales* — abriu caminho para uma aproximação entre a história e a antropologia. O idílio conheceu seus melhores dias após a II Guerra Mundial com o desenvolvimento conjunto da história e da antropologia estruturais. O encontro das duas disciplinas, quando a longa duração se eternizou na estrutura, permaneceu contudo problemático. Assim, às reflexões de Braudel sobre a “história inconsciente” e o “tempo estrutural”, concessões teóricas extremas que a história poderia fazer à antropologia,⁴ responderia a lacônica argumentação de Lévi-Strauss:

Na medida em que a história aspira à significação, ela se condena a escolher regiões, épocas, grupos de homens e indivíduos dentro desses grupos, e a fazê-los destacarem-se, como figuras descontínuas, de um contínuo que pode apenas servir como pano de fundo.⁵

Mas os estruturalismos antropológico e histórico, quer procurassem aliar-se, quer procurassem distinguir-se, logo seriam descartados, sem que a razão fosse dada a nenhum dos dois.

Na antropologia, já em 1961, Evans-Pritchard anunciava a necessidade de um recurso à história: “Não vejo diferença capital entre a história so-

³ F. Simiand, *Méthode historique et science sociale*, *Revue de Synthèse Historique*, 1903 (reed. in *Annales ESC*, 15(1):83-119, 1960).

⁴ Ainda assim, com extremas precauções: “na linguagem da história (tal como a imagino), praticamente não pode existir sincronia perfeita”; F. Braudel, *Histoire et sciences sociales: la longue durée*, *Annales ESC*, 13(4):725-53, 1958 (reed. in *Écrits sur l'histoire*, Paris, Flammarion, 1969, p. 62-3) [N. do T.: trad. bras.: *Escritos sobre a história*, 2 ed. São Paulo, Perspectiva, 1992].

⁵ C. Lévi-Strauss, *Histoire et dialectique*, in *La Pensée sauvage* (Paris, Plon, 1962), p. 324-57 [N. do T.: trad. bras.: *O pensamento selvagem*, 2 ed. São Paulo, Nacional, 1976].

ciológica e o que certos antropólogos gostam de chamar de dinâmica social, ou de sociologia diacrônica, ou de estudo da mudança social, ou de análise de processo. Aliás, num sentido amplo, eu diria que a antropologia social e a história são dois ramos da ciência social ou dos estudos sociais”.⁶ Por esse caminho enveredariam, na Europa, pesquisadores como Georges Balandier,⁷ Pierre Bourdieu⁸ e, mais tarde, Jack Goody,⁹ que reivindicariam, cada um à sua maneira, a necessidade de não separar a antropologia da história das mudanças sociais. Na história, foi no fim dos anos 70 que se desenvolveram na Itália, por uma renovação das orientações de pesquisa batizada de “micro-história”,¹⁰ as críticas mais elaboradas à ênfase dada ao tempo longo e às “mentalidades”. Se o jogo de influências recíprocas que liga em parte a aventura da escola dos *Annales* à da antropologia estrutural deu lugar a múltiplos comentários,¹¹ a avaliação das diferenças entre essa antropologia e a micro-história não suscitou o mesmo interesse.

O paradoxo, que o presente texto gostaria de ajudar a delinear e a superar, é contudo no mínimo surpreendente: a antropologia — que em princípio, por meio do trabalho de campo, se dedica a compreender seus contemporâneos, tal como eles agem e se exprimem em universos sociais e culturais específicos — volta com grande frequência seu olhar para além das realidades presentes, a fim de reconstruir as sociedades (enquanto as observa “ao vivo”) ou de repensar problemas filosóficos gerais; enquanto isso, a micro-história, privada de qualquer experiência vívida dos fatos, procura por seu lado, com uma grande preocupação de “realismo”, restituir a contemporaneidade do passado em toda a sua singularidade, desenvolvendo um comparativismo controlado e, poder-se-ia dizer, concreto. Não subestimo as dificuldades que a micro-história pode levantar ou encontrar, ou até mesmo suas fraquezas; mas, deixando aos historiadores o cuidado de desenvolverem eles mesmos suas re-

⁶ E. E. Evans-Pritchard, *Anthropologie et histoire*, in *Les anthropologues face à l'histoire et à la religion* (Paris, PUF, 1974), p. 49-72 (1 ed.: 1961).

⁷ Cf. G. Balandier, *Sociologie actuelle de l'Afrique noire. Dynamique des changements sociaux en Afrique centrale* (Paris, PUF, 1955).

⁸ P. Bourdieu, *Algérie 60. Structures économiques et structures temporelles* (Paris, Minuit, 1977); e, em colaboração com A. Sayad, *Le déracinement. La crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie* (Paris, Minuit, 1964).

⁹ Cf. J. Goody, J. Thirsk & E. P. Thompson (eds.), *Family and inheritance. Rural society in Western Europe, 1200-1800* (Cambridge, Cambridge University Press, 1976); J. Goody, *La raison graphique. La domestication de la pensée sauvage* (Paris, Minuit, 1979).

¹⁰ Cf. G. Levi, *On microhistory*, in P. Burke (ed.), *New perspectives on historical writing* (Oxford, Polity Press, 1992), p. 93-113 [N. do T.: trad. bras.: *Sobre a micro-história*, in Peter Burke (org.), *A escrita da história, novas perspectivas*, São Paulo, Unesp, 1992].

¹¹ Cf. F. Dosse, *Clio en exil, L'Homme et la Société* (95-96):103-18, 1990.

servas em relação a uma das importantes correntes de pensamento de sua disciplina, preferi tentar mostrar de que maneira as implicações a meu ver mais fecundas da micro-história podem alimentar uma crítica construtiva da antropologia tal como ela ainda é praticada, principalmente na França, apesar da obra pioneira de Victor Turner,¹² das proposições (por certo ambíguas, cf. *infra* p. 64) de Clifford Geertz, dos trabalhos da escola dita “de Manchester” ou ainda das pesquisas francesas que levam em consideração a redução ou a mudança de escala.¹³

Os desenvolvimentos mais atuais da antropologia podem ser estimulados pela atenção marcada que as pesquisas dos micro-historiadores têm dado sobretudo às noções de contexto, de temporalidade, de escala e de símbolo; essas noções, referentes a um só tempo ao método e à teoria, provocam necessariamente um percurso epistemológico em espiral pelo qual se volta à mesma questão mas tomando-a num outro nível ou sob um outro ângulo. Para conduzir uma tal reflexão, baseei-me em exemplos diversos, a maior parte dos quais foi tirada das minhas pesquisas no oeste rural da França e sobretudo no sul da Melanésia (Nova Caledônia).

Contextos

“Todo testemunho deveria satisfazer às condições contraditórias de que a testemunha saísse do grupo quando observa fatos sensíveis e entrasse novamente nele para relatá-los.”¹⁴

Ao fazer da “análise com lupa de fatos circunscritos” uma das tarefas básicas da micro-história, Carlo Ginzburg desenvolve uma preocupação com o detalhe que pretende remeter as propriedades de fenômenos fortemente individualizados às características gerais dos conjuntos nos quais eles se ins-

¹² Cf. V. W. Turner, *Schism and continuity in an African society. A study of Ndembu Village* (Manchester, Manchester University Press, 1961).

¹³ Citemos, a título de exemplo, G. Condominas, *Nous avons mangé la forêt. Chronique d'un village mnong gar, hauts plateaux du Viet-Nam* (Paris, Mercure de France, 1957); L. Bernot & R. Blancard, *Nouvelle: un village français* (Paris, Institut d'Ethnologie, 1953); P. Williams, *Mariage tsigane. Une cérémonie de fiançailles chez les Roms de Paris* (Paris, L'Harmattan-Séla, 1984); M. Abélès, *Jours tranquilles en 89. Ethnologie politique d'un département français* (Paris, O. Jacob, 1989).

¹⁴ M. Halbwachs, *La topographie des évangiles en terre sainte. Étude de mémoire collective* (Paris, PUF, 1971; 1 ed.: 1941).

crevem. Ele se inspira, para tanto, no “método indiciário”¹⁵ utilizado no último quartel do século XIX por Giovanni Morelli. Esse historiador da arte conseguiu identificar os pintores de quadros não assinados, e distinguir as obras originais de suas cópias, ao recuperar, no nível dos motivos mais ínfimos, aquilo que, na maneira de pintar do artista, devia-se menos ao seu pertencimento a esta ou àquela escola. Para Morelli (cuja argumentação não escapou a Freud), como mais tarde para Warburg ou Saxl, é preciso ir além das intenções declaradas do pintor e das suas referências estilísticas manifestas: sua maneira de desenhar uma orelha, um dedo ou um músculo, de tratar a cor ou de inserir em sua composição uma figura enigmática deve ser vista como um sintoma de sua identidade e como uma alusão inconsciente ou velada a sistemas de representações situados muito além das artes plásticas da época. Por exemplo, comenta Ginzburg, Saxl, em seus estudos sobre a arte renascentista, apela para “a história política, a egiptologia, a mitografia do Cinquecento, para resolver problemas que são sempre circunscritos e precisos, mas que, uma vez resolvidos, entram num contexto maior, que poderíamos chamar (contanto que esse termo não evoque uma *Geistesgeschichte* opaca e abstrata) de história da cultura”.¹⁶ Os signos pictóricos são aqui paradigmas, ou seja, modelos-tipos declinados por analogia sob diferentes formas, de acordo com os registros em que podem aparecer. Os praticantes da micro-história transportaram esse método para o domínio da história social: fatos aparentemente bastante anedóticos lhes permitiram “entender uma realidade mais profunda, impossível de atingir de outra maneira”.¹⁷ Alcançar esse objetivo implica fornecer-se os meios documentais e metodológicos de vincular um acontecimento histórico singular a sistemas mais abrangentes de dados e de significações.

Assim, a partir dos documentos do processo de um moleiro friulano denunciado em 28 de setembro de 1583 pela Inquisição, ou de uma série de acusações de bruxaria, Ginzburg desenvolveu uma pesquisa ao mesmo tempo metódica e extensa sobre a velha cultura camponesa de tradição oral. O historiador confronta palavra por palavra as declarações do “herético” Domenico Scandella com os textos que inspiraram suas reflexões sobre a origem do mundo, a verdadeira natureza de Cristo ou as falhas do clero. Na distância que separa a letra dos livros lidos pelo moleiro e o conteúdo das explica-

¹⁵ C. Ginzburg, *Signes, traces, pistes: racines d'un paradigme de l'indice*, *Le Débat*, 63-64, 1980, reeditado em *Mythes, emblèmes, traces. Morphologie et histoire* (Paris, Flammarion, 1989) [N. do T.: trad. bras.: Sinais. Raízes de um paradigma indiciário, in *Mitos, emblemas, sinais. Morfologia e história*, São Paulo, Cia. das Letras, 1989].

¹⁶ C. Ginzburg, *Mythes, emblèmes, traces...*, p. 58.

¹⁷ *Ibid.*, p. 146.

ções que ele dá, vemos aflorar um pensamento específico: aquele que (independentemente da cultura letrada das classes dominantes) os camponeses desenvolveram no decorrer de séculos. Também encontramos vestígios tangíveis desse pensamento nas declarações dos *benandanti*, aldeões do norte da Itália que, no fim do século XVI, diziam combater, “pela fé cristã” e “por amor das colheitas”, grupos de feiticeiros a serviço do diabo que traziam a penúria.¹⁸ O discurso quase militante dos *benandanti*, assim como o do moleiro que pensava, extraía suas referências (imagens, argumentos, provas) do fundo cultural regional que a Inquisição estigmatizou sob o estereótipo de “bruxarias”. Ressaltar sua pregnância sem perder de vista as intenções circunstanciais dos acusados e de seus juízes exige, é claro, um desvio pelas mutações próprias do Renascimento, pelo folclore e pela história das representações. Assim, as batalhas noturnas dos *benandanti*, armados de ramos de erva-doce, podem lembrar o rito no qual, no campo, o Inverno era perseguido e derrotado pelo Verão ao final de um embate entre dois grupos de jovens, cada um deles representando uma das duas estações em luta. Mas a analogia permanece formal, observa Ginzburg, na medida em que “os conteúdos dos dois ritos mostram-se completamente diferentes. Nas contendas entre o Inverno e o Verão está simbolizada uma sucessão pacífica de estações marcada pela inevitável vitória do Verão. Ao contrário, os combates entre *benandanti* e bruxas são enfrentamentos de desfecho incerto entre prosperidade e penúria, uma luta verdadeira, mesmo que ela seja conduzida segundo um ritual preciso. Aqui a oposição entre a estação velha e a nova é vivida de modo dramático, como uma batalha que decide a sobrevivência material da comunidade”.¹⁹ Os *benandanti* se alimentavam, sem dúvida, das tradições camponesas européias, mas as integravam a novas práticas que correspondiam aos problemas específicos da sua época. A análise microsociológica, como se vê, permite captar os comportamentos ditos “simbólicos”, em confronto com problemáticas sociais particulares em seu devir, sem referências a um hipotético fechamento dos sistemas.

Não apenas a micro-história não separa os testemunhos, que uma abordagem mais a cavaleiro poderia simplesmente considerar como anedotas, dos múltiplos contextos de que eles participam, como ela encontra sua legitimidade na relação afirmada entre o “micro” e seu contexto. A atenção ao que foi efetivamente dito, trocado e levado em consideração pelos atores

¹⁸ C. Ginzburg, *Les batailles nocturnes. Sorcellerie et rituels agraires aux XVI^e e XVII^e siècles* (Paris, Flammarion, 1984; 1 ed. fr.: 1980) [N. do T.: trad. bras.: *Os andarilhos do bem. Feitiçarias e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*, São Paulo, Cia. das Letras, 1988].

¹⁹ *Ibid.*, p. 45.

num determinado momento coloca, em consequência, a questão das escalas de interpretação dos fenômenos. A análise, de início desenvolvida no nível da situação mais singularizada no tempo e no espaço, solicita a seguir quadros explicativos menos diretamente extraídos do acontecimento; esses quadros são apreendidos como patamares sucessivos que contêm e trabalham as realidades mais ínfimas. A micro-história não rejeita portanto a história geral, mas introduz a ela, tomando o cuidado de distinguir os níveis de interpretação: o da situação vivida pelos atores, o das imagens e símbolos que eles acionam, conscientemente ou não, para se explicar e se justificar, o das condições históricas da existência dessas pessoas na época em que seus discursos e seus comportamentos foram observados. Essas precauções impedem uma compreensão unívoca e estabelecem extratos de significação que, embora interpenetrando-se, conservam uma certa autonomia estrutural.

Sob muitos aspectos, entre as diversas propostas da micro-história, as que acabam de ser aqui apontadas e resumidas interpelam os métodos e os esforços teóricos da antropologia.

Sem dúvida, o trabalho de campo²⁰ não é o trabalho com arquivos, mas a valorização das expressões mais humildes, assim como das mais ostentatórias, de uma vida social bem delimitada é comum à abordagem micro-histórica e à etnografia, a não ser por uma — fundamental — diferença: as monografias etnológicas ditas “de gaveta” durante muito tempo foram perseguidas por um ideal de inventário exaustivo que devia, “sem nada omitir” (como aconselhava Mauss),²¹ situar todas as observações no mesmo plano. Se, de fato, nenhum paradigma organiza a litania de uma enumeração obsessiva inteiramente linear das coisas vistas ou ouvidas, é porque implicitamente se supõe que o “material” assim constituído diga, por sua própria espessura, o conjunto da sociedade estudada. Posteriormente, e eventualmente, a análise recorta a partir do exterior a matéria etnográfica básica (“os dados”) segundo as medidas das significações que lhe interessam.

A micro-história, a *contrario*, se resguarda de uma interpretação global a partir de uma massa documental indiferenciada a ser modelada ao sabor das teorias: Ginzburg, Levi e seus êmulos colocam no centro de suas demonstrações as situações sociais precisas, às vezes mesmo excepcionais, que eles isolam e “descascam”. O detalhe vale pelas fatias de realidade que revela, pelo peso das circunstâncias e das motivações que suporta, pela compreensão dos contextos aos quais introduz. Em compensação, quando a antropologia postu-

²⁰ E. Weber, *L'enquête, la recherche et l'intime ou: pourquoi censurer son journal de terrain?*, *Espaces Temps Les Cahiers* (47-48):71-81, 1991.

²¹ M. Mauss, *Manuel d'ethnographie* (Paris, Payot, 1947), p. 5 [N. do T.: trad. port.: *Manual de etnografia*, Lisboa, Dom Quixote, 1993].

la a homogeneidade do social sob a simples justaposição de suas observações organizadas em capítulos, ela esmaga os fatos, despoja-os de sua profundidade, de sua natureza contraditória e, por conseguinte, de toda a sua dinâmica.

A obscura clareza de numerosas monografias, que às vezes conferem à empiria uma estranha beleza inversamente proporcional à sua inteligibilidade, resulta essencialmente de uma sistemática extração dos dados de seu contexto. O antropólogo Gregory Bateson havia entretanto assinalado todo o proveito que as ciências sociais poderiam tirar de uma elaboração da noção de contexto para fins heurísticos: "Para mim, tinha-se tornado claro que era esse fenômeno do *contexto*, assim como o fenômeno estreitamente ligado do *sentido* (*significação*), que definia a linha divisória entre a ciência na acepção 'clássica' do termo e o tipo de ciência que eu tentava construir".²² Para Bateson, as relações entre os fatos observados e os diferentes contextos dos quais eles dependem devem ser antes entendidas como processos.²³ O contexto é imanente às práticas, faz parte delas. É portanto impossível pensá-lo em termos de estrutura estática. Como a troca de informação, a aprendizagem ou a mobilização da memória, ele não é contínuo nem coerente na duração, mas habitado por múltiplas contradições e fraturas internas. Enfim, vários contextos muitas vezes antinômicos se encontram cristalizados no próprio interior dos comportamentos dos atores.

Por exemplo, os rituais — ou, ao menos, as práticas repertoriadas sob essa rubrica — nunca param de recompor sua encenação: eles trazem para dentro dela imagens, gestos e discursos característicos de situações e de épocas diferentes mas que respondem às novas condições do momento. A fusão de contextos de origens distintas dentro de uma prática única dá a esta última toda a sua força evocativa. No Perche-Gouët, a festa de São Marcu concentra sob um mesmo protocolo, desde meados do século XIX, a data das festas da primavera (1º de maio) e a devoção solene a um santo que, como outrora os reis de França (de Filipe I a Carlos X),²⁴ cura escrófulas. A peregrinação tira dessas sobreposições esse excedente de significações que confere às tradições os meios de se perenizarem mesmo mudando constantemente.²⁵ Da mesma forma, em Montbard, na Borgonha, no 1º de maio, a co-

²² G. Bateson, *Vers une écologie de l'esprit*, I (Paris, Seuil, 1977), p. 13.

²³ A. Bensa, *Individu, structure, immanence*. Gregory Bateson et l'école française de sociologie, in Y. Winkin (ed.), *Bateson: premier état d'un héritage*, Colloque de Cerisy (Paris, Seuil, 1988), p. 153-70.

²⁴ M. Bloch, *Les rois thaumaturges. Étude sur le caractère surnaturel attribué à la puissance royale particulièrement en France et en Angleterre* (Paris, A. Colin, 1961).

²⁵ A. Bensa, *Les saints guérisseurs du Perche-Gouët. Espace symbolique du Bocage* (Paris, Institut d'Ethnologie, 1978), p. 208-9.

locação de árvores recém-cortadas sobre as casas das moças (as árvores de maio), o deslocamento de objetos privados usuais para espaços públicos e a organização de um carnaval e de manifestações operárias cristalizam num mesmo conjunto, desde a Liberação, práticas festivas de inversão extremamente antigas e os elementos de uma cultura política reivindicativa mais recente.²⁶ Em períodos de crise social, é possível que esses contextos entrelaçados se separem, recuperem sua autonomia e até entrem em confronto. Assim, a crise ideológica do século XVI, uma das áreas privilegiadas dos estudos micro-históricos, revela as contradições entre sistemas antagônicos de pensamento e a maneira pela qual a esquematização do sabá-tipo pelos processos de bruxaria tenta superá-las. O exame da variabilidade dos ritos e dos relatos ao longo do tempo revela-se mais esclarecedor do que as análises sinópticas que, no fundo, participam das liturgias que pretendem explicar.

O que designamos, para um período determinado, como "contexto" é muito diferente do que se entende habitualmente por "cultura", ou seja, esse hipotético reservatório de representações ordenadas que preexistiria às práticas e lhes daria *a priori* sentido. O contexto ou a cultura não podem ser confundidos com um quadro de referências; deve-se antes compreendê-los como um conjunto de atitudes e de pensamentos dotados de sua lógica própria mas que uma situação pode momentaneamente reunir no interior de um mesmo fenômeno. Os micro-historiadores pensam a cultura em sua imanência às relações sociais; assim redefinida, "como a língua", observa Ginzburg, "[ela] oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes — uma jaula flexível e invisível onde exercer sua própria liberdade condicional".²⁷

A antropologia sem dúvida não insistiu o bastante nessas dimensões problemáticas e contingentes da vida em sociedade. Os comportamentos e os enunciados que o etnólogo registra são contudo extraídos do desenvolvimento contínuo das relações de há muito travadas entre as pessoas que ele observa e interroga. As experiências acumuladas dessas pessoas, suas avaliações da situação do momento e do futuro imediato influem nas falas e nos atos que a abordagem etnográfica constitui em "informações". Esses dados — que são antes tomadas sucessivas registradas pela pesquisa como material para reflexão — se enraízam em séries de considerandos implícitos. Integrá-los à compreensão do material de pesquisa pressupõe uma extrema atenção

²⁶ E. Weber, *Premier Mai fais ce qu'il te plaît. Réinterprétations contemporaines d'éléments folkloriques dans une petite ville ouvrière de l'Auxois*, *Terrain*, 11:7-28, 1988.

²⁷ C. Ginzburg, *Le fromage et les vers. L'univers d'un meunier du XVI^e siècle* (Paris, Aubier, 1980), p. 16 [N. do T.: trad. bras.: *O queijo e os vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, São Paulo, Cia. das Letras, 1987].

à maneira pela qual as coisas vistas e ouvidas — e o próprio etnólogo — estão inseridas em situações.

O pesquisador de campo participa da vida dos grupos que o acolhem menos como o senhor astuto da situação, que finge brincar de índio conservando porém, velada mas vigilante, sua distância científica, do que como o peão muito pouco precavido de uma partida cujos lances o envolvem e muitas vezes o surpreendem.²⁸ A sociedade que acolhe faz da estada do pesquisador em seu seio um acontecimento que transcorre dentro do jogo do momento, dentro da história local. Assim, as falas e ações indígenas, que o etnógrafo tende a considerar como “dados” independentes da sua presença e retirados sistematicamente de um estoque supostamente finito de tradições, são o resultado mais visível de um trabalho conjuntural de produção de enunciados e gestos. Por sua forma e seu conteúdo, o que é mostrado e dito tece progressivamente uma história, a dos lugares e dos papéis sucessivos atribuídos ao observador, e também a das estratégias retóricas dos “informantes”.

A micro-história se apóia no exame das rupturas, das incoerências e das incompreensões que surgem nos documentos, conferindo uma importância considerável às trocas verbais: “Devemos procurar nos apoiar nos raros casos em que a documentação tem um caráter dialógico num sentido que não é o de um diálogo formal”.²⁹ Carlo Ginzburg trata do século XVI italiano e europeu a partir de uma leitura minuciosa de arquivos judiciais em que estão consignadas as palavras dos inquisidores e de seus acusados. As pessoas envolvidas são nomeadas e situadas de modo bastante preciso na época em que agiram e falaram. Ginzburg reconstitui a história das situações sucessivas de interlocução por meio das quais os processos particulares de bruxaria foram urdidos e deixaram vestígios nos arquivos.

Como ressalta Levi, “toda ação social é vista como o resultado de uma negociação individual constante, de uma manipulação, de escolhas e de decisões diante de uma realidade normativa que, embora onipresente, nem por isso deixa de oferecer amplas possibilidades às interpretações e às liberdades pessoais”.³⁰ O fato de insistir nas palavras proferidas (em detrimento dos comentários de segunda mão sobre os fatos) e de pôr em destaque atos de linguagem no interior dos processos, dos interrogatórios e, de uma maneira

²⁸ Cf. J. Favret-Saada, *Les mots, la mort, les sorts. La sorcellerie dans le Bocage* (Paris, Gallimard, 1977); F. Weber, *Le travail à-côté. Étude d'ethnographie ouvrière* (Paris, INRA-EHESS, 1989).

²⁹ C. Ginzburg, *Le sabbat des sorcières* (Paris, Gallimard, 1992), p. 24 [N. do T.: trad. bras.: *História noturna: decifrando o sabá*, São Paulo, Cia. das Letras, 1991].

³⁰ G. Levi, *On microhistory*, p. 94.

geral, dos conflitos, aproxima a micro-história da experiência etnográfica. Mas seria preciso que esta última apresentasse, medindo ao mesmo tempo as distorções induzidas por seu trabalho de escrivã, as falas indígenas em seu encadeamento efetivo tal como ele se desenvolve, por exemplo, através de um diálogo, de uma discussão ou de uma troca de discursos oficiais. Levando em conta a lógica institucional que preside o registro dos enunciados (a do tribunal, a do policial, a do confessor, a do etnólogo etc.), o esclarecimento do sentido imediato, para os locutores, das declarações trocadas constituiria assim o primeiro círculo da análise, a partir do qual outras interpretações se desenvolveriam pelo alargamento progressivo da noção de contexto de enunciação.

A sociologia, com Durkheim, estabeleceu claramente que os atos dos indivíduos e suas palavras assumem um sentido objetivo se os recolocamos nas posições que cada um ocupa de fato na sociedade. Durkheim, depois de Marx, denunciou dessa forma a ideologia individualista e psicológica que prega a autonomia do sujeito em relação a seu meio social de origem. Como método, essa vulgata determinista — que, em sua acepção mais geral, nunca foi invalidada — leva o sociólogo a descrever todo espaço social como um sistema diferenciado de estatutos, chave interpretativa das atuações de seus membros: as declarações de uns e de outros são de fato entendidas como pontos de vista que refletem experiências sociais do mundo tão diversas quanto a morfologia social é heterogênea e dividida em vários subconjuntos permanentes (classes, ordens, categorias, estratos etc.).

Um tal objetivismo tem o mérito, como esperava Durkheim, de “explicar os fatos sociais por outros fatos sociais”³¹ e de apreender o espaço social não como um *continuum* uniforme, mas por intermédio das suas articulações. Ele apresenta contudo o inconveniente de toda teoria das correspondências: elas não ajudam a entender nem o encadeamento histórico das transformações sociais nem o papel singular que nele pode desempenhar cada indivíduo. A dificuldade só pode ser superada pelo recurso às noções de estratégia e de trajetória, que restituem a margem de manobra dos atores e permitem reconstruir seu sentido. Nessa medida, os enunciados que a pesquisa por entrevistas recolhe referem-se aos grupos dos quais os locutores são membros e revelam os projetos, as esperanças e as decepções por meio das quais eles se encontram inscritos numa história sempre em marcha. Tanto é assim que as “tradições” orais revelam-se bastante mutáveis quando as coletamos ao longo de um período extenso junto às mesmas pessoas, como o fizemos, por exemplo, na Nova Caledônia.

³¹ E. Durkheim, *Les règles de la méthode sociologique* (Paris, PUF, 1963; 1 ed.: 1895).

Os Kanak do centro da Grande Terra distinguem as “pessoas comuns” dos “nobres”, eles próprios divididos em duas categorias: os representantes do grupo de parentesco e/ou do território (os “chefes”) e os fundadores dos espaços ocupados (os “senhores da terra”). Os “chefes” são originariamente exteriores ao território do qual constituem o emblema vivo quando os senhores da terra nele os acolhem e os instalam. Esse sistema de duas cabeças não é destituído de tensões: o chefe depende da boa vontade de seus anfitriões, que podem ser tentados, em caso de desentendimento, a lhe lembrar suas origens estrangeiras, desestabilizando assim a legitimidade que no passado lhe tinham conferido. Para prevenir essa ameaça sempre latente, os “chefes” desenvolvem estratégias de enraizamento, entre as quais a relativização de sua qualidade de imigrados tem um papel essencial. Enquanto um relato de sua chegada como seres vindos de um território longínquo “num turbilhão de vento” sublinhava que eles deviam tudo a seus anfitriões, uma outra história nos foi contada cerca de 10 anos depois: nela o “chefe” mora bem perto de seu lugar de residência atual, que ele passa a integrar não mais como um guerreiro celeste e selvagem que vive da caça, mas como um horticultor prevenido que traz consigo inhames. Com isso, os “chefes” pretendem fazer valer sua antigüidade relativa e se colocar progressivamente na categoria dos autóctones ou “senhores da terra”, a ponto, por vezes, de incitarem estes últimos a acolher um novo estrangeiro para, em troca, eles próprios se identificarem definitivamente com os antigos do lugar.³²

Assim como o estatuto de “chefe”, o de “senhor da terra” não é estabelecido de uma vez por todas. A autoctonia dos fundadores (ou do clã) nunca é incontestável, uma vez que as guerras incessantes do passado, e a seguir as expoliações de terras de que a França colonial foi culpada, obrigaram os grupos locais a se dispersar e a se reimplantar mais além. Essas incertezas levam as poucas linhagens, globalmente reconhecidas como desde há muito instaladas numa região, a reivindicar, cada uma, uma antigüidade maior que as outras, garantia de um prestígio superior e, além disso, de uma legitimidade maior para exercer uma autoridade segura sobre os chefes e, eventualmente, perante o poder branco. A competição passa por vários tipos de estratégias, como acusação de feitiçaria, denúncias escritas à polícia dos abusos de alguns, mexericos descortesios, intimidações físicas etc., que ocasionalmente vieram a ser substituídas pela gravação de “mitos de origem” a pedido do pesquisador europeu. Assim, as histórias que relatam o aparecimento da superfície terrestre e de seus primeiros ocupantes são sempre contadas por pessoas que reivindicam o estatuto de “senhor da terra”. Nesse

³² Cf. A. Bensa, “Terre kanak: enjeu politique d'hier et d'aujourd'hui. Esquisse d'un modèle comparatif”, *Études Rurales* (127-128):107-31, 1992.

tipo de narrativa, a antigüidade se confunde com a própria origem do mundo. Uma retórica do exagero permite ao narrador fazer de seu ancestral o ancestral de toda a humanidade e, dessa forma, assegurar sua posição de fundador do clã ou do lugar. O simples ato de tomar da palavra para narrar o aparecimento do mundo, a fatura do texto e o jogo de imagens que ele exhibe sistematizam alusões que correm todas elas na direção de um único objetivo: dizer o direito da linhagem ao estatuto de senhor da terra e, por meio desse ato de dizer, esforçar-se para impô-lo. O enunciado pretende ser eficaz; aquele que o profere conta persuadir seus ouvintes da sua validade. E é provável que, a seu ver, a narração diante do gravador de um europeu aumente, com as chances de publicidade da fala (escuta, publicação), o poder de influência da narrativa.

Para além desse caso específico, os enunciados, de modo geral, não podem ser confinados apenas dentro das posições ou trajetórias dos locutores. É patente que eles também abrem, ao entrar em comunicação uns com os outros, espaços semânticos, e portanto sociais, cuja estrutura e tonalidade não constituem uma cópia exata daqueles que os precederam. Sem dúvida, a continuidade da realidade social é assegurada por atos de linguagem, mas é justamente porque nunca são garantidos, porque detêm a capacidade de se autodispor de várias maneiras diferentes e de interpelar de modo parcialmente imprevisível seus similares, que esses atos guardam possibilidades de desenvolvimento e de transformação. As funções dos atos de linguagem revelam-se diversas: ora as declarações feitas não fazem mais que validar os estatutos sociais dos locutores (ao declarar que a “sessão está aberta”, o presidente confirma que enquanto tal ele é o único que pode abrir a sessão); ora elas alteram o curso dos acontecimentos, exercendo sobre o auditório uma influência tal que, convencidas pelo discurso, as pessoas modificam seus pontos de vista, suas atitudes e mesmo as referências que até então tinham força de lei. É possível mostrar, assim, como a fala, sob a condição de se mover dentro daquilo que Jean-Louis Siran chama adequadamente de um “espaço de aceitabilidade”,³³ é capaz de engendrar campos sociais em regressão ou em expansão, como ela refaz, faz e desfaz o mundo.³⁴ Mas é preciso

³³ J.-L. Siran, *Rethoric, tradition and communication: the dialectics of meaning in proverb use*, *Man*, 28(2):225-42, 1993.

³⁴ Como o demonstra, por exemplo, Bergmann a propósito dos mexericos, “não se deve confundir o contexto com uma variável externa e normativa que os atores têm de seguir, e sim conceber um contexto no interior da conversação que os atores produzem por meio das suas ações, para fazer dele o quadro de interpretação das ações dos atores”. J. R. Bergmann, *Discreet indiscretions. The social organization of gossip* (New York, Aldine de Gruyter, 1993). Agradeço a Christiane Bougerol por me ter indicado esse trabalho.

tomar cuidado para nunca reificar a fala em categorias *sui generis* transcendentais à prática, e sim acompanhá-la em sua circulação efetiva.

É possível então mostrar, por exemplo, que as narrativas que os antropólogos se comprazeram em chamar de “mitos”,³⁵ muito aquém das meditações transculturais que podem inspirar, participam de maneira inteiramente pragmática de uma micro-história social conhecida pelo narrador e por seus ouvintes. Esse “saber compartilhado”³⁶ é incessantemente solicitado no interior da narrativa por um rico sistema de alusões, de piscadelas de olhos e de subentendidos que aquele que é estranho “às falas da tribo” não consegue entender. O sentido não é perceptível do exterior; ele só se mostra ao observador se este último é capaz de situar a narrativa no campo das interlocuções que a precedem e a seguem. Essa dimensão interativa e comunicante do “mito” permite o acesso à sua compreensão e às suas funções imediatas. Os efeitos lúdicos e táticos, as construções circunstanciais, o recurso à citação e à alusão disfarçada, sob a cobertura de uma sucessão de imagens aparentemente fantasistas, remetem a um saber implícito, a uma moral e a uma história comuns. A arte retórica liga a forma ao fundo, a natureza da narrativa ao seu contexto de enunciação e à identidade do narrador. O tipo de enunciado escolhido, sua fatura, suas figuras e os nomes próprios que ele exhibe são largamente dominados pela conjuntura.³⁷

Mostrando-se atenta ao encadeamento das situações concretas, a etnografia deveria ser capaz de revelar os diversos campos do discurso em que coexistem declarações oficiais, elucubrações marginais, concepções unanimemente aceitas ou compartilhadas apenas por alguns, enunciados proibidos ou excepcionais e mesmo, muito aquém de tudo o que se pode ouvir, proposições impensadas; sem que estas últimas, contudo, sejam dotadas de um privilégio heurístico particular. Dessa forma, os processos por meio dos quais os acontecimentos são construídos, e seus ecos na vida social são conservados ou alterados, serão desvendados em toda a sua diacronia.

³⁵ Cf. A. Bensa et J.-C. Rivierre, De l'histoire des mythes. Narrations et polémiques autour du rocher Até. (Le mythe et ses métamorphoses), *L'Homme*, 106-107, 28(2-3):263-95, 1988.

³⁶ F. Hartog, *Le miroir d'Hérodote. Essai sur la représentation de l'autre* (Paris, Gallimard, 1980), p. 27.

³⁷ Cf. A. Duranti & C. Goodwin (eds.), *Rethinking context. Language as an interactive phenomenon* (Cambridge, Cambridge University Press, 1992).

Temporalidades

“O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta, ao fazê-lo, a seguinte verdade: de tudo o que alguma vez aconteceu nada deve ser considerado perdido para a História.”³⁸

Giovanni Levi aborda a história de uma aldeia do Piemonte no século XVI a partir de duas longas gerações de homens, o pai e o filho. Enquanto o primeiro (notário e podestade) consegue controlar o jogo das relações sociais num período em que a aldeia permanece distante das turbulências regionais, o segundo (padre), enredado nos novos conflitos entre senhores e com o poder central, faz frutificar a importante herança política que lhe legara seu pai: para tentar enriquecer, procura tirar proveito, num primeiro momento, da posição preeminente que ocupa na aldeia e do contexto de crise e de miséria; em seguida, reinvestindo seu capital de notoriedade num novo campo mais sensível às características “imateriais” do poder, lança-se pelas estradas da região exercendo o ofício de exorcista e de curandeiro. Levi reconstitui no tempo real as carreiras do filho e do pai e se aproxima assim “dos comportamentos concretos em toda a sua complexidade ambígua pois que se referem a normas múltiplas e contraditórias”.³⁹

A micro-história reconstrói, em torno de alguns personagens precisos, aquilo que o seu espaço social foi e, dessa forma, dá conta das incertezas das suas escolhas diante da conjuntura do momento. As condições do presente tal como ele foi vivido tornam-se acessíveis para nós graças a uma decupagem da história em seqüências que correspondem às modalidades práticas de uso do tempo pelas pessoas do século XVI. Esse “presente histórico” não tem nada a ver com um instantâneo fotográfico, já que se decompõe em realidades sociais articuladas no tempo; assim são restituídas as situações no interior das quais os indivíduos reorganizaram sua experiência e fizeram valer sua estratégia própria apesar da rigidez das estruturas sociais do Antigo Regime. Uma tal análise do passado faz explodirem as coerências e as impressões de homogeneidade com que um olhar mais distante talvez se contentasse: o passado se torna um “presente de outrora”, ou seja, um “sistema

³⁸ W. Benjamin, Thèses sur la philosophie de l'histoire. III, in *Poésie et révolution* (Paris, Les Lettres Nouvelles, 1961).

³⁹ G. Levi, *Le pouvoir au village. Histoire d'un exorciste dans le Piémont du XVII^e siècle* (Paris, Gallimard, 1989), p. 41.

de contextos”⁴⁰ que nunca param de agir uns sobre os outros e com os quais os indivíduos tecem cada qual a sua própria tela.

Enquanto a micro-história permite o acesso à presença passada do tempo, a antropologia se instala num eterno presente. Para descrever as sociedades estudadas, o “presente etnográfico” (que limitarei aqui ao recurso ao presente gramatical) se afasta de qualquer influência histórica.⁴¹ Devemos admitir, com Umberto Eco, que os etnólogos são “os jornalistas do eterno”, ou então sublinhar o que essa atitude metodológica tem de irrealista? Como mostrou Johannes Fabian,⁴² a escrita da etnografia no presente mascara as contradições, as rupturas, os solavancos da vida social e ressalta em troca, por uma espécie de depuração do real, tudo aquilo que, na sociedade, encerra um caráter normativo. O tempo imóvel da etnologia lembra o da anatomia, que considera o corpo na simultaneidade dos seus componentes internos.

É raro os etnólogos datarem suas informações de campo. Quanto aos membros das sociedades estudadas, presume-se que se expressem sem tampouco se referir a qualquer temporalidade. Por essa dupla omissão, a etnografia dá a entender que descreve “sistemas” que resistem ao desgaste do tempo. Os historiadores por vezes se espantam ante essa ausência de balizas, que confere às sociedades uma certa imaterialidade atemporal. Ao se exprimir de preferência no presente, a antropologia parece querer fazer da sincronia a palavra de ordem de suas interpretações e, ao mesmo tempo, reprimir essa ardente nostalgia do passado que com frequência a habita. Acontece mesmo de os fenômenos sociais que retêm prioritariamente a atenção dos etnólogos não serem aqueles que eles têm diante dos olhos, e sim seus vestígios nas memórias, em objetos ou em comportamentos considerados “residuais”. A etnologia religiosa compraz-se assim particularmente em interpretar as crenças e os cultos contemporâneos em termos de sobrevivência e de sincretismo. Entretanto, relacionar, por exemplo, alguns elementos de uma prática guadelupeana atual de cura a uma tradição antiga datada da época da escravidão é bem menos explicativo do que mostrar como esses elementos se somam a outros de proveniências diversas: “Os videntes curandeiros [...] e as pessoas que passam de seita em seita [...] são uns e outros os atores de um movimento de criação cultural marcada pela lógica da acumulação e da justaposição”.⁴³ De maneira mais geral, observa Marc Augé, “o

⁴⁰ Ibid., p. 15.

⁴¹ R. Sanjek, *The ethnographic present*, *Man*, 26(4), p. 609-28.

⁴² J. Fabian, *Time and the other: how anthropology makes its object* (New York, Columbia University Press, 1983).

⁴³ C. Bougerol, *Le cumul magico-religieux à la Guadeloupe*, *Journal de la Société des Américanistes*, 79/101, 1993.

problema da origem [das práticas ditas sincréticas] é bastante relativizado pelo caráter eminentemente atual de sua pertinência”.⁴⁴

Assim, o trabalho que consiste — sem muitas vezes se entregar, como faria o historiador, a uma crítica das fontes — em redesenhar os contornos de universos antigos, implicitamente considerados originais, permanece suspeito. Foi contra essa deriva, e em parte contra si próprio, que se voltou Malinowski ao convidar seus colegas a fundar, em vez de uma etnologia escrita no presente, uma verdadeira etnologia do presente, do atual e do contemporâneo:

A antropologia, mesmo na geração que nos precede, preferia estudar o homem morto ao homem vivo: era sobretudo a ciência dos crânios e dos esqueletos, do homem neolítico ou pleistoceno, de idades e de formas conhecidas apenas por parcas sobrevivências e audaciosas reconstruções [...] A antropologia do futuro ocupar-se-á do estudo do indígena em mutação e das raças “intermediárias” ou “bárbaras”; interessar-se-á tanto pelo hindu quanto pelo tasmaniano, tanto pelos camponeses chineses quanto pelos aborígenes australianos, tanto pelo negro das Antilhas quanto pelo trobriandês melanésio, tanto pelo africano destribalizado do Harlem quanto pelo pigmeu de Perak [...] Em resumo, uma tal antropologia não terá somente uma maior importância prática, mas tornar-se-á ao mesmo tempo uma verdadeira ciência, mesmo que deixe de ser uma evasão romântica ou um pretexto para um maravilhoso devaneio.⁴⁵

O novo olhar que Malinowski propunha a seus colegas adotar implica que os fatos etnográficos sejam tratados como fatos historizados, ou seja, como falas ou comportamentos inscritos num determinado período. Os sistemas descritos assumem então um relevo completamente diferente; definem uma época, uma resposta a um conjunto circunstancial de determinações. A noção de estrutura não evocaria mais portanto a idéia de uma ossatura permanente, e sim a de uma relação sempre tensa entre as heranças do passado e as exigências do presente. A referência à sincronia não sustentaria mais a idéia bastante artificial, porque atemporal, de equilíbrio, mas constituiria simplesmente uma técnica de exposição, suscetível de fazer aparecer uma lógica social num momento dado. Nessas condições não é legítimo confundir o es-

⁴⁴ M. Augé, *Les "syncrétismes"*, *Le grand atlas des religions* (Paris, Encyclopaedia Universalis, 1988), p. 131.

⁴⁵ B. Malinowski, *La rationalisation de l'anthropologie et de l'administration*, *Genèses*, 17/148, 1994 (1 ed.: *Africa*, 3(4), 1930). Devo a B. de L'Estoile ter tomado conhecimento desse texto importante para a história da antropologia.

tado real da sociedade, justapondo, conforme a necessidade, informações tiradas de diferentes fases históricas do mundo estudado e as regras argumentativas que permitem dar conta desse mundo, e deduzir de uma sincronia puramente metodológica a permanência das estruturas.

Tais artefatos ("alterações produzidas artificialmente por ocasião de um exame de laboratório")⁴⁶ revelam-se com clareza quando interrogamos a variabilidade do uso dos nomes próprios num determinado conjunto socio-cultural. Segundo a boa regra, seu levantamento etnográfico não deveria ser referido aos outros procedimentos de identificação com os quais os membros da sociedade estudada eventualmente já se defrontaram?⁴⁷ Por exemplo, a decifração das organizações sociais kanak do centro-norte da Nova Caledônia passa pela coleta e a análise do sistema de nomes pelos quais os indivíduos, os grupos e os lugares são designados. Mas esse aparelho simbólico jogado como uma rede de malha fina sobre a sociedade tal como ela se projeta no espaço conheceu, ao que parece, numerosos avatares desde o início da colonização oficial em 1853. Assim, os nomes de família fornecidos à administração em 1946 para a constituição do primeiro registro civil melanésio são em geral, mas nem sempre, nomes de antigos habitats que os Kanak tiveram que abandonar entre 1860 e 1890, sob a pressão dos colonos e das medidas de distribuição em reservas. Sem dúvida, a designação das unidades de parentesco por topônimos correspondentes a locais de residência é uma prática antiga. Encontramos, nos mapas militares do século XIX, os nomes dos lugares retomados após 1946 como patronímicos. Mas sua atribuição a uma ou outra família e a maneira pela qual cada uma delas justifica posteriormente sua ligação com o topônimo que a designa parece resultar de uma interpretação kanak da situação no próprio momento em que o registro civil foi efetuado. Na medida em que o sistema social que hoje se pode descrever é inteiramente tributário das relações complexas estabelecidas entre todos esses nomes de família, não é errado pensar que ele combina a herança de uma sociedade kanak mais antiga com a situação criada para os melanésios pelo poder colonial após a II Guerra Mundial. A hipótese é tanto mais verossímil na medida em que o despovoamento, sob os efeitos da repressão, das epidemias ou do exílio, das zonas outrora livremente ocupadas pelos Kanak deixou desocupado um grande número de localidades e hábi-

⁴⁶ N. do T.: o autor remete, para essa definição do termo *artefact*, a *Le Petit Robert. Dictionnaire de la langue française* (Paris, Le Robert, 1987). Segundo o Aurélio, o termo "artefato", em português, designa também, "na preparação de lâminas para estudo microscópico, toda estrutura observada que não é natural, e sim produto de manipulação".

⁴⁷ Cf. G. Noiriel, *La tyrannie du national. Le droit d'asile en Europe, 1793-1993* (Paris, Calmann-Lévy).

tats, ou seja, de nomes. As pessoas interrogadas mais de meio século depois tiveram assim à sua disposição um vasto estoque de topônimos por meio dos quais podiam afirmar sua autoridade sobre lugares situados fora de suas reservas. Estamos, de fato, diante de uma recomposição circunstancial do sistema dos nomes próprios tal como o tornou possível e politicamente eficaz o estabelecimento do registro civil a partir de 1950. Nada permite provar que as observações feitas nesse período reproduzem fielmente o sistema sócio-político que era operacional antes das expoliações de terras e do advento do Código do Indigenato (1880).

Da mesma forma, vários relatos e discursos de feitura extremamente tradicional mostraram ter sido elaborados nos últimos 40 anos em reação a situações diretamente provocadas pela política colonial: vinculação a um determinado distrito, e não a outro, contestações das chefias administrativas instaladas pela administração francesa, conflitos de terras suscitados por sua redistribuição. Nada mais historizado do que essa etnografia que se iludiria sobre si mesma se não se proporcionasse os meios metodológicos de fazer a crítica de suas fontes, a fim de apontar as modalidades segundo as quais os comportamentos e as falas que observou participavam de uma evolução histórica local.

Ao não relacionar os documentos com que lida com o seu contexto ou, segundo Bateson, com a sua "estrutura no tempo",⁴⁸ a antropologia se erê autorizada a não ter que distinguir o atual do antigo, pensa poder identificar o singular com o geral, o conjuntural com o estrutural. A disciplina apreendeu assim o contexto antes como o lugar semântico da repetição e abonou a idéia de que a cultura e a tradição consagram a pregnância do eterno retorno, a primazia do passado sobre o presente, do previsível sobre o incerto. A retomada do mesmo, cara às teorias fixistas das ciências naturais da idade clássica, é consubstancial às noções de organismo social, de sistema cultural e de estrutura profunda. Não se pode, é claro, conceber uma matéria ou uma espécie viva sem recorrências; mas, ao atribuir às sociedades a estabilidade aparente das pedras, das plantas ou dos bichos, a antropologia correu o risco de deixar escapar a própria especificidade do fenômeno humano, a saber, sua inserção numa temporalidade própria, independente do tempo longo da geologia e da biologia. Os fatos sociais não são coisas, e a antropologia se alinha do lado das ciências sociais que levam em conta a dimensão do tempo.⁴⁹ Assim, os contextos aos quais o etnólogo e seus cadernos são inevitavelmen-

⁴⁸ G. Bateson, *La nature et la pensée* (Paris, Le Seuil, 1984), p. 23.

⁴⁹ J.-C. Passeron, *Le raisonnement sociologique. L'espace non poppérien du raisonnement naturel* (Paris, Nathan, 1991).

te remetidos devem ser apreendidos como processos. Por meio deles, a cultura se torna um fenômeno historizado.

Basta multiplicar as pesquisas durante um período bastante longo numa mesma área para ver aparecerem, sob a obscura densidade do cotidiano, seqüências temporais que permitem sugerir que um conjunto de informações corresponde a um estado do mundo social numa determinada época, aquela ao longo da qual uma mesma problemática se impôs ao espírito dos pesquisados. As anotações de “campo” se inscrevem numa temporalidade específica. Por exemplo, toda a documentação que consegui reunir na Nova Caledônia entre 1973 e 1978 mostra-se inteiramente dominada pela preocupação dos meus interlocutores kanak de terem restituídas as terras de onde a colonização os expulsara um século antes.⁵⁰ As atitudes e as declarações tendiam a reconstituir o mapa da ocupação kanak do espaço anterior ao confinamento nas reservas (1876-90). Essa forte exigência, à qual a pesquisa oferecia um meio de expressão inesperado, reforçava a autoridade das pessoas mais velhas, cuja memória era a principal fonte desse intenso trabalho. Na mesma época, os efeitos financeiros da elevação dos preços do níquel abriam mais amplamente aos Kanak o acesso ao mercado econômico europeu, sem com isso inseri-los na sociedade caledônia dominante. E essas contradições encontravam em despesas ostentatórias, no consumo excessivo de álcool, e em outras condutas tão paroxísticas quanto desesperadas, sua forma mais manifesta de extravasamento. Assim, a febril atividade intelectual dos meus interlocutores — decididos a pôr todo o seu saber e sua habilidade retórica a serviço da recuperação de seus direitos sobre a terra — se exercia numa curiosa atmosfera em que sobriedade e bebedeira conviviam perfeitamente, um pouco como nas caves de Saint-Germain-des-Prés no pós-guerra.

Desejo menos insistir aqui na tonalidade de um período particular do que na necessidade, para o etnógrafo, de definir os momentos em que suas pesquisas de campo se realizam, quanto mais não seja porque os modos de comportamento jamais são independentes das modas. “Sob pena de naturalizar as estruturas”,⁵¹ a etnografia tem todo interesse, na medida do possível, em integrar à sua experiência as condições históricas da sua realização. Daí decorre a inteligibilidade não apenas do trabalho de campo, mas também dos modelos explicativos que podem ser obtidos. Catherine Alès, por exemplo, mostrou, a propósito dos índios Yanomami, que, conforme se inserir as observações etnográficas na lógica do “tempo curto”, do “tempo médio” ou

⁵⁰ Cf. J. Dauphiné, *Les spoliations foncières en Nouvelle-Calédonie* (Paris, L'Harmattan, 1989).

⁵¹ P. Bourdieu, *Choses dites* (Paris, Minuit, 1987) [N. do T.: trad. bras.: *Coisas ditas*, São Paulo, Brasiliense, 1990].

do “tempo longo”, se estará insistindo respectivamente mais nas fragilidades do grupo local, na estabilidade relativa ou no equilíbrio global dos segmentos sociais que se recompõem ao se confrontar: “é importante, assim, levar em conta a escala de tempo para definir níveis de leitura da estrutura social pois o estatuto do modelo é relativo ao tempo que se escolhe para estudar a sociedade”.⁵²

A singularidade de uma época, ou seja, seu modo próprio de organizar e exprimir sua historicidade, reside, é verdade, na tensão que é gerada pela contemporaneidade de atitudes herdadas do passado e de comportamentos provocados por novas problemáticas. O “espírito da época” (*Zeitgeist*), apesar de sua fugacidade, mantém uma relação complexa de continuidade e singularidade com o “espírito do povo” (*Volksgeist*) lastreado pelos hábitos de há muito adquiridos; contudo, “os *ethos* dos grupos permanentes não são fixados de uma maneira absoluta, mas estão sujeitos a processos de mudança”.⁵³ Para perceber esse movimento que confere ao fato social sua especificidade, convém discernir em que medida os equilíbrios atuais integraram as “lutas anteriores para transformar ou conservar a estrutura” e contêm em germe, nas relações de força do momento, “o princípio [...] das transformações ulteriores”.⁵⁴

Concretizar uma tal ambição muitas vezes significa, como a micro-história nos convida a fazer, restituir um estatuto teórico forte ao acontecimento. Para Marshall Sahlins, a maneira pela qual sua irrupção é tratada pela sociedade nos revela se esta privilegia as atitudes *prescritivas*, conformes a normas preestabelecidas, ou então os atos *performativos*, que geram por si sós novos contextos.⁵⁵ As respostas variam segundo as civilizações. Os polinésios da Nova Zelândia, por exemplo, teriam integrado às suas tradições ancestrais perenes a surpreendente chegada dos brancos à sua costa: “Para os maoris, esses acontecimentos são totalmente únicos ou novos, mas eles os percebem prontamente, segundo a ordem recebida da estrutura, como idênticos ao acontecimento original [...] o mundo maori se desenvolve como um eterno retorno”.⁵⁶ Os havaianos, por seu lado, teriam reavaliado e reordenado suas categorias religiosas e sociais sob o impacto das atividades desenvolvidas entre eles pelos comerciantes europeus após a morte de Cook. O acontecimento é assim encarregado ora de reproduzir a ordem social (Nova Zelândia), ora de modificá-la (Havaí).

⁵² Cf. Alès, *Chroniques des temps ordinaires. Co-résidence et fission Yanomami*, *L'Homme*, 113, 30(1):92-3, 1990.

⁵³ G. Bateson, *La cérémonie du Naven* (Paris, Minuit, 1971), p. 130.

⁵⁴ P. Bourdieu, *Choses dites*, p. 56.

⁵⁵ M. Sahlins, *Des îles dans l'histoire* (Paris, Gallimard-Seuil, 1989; 1 ed.: Chicago-Londres, 1985) [N. do T.: trad. bras.: *Ilhas de história*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990].

⁵⁶ *Ibid.*, p. 68-9.

mas, afinal de contas, o que ele faz é muito mais revelar uma estrutura cultural do que introduzir à compreensão de um processo temporal. Sahlins coloca o princípio da historicidade dos sistemas culturais e ressalta a importância do acontecimento sem com isso se envolver num raciocínio de tipo histórico que articularia entre si diferentes seqüências de fatos temporalizados.⁵⁷

Sucedendo-se no eixo do tempo, os fatos sociais participam objetivamente de uma evolução histórica, seja esta pensada ou não como tal por seus autores. Estes últimos, em troca, conseguem chegar à historicidade do social por intermédio de sua própria experiência cultural do tempo. Nesse domínio, a etnografia deve examinar, junto com as “representações” do tempo, os processos segundo os quais o tempo é solicitado para trabalhar a vida social. A memória, o esquecimento, o prognóstico selecionam os fatos sociais, fazem deles elementos significantes, e isso de diversas maneiras, segundo as culturas. Lévi-Strauss, entretanto, acredita poder estabelecer que “o próprio do pensamento selvagem é ser intemporal”.⁵⁸ Mas para tanto ele oblitera as funções cognitivas e sociológicas das relações com o tempo. Ao excluir a dimensão do tempo da observação etnográfica, a antropologia corre o risco de ficar prisioneira ora de filosofias rígidas da história, ora, o que não é muito diferente, de hipóteses estruturalistas atemporais.

Como lembra Giorgio Agamben, “toda cultura é antes de mais nada uma certa experiência do tempo, e não existe cultura nova sem transformação dessa experiência”.⁵⁹ Como essa experiência se encontra alojada no mais fundo da nossa apreensão “espontânea” do mundo, é difícil perceber seu caráter construído. É sem dúvida por isso que o Ocidente contemporâneo tem dificuldade de objetivar suas próprias experiências e filosofias do tempo. Seu etnocentrismo nessa matéria — talvez mais agudo que em outros domínios — o leva a julgar as outras concepções da temporalidade com base nas suas próprias. Somente uma difícil crítica das ideologias modernas do tempo — na linha das reflexões de um Walter Benjamin⁶⁰ — poderia atenuar essa cegueira e abrir caminho para o conhecimento (e o reconhecimento) da historicidade específica das sociedades não-industriais.⁶¹

⁵⁷ Cf. a vigorosa crítica do “estruturalismo histórico” desenvolvida por N. Thomas, *Out of time. History and evolution in anthropological discourse* (Cambridge, Cambridge University Press).

⁵⁸ C. Lévi-Strauss, *Histoire et dialectique*, p. 341.

⁵⁹ G. Agamben, *Enfance et histoire. Dépérissement de l'expérience et origine de l'histoire* (Paris, Payot), p. 113.

⁶⁰ W. Benjamin, *Thèses sur la philosophie de l'histoire*.

⁶¹ Cf. J. Chesneaux, *L'axe passé-présent-avenir, Transversales "Science-Culture"*, 26:3-6, mars/avr. 1994.

As informações fornecidas com mais espontaneidade pelos Kanak são de tipo “histórico”: “Nós deixamos este lugar para nos instalarmos naquele outro antes de irmos para cá; nossos ancestrais surgiram no lugarejo X”. Os enunciados estabelecem deslocamentos entre pontos fixos e ressaltam a importância do lugar de origem. A acumulação de diferentes habitats ocupados a partir de um habitat-matriz fornece a trama de relatos apresentados como a memória do passado da qual os “velhos” são os depositários. Os Kanak acionam aqui uma representação linear do tempo cujas etapas se inscrevem simultaneamente no espaço. O tempo se reduz assim à ocupação de um lugar e à distância percorrida entre dois lugares de residência, enquanto as referências à horticultura remetem à sucessão repetitiva, ano após ano, de momentos idênticos vividos no mesmo lugar. Essa concepção profundamente espacializada da temporalidade faz da leitura da paisagem o suporte da rememoração. A nostalgia do passado, na literatura oral kanak, é nostalgia dos espaços que foi preciso abandonar. Ela se revela tanto mais forte na medida em que as identidades coletivas são ditas por meio de topônimos. Ao remontar à cadeia de lugares onde residiram seus ancestrais, o informante atinge o lugar original do qual traz o nome. Os relatos fazem do passado a melhor garantia do presente. A memória trabalha os enunciados; ela individualiza os grupos revelando o que liga o seu presente à sua matriz.

O tempo acumulado constrói a identidade e constitui a base dessas instituições políticas que são as chefias kanak. O procedimento, corrente na Nova Caledônia, na Polinésia e na África, que reza que se dê a chefia a um estrangeiro, faz ele próprio referência ao tempo. Com a entronização de um novo chefe, começa uma nova era política. Não há chefia sem migração, sem a história do recém-chegado que se vê promovido à condição de chefe do território que o acolhe. A nova situação marca o início de um período que se encerrará com a cessão do título supremo a um outro grupo. Cada acontecimento desse tipo é singular em razão das identidades diversas dos protagonistas que neles se encontram implicados; não é portanto possível considerar que a colocação em prática do princípio geral da acolhida do estrangeiro como chefe não faça mais que marcar a reprodução idêntica de configurações sucessivas. Os relatos vêm qualificar as particularidades de cada instituição formada.⁶² Por intermédio deles, os Kanak podem tentar fazer seus enunciados desempenharem um papel vantajoso em face da construção política do período que valorizam. Mesmo que eles procurem abolir o tempo em rituais de fusão com os ancestrais ou, ao contrário, aumentar seu alcance, a relação com

⁶² A. Bensa & J.-C. Rivierre, *Les chemins de l'alliance. L'organisation sociale et ses représentations en Nouvelle-Calédonie (région de Touho, aire linguistique cémuhli)* (Paris, Sélaf, 1982).

o tempo jamais é neutra, assim como não o são os usos da informação fornecida ao etnólogo; os Kanak mobilizam, com efeito, intelectual e afetivamente, uma constelação de relações mais ou menos profundas com as coisas passadas, atuais ou previsíveis.⁶³ Assim, a antropologia não pode apenas se atribuir como tarefa descobrir as “representações” do tempo; ela deve também mostrar em que medida os modelos da temporalidade condicionam todas as informações recolhidas ao longo de uma pesquisa.

Esse enquadramento numa perspectiva temporal, ou seja, essa imersão na temporalidade tanto do “indígena” quanto do etnólogo, tem como efeito principal tornar difícil a uniformização e a imobilização da visão do mundo social. Sempre hipotética, a norma se apaga diante das singularidades quando a pesquisa destaca o modo pelo qual cada um cria o acontecimento, assume a duração e tenta mudar o curso das coisas em seu próprio benefício. Toda concepção historizante da antropologia, ao restaurar a originalidade do “presente passado” (do passado enquanto ele foi um presente), ressalta a força do acontecimento e o papel determinante das individualidades que nele participaram. Mas é preciso, para isso, renunciar a toda generalidade?

Os estudos micro-históricos nos dão uma consciência aguda do tempo curto, aquele que os homens acionam efetivamente em suas vidas. Em troca, é também o peso do tempo longo que é desvendado, porque muitas das formas que os atores integram ao seu próprio presente se encontram em outras épocas e mesmo em outros lugares. Por exemplo, enquanto os processos por bruxaria se desenrolam numa urgência inteiramente política, as falas que neles são pronunciadas revelam crenças, idéias, imagens que ultrapassam os momentos em que são proferidas. É por isso que, em seu estudo sobre *Le sabbat des sorcières*, Ginzburg é levado a constatar que “testemunhos mesmo muito recentes podiam conservar vestígios de fenômenos muito mais antigos; inversamente, testemunhos afastados no tempo podiam esclarecer fenômenos muito mais tardios [...] Nos processos, defrontavam-se não apenas duas culturas, mas também dois tempos radicalmente heterogêneos”.⁶⁴ Os micro-historiadores se recusam a considerar que um domine o outro. Eles tentam não opor morfologia e história, procuram vincular aquilo que a distância e a descontinuidade da informação nos fazem parecer inscrito na mesma temporalidade a instituições históricas-

⁶³ Essa apreensão multidimensional do tempo caracteriza sem dúvida mais amplamente, como afirma Agamben, o conjunto das sociedades mantidas ao abrigo da experiência do trabalho nas fábricas, cuja especificidade gerou as concepções modernas de um tempo retilíneo, irreversível, homogêneo e vazio. Cf. G. Agamben, *Enfance et histoire*, p. 113-30.

⁶⁴ C. Ginzburg, *Le sabbat*, p. 25-6.

mente comprovadas. Simultaneamente, “o caráter concreto superficial do acontecimento”⁶⁵ é inserido na sua duração própria. Assim são destacados, como contextos, estratos temporais que o historiador percorre vertical e horizontalmente. Com efeito, como lembra Ginzburg, “na secção transversal de qualquer presente encontramos também as incrustações de numerosos passados, de espessura temporal diferente (sobretudo no caso de testemunhos folclóricos), que podem remeter a um contexto espacial muito mais extenso”.⁶⁶

Variações de escalas e recurso ao “simbólico”

“Muitas vezes desejamos que a iluminação mude, assim como a situação dos objetos para os quais olhamos; diminuimos ou aumentamos os intervalos e multiplicamos nossos ângulos de visão até que o aspecto mesmo do objeto corresponda ao julgamento que lhe é próprio.”⁶⁷

Uma situação social, ou seja, historicamente definida, combina — por mais conjuntural e atual que seja — fenômenos que têm cada um sua própria escala temporal e espacial. Assim, argumenta G. Levi, “a natureza precisa da escala que opera na realidade é revelada pelas dimensões dos universos sociais próprios de diferentes categorias de pessoas e de diferentes campos de relações estruturadas”.⁶⁸ Segundo a boa regra, a análise deveria poder ajustar sua lente às dimensões pertinentes do objeto e localizar as articulações que as unem. A micro-história privilegiou de fato a análise das variações de escalas — da maior (referência primeira) para a menor —, de forma que os pesquisadores e também os atores estudados podem se beneficiar delas, os primeiros para a inteligibilidade de suas investigações, os últimos para a condução a bom termo de suas estratégias. “A manipulação deliberada desse jogo de escalas”, do qual Jacques Revel e Bernard Lepetit sublinharam a produtividade heurística,⁶⁹ é portanto interna ao mesmo tempo ao método e à sociedade; ela revela e utiliza essas séries de “contextos

⁶⁵ Ibid., p. 36.

⁶⁶ Ibid., p. 34.

⁶⁷ Cícéron, *Premiers académiques*, II, VII (19), in *Les stoïciens* (Paris, Gallimard, 1962).

⁶⁸ G. Levi, *On microhistory*, p. 97.

⁶⁹ J. Revel, *L'histoire au ras du sol*, prefácio a G. Levi, *Le pouvoir au village*, p. XXXII; e B. Lepetit, *Architecture, géographie, histoire: usages de l'échelle*, *Genèses*, 13/126, 1993.

encaixados”⁷⁰ que conferem à vida social, segundo Patrick Williams, seu “brilho cambiante”.⁷¹ Mas enquanto a micro-história assumiu como sua essa mudança de escala, a antropologia de modo geral⁷² se contentou em vincular as observações mais detalhadas a significações gerais, sem se deter no exame de eventuais níveis semânticos intermediários. Quando Clifford Geertz descreve o “ritmo conceitual interno” de suas análises como a “ida e volta dialética contínua entre o mais local dos detalhes locais e a mais global das estruturas globais, de tal sorte que se consegue vê-los simultaneamente”,⁷³ ele se situa na linhagem direta de Mauss, atribuindo ao antropólogo a tarefa de dar destaque ao “homem médio” ou “total” de cada sociedade estudada. Tal objetivo só pode ser atingido caso se admita que um francês pode sozinho significar a França, um balinês a sociedade de Bali etc., em suma, que uma correspondência imediata se estabelece entre o individual e o coletivo, o circunstancial e o permanente. Para mostrar que existe uma maneira bem francesa de falar mal dos outros, bem balinesa de regular os conflitos ou bem alemã de andar, é preciso empunhar e manejar o pincel descritivo com muita destreza, já que se retiram as escalas sucessivas que permitem construir um objeto tão fortemente significativo. Como, de fato, estabelecer uma conexão unívoca entre o singular (uma determinada inglesa numa calçada de Londres numa determinada data) e o geral (a sociedade britânica) sem aplainar todas as clivagens internas (de classes, gerações, estatutos etc.) próprias da sociedade inglesa, sem reduzir todos os espaços sociais diferenciados a um espaço único, a uma totalidade homogênea? Devemos supor que o “melanésio desta ou daquela ilha” adere plenamente ao conjunto social mais amplo, com o qual ele tende assim a se confundir: ele é, diz também Mauss, “afetado em todo o seu ser pela menor de suas percepções ou pelo menor choque mental”.⁷⁴ Não mantendo portanto, em relação ao mundo, nenhuma distância, essa pessoa seria a cada instante um resumo-ti-

⁷⁰ J. Revel, *L'histoire au ras du sol*.

⁷¹ Cf. P. Williams, *Mariage tsigane...*

⁷² Cf. C. Bromberger, *Du grand au petit. Variations des échelles et des objets d'analyse dans l'histoire récente de l'ethnologie de la France*, in I. Chiva & V. Jéggle (eds.), *Ethnologues en miroir. La France et les pays de langue allemande* (Paris, MSH, 1987), p. 67-94. É sem dúvida significativo que um dos textos mais esclarecedores dedicados aos usos da noção de escala em antropologia trate dos trabalhos de etnologia da França, como se a antropologia se tivesse tornado mais sensível a essa questão essencial de método e de teoria depois que seus campos (comuna, região etc.) já foram balizados e abordados pela história.

⁷³ C. Geertz, *Savoir local, savoir global. Les lieux du savoir* (Paris, PUF, 1986), p. 88.

⁷⁴ Cf. M. Mauss, *Sociologie et anthropologie* (Paris, PUF, 1966), p. 276, 304 e 306 (1 ed.: 1950) [N. do T.: trad. bras.: *Sociologia e antropologia*, São Paulo, EPU, 1974].

po da sociedade, “uma individualidade de síntese”, observa Marc Augé, “expressão de uma cultura ela própria considerada um todo”.⁷⁵

Decididamente metonímico, o argumento que identifica sem intermediários a parte com o todo não introduz a uma reflexão sobre as incidências empíricas e teóricas das variações de escalas. A antropologia, quase sempre, descreveu indiferentemente as sociedades sem avaliar em que medida os quadros de observação muito diferentes de um “campo” para outro determinam a construção do modelo apresentado e a problemática eleita. A aldeia, a região ou a nação não podem ser apreendidas nas mesmas condições nem dar lugar ao mesmo tipo de raciocínio. Estudar, por exemplo, uma subcasta do sul da Índia a partir de uma aldeia supõe uma pesquisa direta, por observação e entrevistas. Inversamente, analisar o conjunto do sistema de castas, como também o fez Louis Dumont,⁷⁶ é quase impossível sem um longo desvio pelas tradições escritas milenares da Índia. E as lógicas sociais e culturais observáveis em cada um desses dois níveis não são necessariamente homotéticas. Assim também, ao acompanhar no cotidiano as trocas de bens preciosos feitas por um trobriandês com um pequeno número de parceiros, o etnólogo não obterá a mesma compreensão do fenômeno que alcançará se perfilar o conjunto de transações de que tomou conhecimento multiplicando as pesquisas em diversos pontos do arquipélago.⁷⁷

A antropologia prefere entretanto generalizar a singularizar, fazer como se o todo metodicamente reconstituído comandasse os elementos empiricamente separados, reabsorver os fatos particulares numa lógica global que os conteria a todos. O culturalismo provém dessa homogeneização de princípio que transforma as práticas singulares em signos pertinentes de um conjunto. Mas o efeito de totalização assim produzido destitui as informações do alcance muitas vezes mais limitado e menos complexo que elas detinham no jogo das perguntas e das respostas suscitadas pela pesquisa. Dependendo da época, do interlocutor e da situação do momento, ora os mesmos dados etnográficos são portadores de mensagens diferentes, ora alguns substituem outros, que podem ser fornecidos em outros contextos.

⁷⁵ M. Augé, *Non-lieux. Introduction à une anthropologie de la surmodernité* (Paris, Seuil, 1992), p. 32 [N. do T.: trad. bras.: *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*, São Paulo, Papirus, 1994].

⁷⁶ L. Dumont, *Une sous-caste de l'Inde du Sud. Organisation sociale et religion des Pramalai Kallar* (Paris-La Haye, Mouton, 1957); *Homo hierarchicus. Essai sur le système des castes* (Paris, Gallimard, 1966).

⁷⁷ “Todos os tipos de transações podem ser estudados a partir de casos reais conexos, que são representados em quadros sinópticos”, adverte B. Malinowski, *Les Argonautes du Pacifique occidental* (Paris, Gallimard, 1963), p. 71.

Além disso, todos os discursos são emitidos por indivíduos que mantêm, cada um deles, com o universo social e intelectual da coletividade, relações mais ou menos distanciadas, dubitativas ou críticas: “As culturas ‘trabalham’ como a madeira verde e nunca constituem totalidades acabadas (por razões extrínsecas e intrínsecas); e os indivíduos, por mais simples que os imagine-mos, não o são jamais o bastante para não se situarem em relação à ordem que lhes designa um lugar: eles não exprimem a totalidade dela senão sob um determinado ângulo”.⁷⁸ Assim, as sociedades não constituem blocos compactos; sua fragilidade estrutural — que deriva de sua inscrição no tempo — se alimenta das tensões entre as pessoas e os grupos: o holismo, ponto de vista que privilegia o interesse geral, e o individualismo, acoplado ao interesse particular, coexistem de fato permanentemente, como dois tipos de argumentos necessários, mas cada um impróprio, sozinho, para caracterizar uma formação social-tipo.

É verdade que empiricamente uma sociedade só pode ser percebida no cotidiano através dos fluxos díspares e inacabados de práticas e de discursos individuais. Cada um tenta fazer coincidirem, em seu próprio benefício, os interesses dominantes (que o etnólogo às vezes toma pelo “interesse coletivo”) com as suas próprias reivindicações, tenta reconstruir, em seu próprio proveito, a conjuntura, modificar as normas em função dos projetos do momento. Tecida com múltiplas estratégias que se entrecruzam, se confrontam ou se equilibram temporariamente, a coletividade estudada se define como um espaço de interlocuções e de comportamentos repetidos: nos próprios fatos, nas trocas de palavras induzidas pela pesquisa, a sociedade resiste portanto à coisificação. Colocá-la como objeto fechado e determinado por seus contornos implica nos afastarmos deliberadamente dos movimentos que constituem a realidade.

O distanciamento das práticas é a condição prévia para a construção da sociedade como totalidade. Visto do avião, o todo parece mais importante do que as partes e — devido à velocidade do aparelho — parece praticamente imóvel, enquanto o “piloto antropólogo”, com o seu largo ângulo de visão, tem o sentimento de englobar com um único olhar a finalidade última do comportamento dos atores, sendo estes considerados parcialmente cegos porque dão a seus observadores celestes a impressão de estarem pregados ao chão. Do alto da posição de *deus ex machina* ou de manipulador de marionetes na qual assim se instalou autocraticamente, o pesquisador pode decidir a respeito do sentido oculto das ações e das declarações dos indígenas. Estes últimos ficariam em muitos casos pasmos de saber que seu universo

⁷⁸ M. Augé, *Non-lieux...*, p. 33.

mental é tripartite, que suas trocas não têm qualquer finalidade prática ou que seu modo de pensamento é “sociocósmico”. A imposição de lógicas definidas fora do contexto sobre um campo social do qual elas pretendem dar conta muitas vezes produz efeitos ridículos que alimentam as caricaturas da antropologia:⁷⁹ os etnólogos — para o senso comum e para um grande número de “etnologizados” — seriam aqueles estrangeiros que decretam que todos os franceses são ruivos, que os africanos sempre torcem o pescoço das galinhas virados para o poente, ou que as entradas cruas antecedem o prato principal porque o cru é anterior ao cozido. Bastam às vezes algumas observações de bom senso de um observador sem pretensões etnológicas para que o castelo de cartas das interpretações que sistematicamente privilegiam a autoridade das crenças e das interdições indígenas desmorone: um espaço que o etnólogo imagina ser “tabu” revela-se simplesmente impraticável em virtude da densidade da vegetação; é sem dúvida ofensivo sentar no travesseiro de um ancião porque sua cabeça é sagrada, costuma-se dizer entre os Kanak: isso não impede que o mal-educado ou o desajeitado que infringe essa regra de boa educação deixe de ser repreendido, pois a aplicação da regra é sempre função da apreciação das circunstâncias.

Ao sobrecarregar de significações e de regras “simbólicas” os menores fatos e gestos que seu trabalho de observação isola, a antropologia não apenas força a mão de maneira um tanto ingênua, mas lança sobre o terreno pantanoso da empiria microsocial as pranchas de uma lógica sólida que comprime a complexidade das situações sob simplificações generalizantes. Se os atos e as falas indígenas são tratados como amostras impávidas de uma realidade considerada mais homogênea e unânime do que articulada e problemática, não fica difícil dar um salto do local para o global.

A vontade antropológica de transcender os particularismos circunstanciais derramando-os na forma pré-fabricada e toda-poderosa de significações que os ultrapassam encontra o principal instrumento de sua ambição no recurso à noção de “simbólico”. Sabemos que “simbólico”, ora adjetivo (função, sistema, ordem simbólica etc.), ora substantivo (o simbólico), veio a substituir “sagrado” e “representação” com o desenvolvimento do estruturalismo na antropologia e na psicanálise. O uso do termo se generalizou com base na analogia postulada entre sociedade e linguagem. Se as atitudes e os pensamentos estão para a sociedade como os fonemas estão para a língua, o antropólogo deve considerar os atos e as declarações indígenas como os elementos de um sistema de significações, de um código. Este último tem co-

⁷⁹ P. Barrot, *High light. Cigarettes* (Paris, M. Nadeau, 1992). Esse romance parodia com humor a prosa etnológica quando ela assume um tom peremptório e necessariamente *scholar* para decretar *ex-cathedra* o sentido das coisas.

mo função estabelecer a pertinência dos fatos sociais tratando-os como elementos ligados entre si, à maneira dos fenômenos de uma língua. Eles são “simbólicos” na medida em que não significam cada um separadamente, mas uns em comparação com os outros, a ponto de constituírem cadeias significantes mutuamente conversíveis. André-Georges Haudricourt e Georges Granai criticaram esse ponto de vista na medida em que ele reduz as funções de comunicação social da linguagem ao sistema da língua e privilegia a sincronia em detrimento da diacronia.⁸⁰

Ao fazer o símbolo tender para o signo,⁸¹ a importação do modelo lingüístico para a antropologia dá a entender que os comportamentos sociais podem ser vistos como termos descontextualizados. Os falantes não têm consciência das estruturas de sua língua; da mesma forma, aos membros de uma coletividade seriam impostas conexões entre signos constitutivas de uma ordem lógica anterior à própria sociedade. Se, de acordo com o idealismo levi-straussiano, o simbólico está colocado na origem da sociedade,⁸² toda atitude ou todo discurso são de saída significantes por referência a uma ordem lógica que os engloba: os gestos e as falas mais ínfimas se inscrevem de maneira automática no firmamento de uma lógica totalizante, transcendente à prática e única escala pertinente dos fenômenos.

Assim Pierre Clastres não hesita em ver nos gestos que acompanham o nascimento de uma criança guayaki a “ilustração”⁸³ de uma passagem “do” mito de origem dos homens que ele recolheu nessa comunidade indígena do Paraguai: os primeiros ancestrais dos Guayaki viviam debaixo da terra, como os tatus em suas tocas; “para se transformar em humanos tinham que sair de sua morada subterrânea e, para conseguir fazê-lo, eles se *erguiam* ao longo da parede que escalavam”.⁸⁴ Ora, assim que a criança nasce (*waa*) — “cai”, como dizem os índios — uma mulher a toma nos braços.

⁸⁰ A.-G. Haudricourt & G. Granai (Linguistique et sociologie, *Cahiers Internationaux de Sociologie*, 19:114-29, 1955) denunciam a confusão entre a língua (“objeto concreto e particular para o lingüista”) e a linguagem (“todo sistema de signos suscetíveis de servir de comunicação entre indivíduos”, p. 114-5); erguem-se também contra uma concepção a-histórica dos sistemas lingüísticos e sociais: “a análise estrutural feita em sincronia tende a isolar o sistema considerado de seu contexto sociológico e dificilmente escapa ao formalismo” (p. 127).

⁸¹ Cf. V. Descombes, *L'équivoque du symbolique*, *Confrontation*, 3:77-95, 1980.

⁸² Cf. C. Lévi-Strauss, *Introduction à l'œuvre de Marcel Mauss*, in M. Mauss, *Sociologie et anthropologie*.

⁸³ P. Clastres, *Chronique des indiens Guayaki. Ce que savent les Aché, chasseurs nomades du Paraguay* (Paris, Plon, 1972), p. 16 [N. do T.: trad. bras.: *Crônica dos índios Guayaki: o que sabem os Aché, caçadores nômades do Paraguai*, Rio de Janeiro, Ed. 34, 1995].

⁸⁴ *Ibid.*

Essa pessoa benfazeja é chamada de “aquela que ergueu”, nome composto a partir o verbo *upi* (“erguer”). Clastres se apóia nesse termo para vincular um gesto ao movimento dos ancestrais míticos que *se erguiam* (*upi*), eles também, em direção à superfície terrestre: “o ato de ‘nascimento’ dos primeiros Guayaki foi uma *subida* que os separou da terra. Da mesma maneira, o nascimento de uma criança se consuma no ato em que o indivíduo tem verdadeiramente origem, não no *waa*, a queda que reata a velha conjugação do homem e da terra, mas no *upi* que rompe essa ligação. A mulher ergue a criança, arrancando-a assim da terra onde ela tinha sido deixada a jazer [...] Texto e imagem, o mito de origem e o ritual [*sic*] de nascimento se traduzem e se ilustram um ao outro, e os Guayaki, a cada recém-nascido, repetem sem o saber [*sic*] o discurso inaugural de sua própria história nesse gesto que se deve ler como se escuta uma fala”.⁸⁵ Por seu lado, os índios, nem durante nem depois do parto, estabelecem conexões entre o nascimento das crianças e a emergência dos ancestrais; pior, eles sempre ficam calados, a tal ponto que várias vezes Clastres, como que espantado, se sente obrigado a explicar essa atitude: ele elogia sua “discrição” ou então seu total investimento na ação, depois imagina que uma mesma lógica simbólica liga alguns fatos que no entanto são *a priori* bem distintos, até mesmo incomensuráveis: uma mulher cuja função é erguer uma criança (ao longo da análise o gesto tornou-se um “ritual” e depois uma “cerimônia”!) e o episódio fabuloso de uma narração pela qual os membros de uma pequena sociedade habitante da floresta evocam suas origens. O verbo “erguer” serve de gancho para passar de simples movimentos individuais de braços (segurar a criança, lavá-la) a um pensamento coletivo sobre o advento da humanidade, de um detalhe comportamental à cosmogonia guayaki. A construção, a partir de argumentos aliás bastante tênues, de uma metalinguagem que dá sentido a tudo o que acontece, quaisquer que sejam os contextos e as escalas de observação, permite ao etnólogo revelar a “ordem secreta das coisas”.⁸⁶ Clastres se instala com tanto mais gosto nessa posição de doutor ventríloquo em teologia amazônica na medida em que está convencido de que os índios não têm, no fundo, grande coisa a dizer, porque seriam, até em seu próprio silêncio, os simples portadores de um “pensamento selvagem, inconsciente de si mesmo na medida em que apenas os gestos o dizem” e portanto, decididamente, muito distinto do “logos mais poderosamente senhor de si do pensamento ocidental”.⁸⁷

⁸⁵ *Ibid.*, p. 17.

⁸⁶ *Ibid.*, p. 18.

⁸⁷ *Ibid.*, p. 35.

O primado da língua sobre a fala, do simbólico sobre o social, da forma sobre o conteúdo desvaloriza a interpretação “indígena”: se, escreve Lévi-Strauss, “se reduzisse a realidade social à concepção que o homem, mesmo selvagem, faz dela [...] a etnografia se dissolveria então numa fenomenologia verbosa, mistura falsamente ingênua em que as obscuridades aparentes do pensamento indígena só seriam apresentadas para encobrir as confusões, do contrário demasiado manifestas, do pensamento do etnógrafo”.⁸⁸ Não se deveria portanto elevar a teoria indígena à posição de argumentação discursiva tal como Lalande a define (“operação de pensamento que atinge o objetivo para o qual está voltada por uma série de operações parciais intermediárias”),⁸⁹ mas apreendê-la como uma realidade mental estática, reflexo de um pensamento fundamentalmente exterior aos atores. Passamos assim da sociedade à mente humana, segundo um modelo que liga, como o significativo ao significado, as proposições particulares dos indígenas (julgadas obscuras) às generalidades esclarecedoras da antropologia. A invocação do “simbólico” — no sentido definido acima — é absolutamente indispensável a esse processo porque ela reenquadra no interior de uma grade interpretativa clara, autônoma e coletiva, a confusão aparente dos enunciados singulares e individuais. Estes últimos são fundidos uns aos outros como se a sociedade se expressasse com uma única voz e para todo o sempre, sem que nenhum de seus membros jamais falasse em seu próprio nome, numa época dada, a partir de uma posição precisa. Fazer a economia do exame *in situ* das declarações indígenas permite erigir a menor frase ouvida em “expressão da verdade” sobre a “cultura” assim reforçada em suas pressupostas homogeneidade e imobilidade.

Um raciocínio macroscópico de malha tão aberta abandona o individual, o temporal e o factual às baixeiras da história para melhor traçar a épora de um mundo julgado enfim compreensível porque livre do sagrado, do poder e das paixões. Essa limpeza lógica nos entrega afinal seres sem espessura, decompostos em “estruturas folheadas”, reduzidos a cabides nos quais o antropólogo pendura formas ditas “simbólicas” porque participariam de uma linguagem codificada, de uma metalinguagem finalmente identificada com a própria sociedade. A eficácia simbólica tão louvada faz o papel de móvel da ação num tipo de análise que, concedendo larga vantagem à automaticidade dos comportamentos, tem algo a ver com a montagem teatral: tudo se passa como se os atores, afogados sob os adereços e as máscaras, se expressassem inconscientemente num só registro, o da peça de teatro permanente

⁸⁸ C. Lévi-Strauss, *Introduction à l'œuvre de Marcel Mauss*, p. XLVL.

⁸⁹ A. Lalande, *Vocabulaire technique et critique de la philosophie* (Paris, PUF, 1988; 1 ed.: 1926).

que a sociedade ou o antropólogo teriam escrito e montado. Para que o espetáculo se mantenha dentro dos limites do projeto, é preciso de fato apreender as realidades apenas numa única escala, a mais global possível; assim, o particular e o geral se confundem a todo momento.

Uma tal visão unificada do mundo social se rompe quando procedemos a uma diversificação das escalas de análise e, singularmente, quando privilegiamos a observação microetnológica. Se a idéia de um inconsciente auto-regulado se apóia numa lógica das formas, generalizável e exportável porque demonstrada por uma pesquisa comparativa e sincrônica que cobre um grande número de sociedades e de épocas, em compensação as relações de proximidade a partir das quais se elabora o sentido prático dos comportamentos só se revelam no exame de situações particulares e locais. Ai, individualidades concretas, inseridas em redes operacionais de relações e portanto envolvidas numa história ao mesmo tempo pessoal e coletiva, encontram-se no centro de uma investigação científica que não separa o trigo estrutural do joio conjuntural. A pesquisa e a análise microsociológicas desembaraçam os fios de uma empiria que é tanto mais densa quanto mais minuciosa é a observação. Os efeitos de sentido são então relacionados às ligações que as pessoas estabelecem por si sós entre todos os acontecimentos, pequenos ou grandes, passados e presentes, que advêm. Os encadeamentos dos gestos e das falas de cada uma das pessoas implicadas na situação presente tecem a trama cerrada e incessantemente retrabalhada das interpretações locais. É perigoso descontextualizar automaticamente esses discursos, decompô-los em figuras que se tornariam os signos de uma nova linguagem, a das “estruturas profundas”. Os processos dialógicos atuantes na interação são inseparáveis das normas que eles proclamam em contextos particulares. A questão consiste em seguida em avaliar a capacidade de certos julgamentos e classificações convencionais de operarem em vários contextos de escalas diferentes.

Esses esquemas interpretativos gerais e frouxos subtendem uma linguagem verbal e não-verbal geral compartilhada pelos membros de um mesmo conjunto cultural. A antropologia dedicou-se a descrever esse léxico das formas mais correntes de comportamentos intelectuais, corporais ou afetivos em termos de “categorias” ou de “modo de pensamento”, que dariam conta simultaneamente dos casos particulares e dos fenômenos os mais globais. As práticas cotidianas ou excepcionais, permanentes ou temporárias, marginais ou centrais, seriam assim a projeção, nos menores redutos da realidade social, de grandes esquemas morfológicos, cosmogônicos ou naturalistas. Sahlins, por exemplo, sugere, a propósito dos enunciados havaianos, que as narrações mais cotidianas apresentam “uma série de distinções e de relações entre a terra e o mar, a agricultura e a pesca, o mais moço e o mais velho, o nascimento e a adoção; os mesmos tipos de diferenças que desempenham

um papel no rito ou no mito ligado à realeza".⁹⁰ Mas essa análise abole toda distinção eventual entre o que os linguistas chamam de os "níveis de língua". Estamos no direito de nos perguntar, de fato, se todos os tipos de interlocução acionam as mesmas categorias e da mesma maneira. Além disso, a consideração dos dados etnográficos pelo que eles são, ou seja, como diria Bateson, "unidades da corrente comunicacional",⁹¹ permite pensar que as "categorias" apresentam contornos menos nítidos e características menos unívocas do que imaginam os fundadores da escola francesa de sociologia e seus êmulos:⁹² elas se elaboram segundo as condições da interação sem refletir mecanicamente uma estrutura semântica transcendente e mantendo uma certa ambigüidade de sentido.

As distinções entre os níveis "micro" e "macro" não são aquelas que oporiam o caso particular à generalidade, o exemplo à teoria, e sim aquelas que podemos estabelecer se prestamos atenção aos modos de comunicação escolhidos por nossos interlocutores. Estes últimos se exprimem em registros diferentes; é abusivo considerar que o alcance de suas declarações é sempre, queiram eles ou não, da mais ampla generalidade. Ao forçar as escalas de expressão maiores (as menos contextualizadas) sobre as escalas menores, os etnólogos freqüentemente fazem de seus informantes espécies de poetas que atribuiriam ao mais ínfimo e ao mais material dos detalhes uma significação quase cósmica e desenvolveriam por qualquer motivo teorias tão elaboradas quanto aquelas com que a antropologia sonha para si mesma. Assim, para que o pensamento dito "simbólico" se tornasse a especialidade da antropologia cultural, foi preciso construir em parte um objeto de estudo *ad hoc*, sem que a noção de simbólico fosse claramente elucidada.

A capacidade de simbolizar define toda forma de linguagem: sons e gestos combinados produzem formas pelas quais o mundo é dito e mostrado. Nesse sentido, o simbólico é coextensivo à linguagem. A relação da coisa com ela mesma é o impossível real, a noite autista e seu mistério. A mediação pelo simbólico põe no mundo, faz ser, porque faz comunicar. Enquanto

⁹⁰ M. Sahlin, *Des îles dans l'histoire*, p. 63.

⁹¹ Y. Winkin (ed.), *La nouvelle communication* (Paris, Seuil, 1981), p. 127. Textos de Bateson, Birdwhistell, Goffman, Hall, Jackson, Schefflen, Sigman, Watzlawick.

⁹² Como já observamos (cf. P. Beillevaire & A. Bensa, Mauss dans la tradition durkheimienne de l'individu à la personne, *Critique*, 40535, 1984), para Durkheim, "as categorias são 'coisas sociais' que 'não são feitas para se aplicar unicamente ao reino social', mas que 'se estendem a toda a realidade'. Elas têm 'como função dominar e envolver todos os outros conceitos: são os quadros permanentes da vida social'". Cf. É. Durkheim, *Les formes élémentaires de la vie religieuse. Le système totémique en Australie* (Paris, PUF, 1968), p. 593-683 (1 ed.: 1912).

condição de toda comunicação, o simbólico decorre de uma realidade antropológica essencial, mas tão geral que praticamente não é eficaz para a análise dos fenômenos sociais.

Entre os sistemas de comunicação, as línguas faladas e as artes conferem ao homem e só a ele um domínio de suas possibilidades adquiridas de expressão. Numa permanente posterioridade, a língua, forma rígida e matéria maleável, está à disposição do homem. Ora, também é designada em antropologia como "simbólica" a capacidade de dizer uma coisa por outra; mas uma tal comunicação de "segundo grau", pelo estabelecimento da correspondência entre termos pré-constituídos na língua, não pode ser vista como o regime necessário e geral de toda comunicação. Trata-se de um uso retórico particular, bastante distinto de outras práticas próprias da linguagem: todas as sociedades estabelecem assim distinção entre uma expressão figurada, "simbólica", e uma fala mais direta. Esse jogo dos homens com os signos, que a atenção ao microsocial faz aparecer com nitidez, é produto de uma atitude intelectual perfeitamente controlável, uma forma de discurso, e não expressão de uma hipotética "mentalidade".⁹³ Os enunciados são hierarquizados por aqueles que os proferem. As figuras retóricas pertencem a sistemas de argumentação que demonstram, provam ou contestam; elas coexistem com outros tipos de declarações, cada uma estabelecendo uma distância específica em relação àquilo que quer significar. Convém considerá-las como técnicas de comunicação e vincular o fundo à forma, os pensamentos aos suportes de sua transmissão, ou seja, finalmente, à história da cultura em que os documentos estudados são recolhidos. A memória, o debate, o conhecimento, numa época dada, são inseparáveis dos meios e das formas retóricas que os veiculam. As idéias e os pensamentos não tratam da realidade a não ser por intermédio das relações que estabelecem e mantêm com os homens.

O simbólico é um meio de comunicação, um tropo que deve ser situado num jogo de enunciações. Mas a antropologia fez dele um modo de pensamento ou uma categoria cognitiva, aproveitando-se do equívoco que atribui as propriedades significantes gerais da linguagem a um arranjo contextual das imagens, à retórica. Assim, a noção de simbólico tende a confundir metáfora e lógica da mente, construções circunstanciais e causas estruturais. Com isso, uma lógica universal da comunicação vem substituir diversas produções locais de efeitos de sentido; aquelas que desenvolvem reflexões e fornecem provas, ou então aquelas que procedem por sobrecarga de significações num mesmo ponto, por intermédio dos ritos e do apelo aos

⁹³ Cf. G. E. R. Lloyd, *Pour en finir avec les mentalités* (Paris, La Découverte, 1994).

afetos. Essas experiências, tanto intelectuais quanto sociais e psicológicas, não podem ser reduzidas a uma combinatória de formas cujas regras seriam colocadas fora das situações observadas; pois as configurações verbais concretas, que se confundem com as realidades sociais empiricamente tangíveis, se geram no e pelo contexto histórico.

Uma tal perspectiva torna caduca toda tentativa de instaurar uma primazia ou uma anterioridade das formas sobre os conteúdos. Por exemplo, a história da arte deve ser capaz de relacionar uma leitura puramente estilística das obras às condições sociais (encomenda, papel dos mecenas, estado do mercado etc.) nas quais estas foram elaboradas.⁹⁴ Da mesma forma, a antropologia não tem motivo para dissociar as formas que observa da história que as fornece em conteúdos. Mas a antropologia estrutural reduziu o símbolo a um signo impermeável à duração.

Renunciando às análises atemporais que acabam de ser criticadas, somos por isso condenados ao historicismo, a um relativismo cultural e histórico absoluto, incapaz de se desprender dos contextos para comparar e obter explicações gerais que dêem conta de fenômenos similares observados em sociedades diferentes? A compreensão das situações mais circunscritas, pela micro-história ou pela etnografia, revela processos, regras de enunciação, facultades de comunicar cuja lógica não é irredutivelmente específica dos contextos, mas se encontra e age também em outros lugares. Nenhuma das singularidades e das configurações particulares que o historiador estuda é absolutamente única; mas percebemos similitudes importantes, por exemplo, entre as estruturas políticas do antigo Japão, de Madagascar e da Polinésia, sem que possamos estabelecer relações históricas precisas entre essas regiões do mundo. Se os comportamentos parecem se elaborar inteiramente no lance-a-lance do jogo das interações que caracterizam cada situação particular, a estratégia é contudo limitada pelo *habitus*, as capacidades de construção e de simbolização da ligação social são sujeitas a regras que se impõem aos atores como heranças parcialmente independentes de cada conteúdo relacional concreto. É uma questão teórica essencial para as ciências sociais determinar a natureza dessa autoridade invisível e avaliar em que medida ela pode influir sobre contextos diferentes. Se a micro-história, atribuindo uma importância primordial às capacidades individuais dos atores, corre o risco de esquecer que as noções de estratégia e de interesse são elas também historicamente construídas, a antropologia estrutural, qualificando desde o início de "inconsciente" a pregnância do que "já está lá" sobre o que "está

⁹⁴ Cf. C. Ginzburg, *Enquête sur Piero della Francesca* (Paris, Flammarion, 1983) [N. do T.: trad. bras.: *Indagações sobre Piero: o batismo, o ciclo de Arezzo, a flagelação de Urbino*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989].

aqui", decreta sem nos convencer que em qualquer circunstância a força do inconsciente sociológico (de estatuto entretanto incerto) é sempre maior; e isso significa — aprofundando o fosso entre antropologia e história⁹⁵ — fazer com que as práticas conscientes e a dinâmica das conjunturas históricas desempenhem um papel no máximo residual.

Resta contudo revelar, por trás da diversidade das expressões culturais confundidas com linguagens, uma lógica universal das formas. Esse objetivo neokantiano desembocou necessariamente na definição de categorias e de equações. Quer se suponha que elas refletem a realidade sociológica (Durkheim) ou a constituem em virtude da eficácia quase mágica do simbólico (Lévi-Strauss), essas noções e relações permanentes fornecem à prática quadros preestabelecidos de realização. Para isolar tais dados transcendentais, a antropologia estrutural reduz a diversidade dos sistemas de signos observáveis através do mundo⁹⁶ a matrizes lógicas que os engendrariam a todos. O comparativismo conduz a uma tradução dos códigos locais uns nos outros até o estabelecimento de uma espécie de esperanto antropológico. Os jogos particulares de formas são assim relacionados às categorias, às "regras inerentes ao funcionamento da mente",⁹⁷ como diz Lévi-Strauss, e desse modo às regras mais gerais. A teoria supõe aqui que os signos e seu lugar na mente humana preexistem à interação entre as pessoas. Assim as homologias entre sistemas culturais seriam imputáveis à aplicação das mesmas regras da mente a contextos históricos diferentes sem que sejam dadas as razões dessa assaz curiosa epifania. Mas as sociedades não são os dialetos de uma mesma língua, como fazem crer as comparações pseudolingüísticas que substituem lógicas sociais concretas por lógicas simbólicas formais, sem ver que os processos de simbolização dizem as relações mas não as criam.

A antropologia e sua tarefa comparativista poderão ser recolocadas de pé se abandonarmos esse gênero de sacerdócio que consiste em situar a origem do sentido fora das práticas efetivas, conscientes e inconscientes, dos atores. Para tanto, convém considerar os enunciados e os atos não como projeções de modelos atemporais e incontroláveis, mas como soluções para os

⁹⁵ Como o faz, por exemplo, Lévi-Strauss quando sustenta que "[a história e a etnografia] se distinguem sobretudo pela escolha de perspectivas complementares: a história organizando seus dados em relação às expressões conscientes, a etnologia em relação às condições inconscientes da vida social". *Anthropologie structurale* (Paris, Plon, 1958), p. 25 [N. do T.: trad. bras.: *Antropologia estrutural*, 4 ed. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1991].

⁹⁶ Observemos que, na maioria das vezes, muitos antropólogos limitam suas investigações a vastas áreas regionais sem dar o salto para o universal.

⁹⁷ C. Lévi-Strauss, *Le regard éloigné* (Paris, Plon, 1983), p. 160 [N. do T.: trad. port.: *O olhar distanciado*, Lisboa, 70, 1988].

problemas de comunicação que surgem no interior de interações precisamente situadas. A semelhança das produções simbólicas de diversas sociedades não poderia ser deduzida de uma lógica abstrata e universal das formas: ela resulta da homologia dos processos acionados em situações concretas homólogas. As referências à mente humana ou às "mentalidades", em sua generalidade, impedem de ver o verdadeiro nível de pertinência: o das configurações sociais⁹⁸ e lógicas necessárias que produzem expressões semelhantes no interior de culturas muito diferentes. Uma mesma lógica histórica separa um rei de seus súditos, estabelece laços entre *gravitas* e *celeritas*, entre autoctonia e origem longínqua etc., tanto em Fiji quanto em Roma, em Tóquio, em Segu ou no território dos Kanak. Neste último caso, por exemplo, a distinção entre senhores da terra, instalados há muito numa região, e recém-chegados, considerados "estrangeiros", se estabelece primeiro de fato, pelo encontro de dois grupos de pessoas num mesmo lugar. A questão é saber por que e como essa situação serve em seguida para elaborar, por meio dos estatutos de "autóctone fundador" e de "estrangeiro chefe", uma conceituação dual forte suscetível de ser transposta para outros contextos. O modelo nasce das circunstâncias, e não o inverso. "O que dizemos recebe seu sentido do resto de nossas ações", lembra com razão Wittgenstein.⁹⁹

Bernard Lepetit

Sobre a escala na história

Do particular ao geral

A história é uma boa moça, um pouco indolente mas sempre pronta a seguir, sem muita discussão, quem a tiver seduzido. Hoje, a micro-história está na moda. As proposições apresentadas pelo grupo de historiadores italianos reunidos em torno da revista *Quaderni Storici* e da coleção *Microstorie* oferecem uma referência e um modelo. Há práticas que se declaram nelas inspiradas, há discussões sendo organizadas (cuja repercussão exata precisaria aliás ser medida) e, no clima de incerteza que caracteriza atualmente a história, assim como as demais ciências humanas, elas constituem um ponto de referência.¹ Invocá-las parece fácil: a escolha de um episódio minúsculo ou de um horizonte limitado parece garantir por si só a obtenção de um brevê de micro-historiador. Mas os métodos da *microstoria* são diversos, suas implicações teóricas são analisadas com mais prolixidade do que precisão por seus promotores, e a referência que a ela se faz (quantos livros, quantos artigos efetivamente citados?) é às vezes mais encantatória do que efetiva. Da mesma forma, o estatuto que se confere à micro-história e o papel heurístico que se pretende vê-la desempenhar ainda estão pouco claros. Um estudo de caso permitirá sugeri-lo.

¹ Sobre esse contexto intelectual, e sobre as proposições que ele induz, ver *Histoire et sciences sociales. Un tournant critique?*, *Annales ESC*, 43(2):291-3, 1988; *Tentons l'expérience*, *Annales ESC*, 44(6):1317-23, 1989; B. Lepetit & J. Revel, *L'expérimentation contre l'arbitraire*, *Annales ESC*, 47(1):261-5, 1992.

⁹⁸ Cf. N. Elias, *La société des individus* (Paris, Fayard, 1987).

⁹⁹ L. Wittgenstein, *De la certitude* (Paris, Gallimard, 1976), p. 70, §229.

O último livro que Guy Bois dedicou à mutação da cristandade ocidental por volta do ano 1000 é um trabalho ambicioso.² Pretende propor um modelo capaz de dar conta da passagem, na Europa, de um sistema social herdado da Antiguidade para outro, fruto da revolução feudal e resultante, pouco a pouco, dos efeitos do trabalho dos núcleos domésticos camponeses e das comunidades aldeãs. Essa mutação fundamental de toda uma “economia-mundo” é contudo reduzida, na ordem empírica, a uma cabeça de alfinete. Ao construir seu argumento com base apenas na aldeia de Lournand, no Mâcon — 350 pessoas vivendo dentro do raio de alcance de uma pedra atirada da abadia de Cluny —, Guy Bois escolhe deliberadamente a micro-história e explica por quê. Vários argumentos lhe ocorrem para justificar essa escolha metodológica. O primeiro é da ordem da necessidade: a observação intensiva de uma célula elementar é tão indispensável à análise do historiador quanto à do biólogo. O segundo motivo é a preocupação de inverter o olhar que é lançado sobre a sociedade, orientando o projetor de baixo para cima, a partir das casas dos camponeses e das aldeias, e não do Estado e das cidades. A inversão de perspectiva se explica ao mesmo tempo pelo fato de que é “a partir de baixo que se opera a construção do sistema feudal”,³ mas também porque “o geral não se torna compreensível pela simples soma ou justaposição de situações particulares”. O terceiro motivo liga-se ao papel da observação localizada em relação à teoria: de um lado, ela funciona como uma barreira de proteção contra os riscos de uma esquematização teórica abusiva; de outro, obriga a modificar os modelos interpretativos e a recompor de maneira diferente a matéria histórica, contrapondo-lhes a variedade do real.

Ter-se-á percebido que essas razões, todas elas explicitadas no livro, se inscrevem em tradições e implicam práticas que se coadunam mal. Do lado dos métodos, a observação intensiva, nas ciências sociais, remete menos à biologia celular do que aos modos de validação da ciência interpretativa e da *thick description* antropológica; inversamente, pôr à prova hipóteses teóricas por meio da observação empírica particular leva ao positivismo lógico. Do lado do objeto, o local aparece como uma espécie de modelo reduzido de uma dinâmica geral: uma amostra, que se qualificará ora como aleatória, ora como racional. Mas ele também é apresentado, de maneira completamente diferente, como o elemento constitutivo de um processo global que tem sua origem na interação eficaz das situações locais. Poderíamos ainda acrescentar a

² G. Bois, *La mutation de l'an mil. Lournand, village mâconnais de l'Antiquité au féodalisme* (Paris, Fayard, 1989). Para os primeiros momentos da fortuna crítica do livro, ver L'an mil. Rythmes et acteurs d'une croissance, *Médiévales*, 21, automne 1991.

³ *Ibid.*, p. 239.

essas diferentes tradições indícios de realismo histórico: o local é confundido com o real e refreia toda tentação demasiado teorizante. O livro foi lido e discutido, mas muito pouco no que diz respeito a essa questão de método: se os historiadores puderam compreender, expressas com poucas linhas de intervalo numa mesma obra, proposições tão pouco compatíveis, é porque estão vivendo uma situação de grande incerteza diante da abordagem monográfica. O risco, então, é ver o estudo de caso ocupar uma posição simétrica à da estatística descritiva numa história serial tradicional: assim como os quadros gráficos, a apresentação de dados locais é reduzida a um uso simbólico, a uma espécie de convenção cuja função é proclamar a validade da pesquisa. Apostaremos, ao contrário, que as virtudes heurísticas da micro-história são mais fortes e que uma prática mais produtiva do ofício de historiador certamente nascerá de um conhecimento mais explícito das modalidades diversas do raciocínio histórico e de suas implicações. Faremos aqui todos os esforços para acrescentar mais uma peça a este dossiê, referente às questões interligadas da escala e da generalização.

Esta última noção é equívoca. Os dicionários de filosofia definem de três maneiras a passagem do particular ao geral que ela designa. A primeira se refere à passagem do objeto singular ao conceito. A segunda, à operação pela qual estendemos a toda uma classe o que foi observado num número limitado de indivíduos ou de casos pertencentes a essa classe: a generalização é então uma forma da indução. Quando Pierre Deyon, por exemplo, via na análise da sociedade de uma capital de província francesa uma contribuição ao estudo dos avanços e das diferenciações burguesas e, de maneira mais geral, do funcionamento social no século XVII, era nesse tipo de operação que se inscrevia seu trabalho. A última operação, finalmente, se aproxima da generalização da analogia: com base na semelhança entre classes, estendemos a uma o que foi reconhecido como verdadeiro para outra. A última obra de Carlo Ginzburg, *Storia notturna*, me parece ser um bom exemplo disso. Dessas definições, entre as quais não faremos uma escolha, reteremos algumas indicações, na verdade banais. A generalização é procedimento abstrato e processo de abstração: seu resultado se inscreve inteiramente na ordem das representações. Ela opera por seleção dos termos comuns e por perda da singularidade, do detalhe, da diferença concebida como secundária. Os cartógrafos, em sua prática cotidiana, sabem disso: generalizar para poder desenhar um mapa é sacrificar detalhes do traçado de um rio ou de uma margem em função da escala de representação escolhida, é diminuir o número das variações reconhecidas como pertinentes. O trabalho cartográfico sublinha o que a definição filosófica implicava: a definição da generalização não indica nada (afora dizer, como vimos, que ele é abstrato) sobre o nível no qual a operação deve situar-se, não revela nada quanto à natureza ou à extensão

das classes que ela pretende caracterizar.⁴ Estas definições, e as observações que elas suscitam, servirão a seguir de grade analítica.

O ideal da totalização

Em 1941, numa conferência para os alunos da École Normale Supérieure, Lucien Febvre explicava os motivos do emprego do adjetivo "social" no título da revista que havia fundado 12 anos antes junto com Marc Bloch:

Nós sabíamos muito bem que *social*, particularmente, é um desses adjetivos aos quais fizemos dizer tantas coisas ao longo do tempo que no fim quase não querem dizer mais nada [...] Estávamos de acordo em considerar que, precisamente, uma palavra tão vaga parecia ter sido criada [...] por um decreto nominativo da providência histórica para servir de insígnia a uma revista que pretendia não se cercar de muralhas [...] Não existe história econômica e social. Existe a história, simplesmente, na sua unidade. A história que é toda ela social, por definição.⁵

O projeto é menos próprio da disciplina do que uma retórica para uso interno por um momento fez supor aos historiadores: assim como as outras ciências humanas, a história procura estabelecer, de acordo com o ponto de vista que lhe é particular, os princípios gerais do funcionamento social. Mas talvez porque esteja defendendo a originalidade do projeto dos *Annales*, Lucien Febvre reduz o problema ao da geografia das fronteiras disciplinares. Duas condições prévias parecem bastar para permitir o acesso à totalidade histórica: o questionamento dos recortes tradicionais com base nos quais a ciência histórica analisava o passado (o econômico e o social separadamente, por exemplo) e a remoção de barreiras intelectuais entre os saberes. O essencial da reflexão metodológica dos historiadores engajados nesse movimento seria a seguir mobilizado por um esforço de recomposição dos territórios.

⁴ A. Lalande, *Vocabulaire technique et critique de la philosophie* (Paris, PUF, 1991; 1 ed.: 1926); P. Deyon, *Amiens capitale provinciale. Étude sur la société urbaine au XVII^e siècle* (Paris-La Haye, Mouton, 1967); C. Ginzburg, *Le sabbat des sorcières* (Paris, Gallimard, 1992; 1 ed.: Turin, 1989) [N. do T.: trad. bras.: *História noturna: decifrando o sabá*, São Paulo, Cia. das Letras, 1991]; R. Brunet, *La carte, mode d'emploi* (Montpellier, Reclus/Paris, Fayard, 1987).

⁵ L. Febvre, *Vivre l'histoire. Propos d'initiation*, in *Combats pour l'histoire* (Paris, A. Colin, 1953), p. 19-20.

Eles encontravam aí o fundamento de seu dinamismo e de seu sucesso, e parecia que o resto lhes era dado a mais.

Um déficit analítico resultou daí no que diz respeito às questões que nos ocupam neste momento. A distinção entre os níveis micro e macroanalíticos remete, nas ciências sociais, a opções conceituais fortemente definidas, geralmente herdadas da história das disciplinas. A diferença dos métodos (pesquisas estatísticas contra pesquisas monográficas, por exemplo) importa menos do que a oposição dos quadros de referência (a sociedade ou a economia em sua totalidade num caso, a situação em sua singularidade no outro), dos seres pertinentes (os agregados, ou então as pessoas, mesmo que abstratas) ou das formas de solidariedade entre os atores (coação não necessariamente consciente, ou negociação e interação) cuja escolha *a priori* não decorre de proposições testáveis, mas de preferências fundamentais não comensuráveis.⁶ Contra tais oposições, que estruturam as querelas da sociologia ou os programas de ensino da economia, a disciplina histórica se viu, por falta de discussão, quase totalmente imunizada. Como que espontaneamente, ou seja, sem reflexão crítica, a profissão praticava a macro-história.

A totalidade social constituía o objetivo último da pesquisa. A via de acesso era um procedimento analítico francamente cartesiano, que se obstinava, para em seguida poder praticar a quantificação, em recortar cada objeto complexo em agregados de dimensão intermediária. O estudo da França do Antigo Regime passava pela análise de suas províncias; o conhecimento da sociedade camponesa resultava da descrição dos grupos que, dos trabalhadores manuais aos lavradores, a compunham; a análise da conjuntura baseava-se na individualização dos movimentos de duração diferente. O conhecimento do todo, segundo se supunha, devia nascer da medida, mais acessível, de suas partes. As novas maneiras de trabalhar estão sendo hoje elaboradas a partir do questionamento desse modelo historiográfico. Os motivos do fracasso da prática de então da história quantitativa foram várias vezes descritos: no plano epistemológico, seu limite essencial residia na fraqueza do vínculo analítico entre as descrições estatísticas e as hipóteses explicativas. Uma atenção menor foi dada às modalidades de acesso ao nível

⁶ R. Guesnerie, *Microéconomie et macroéconomie*, e L. Boltanski, *Micro-analyse et macro-analyse en sociologie*, in *Problèmes et objets de la recherche en sciences sociales*, Journées des 5, 6, 12 et 13 juin 1987 organisées par l'École des Hautes Études en Sciences Sociales; C. Bromberger, *Du grand au petit. Variations des échelles et des objets d'analyse dans l'histoire récente de l'ethnologie de la France*, in I. Chiva & U. Jeggle (eds.), *Ethnologies en miroir. La France et les pays de langue allemande* (Paris, MSH, 1987), p. 67-94.

mais geral almejado. O tratamento da conjuntura servirá aqui de ponto de apoio para fazê-lo.

Para a "história historizante" que os fundadores dos *Annales* denunciavam, o acontecimento formava a unidade temporal elementar que a exploração dos arquivos permitia restituir. A seguir, a crônica narrativa constituía a totalidade cuja construção, por meio da concatenação dos fatos tidos como verdadeiros, esgotava a descrição histórica. Em oposição a isso, depois dos trabalhos de Labrousse e de Braudel, a historiografia francesa concebe no pós-guerra cada momento histórico como a combinação de vários tempos, cada um dos quais se desenrola segundo ritmos e numa escala espacial que lhe são próprios. A explicação resulta de um processo de identificação e de desenhamento dessas temporalidades múltiplas umas das outras. O procedimento não postula nada quanto à duração da sequência cronológica a ser explicada: a época de Filipe II e a breve crise revolucionária da primavera e do verão de 1789 ligam-se ao mesmo tipo de análise. A reviravolta não atinge apenas o método, mas afeta também o estatuto dos objetos temporais envolvidos. O acontecimento (no sentido de objeto histórico, sem que nada seja postulado sobre sua duração) constitui agora a totalidade, e as múltiplas crônicas nas quais ele se inscreve formam as partes das quais as modalidades de combinação dão a explicação.

Entre a pluralidade dos tempos, duas dimensões foram geralmente privilegiadas pela historiografia: as tendências longas e as oscilações cíclicas. O acoplamento dessas categorias temporais durante muito tempo constituiu a base da ordem de exposição dos resultados das pesquisas: de um lado a estrutura, "realidade que o tempo custa a desgastar e veicula muito longamente", e de outro o recitativo da conjuntura. O encargo de reduzir a complexidade do momento histórico isolando seus componentes temporais cabe à técnica estatística. As etapas dos métodos tradicionais de decomposição das séries cronológicas pertencem à bagagem de todo historiador. Na maioria das vezes, trata-se de revelar o movimento mais longo, eliminá-lo, isolar o movimento de duração imediatamente inferior ao precedente, eliminá-lo por seu turno, e assim por diante. Uma representação gráfica vem geralmente ilustrar o discurso: nela, cada movimento se enrola em torno do eixo formado pelo movimento de duração imediatamente superior.

Esse procedimento estabelece, de fato, uma hierarquia entre os movimentos de duração diferente. Cada um deles tem, em relação ao movimento imediatamente mais longo, o caráter de um resto. O estatuto do acontecimento (aqui no sentido tradicional), simples revelador de estruturas ou de conjunturas das quais ele não é senão a manifestação visível dos efeitos, assinala que o mais fundamental está do lado da maior duração. Mas são a técnica estatística e a ordem na qual ela isola os movimentos que justificam uma hierarquia que, na maioria das vezes, não encontra numa descrição fe-

nomenológica ou numa análise teórica dos processos senão uma explicação *ad hoc*. Resulta daí que, se o método fornece os meios de uma decomposição da complexidade do momento histórico, ele impede de pensar de outro modo, que não o do empilhamento, a recomposição da globalidade. O caráter alternativo dos programas da história conjuntural, de um lado, e da "história imóvel", do outro, revela a dificuldade intelectual na qual o projeto esbarra. Ela sublinha uma incapacidade de recompor em sua complexidade a totalidade histórica considerada ao cabo da operação de decomposição analítica que devia mostrá-la.

A demonstração teria sido ainda mais fácil se tivéssemos analisado as modalidades previstas de arranjo dos resultados das monografias locais que constituíram durante uma geração o quadro mais freqüente da pesquisa histórica, ou o modo pelo qual a história social inseria então seus dados em espécies de quadros cruzados que permitiam ao mesmo tempo totalizações por linha (a sociedade de 1789 são os camponeses, mais o povo das cidades, mais a burguesia, mais a nobreza — cada um desses grupos sendo por sua vez divisível segundo o mesmo princípio) e por coluna (a burguesia é uma posição econômica, mais uma posição social, mais um nível de cultura). A história total não inscreve seu método sob a insígnia da generalização, e sim da totalização. A preocupação com o realismo histórico, a primazia do *corpus* arquivístico que oferece a evidência das suas séries, e a majoritária ausência de familiaridade com toda forma de raciocínio probabilista explicam, talvez, uma atitude epistemológica que vê na busca da exaustividade o meio de cumprir o programa da história total.⁷

Resultam daí uma maneira de colocar os problemas e uma incapacidade de resolvê-los. À questão de saber se as economias pré-industriais são suficientemente complexas para apresentar regulações conjunturais, responder-se-á pela descrição dos movimentos sucessivos de alta e de baixa dos preços num espaço e num período dados, movimentos esses cuja identificação repousa inteiramente nas escolhas estatísticas efetuadas. O raciocínio não incide sobre o problema da existência de ciclos conjunturais, e sim sobre as modalidades de descrição e sobre a configuração de um encadeamento de ciclos que caracterizam uma situação particular. Mesmo quando são examinadas, as

⁷ Sobre as categorias sociais, ver: J.-C. Perrot, *Caen au XVIII^e siècle. Genèse d'une ville moderne* (Paris-La Haye, Mouton, 1975). Sobre as séries temporais: J.-Y. Grenier, *Questions sur l'histoire économique: les sociétés préindustrielles et leurs rythmes*, *Revue de Synthèse*, (116):451-81, 1984. Sobre as divisões do espaço: B. Lepetit, *Deux siècles de croissance régionale en France: regard sur l'historiographie*, in L. Bergeron (ed.), *La croissance régionale dans l'Europe méditerranéenne, XVIII^e-XX^e siècles* (Paris, EHESS, 1992), p. 21-42.

questões da escala cronológica da observação e da decomposição do movimento conjuntural não têm solução, nem virtude heurística: a curva é divisível em vários elementos cíclicos, dos quais apenas a manipulação estatística vem estabelecer a pertinência do número e da duração. Porque o encargo explicativo se apóia nas técnicas de decomposição, o princípio da partição inicial e a significação da reconstrução conjuntural não são verdadeiramente postos à prova. Porque não existe adequação entre a problemática, de um lado, e os pressupostos epistemológicos e o método, de outro, o programa de pesquisa não pode ser levado a bom termo. A existência de uma regulação cíclica própria do Antigo Regime permanece fundamentalmente uma questão de opinião.

O sistema dos contextos

Praticando o estudo intensivo de objetos muito limitados (um fato banal, um processo, um ritual, um indivíduo quase comum), a *microstoria* propõe há alguns anos outras maneiras de trabalhar. A influência da historiografia francesa e a impossibilidade habitual de encontrar na universidade italiana as estruturas necessárias para desenvolver as pesquisas coletivas seriais que permitiriam preencher seu programa explicam ao mesmo tempo o método de trabalho e suas primeiras características. As primeiras justificativas epistemológicas da *microstoria* atestam a pregnância do modelo macroanalítico. De um lado, os micro-historiadores pretendem se introduzir nos interstícios da análise serial e chegar até o “vivido” e a experiência individual inacessíveis aos estudos agregados. De outro lado, ela pretende, inicialmente, trazer aos problemas de validação da análise respostas da mesma natureza daquelas que a história quantitativa supostamente deveria encontrar no manejo dos números. As definições variáveis dadas à noção de “excepcional normal”, forjada para enfrentar a questão da representatividade do caso, trazem essa marca, não importa se a idéia é proclamar a capacidade reveladora ou a normalidade da exceção nas sociedades antigas.⁸ A generalização parecia poder se operar a esse preço.

Mas, assim colocado, o problema não comportava solução. No meado do século XIX, como alternativa à estatística social que então prosperava, Frédéric Le Play propunha, para o estudo das famílias operárias, um méto-

⁸ J. Revel, *L'histoire au ras du sol*, prefácio a G. Levi, *Le pouvoir au village. Histoire d'un exorciste au Piémont du XVII^e siècle* (Paris, Gallimard, 1989), p. I-XXXIII, fornece as referências dos primeiros textos programáticos do grupo.

do em três etapas que vale a pena lembrar.⁹ Primeiro, no decurso do trabalho de campo, era preciso observar fatos particulares concernentes a uma única família (ou a um número muito pequeno delas). Uma vez concluído esse microestudo, procurava-se tirar dele, por indução, proposições gerais. Por fim, essas conclusões eram submetidas ao julgamento de especialistas, na maioria das vezes notáveis locais: prefeitos, notários, médicos... A particularidade desses especialistas era pertencer tanto ao universo observado (eles viviam na mesma comunidade humana que as famílias que eram objeto das pesquisas) quanto ao do observador estudioso (mantinham, como ele, ainda que apenas por razões sociais, uma distância crítica frente às maneiras de ser das famílias operárias). Seu lugar no dispositivo da pesquisa é importante, já que eles formam a instância de validação que permite romper a circularidade de uma análise que induz de observações particulares conclusões gerais, sem poder submeter estas últimas à prova de outros dados que não aqueles mesmos que permitiram forjá-las. Mas quem desempenhará, entre o moleiro herético do século XVI e o historiador de hoje, o papel do especialista? O método de Le Play é interessante aqui como indício. A resposta que ele traz à questão da validação assinala a *contrário* que o problema da representatividade, preliminar a toda forma de generalização nesse quadro analítico, não encontra solução fora de um raciocínio probabilista e de métodos de amostragem.

Seria a partir da antropologia anglo-saxã que a *microstoria* iria encontrar os procedimentos interpretativos diferentes que lhe permitiriam escapar do fascínio do paradigma quantitativo. Contra um primeiro modelo, inspirado nas proposições de Clifford Geertz, e que oferecia os recursos de uma ciência interpretativa, os historiadores italianos ergueram rapidamente uma muralha de críticas.¹⁰ A antropologia cultural, como é sabido, pretende considerar como um texto significativo o conjunto das ações, dos comportamentos, dos ritos e das crenças que formam o tecido social, e atribui como tarefa às ciências sociais decifrar o sentido desse texto. Ela define a cultura como um mundo de símbolos compartilhados, como as palavras e as estruturas de uma língua que são o horizonte de possibilidade de todo ato de fala. Alcançar um conhe-

⁹ E. Le Play, *La méthode sociale. Abrégé des "Ouvriers européens"*, apresentação de A. Savoye (Paris, Méridiens/Klincksieck, 1989).

¹⁰ Os parágrafos que se seguem referem-se a C. Geertz, *Savoir social, savoir global. Les lieux du savoir* (Paris, PUF, 1986; 1 ed.: New York, 1983); R. Darnton, *Le grand massacre des chats. Attitudes et croyances dans l'ancienne France* (Paris, R. Laffont, 1985; 1 ed.: New York, 1984) [N. do T.]; trad. bras.: *O grande massacre dos gatos e outros episódios da história cultural francesa*, 2 ed. Rio de Janeiro, Graal, 1988]; e G. Levi, *I pericoli del geertismo*, *Quaderini Storici*, 58:269-77, 1985.

cimento geral, nesse caso, consiste em restituir a linguagem que está à disposição de atores que se limitam, nas situações particulares em que estão envolvidos, a articulá-la. Um postulado implícito é fundador do projeto antropológico: a estabilidade da relação que associa o “texto” da ação social localizada e a “língua” da cultura de que ela é expressão. “Os sistemas de signos e de símbolos são compartilhados como o ar que respiramos”, escreve Robert Darnton seguindo Clifford Geertz; ou então: “Gramáticas culturais realmente existiram”.¹¹ É claro que cada prática social e cada ato de fala são suscetíveis de modificar a composição da atmosfera ou as estruturas gramaticais, mas na escala da ação humana tais alterações são desprezíveis. No universo dos textos, para Darnton particularmente, a igualação das características contextuais do momento (as maneiras francesas de pensar o mundo no século XVIII, por exemplo) é uma garantia contra a interpretação livre e é a condição da generalização, fora da qual as chances de saber se a análise histórica captou um traço de idiosincrasia individual ou o traço fundamental que percorre uma cultura devem ser consideradas mínimas.

A ausência de autonomia dos atores sociais e a saturação interpretativa dos esquemas analíticos são as duas características que resultam desse postulado e que justificam a rejeição do modelo pela *microstoria*. Porque o contexto que confere sentido ao “texto” é, na escala da observação, uma invariante, a análise presta mais atenção ao sentido fixado pelo “texto” que aos processos sociais, e particularmente aos conflitos de interpretação, que resultam na sua fixação. Porque o texto deixa ver o contexto e o contexto dá sentido ao texto, a análise interpretativa termina na circularidade: “e insomma un processo circolare in cui i criteri di verità e di rilevanza, tutti chiusi nell’attività ermeneutica costitutiva, appaiono [...] troppo arbitrari”.¹² A reviravolta analítica acarretada por essas objeções é dupla. Ela resulta em negar a permanência em benefício da mudança; ela traz para o primeiro plano, antes totalmente ocupado pela atividade interpretativa do pesquisador, as capacidades e os esforços de decifração do mundo dos atores do passado.

História de um exorcista, Itinerários operários, Nascimento de uma linguagem corporativa: quem não percebeu que os subtítulos dados a esses livros que devem ser inscritos sob a insígnia da micro-história desenhavam uma mesma estrutura analítica? Mudança do mundo camponês e das relações de poder no século XVII, dinâmicas familiares e individuais da integração operária na cidade, modificação dos aspectos e dos quadros da solidariedade coletiva numa capital do Antigo Regime: é um quadro em mo-

vimento que em cada caso é restituído.¹³ Nenhum desses livros justapõe cortes temporais regularmente espaçados para fazer os inventários de suas semelhanças e de suas diferenças a fim de deduzir daí os processos em ação. Por isso, nenhum também é construído como uma crônica: nem a exaustividade do relatório, nem a linearidade da narração fazem parte de suas ambições. Não é o encadeamento dos episódios, e sim o dos pontos de vista analíticos e das modalidades sucessivas da observação (escolha das grades interpretativas “loais”, seleção das fontes, métodos de tratamento) que comanda seu desenvolvimento.

Explicitamente organizados segundo roteiros de estudo preestabelecidos, eles respondem à definição do que poderia ser uma história experimental. A análise da mudança não é buscada, neles, porque o tempo constituiria a preocupação particular da história no seio das ciências humanas, e sim porque a sociedade é dinâmica por natureza (voltaremos a isto) e porque a capacidade de dar conta da evolução é um instrumento de validação dos modelos. Se, no quadro de uma história experimental (ou de uma história-problema, se se preferir), o objeto histórico é construído, e não dado de antemão, é o método da pesquisa que o torna visível e o explicita. Mas, ao mesmo tempo, os dois processos, o da evolução do funcionamento social e o da sua elucidação, não são separáveis. O modelo histórico se encontra submetido a dois níveis de validação. Cada um de seus elos explicativos é submetido localmente à prova das observações empíricas correspondentes. Em seguida, ele é confrontado, em seu conjunto, com o desmentido eventual da dinâmica social: os processos teóricos que explicita extraem sua validade de sua não-contradição com a mudança social observada. Processo e experiência: de certa maneira, a generalização se opera por analogia. A correspondência entre as evoluções previstas pelo modelo e os processos observados permite aplicar ao funcionamento social passado os princípios explicativos (localmente testados de maneira empírica) cuja reunião forma o modelo.

A micro-história social se opõe ao geertzismo e a seus avatares historiográficos num segundo ponto, como foi dito: a atenção prestada às capacidades interpretativas dos atores. Os modelos alternativos lhe são então fornecidos por uma antropologia social menos atenta aos recortes estruturais da sociedade do que às representações e aos papéis sociais, e aos processos de estruturação da sociedade que estes produzem por sua interação. Gostaria

¹¹ R. Darnton, *Le grand massacre des chats*, p. 300.

¹² G. Levi, *I pericoli del geertzismo*, p. 273.

¹³ G. Levi, *Le pouvoir au village...*; M. Gribaudi, *Itinéraires ouvriers. Espaces et groupes sociaux à Turin au début du XX^e siècle* (Paris, EHESS, 1987); S. Cerutti, *La ville et les métiers. Naissance d'un langage corporatif (Turin, 17^e-18^e siècle)* (Paris, EHESS, 1990). Tentar aplicar em outro trabalho as idéias que desenvolvo aqui: cf. *Les villes dans la France moderne (1740-1840)* (Paris, A. Michel, 1988).

de sugerir, seguindo Paul-André Rosental, que a *microstoria* se instala com esses modelos em posições pouco conformes àquelas que certas leituras de seu programa lhe atribuíram.¹⁴ Um instrumento de análise e uma grade teórica fornecem à *microstoria* os meios de valorização dos atores. Os métodos da *network analysis* permitem reconstruir as redes de relações dos indivíduos e das famílias. Essas redes resultam do espaço de experiência social de cada um e desenham seu horizonte. Sua identificação permite recuperar as formas do agrupamento social a partir da multiplicidade das práticas individuais. Os elementos teóricos mais importantes são encontrados no antropólogo norueguês Fredrik Barth. A micro-história toma-lhe de empréstimo o modelo de um indivíduo ativo e racional, que por seu lado opera escolhas num universo caracterizado por incertezas e obrigações que dependem particularmente da distribuição desigual das capacidades individuais de acesso à informação. Do conjunto das escolhas individuais resultam processos macroscópicos, como por exemplo a penetração da ideologia fascista nos meios operários de Turim no século XX, ou a consolidação variável das corporações de ofícios e a formação do Estado moderno três séculos antes.

Portanto, a consideração das variações de escala se situa, primeiro, do lado do objeto. A importância diferente dos recursos de que dispõem os atores e a diversidade da extensão dos campos nos quais eles são suscetíveis de agir estão entre as características essenciais do panorama social e constituem as fontes principais da sua modificação. A variação de escala não é apanágio do pesquisador nem principalmente o produto do processo de construção da pesquisa. É, em primeiro lugar, tarefa dos atores. Assim também a manipulação deliberada do jogo das escalas não tem como objetivo sugerir um espaço social totalmente diferente: a força de estranhamento da micro-história não se deve senão à força de evidência que os quadros agregados tinham adquirido. Ela tem por função identificar os sistemas de contextos nos quais se inscrevem os jogos sociais. A ambição dessa cartografia dinâmica é localizar e desenhar, em sua variedade, um conjunto de mapas que correspondem aos vários territórios sociais. Quanto ao princípio do funcionamento social, ele é por seu lado único e só privilegia uma única escala, a do microscópico, na qual operam os processos causais de que dependem todos os outros.

Assim se organiza, nos trabalhos de micro-história, se não uma contradição, ao menos uma tensão entre um método muito atento aos procedimentos de pesquisa que fazem aparecer objetos históricos inéditos e o papel de sanção final que eles conferem à experiência individual dos atores do passado. O sistema dos contextos, restituído pela série das variações do ângulo de

¹⁴ Cf. P.-A. Rosental, Construir o "macro" pelo "micro": Fredrik Barth e a *microstoria*, p. 151.

mira e da acomodação da óptica, possui um duplo estatuto: resulta da combinação de milhares de situações particulares e ao mesmo tempo dá sentido a todas elas. Por exemplo, a evolução do Estado moderno no século XVII ocorreu em milhares de aldeias como a de Santena, no Piemonte, mas ao mesmo tempo o modelo que é dado dessa evolução assegura que não será necessário reproduzir milhares de vezes a experiência de Santena para se certificar do valor geral do caso. O conjunto dos contextos construído ao longo da experimentação historiográfica é ao mesmo tempo quadro, o mais englobante deles, e nível de generalização. Mas a questão de saber se aquele que foi restituído está completo, ou mesmo se é o único imaginável, fica sem solução. Invocar a experiência dos atores parece ser um meio de romper uma tal incerteza. Um relativismo metodológico vem se completar numa forma de realismo epistemológico.

"Tudo o que é importante é macroeconômico, tudo o que é fundamental é microeconômico": talvez a *microstoria* pudesse adotar a fórmula cara ao economista Serge-Christophe Kolm. Os micro-historiadores contribuiriam então para fazer emergir a figura, inédita na história, da oposição entre dois modelos conceituais alternativos do social, dotados de objetivos e de esquemas interpretativos divergentes. Alguns dos bloqueios denunciados na economia e na sociologia encorajam a explorar uma outra via, esforçando-se para manter decididamente do lado do método a variação de escala. Das considerações que se acaba de ler, deduzir-se-á que não se deve procurar os meios de fazê-lo primordialmente nas três disciplinas citadas há pouco. Impõe-se um passeio por um raio maior. Mas, de um campo para o outro do saber, as transferências de modelos são coisas delicadas — ainda mais quando eles concernem a proposições ecléticas. Vamos combinar que faremos aqui um uso metafórico dessas proposições, com função de estranhamento e de exploração.

A escala e a construção do objeto

"Na geografia ou na arquitetura, uma escala é uma linha dividida em partes iguais e colocada no rodapé de um mapa, de um desenho ou de uma planta, para servir de medida comum a todas as partes de um edifício ou então a todas as distâncias e a todos os lugares de um mapa."¹⁵ A definição dada pela *Encyclopédie* permite orientar a pesquisa. Ela designa duas disci-

¹⁵ *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers* (Paris, Lebreton, 1755), v. 5, p. 248, verbete "Échelle".

plinas que formarão o campo desta (notemos que seu enraizamento nos saberes práticos é considerável no século XVIII: o conhecimento do mundo e a teoria da arquitetura têm uma finalidade utilitária que se consoma nas Geografias comerciais e nas Artes de construir) e duas questões principais: a da medida; a do duplo objetivo potencial da escala, que estabelece uma homologia entre a realidade e sua imagem e, em cada uma dessas duas esferas, uma relação de proporção entre as partes.

Uma aplicação mecânica do conceito explica ao mesmo tempo o descrédito em que caiu a noção de escala na geografia contemporânea e a pouca atenção teórica que lhe é dedicada. Paradoxalmente apenas uma escala cronológica, a escala secular, figura no índice dos “principais termos úteis para a análise dos espaços e dos sistemas espaciais” que fecha o volume geográfico da *Nouvelle encyclopédie des sciences et des techniques*.¹⁶ A colocação em escala pertence aos procedimentos de instrumentação e seu conhecimento está ligado aos modos de utilização. “Devemos sempre nos lembrar de que um mapa é uma redução de um território. A escala é a relação entre um comprimento medido no mapa e a medida real no local.”¹⁷ Por trás da operação cartográfica figura um realismo. A escala do geógrafo associa um representante, o mapa, e um referente, o território cuja configuração está dada e precede a operação intelectual que é a realização do mapa. É portanto possível imaginar duas hierarquias paralelas, a das “escalas”, que está ligada ao domínio da cartografia, e a dos “níveis” dos fenômenos e das organizações espaciais, que tem a ver com a natureza das coisas e com a estruturação do mundo. A dificuldade do manejo da escala provém dessa dualidade: “dependendo da escala, mudamos também a ‘óptica’ e o nível de informação”,¹⁸ mas “nada indica que os fenômenos e as estruturas mudam se o olhar que lançamos sobre eles se modifica”.¹⁹ Escolher uma escala consiste então em selecionar um nível de informação que seja pertinente com o nível de

organização a ser estudado. A um geógrafo que quisesse se interrogar sobre a configuração de uma rede rodoviária regional, um mapa na escala de 1:25.000 não informaria nada, mas seria precioso para aquele que desejasse entender a relação entre a distribuição do hábitat e o traçado das estradas rurais.

Três dificuldades resultam dessa posição epistemológica. A primeira, mais propriamente geográfica, tem a ver com a questão da continuidade. Como conciliar a continuidade fundamental do espaço real (passamos sem interrupção da aldeia ao mundo) com o caráter discreto, na prática, das escalas? Como, simetricamente, conciliar a continuidade inerente à representação cartográfica com sistemas de relações que nem sempre têm tradução espacial contínua? As duas outras são mais gerais. Trata-se, em primeiro lugar, do risco da tautologia: como se assegurar da existência de uma realidade geográfica a não ser realizando a escolha prévia da escala que virá fornecer sua imagem? Quem, por exemplo, conhece o grau de desenvolvimento e as características da rede viária nacional quando se dispõe apenas, como era o caso da França até o fim do Primeiro Império, de mapas regionais ou departamentais? A passagem, no discurso de Roger Brunet, da noção de território para a de terreno é o sintoma da segunda. O terreno, aqui, remete a uma configuração do relevo e a operações que são de triangulação e de agrimensão, e a questão da escala não se coloca a não ser num único universo de medida, topográfico. O território, ao contrário, é uma formação espacial que não decorre apenas da organização de um espaço, mas de práticas de atores que se desenvolvem segundo lógicas pouco comensuráveis. Como a variação de escala pode dar conta da complexidade do real e de sua inserção em universos de medida distintos? É melhor ir procurar em outros domínios proposições menos redutoras. Distinguiremos, com esse objetivo, as noções de proporção e de redução da noção de escala.²⁰

Viollet-le-Duc foi sem dúvida o primeiro a dedicar um verbete especial de um dicionário de arquitetura à noção de escala distinta da de proporção.²¹ A proporção não estabelece relação entre universos distintos, mas se situa inteiramente do lado do objeto: “Devemos entender por proporções as relações entre o todo e as partes”.²² Elas são estabelecidas segundo duas mo-

¹⁶ F. Auriac & R. Brunet (eds.), *Nouvelle encyclopédie des sciences et techniques. Espaces, jeux et enjeux* (Paris, Fondation Diderot/Fayard, 1986). Sobre a noção de escala em geografia, pode-se partir de P. Haggett, Scale components in geographical problems, in R. J. Chorley & P. Haggett (eds.), *Frontiers in geographical teaching* (London, E. Arnold, 1965), p. 148-63; J.-B. Racine, C. Raffestin & V. Ruffy, Échelle et action. Contributions à une interprétation du mécanisme de l'échelle dans la pratique de la géographie, *Geographica Helvetica*, 5:87-94, 1980; J.-C. Boyer, Échelles et acteurs, in Collectif français de géographie sociale et urbaine, *De la géographie urbaine à la géographie sociale. Sens et non-sens de l'espace* (Caen, Paradigme, 1984), p. 81-6.

¹⁷ R. Brunet, *La carte, mode d'emploi*, p. 45.

¹⁸ Ibid., p. 47.

¹⁹ R. Brunet (ed.), *Géographie universelle. I. Mondes nouveaux* (Paris, Hachette/Montpellier, Reclus, 1990), p. 127.

²⁰ Seguirei aqui P. Boudon, Une architecture mesurée, *Critique*, jan./fév. 1987, p. 121-33, e P. Boudon (ed.), *De l'architecture à l'épistémologie. La question de l'échelle* (Paris, PUF, 1991).

²¹ E. Viollet-le-Duc, *Dictionnaire de l'architecture française du XI^e au XVI^e siècle* (Paris, A. Morel, 1861), v. 5, verbete “Échelle”, p. 143-53; (1864), v. 7, verbete “Proportion”, p. 532-61.

²² E. Viollet-le-Duc, “Proportion”, p. 532.

dalidades generativas: uma, aritmética, não possui nenhuma outra referência a não ser o universo dos números e de sua combinação (seria característica da arquitetura da Grécia e de Roma); a outra, geométrica, encontra na dimensão do homem o módulo elementar do sistema harmônico (seria típica dos arquitetos da Idade Média ocidental). Mas a referência ao tamanho do homem não basta para estabelecer uma diferença entre práticas matemáticas. “Nesses dois sistemas, encontramos um mesmo elemento: relações de números, relações de ângulos e de dimensões dadas por triângulos semelhantes”.²³ A escala aritmética ou geométrica produz harmonia, mas esta se torna *ipso facto* uma propriedade apenas do objeto construído.

A escala arquitetônica é um operador mais complexo. Ela designa a correlação (e não mais a relação) entre uma construção e aquilo que não é ela (e não mais entre suas diferentes partes). Num pensamento por vezes ainda hesitante (o estatuto da arquitetura medieval muda de um verbete para o outro ao sabor da ênfase na escala humana), Viollet-le-Duc utiliza inicialmente a noção de dimensão para introduzir o construído no universo dos usos. A arquitetura grega, diz ele, estabelece uma proporção entre o diâmetro das colunas de um pórtico e a altura dos degraus da base sobre a qual elas repousam, mas não se preocupa com a relação que une a altura desses degraus e a das pernas dos cidadãos convidados a transpô-los: ela não tem, propriamente falando, escala. A arquitetura ocidental tem uma posição diferente: “de agora em diante, uma porta não aumentará mais na proporção do edifício, pois a porta é feita para o homem; ela conservará a escala da sua destinação”.²⁴ Ele registra em seguida a diversidade dos elementos que determinam a dimensão do construído: o uso, como acabamos de ver, mas também a função da construção (e principalmente sua função simbólica) e a natureza dos materiais utilizados. À unicidade da escala do cartógrafo, o arquiteto contrapõe a pluralidade das escalas de referência.

Philippe Boudon relata assim que Miguel Ângelo instalou no lugar da cornija do Palácio Farnese, que estava construindo, uma cornija de madeira nas dimensões da construção.²⁵ Essa cornija, na escala de 1:1, nem por isso é menos reduzida. Tecnicamente, o modelo não é conforme à realidade: a madeira não é evidentemente o material definitivo que será utilizado. Mas naquele momento da concepção, essa é uma dimensão do objeto que não interessa ao arquiteto. No conjunto dos universos possíveis nos quais ele tem de dar medidas à cornija, sua seleção é então diferente: afastando a escala técnica, ele faz um julgamento sobre o elemento arquitetônico do ponto de vista

óptico. A cornija de madeira do Palácio Farnese é um modelo reduzido, mesmo que a redução não atinja a dimensão que ela apresenta habitualmente.

Conhecemos a virtude que está ligada à redução.²⁶ O processo cartesiano de conhecimento, como já foi dito, supera a resistência ligada à complexidade do objeto, dividindo-o previamente em elementos que são submetidos separadamente a uma análise particular: o saber sobre o todo passa por um saber prévio sobre suas partes. O método no qual se inscreve a fabricação (material ou metafórica) de modelos reduzidos é inverso. Ele não opera uma distinção entre as diferentes partes do objeto, e sim entre as diferentes dimensões nas quais ele se desdobra. Ele não espera restituir uma imagem semelhante do objeto, mas apenas homóloga. Nesse quadro, mesmo que não se trate mais que de uma ilusão, ou seja, mesmo se o saber for incompleto, o conhecimento do todo precede o das partes. O modelo reduzido possui ainda um outro atributo: ele é construído e manifesta a sua artificialidade. Nesse sentido, não é um homólogo passivo do objeto, e sim o resultado de uma experimentação, controlável, renovável, modificável, em função dos parâmetros escolhidos e de pontos de vista particulares. Ele ostenta ao mesmo tempo seu caráter raciocinado, seu poder de inteligibilidade e sua natureza artificial.

Desenhar uma planta em escala não se resume fundamentalmente a estabelecer entre o real e sua representação relações passíveis de uma aplicação do teorema de Tales. Desenhar uma planta é construir um modelo reduzido da realidade após ter selecionado uma dimensão dela (no caso, seu desdobramento no chão) e ter renunciado às outras. Poderíamos sublinhar a perda (de detalhes, de complexidade, de informação) que uma tal operação comporta. É mais justo enfatizar a escolha, e a intenção que ela pressupõe, pois a opinião precedente repousa na idéia preguiçosa de que o real se desvenda espontaneamente, na sua riqueza, antes de toda atividade de análise (necessariamente deficitária). A questão de saber quanto mede a costa da Bretanha admite uma infinidade de respostas. “Quando uma baía ou uma península que foi indicada num mapa em escala de 1:100.000 é redesenhada num mapa em escala de 1:10.000, percebemos em seu contorno inúmeras sub-baixas e subpenínsulas. Num mapa em escala de 1:1.000 vemos também aparecerem subsub-baixas e subsubpenínsulas, e assim por diante.” No limite, “nas escalas extremamente reduzidas, o conceito de costa deixa de pertencer à geografia”.²⁷ Assim, não apenas é sensato escolher uma escala, como a apreensão do real é impossível sem essa escolha. No entanto, o militar, o

²³ Ibid., p. 560.

²⁴ E. Viollet-le-Duc, “Échelle”, p. 145.

²⁵ P. Boudon, Une architecture mesurée.

²⁶ C. Lévi-Strauss, *La pensée sauvage* (Paris, Plon, 1962), cap. 1: La science du concret [N. do T.: trad. bras.: *O pensamento selvagem*, 2 ed. São Paulo, Nacional, 1976].

²⁷ B. Mandelbrot, *Les objets fractals* (2 ed. revista. Paris, Flammarion, 1984) cap. 2: Combien mesure la côte de la Bretagne?, p. 25 e 32.

agente da alfândega ou o pescador que se desloca a pé, por exemplo, não mantêm a mesma relação com a costa da Bretanha, e a diferença de seus pontos de vista sobre o território suscitaria sua cartografia em escalas diferentes. Assim, mais que uma relação de similitude com o real, a escala designa uma redução dele. Ela exprime uma intenção deliberada de visar a um objeto e indica o campo de referência no qual o objeto é pensado. A adoção de uma escala é antes de mais nada a escolha de um ponto de vista de conhecimento.

O caráter virtual dos objetos a que se liga o arquiteto (construções ou cidades ainda por vir) talvez explique o fato de ele dar à noção de escala um conteúdo mais complexo do que o que lhe dá o cartógrafo. Já foi dito que a escala cartográfica liga um representante, o mapa, e seu referente, o terreno. Ao contrário, a escala do arquiteto liga um representante, a planta ou o modelo reduzido, a um representado, o edifício projetado. Por não existir ainda, a realidade constitui apenas o horizonte do trabalho de representação. A redução arquitetônica não visa a um objeto preexistente, mas se esforça para conceber as diferentes dimensões (espaciais, mas também socioculturais ou técnicas, por exemplo) nas quais se inscreve um objeto por vir. Uma única redução a uma escala escolhida, com a exclusão das outras, não basta para esgotar sua complexidade. Se um modelo reduzido é pertinente em relação a uma dimensão particular da realidade, existem, para o arquiteto, várias modelizações desejáveis de um edifício futuro. A pluralidade das pertinências legitima a multiplicidade das reduções. Por isso, o projeto, em arquitetura, é uma dinâmica e uma arbitragem. É uma dinâmica na medida em que o modelo exige outros, que respondam a outras pertinências. É uma arbitragem na medida em que ele acaba por fazer coexistirem diferentes escalas e diferentes pertinências, e em que o jogo entre as escalas permite dominar a imagem global e coerente do projeto. Voltaremos, para terminar, às sugestões epistemológicas dessa prática. Mas antes, como o objetivo da redução de escala não é apenas descritivo, e sim explicativo, nos deteremos ainda numa última análise.

Escala e causalidade

O mapa não é o território: duas figuras, uma em escala de 1:25.000 e a outra em escala de 1:500.000, não permitem que se leia da mesma maneira a organização do espaço. Ao apagar as variações que se revelariam em outras escalas e dariam uma outra imagem do mundo, todas as duas se situam, a partir de um ponto de vista de conhecimento específico e com a preocupação de responder a um uso particular, num nível escolhido de generalização. Mas uma não é mais verdadeira que a outra. Um encontro internacional or-

ganizado em 1985 sobre a relação entre a evolução agrária e o crescimento demográfico permite encontrar situações equivalentes na história e precisar suas conseqüências.²⁸ Um debate opunha nesse encontro a economista Ester Boserup, que considerava a pressão demográfica o principal motor do desenvolvimento agrícola, a um grupo de historiadores. Estes, no máximo, viam no crescimento da população apenas uma causa entre outras do progresso agrícola: os avanços técnicos, a abertura dos mercados, o investimento urbano, a diversificação dos consumos tinham, afirmavam eles, efeitos provocadores ao menos igualmente importantes. Mas na maioria das vezes eles invertiam a relação e viam no desenvolvimento agrícola a causa do aumento do número de homens. Conclusões contraditórias e debate sem saída. Mas, olhando mais de perto, percebe-se que as diferenças não concernem apenas aos mecanismos explicativos. Elas afetam também o quadro no qual eles estão estabelecidos. Boserup trabalha com espaços extremamente vastos (a China, o continente africano) e durações extremamente longas, ao menos milenares (a Antigüidade, a Idade Média em seu conjunto), ou, ao contrário, com grupos extremamente pequenos isolados num território muito pouco densamente povoado (os indígenas do deserto de Kalahari, algumas tribos amazônicas). Os historiadores, ao contrário, estabelecem suas conclusões na escala máxima de uma região (sul da Inglaterra, Provence, Flandres) e em cima de durações compreendidas entre algumas dezenas de anos e de dois a três séculos. É exatamente porque os interlocutores não se situam no mesmo nível que eles não podem se entender. Assim como o mapa em escala de 1:25.000 não é mais verdadeiro que o mapa em escala de 1:500.000, as conclusões dos historiadores (ainda que estivessem mais próximas da escala humana e da experiência dos atores, suscetíveis de conhecer, nas algumas dezenas de anos de suas vidas, o punhado de aldeias ou de cantões submetidos à observação) não são mais verdadeiras do que as de Boserup. Elas dão, sobre a realidade, explicações diferentes que só são excludentes, e portanto só podem ser opostas uma a outra, quando se crê que elas valem na mesma escala.

Por se confrontar com escalas cronológicas e espaciais desmesuradamente variáveis, a geomorfologia está mais acostumada a manejar esquemas explicativos de causalidades múltiplas e não necessariamente coincidentes.²⁹

²⁸ *Évolution agraire et croissance démographique*, ed. por A. Fauve-Chamoux (Liège, Ordina, 1987).

²⁹ J. Tricart, La géomorphologie et la notion d'échelle, *Revue de Géomorphologie Dynamique*, 3:213-8, 1952; A. Cailleux & J. Tricart, Le problème de la classification des faits géomorphologiques, *Annales de Géographie*, 65(349):162-86, 1956; J. Tricart, *Principes et méthodes de la géomorphologie* (Paris, Masson, 1965).

No ponto de partida de um de seus projetos metodológicos mais sistemáticos, encontramos uma reflexão sobre o domínio de validade das leis físico-químicas (não julgaremos sua pertinência factual, por falta de competência, mas vemos uma vantagem no fato de que ela concerne às ciências ditas exatas). Ela se apóia na contradição entre a verificação experimental ordinária da lei de Lavoisier de conservação da matéria, de um lado, e o uso que é feito do princípio oposto da sua degradação progressiva e da desintegração atômica em que repousam os meios de datação da história da Terra, do outro. Uma das maneiras de resolver a contradição é a que acabamos de evocar; ela consiste em admitir que os dois princípios são concorrentemente válidos em escalas diferentes: a experimentação para o primeiro, os tempos geológicos para o segundo. Da dupla constatação da descontinuidade dos princípios explicativos e do papel das variações de escala para compreendê-la decorre um projeto taxinômico. As formas do relevo que o geomorfologista tem de conhecer são divididas em classes de extensão e de duração decrescentes. As primeiras, os continentes, se desenvolvem na escala de vários milhões de quilômetros quadrados e de vários milhares de anos. Na outra extremidade da classificação, microformas têm um tamanho de aproximadamente um metro e uma duração de vida da ordem do século.

Não haveria aí nada mais que a combinação de duas escalas de grandeza, se essa taxinomia não pretendesse ser genética e explicativa. Como a geomorfologia se dá como objeto a superfície de contato entre a parte sólida do globo terrestre e o invólucro atmosférico que o cerca, cada uma das classes criadas associa uma unidade morfológica e uma unidade climática e define um princípio de evolução. O interesse desse esquema metodológico é que ele procura a explicação da dinâmica das formas na combinação de fenômenos que têm sua sede, para uns, na litosfera e, para outros, na atmosfera, e não na combinação de mecanismos causais eficazes nas diferentes escalas. No nível dos grandes conjuntos estruturais, a pesquisa geomorfológica vê nos movimentos da crosta terrestre o princípio generativo fundamental da evolução do relevo. Nas escalas intermediárias das unidades tectônicas e dos acidentes elementares (uma fossa, um anticlinal, um monte), a atenção se volta principalmente para a ação conjugada das oscilações climáticas e dos dados estruturais (disposição das camadas, natureza dos materiais). A litologia, finalmente, é constituída em variável explicativa principal das formas menores (solos poligonais, erosão por escoamento de água contínuo, esfoliação), das quais depende a moldagem das vertentes. Nessa escala, a geomorfologia se afasta da geologia para se aproximar de outras disciplinas: a física, a química, a biologia.

Isso não significa, evidentemente, que cada uma das causas consideradas deixa de desempenhar um papel quando deixamos o nível no qual sua eficácia particular é ressaltada: a natureza das rochas, por exemplo, é um da-

do que deve levar em conta a análise das microformas, tanto quanto a dos relevos de dimensões intermediárias, e a tectônica é uma variável importante ao mesmo tempo nos níveis médio e superior. Entre as classes morfológicas, as separações não são estanques. Mas a natureza dos fenômenos, as relações de causalidade e os métodos de observação variam segundo o tamanho, temporal e espacial, dos objetos considerados. Em cada escala deve ser imaginado um modelo genético particular, que restabelece o sistema das causas à custa de um novo preço. A decomposição tipológica do universo das formas não produz um conjunto de conhecimentos parciais desconectados. Em cada escala, é a capacidade explicativa da disciplina que está envolvida. A questão não é saber como articular formas parciais de explicação, mas como fornecer uma explicação total da forma parcial considerada. Pode-se objetar que se trata aí de um efeito da forte evidência individual dos relevos que a geomorfologia analisa? Seria esquecer que as formas de relevo, elas mesmas, não têm outra existência a não ser aquela que o observador lhes dá, e que as noções de escudo continental ou de bacia sedimentar, por exemplo, também estão ligadas a uma história da inovação intelectual.

Os desenvolvimentos recentes do estudo das séries cronológicas confirmam e reforçam a leitura que acabamos de fazer do esquema geomorfológico de análise. O realismo possível das categorias espaciais não tem contrapartida na ordem temporal. Aparentemente, a materialidade dos lugares dá às operações de recorte do espaço pontos de apoio e linhas de diferenciação mais sólidas que o desenrolar linear do tempo oferece aos recortes cronológicos. Alguns economistas insistem nisso muito mais que os historiadores: os movimentos seculares ou cíclicos em que podemos decompor as séries temporais não têm realidade.³⁰ São movimentos abstratos, idealizados, construídos para fins de pesquisa e que permitem reduzir, ao introduzir regularidades e ao atribuir a cada uma princípios explicativos, a opacidade da evolução observada das grandezas econômicas. Princípios de sentido contrário podem revelar-se (o salário e a produtividade em espécie evoluem no sentido inverso na curta duração, mas no mesmo sentido a longo prazo, por exemplo), mas a hipótese de aditividade permitia reduzir, numa espécie de totalização algébrica, essas oposições de escala. Como a história, que lhe havia aliás tomado de empréstimo todos os seus métodos nessa área, a análise econômica esperava chegar à totalidade ao cabo de um processo de decomposição e depois de combinação de escalas encaixadas.

Um argumento de irrealismo e a denúncia do caráter mecânico dos procedimentos estatísticos utilizados levaram a análise das séries temporais,

³⁰ H. Guitton, *Statistique et économétrie* (Paris, Dalloz, 1959).

à custa de inovações rápidas, a uma renovação profunda do instrumental disponível. Esta, em particular, inverte o procedimento, esforçando-se para aplicar métodos de explicação integral e técnicas de decomposição simultânea que não postulam um esquema *a priori* de estruturação temporal mas, ao contrário, se esforçam para extrair da série uma classificação das eventualidades segundo sua periodicidade e para localizar os fenômenos de dependência ao longo do tempo.³¹ Embora nenhuma atenção sistemática tenha sido dada a isso, esses métodos têm consequências importantes para o estatuto da escala temporal de observação. Aguardando um verdadeiro estudo, que contribuiria para enriquecer a noção histórica do tempo, limitar-nos-emos aqui a algumas observações elementares, com finalidade local. Utilizaremos o índice Dow Jones como ponto de partida. A trajetória descrita por esse índice de bolsa há um século é um “passeio sem destino”, a *random walk*. O passeio sem destino possui várias propriedades matemáticas que dão conta das características de seu comportamento temporal: as voltas da série ao seu ponto de partida são certas; os intervalos entre duas passagens pelo ponto de partida não têm valor médio, o que quer dizer que o movimento não apresenta um ciclo privilegiado; uma marcha ao acaso com expectativa zero não tem tendência (ela oscila em torno da horizontal) mas a amplitude de suas flutuações vai aumentando com o tempo. Enfim, e esta é a característica que sublinharemos aqui, “todas essas propriedades não estão ligadas a um período privilegiado. Qualquer que seja a escala, encontramos a mesma maneira [...] Diz-se que as propriedades do passeio sem destino são invariantes em relação à escala utilizada na observação e em relação aos marcos temporais”.³² Essa invariância em relação à escala temporal tem várias consequências: para o economista voltado para o futuro, a impossibilidade de uma previsão que não seja aleatória; para o historiador, voltado para o passado, a impossibilidade de desenvolver à guisa de análise da série outra coisa que não seja uma descrição — ou uma racionalização *ad hoc*; para todos, a inutilidade da busca de um sistema causal interno e totalizante para dar conta do conjunto da série. Esta é uma sequência de estados independentes.

Invertamos o modelo. A operação, ao menos em economia, não é uma pura hipótese acadêmica: entre outras grandezas, o volume dos capitais, o estado da produção ou do emprego são estoques modificados a cada momento por fluxos de entrada e saída que estão na dependência dos estados econômi-

³¹ *Séries temporelles*, n^o esp. de *Histoire et Mesure* (1-2, 1991), coord. por J.-Y. Grenier, constitui para os historiadores uma sugestiva introdução.

³² D. Zajdenweber, *Chronique d'un randonneur centenaire: le Dow Jones*, *Histoire et Mesure*, 1-2:132-3, 1991.

cos anteriores. Nesse caso, inversamente ao esquema anterior, a existência comprovada (pela análise espectral, por exemplo, mas o exame dos modelos “arima” levaria a colocar, ainda que de maneira um pouco diferente, a questão da escolha da escala) de ciclos privilegiados numa série cronológica supõe, ao mesmo tempo, na ordem do conhecimento, a elaboração possível de um sistema explicativo causal e, na ordem dos determinantes, a importância dos marcos temporais e da escala cronológica adotada. Na hipótese de ser possível nos darmos séries cada vez mais longas, o alongamento do período de observação, em particular, resulta em dois efeitos. O primeiro é a mudança do comprimento dos ciclos que a análise espectral isola, ou seja, a ausência de periodicidade absoluta da crônica: a periodicidade (e portanto o sistema de causas suscetíveis de explicá-la) é relativa ao comprimento da sequência temporal estudada. Essa aperiodicidade absoluta das crônicas significa em termos de processo que as variáveis dependem aí de fenômenos de muito longo prazo ou ainda de choques aleatórios muito antigos, cuja lista só poderia se completar com o começo do mundo. Assim, de um lado, “um processo econômico que se desenrola no tempo não pode ser analisado independentemente do seu passado” e, de outro, a cada instante, o estado presente de uma crônica não resume todo o seu passado: as séries curtas são cegas para os efeitos de longa duração.³³ Existem técnicas que permitem distinguir das séries de memória curta as séries dotadas de uma memória muito longa. Mas elas não poderiam nem precisar sua dimensão, nem esgotar a lista dos abalos antigos cujo efeito desliza a cada momento do passado para o futuro. À necessidade de recompor em cada escala de observação um esquema explicativo, os últimos métodos de análise das séries cronológicas acrescentam uma dimensão: a impossibilidade, para toda explicação, de em algum momento atingir o real e esgotar sua complexidade.

De longe, uma cidade, um campo...

Poder-se-á, imagino, atribuir vários sentidos à sucessão de pontos de vista que se acaba de examinar. Proporei, por meu lado, a seguinte transposição para a prática do ofício de historiador:

1. Podemos conferir à fórmula várias vezes citada de Lucien Febvre, “a história é filha do seu tempo”, uma significação fraca: a fonte documental, herdada do passado, não impõe sua evidência, e é a partir das questões do presente que a pesquisa histórica restitui os objetos passados. Mais vale

³³ D. Zajdenweber, *Hasard et prévision* (Paris, PUF, 1976), p. 86.

entendê-la de uma maneira mais forte: o passado não é conservado, mas é objeto de uma reconstrução sempre recomeçada. A história não pode acreditar que ao mesmo tempo inventa problemas e restitui objetos: ela constrói conjuntamente uns e outros.

2. O modelo (ou seja, a inteligibilidade histórica do mundo) e a modelização (ou seja, o processo de pesquisa histórica) não são separáveis. O modelo não é, primeiro, o resultado de um movimento de concepção. Ele próprio é um processo, que toma sua forma transformando um saber inicial, questionamentos, materiais documentais, em objeto construído. Ele encontra em seu próprio desenrolar os procedimentos e os instrumentos de controle (específicos ou não do ofício de historiador) que permitem apreciar a validade do sistema de proposições que constitui. Todo modelo é uma redução, que não retém do objeto senão algumas dimensões. Mas estas não são em número limitado, e cada redução chama outras: a pesquisa é uma dinâmica sem fim.

3. Nesse processo, a escolha de uma escala particular tem como efeito modificar a conformação e a organização dos objetos. Entretanto, nenhuma escala desfruta de um privilégio especial. Os macrofenômenos não são menos reais, os microfenômenos não são mais reais (ou inversamente): não há hierarquia entre eles. As representações em diferentes escalas não são projeções de realidades que se encontrariam por detrás delas. "Por detrás delas, existem apenas outras 'vistas' [...] O real está entre elas, aquém delas."³⁴ Assim, a multiplicação controlada das escalas de observação é suscetível de produzir um ganho de conhecimento do momento em que se postula a complexidade do real (os princípios da dinâmica social são plurais e se apresentam à leitura segundo configurações causais diferentes) e sua inacessibilidade (a palavra fim nunca é dada e a modelização está sempre pronta a ser retomada).

4. A questão da generalização deve ser colocada menos em termos de representatividade que de campo de validade. O processo de generalização não consiste em atingir a totalidade por soma ou por multiplicação. A busca de uma inacessível exaustividade (herdada da história positivista) ou a apreciação freqüentemente impossível da representatividade (tomada de empréstimo do modelo estatístico das ciências sociais) não constituem na história as melhores maneiras de colocar a questão da generalização (e sem dúvida menos ainda de resolvê-la). Como todas as ciências sociais, a história procura estabelecer, a partir do ponto de vista que lhe é próprio e envolvendo a totalidade da capacidade explicativa da disciplina, os princípios gerais

do funcionamento social numa escala sempre particular. Esta não induz apenas a configuração do objeto, mas também o campo de extensão da análise (pois é sem dúvida inútil crer, por exemplo, que o estudo da combinação de interesses locais basta para esgotar a compreensão da construção do Estado).

5. A questão de saber em que campo de validade a explicação pode se situar em função da escala de observação escolhida talvez não tenha outra solução a não ser prática. Se existem escalas mais pertinentes que outras para desenvolver certas problemáticas e testar certas hipóteses, é preciso tentar, para cada tema particular, estabelecer tão sistematicamente quanto possível as conseqüências provocadas pelas variações de escala do campo escolhido sobre o conteúdo das grades explicativas. Da determinação empírica dos patamares que separam níveis de observação significativos que fornecem imagens e esquemas de compreensão diferentes da realidade visada, esperar-se-á no máximo regras de correspondência (ou simplesmente tipologias de associações) entre hipóteses e escalas de análise. A apreciação dos efeitos de redução analítica sobre o saber produzido decorre de uma ciência prática.

6. As conclusões que resultam de uma análise realizada numa escala particular não podem ser contrapostas às conclusões obtidas numa outra escala. Elas não são acumuláveis a não ser sob a condição de levar em conta os níveis diferentes nos quais foram estabelecidas. Deus não refaz o mundo a cada dia, mas de certa maneira os historiadores fazem isso. Escrever um livro de síntese, por exemplo, é sempre, em relação aos estudos particulares que existem, mudar de escala, portanto de objeto e de problemática. A não ser que esteja inscrita num improvável plano de conjunto predeterminado (que definiria a escala do projeto), a pesquisa histórica deve ser retomada cada vez à custa de um novo preço. Resulta daí que, contrariamente à opinião positivista comum, a comparabilidade e a cumulatividade concernem sem dúvida menos fundamentalmente na história aos resultados da pesquisa do que aos procedimentos e aos métodos de análise. Mas este talvez seja um dos elementos de definição de uma atividade científica.

Banalidades? Não há dúvida, em todo caso, de que tudo isso já foi dito, de maneira mais concisa e elegante. Louis Marin dedicou a dois pensamentos de Pascal sobre a questão da infinita diversidade do mundo uma bela meditação, da qual todos os elementos deveriam ser retomados. No sistema de variação infinita dos objetos, diz ele, o observador acomoda seu olhar num processo sem fim. Esse movimento, sem solução de continuidade, de aproximação ou de afastamento regular não tem somente o efeito de fazer passar do grande para o pequeno, ou vice-versa, numa série contínua. O acomodamento progressivo da óptica revela elementos que não são homólogos, mas cuja natureza difere: o pomar é sucessivamente, se nos aproximamos dele, parreira, cacho, bago de uva etc. "O olho continuamente ultra-

³⁴ M. Merleau-Ponty, *Le visible et l'invisible* (Paris, 1964), nota de trabalho de 20 de janeiro de 1960, p. 279-81, citação p. 280.

passou os limites das classes dos gêneros, das espécies.”³⁵ O saber, numa tal configuração, vem se chocar contra dois obstáculos consideráveis. De um lado, o observador é incapaz, para descrever o mundo, de reconhecer e de adotar o ponto de vista adequado e a distância correta: sua condição humana se opõe a isso. De outro lado, a escolha da escala de observação nunca chega verdadeiramente a uma redução da diversidade do mundo e da singularidade das coisas: um cacho não tem dois bagos iguais. A renúncia ao conhecimento não é porém o resultado dessa constatação sem ilusão. A reflexão pascaliana sobre a unidade da natureza não recusa uma representação da heterogeneidade do mundo, mas ao contrário se baseia nela (lembramos do grande fragmento: “Desproporção do homem”). E a linguagem, pelo uso regrado de convenções, vem interromper, na escala escolhida por um momento, uma regressão sem fim.

Uma cidade, um campo, de longe são uma cidade e um campo, mas à medida que nos aproximamos, são casas, árvores, telhas, folhas, capins, formigas, pernas de formigas, até o infinito. Tudo isso está envolto no nome campo.³⁶

Julho de 1992

Marc Abélès

O racionalismo posto à prova da análise

As reflexões que se seguem têm como ponto de partida as discussões travadas entre historiadores e antropólogos a propósito de métodos de trabalho que privilegiam a microanálise. Foi a corrente da micro-história que questionou, de fato, os métodos e as concepções que até então prevaleciam em suas disciplinas, para promover uma verdadeira mudança de escala na apreensão dos fenômenos. Uma das contribuições desses trabalhos foi iluminar a história social e cultural a partir de abordagens localizadas e de “campos” muito circunscritos. Paralelamente, o desenvolvimento de uma antropologia das sociedades ditas “complexas” colocava o problema da capacidade dessa disciplina de dar conta de processos de grande amplitude partindo da observação de coletividades de tamanho reduzido.

A abordagem “micro” na antropologia

Na literatura etnológica, a abordagem “micro” aparece desde o primeiro momento como uma condição indispensável para se obter uma informação exaustiva sobre o grupo que é objeto de investigação. A noção de fato social total, que constitui uma das contribuições essenciais da tradição durkheimiana, está aqui subjacente. Mauss, que a introduziu nessa área de pesquisa, considerava que a imersão etnográfica devia permitir perceber e restituir a complexidade de uma sociedade. O campo oferecia a possibilidade de apreender simultaneamente aspectos muito diferentes da realidade social, dando conta ao mesmo tempo de suas inter-relações. Delimitar um território, inscrever-se num grupo, era de alguma maneira oferecer-se um laboratório e a possibilidade de uma experimentação *in vivo* com os motores da vida coletiva. O próprio Mauss concentrou suas investigações em fenômenos como a troca e a doação, que punham em jogo as diversas dimensões do

³⁵ L. Marin, Une ville, une campagne, de loin...: paysages pascaliens, *Littérature*, 61:10, fév. 1986.

³⁶ B. Pascal, *Pensées*, nº 65-115, in *Oeuvres complètes*, ed. por L. Lafuma (Paris, Seuil, 1963), p. 508.

real. Por seu lado, Boas, Malinowski e Radcliffe-Brown manifestavam a mesma preocupação de levar em conta a totalidade do fato social aprofundando sem descanso seu conhecimento do dado empírico.

O recurso à microanálise é uma exigência *metodológica* e se inscreve num projeto mais vasto que aciona, além desse ideal de totalização, uma preocupação intelectual bastante precisa: a de construir, a partir da experiência de campo, generalidades coerentes e sólidas. É o ideal de modelização, que encontramos igualmente em ação na tradição antropológica e que ilustrou os trabalhos de C. Lévi-Strauss sobre as estruturas de parentesco. Não é inútil lembrar que este último distinguiu claramente três níveis de investigação: a etnografia, a etnologia e a antropologia. Para ele, a etnografia “corresponde aos primeiros estágios da pesquisa: observação e descrição, trabalho de campo”; o trabalho do etnógrafo é essencialmente monográfico, “tratando de um grupo suficientemente restrito para que o autor possa colher a maior parte de sua informação graças a uma experiência pessoal”.¹

O segundo estágio é aquele em que o pesquisador dá provas de um esforço de síntese. “Essa síntese pode se operar em três direções: geográfica, se se pretender integrar conhecimentos relativos a grupos vizinhos; histórica, se se visar a reconstituir o passado de uma ou de várias populações; sistêmica, enfim, se se isolar, para lhe dar uma atenção especial, determinado tipo de técnica, de costume ou de instituição.”² A etnologia corresponde a esse esforço para controlar os dados e extrair deles alguns aspectos a fim de exercer sobre eles uma reflexão. A etnologia se apóia na etnografia. Mas extrai seu sentido de um projeto mais ambicioso, pois se inscreve no horizonte de uma ciência do homem que deve ser o ponto de chegada de todo o empreendimento. Essa ciência do homem, ou antropologia, se define por sua aspiração: “conhecer o *homem total*, considerado, num caso [a antropologia social], a partir das suas *produções* e, no outro [a antropologia cultural], a partir das suas *representações*”.³

Um bom exemplo desse encaminhamento nos é fornecido pelos trabalhos dos etnólogos na área do parentesco. Na base, realizam-se investigações que tratam de sociedades muito localizadas. Consideram-se as terminologias de parentesco, as atitudes e os rituais. Efetua-se um trabalho considerável de coleta de genealogias. A partir desse *corpus*, opera-se de forma comparativa, confrontando dados recolhidos em grupos restritos dentro da mesma área cultural. Pode-se igualmente estender essas comparações a outros universos. É assim que os especialistas chegam a construir regras de interpretação.

¹ C. Lévi-Strauss, *Anthropologie structurale* (Paris, Plon, 1958), p. 387 [N. do T.: trad. bras.: *Antropologia estrutural*, 4 ed. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1991].

² *Ibid.*

³ *Ibid.*, p. 391.

Os conceitos lévi-straussianos de troca recíproca e de troca generalizada, a oposição entre estruturas elementares e estruturas complexas de parentesco têm sua origem nesse vaivém entre o singular e o geral. Os desenvolvimentos posteriores da teoria, notadamente com as pesquisas de F. Hérítier sobre as estruturas semicomplexas de parentesco, são inseparáveis dos trabalhos dessa antropóloga sobre uma sociedade de Burkina-Faso, os Samo, na qual ela realizou uma coleta sistemática de genealogias, processadas a seguir pelo computador.⁴ Passamos aqui do concreto a um nível elevado de abstração. A análise de fatos localizados, circunscritos no espaço e no tempo, revela-se indispensável à elaboração teórica.

Ao produzir a distinção famosa entre modelos mecânicos e modelos estatísticos, Lévi-Strauss chamou a atenção para a possibilidade de se alcançar um alto grau de abstração sem por isso ficar subordinado ao domínio do quantitativo. É claro que, contrariamente às idéias comumente aceitas em matéria de cientificidade, a regularidade estatística não basta para assegurar a validade de uma teoria. No que concerne à construção dos modelos, a abordagem qualitativa aparece em certos domínios como um elemento heurístico essencial. A análise em escala reduzida revela-se fecunda porque, ao contrário de uma abordagem estatística, não se atribui de saída um corpo de hipóteses que supostamente caberia à experiência “local” verificar ou invalidar, mas engendra e remaneja, se necessário, estas últimas, tomando como ponto de partida as construções indígenas. É isso o que confere ao campo seu lugar muito especial nesse tipo de experiência e garante sua fecundidade.

O ideal de modelização deve ser distinguido do ideal de totalização que mencionei antes. Se se sublinhar, como faz a maioria dos etnólogos, o fato social total, a vontade de saber se realizará em grande parte na experiência do campo. Este último oferece de fato, na simultaneidade, todo o conjunto dos caracteres próprios de uma sociedade. É a imagem do microcosmo, da sociedade fechada em si mesma. Tudo conspira para formar a imagem dessa totalidade que o pesquisador entrevê enfim concretizada. A compulsão da exaustividade encontra aqui condições de se exercer. Um tal empreendimento privilegia o espaço: ele suporta mal o tempo. Algumas vezes se identificaram as noções de “sociedades frias”, de “sociedades sem história”, com o próprio objeto da antropologia. Com a história, é o bicho que se introduz na fruta: disfunções, contradições e conflitos vêm embaralhar o espetáculo oferecido pelo “todo social”. Não foi por acaso que o olhar dos etnólogos se fixou sobretudo em sociedades aparentemente pouco permeáveis à mudança.

⁴ F. Hérítier, *L'exercice de la parenté* (Paris, Gallimard-Seuil, 1981).

O paradigma comunitário

Essa concepção que coloca no centro das preocupações do etnólogo a comunidade fechada em si mesma marca o triunfo do “micro” na antropologia. Como diz Redfield, “a comunidade isolada, autônoma, permanece a imagem abstrata em torno da qual a antropologia social se formou”.⁵ No que concerne à área cultural européia, ela encontrou sua expressão mais exemplar nas monografias dedicadas às sociedades camponesas. Quando se considerou oportuno aplicar os métodos dos etnólogos ao mundo moderno, naturalmente se voltou a atenção para aquilo que parecia mais próximo desses universos: as sociedades camponesas e suas aldeias.

A aldeia durante muito tempo apareceu como o objeto “adequado” para uma etnografia preocupada com a exaustividade e a precisão. Lévi-Strauss insistiu assim na necessidade, para aqueles que trabalham nas nossas sociedades, de limitar o objeto de estudo a grupos isolados (aldeia, bairro etc.).⁶ Ele via aí o meio de recuperar a “autenticidade” que caracteriza os universos geralmente estudados pelos etnólogos, em que primam as “relações pessoais”, as “relações concretas entre indivíduos”. Onde a importância atribuída ao “interconhecimento”, às ligações de proximidade; prova disso são os múltiplos estudos de comunidades aldeãs realizados na França rural: pesquisas isoladas, mas também trabalhos pluridisciplinares como ocorreu em Plozévet no começo dos anos 60. Certas características apresentadas por essa comuna (a alta taxa de endogamia local, a existência de uma particularidade genética — a luxação congênita do quadril) deram origem a pesquisas nas quais colaboraram demógrafos, etnólogos, historiadores, sociólogos.⁷

Poderíamos, assim, citar os trabalhos realizados pela equipe do Laboratório de Antropologia Social de Minot, uma aldeia do Châtillonnais: parentesco, transmissão e herança, o simbólico, todos esses domínios são abordados a partir de análises preocupadas em restituir o contexto da aldeia e as tradições autóctones.⁸ Não caberia enumerar as numerosas obras em que a aldeia serviu de quadro pertinente para a pesquisa. Curiosamente, a

⁵ R. Redfield, *The little community. Peasant society and culture* (Chicago, Chicago University Press, 1956).

⁶ C. Lévi-Strauss, *Anthropologie structurale*, p. 400.

⁷ Cf. A. Burguière, *Bretons de Plozévet* (Paris, Flammarion, 1977); E. Morin, *Commune en France. La métamorphose de Plozévet* (Paris, Fayard, 1967).

⁸ M.-C. Pingaud, *Paysans en Bourgogne: les gens de Minot* (Paris, Flammarion, 1978); Y. Verdier, *Façons de dire, façons de faire: la laveuse, la couturière, la cuisinière* (Paris, Gallimard, 1979); F. Zonabend, *La mémoire longue. Temps et histoire au village* (Paris, PUF, 1980).

antropologia urbana que se desenvolveu mais tardiamente partiu das mesmas premissas. Mas, desde 1925, um dos fundadores da escola de Chicago, R. E. Park, inscrevia explicitamente seu projeto na filiação da antropologia:

Até aqui a antropologia, a ciência do homem, se dedicou principalmente ao estudo dos povos primitivos. Mas o homem civilizado é um objeto de pesquisa igualmente interessante, sem contar que é mais fácil de observar e de estudar. A vida e a cultura urbanas são mais variadas, sutis, complexas, mas os móveis fundamentais são os mesmos nos dois casos. Os pacientes métodos de observação utilizados pelos antropólogos, como Boas e Lowie, para estudar a vida e as maneiras de ser dos índios da América do Norte podem aplicar-se de maneira ainda mais frutífera ao estudo dos costumes, das crenças, das práticas sociais e das concepções gerais da vida reinantes em Little Italy ou nos bairros pobres do North Side em Chicago, ou ainda para relatar os costumes mais sofisticados dos moradores de Greenwich Village ou das redondezas do Washington Square em Nova York.⁹

Os usos do “micro”

De qualquer forma permanece colocada a questão do uso que é feito dessa referência aos microuniversos na antropologia. Como ressaltou Geertz, é importante distinguir entre o estudo da aldeia e o estudo *na* aldeia: “*The locus of the study is not the object of the study. Anthropologists don't study village (tribes, towns, neighborhoods...); they study in village*”.¹⁰ Ao se hipotetizar o campo, ao se privilegiar a experiência monográfica, não se corre o risco de perder de vista o essencial, ou seja, a temática e a problemática que determinam a pesquisa?

No espírito dos fundadores da disciplina, o campo nunca foi mais do que um *dispositivo metodológico*. A escolha de uma escala limitada só extrai seu sentido do projeto intelectual que anima a investigação. O “micro” que praticamos não é outra coisa senão fruto de um recorte cuja pertinência não está *a priori* garantida pela referência a um modelo aldeão ou comunitário. É preciso insistir na necessidade imperiosa de evitar a ilusão segundo a qual a proximidade engendraria quase que mecanicamente um melhor conheci-

⁹ R. E. Park, in Y. Garfmeier & I. Joseph (eds. e trads.), *L'École de Chicago: naissance de l'écologie urbaine* (Paris, Champ Urbain, 1979), p. 81.

¹⁰ C. Geertz, *The interpretation of cultures* (New York, Basic Books, 1973), p. 22 [N. do T. trad. bras.: *A interpretação das culturas*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978].

mento do objeto. Uma das armadilhas que perseguem constantemente os antropólogos é essa propensão a fetichizar o "micro". A tal ponto que, em certos domínios, a pulsão monográfica pode tornar-se um verdadeiro obstáculo epistemológico.

Pude constatar, quando tentei desenvolver pesquisas sobre a política na França,¹¹ a raridade dos trabalhos dedicados pelos etnólogos europeístas a essa dimensão da atividade social. Essa situação, longe de ser fruto do acaso ou das escolhas subjetivas dos pesquisadores, deve ser relacionada ao descompasso entre os métodos dominantes e as regras da investigação em nossos Estados centralizados. O recorte comunitário nem sempre é adaptado a um empreendimento que evidencia inter-relações entre poderes emanados de níveis territoriais diferentes. A pesquisa em antropologia política oferece o exemplo de uma perpétua tensão entre, de um lado, a necessidade de aprofundar um conhecimento das relações políticas baseado na experiência muito íntima de uma coletividade bem delimitada e, de outro, a exigência de dar conta das conexões entre micro e macropoderes, que obriga a recorrer à mudança de escala para apreender os fenômenos.

Sem a menor dúvida, uma das principais contribuições desse procedimento liga-se à sua ancoragem em um universo de práticas e de discursos localizados. Nesse sentido, não se pode imaginar dispensar o recurso à etnografia. Ao mesmo tempo, a transferência de uma metodologia que deu suas provas de capacidade no estudo das sociedades distantes implica uma reflexão sobre sua pertinência, em relação aos tipos de objetos que o pesquisador privilegia. É um truísmo dizer que as nossas sociedades apresentam uma grande complexidade; mas essa constatação não é inútil, pois ela nos incita simultaneamente a fazer um esforço de aprofundamento, na medida em que oferece o instrumento idôneo para apreender os diversos estratos do real, sua estrutura de "massa folheada". A análise localizada constitui o melhor ponto de partida para toda generalização posterior, mas sob duas condições: 1) de que não se feche em escolhas de escalas limitativas; 2) de que não pretenda ultrapassar suas competências, atropelando o procedimento comparativo.

Uma confusão pode facilmente se introduzir entre duas acepções do vocábulo "local": ele funciona de fato em dois gêneros de oposições semânticas bem distintas: local/global, de um lado, local/geral, de outro. A antropologia das sociedades tradicionais se deteve sobretudo na segunda oposição, e teorias como o estruturalismo de Lévi-Strauss ou a orientação hermenêutica proposta por Geertz apresentam respostas possíveis à questão da passagem do *local* para o *geral*. No que concerne à primeira oposição, que põe em jogo

¹¹ M. Abélès, *Jours tranquilles en 89. Ethnologie politique d'un département français* (Paris, O. Jacob, 1989).

orientações metodológicas, as coisas são menos claras: tudo se passa como se o desenvolvimento histórico da antropologia num contexto exótico tivesse tido o efeito de acentuar o primeiro termo da oposição. Privilegiando a aldeia ou a tribo, limitando a pesquisa às fronteiras da comunidade, os etnólogos se preocuparam pouco com a articulação do local e do global. Eles hoje estão redescobrimdo essa questão, e se interrogam sobre a pertinência das classificações que durante muito tempo orientaram seu método de trabalho. Esse esforço para reinscrever grupos artificialmente isolados num contexto de relações e de antagonismos capaz de tornar inteligíveis práticas e expressões endógenas que do contrário escapariam ao observador, coincide com as preocupações dos etnólogos que estudam a modernidade e constroem instrumentos de análise que lhes permitem efetuar um vaivém entre local e global. Eles estão envolvidos num processo de aprofundamento que os leva a repensar, no contato com as outras disciplinas, conceitos que merecem ser refinados à luz dos dados.

Entre os problemas com que os antropólogos se defrontam em sua busca do real, lembarei, entre outros, o tema da historicidade. Um dos perigos de uma abordagem fetichista do "micro" é evacuar pura e simplesmente as dinâmicas e a mudança social. Uma das críticas que se fizeram à abordagem monográfica foi a de que ela apagava a inserção histórica das formações estudadas, de que ela, de certa maneira, as "esfriava". A revelação de permanências, a busca das condições de reprodução da estrutura social estavam no centro das preocupações dos etnólogos. Relendo hoje os escritos de Radcliffe-Brown, que influenciaram sobremaneira a disciplina, fica-se impressionado com a pregnância de uma concepção que se inspira no método experimental. O "micro" é percebido como um laboratório onde se podem isolar fenômenos artificialmente. A referência a metáforas biológicas é nesse ponto significativa, cada sociedade sendo percebida através de seus diferentes órgãos como visando a reproduzir sua integridade e seu equilíbrio próprio. Como mostrou Evans-Pritchard, que foi ele próprio fortemente marcado por essa concepção funcionalista, a antropologia não poderia dispensar as dinâmicas sociais e a diacronia: ela emanou do modelo das ciências naturais e merece ser considerada "uma espécie particular de historiografia".¹² Nessa perspectiva, a análise localizada pode constituir um excelente revelador dos movimentos históricos que percorrem uma sociedade.

¹² E. E. Evans-Pritchard, *Les anthropologues face à l'histoire et à la religion* (Paris, PUF, 1974), p. 25-8 (1 ed.: 1962).

Implicações epistemológicas

Não se pode minimizar, no plano epistemológico, o alcance crítico dos novos avanços da micro-história e do desenvolvimento de uma antropologia das sociedades complexas que se exerce a partir de análises localizadas, com uma preocupação permanente de contextualizar suas próprias abordagens. Sua dinâmica leva de fato a repensar certos pressupostos das ciências sociais. Estas, de maneira geral, trabalharam a partir de macroconceitos.

Em primeiro lugar, a concepção clássica que consiste em elaborar hipóteses determinando entidades objetivas como “classe social”, mas também como “mentalidade”, “comportamento político” etc., me parece ser diretamente questionada pelo trabalho que efetuamos. Como mostra Jacques Revel a propósito da micro-história, essa abordagem tem como efeito dessubstancializar objetos que estavam no centro da análise. Produz-se portanto uma espécie de *implosão* em domínios onde durante muito tempo se desenvolveu uma concepção da ciência centrada num modelo experimentalista já antigo. Pois, quando se segue Durkheim, adota-se também Stuart Mill e, com ele, essa espécie de motor de três tempos: hipóteses, experimentações, conclusões. O método das variações concomitantes é, para o sociólogo, “o instrumento por excelência das pesquisas sociológicas”.¹³ Ele permite estabelecer uma relação de causalidade entre dois fenômenos: “a concomitância constante é portanto, por si mesma, uma lei”.¹⁴ Enquanto se permanecia com uma visão do “micro” entendida como método essencialmente monográfico, esta se integrava perfeitamente à lógica experimental: partia-se de hipóteses “macro”, e o trabalho sobre o “micro” assumia o aspecto de uma verificação de premissas que o ultrapassavam inteiramente. O “micro” era, quando muito, a *prova* do “macro”, mas era este último que dava a essa prova sua significação e delimitava seus contornos. Se a prova invalidava algumas hipóteses, voltava-se ao “macro” para redefinir as condições da prova. A monografia era portanto “enquadrada”. Onde a irritação dos durkheimianos em relação a Le Play e sua escola, que cultivavam a monografia em si mesma sem se preocupar em relacioná-la às entidades constitutivas da sociedade global.

O que se observa mais particularmente nos micro-historiadores é o questionamento dessa hierarquia implícita entre o “macro” e o “micro”. O “micro” adquire com efeito uma dimensão explicitamente heurística. Reconstroem-se as identidades sociais e políticas a partir dos dados locais; to-

mam-se como objeto itinerários individuais, acontecimentos biográficos, para produzir *a posteriori* tipos ideais, categorias que aparecem, ao final da pesquisa, mais densas e mais ricas. Fazendo implodir a concepção funcionalista de uma sociedade global definida como conjunto coerente de grupos, de instituições e de representações, os pesquisadores que praticam a micro-história se expõem à crítica. Não haveria aí uma forma de empirismo que acabaria por impregnar a teoria do social? Não se estaria voltando a um individualismo metodológico? Ao desconstruir as categorias “macro” que ajudam a pensar o social, os historiadores não se estariam condenando à impotência epistemológica?

A questão que é colocada para os micro-historiadores, assim como para os antropólogos que trabalham em universos localizados e limitados, é a da possibilidade de produzir enunciados gerais e deduções válidas. Como pensar os fenômenos sociais para além dos casos particulares, se as identidades coletivas se fragmentam ao sabor dos contextos, se as categorias sociais se apagam atrás da irredutibilidade dos destinos individuais? A abordagem desenvolvida na micro-história — e por certos antropólogos —, as variações de escala que ela opera sem cessar submetem hoje a uma dura prova uma concepção um tanto congelada da racionalidade humana. Nos últimos anos, o debate que opôs os defensores do universalismo e os partidários do relativismo não contribuiu verdadeiramente para esclarecer essas questões. Os primeiros, em nome do racionalismo, nos propõem uma concepção tão depurada quanto empobrecida dos processos culturais, reduzidos a representações oriundas da mente humana das quais a psicologia bastaria para dar conta. Os segundos, se levam a sério os determinantes históricos e sociológicos, acabam por privilegiar sua diferença e sua polissemia, correndo o risco de se perder nos meandros da interpretação. Para eles, a verdade é plural e a determinação de um objetivo científico é em si suspeita.

Esse debate é sem dúvida fruto de uma dupla insatisfação: de um lado, ele reflete uma vontade de rigor entre aqueles que os discursos da antropologia estrutural e da “nova história” deixavam insatisfeitos quanto a seus fundamentos conceituais; de outro, exprime uma propensão a se libertar do grilhão estruturalista para desenvolver uma prática ao mesmo tempo mais literal e mais literária da história e da etnologia. Por mais opostas que sejam, a orientação racionalista e universalista e a orientação interpretativa e relativista têm sintomaticamente dificuldades em pensar os processos sociais e culturais, mesmo estando conscientes das implicações epistemológicas de nossas práticas científicas. Nesse ponto, é claro que entramos numa fase de reflexão crítica, após um período que assistiu à arrancada triunfal do estruturalismo e da escola dos *Annales*. Podemos contudo nos perguntar se o debate entre universalistas e relativistas é de natureza a favorecer nossos entendimentos: a necessidade de uma terceira via é sentida de maneira cada

¹³ É. Durkheim, *Les règles de la méthode sociologique* (Paris, PUF, 1973), p. 131.

¹⁴ *Ibid.*, p. 132.

vez mais crua, como indica a convergência de trabalhos emanados de disciplinas e até mesmo de escolas diferentes. Trata-se com efeito de promover uma abordagem racionalista com pretensão generalizadora e demonstrativa que leve em consideração os dados concretos, culturais e localizados.

Leibniz de volta?

Para entender o que está em jogo, uma breve volta atrás permitirá, assim o espero, colocar em perspectiva a situação atual. É que reencontramos aqui um velho debate epistemológico: o ponto de vista desenvolvido pelos micro-historiadores é por excelência anticartesiano. Em suas pesquisas, eles vão de encontro ao ideal de conhecimento caro ao filósofo francês. Mas vão ao encontro das teses desenvolvidas por Leibniz, notadamente no opúsculo intitulado *Meditação sobre o conhecimento, a verdade e as idéias*, onde se encontra uma crítica explícita do cartesianismo, sem por isso abandonar a perspectiva do racionalismo analítico.

Para Descartes, como se há de recordar, só o conhecimento claro e distinto é produtor de verdade. O primeiro preceito do método era “nunca aceitar como verdadeira qualquer coisa sem a conhecer evidentemente como tal [...] e não incluir nos meus juízos nada que não se apresentasse tão clara e tão distintamente ao meu espírito que eu não tivesse nenhuma ocasião para o pôr em dúvida”.¹⁵ O entendimento procede sempre de acordo com duas operações: a intuição e a dedução. No ponto de partida de qualquer operação intelectual válida, a intuição aparece como “a concepção de um espírito puro e atento, concepção tão fácil e tão distinta que não resta dúvida alguma sobre o que compreendemos”.¹⁶ A dedução é definida como um “movimento contínuo e ininterrupto do pensamento que tem uma intuição clara de alguma coisa”.¹⁷ Na procura da verdade, o espírito “puro e atento” é iluminado pela “luz da razão”. A metáfora óptica é onipresente em Descartes. O verdadeiro se apresenta sob a forma da evidência, irradiante para a intuição que a apreende na pureza do instante. Decerto, para chegar a esse resultado, terá sido necessário pôr previamente em dúvida as opiniões preestabelecidas, os testemunhos enganadores dos sentidos. Graças a essa ascese prévia, o sujeito está doravante em condições de alcançar o conhecimento verdadeiro, frustrando todos os gênios malignos.

¹⁵ R. Descartes, *Le discours de la méthode* (Paris, Gallimard, 1973), p. 137 (Pléiade).

¹⁶ R. Descartes, *Règles pour la direction de l'esprit* (Paris, Gallimard, 1953), p. 43 (Pléiade).

¹⁷ Ibid., p. 44.

O ponto de vista cartesiano atesta uma formidável arrogância epistemológica. Sem dúvida, enquanto um misto de ser pensante e corpóreo, o homem está sujeito a erro, mas sempre lhe é possível alcançar a verdade no ato puro do conhecimento intuitivo. Partindo do conhecimento das coisas simples, ele se elevará gradualmente até o das mais complicadas. Assim se gera, pelo encadeamento de verdades, o saber. O intuicionismo de que Descartes se faz arauto marca também os limites do método. Em nome do critério de verdade que constitui a evidência, não se poderia reter certos domínios de conhecimento que decorrem contudo da atividade matemática: é o caso sobretudo dos infinitamente pequenos e das probabilidades. “O intuicionismo é em essência restritivo”, sublinhava Michel Serres, destacando a contribuição inovadora do filósofo alemão no domínio matemático.¹⁸ Os trabalhos que Leibniz efetuava, notadamente no domínio do cálculo infinitesimal, levaram-no a revelar as falhas da teoria cartesiana, a ponto de se insurgir contra essa filosofia do conhecimento e de questionar a estrutura conceitual que a sustentava.

Como mostrou Yvon Belaval,¹⁹ Leibniz recusa todos os aspectos da teoria cartesiana: do método à metafísica, passando pelas matemáticas, a lógica e a física, nenhum dos enunciados cartesianos conta com a sua indulgência. No texto preciso e denso da *Meditação sobre o conhecimento, a verdade e as idéias*, Leibniz, ao mesmo tempo em que procede a uma crítica em regra de seu adversário — “esse assunto [as verdadeiras e as falsas idéias], embora seja da mais alta importância para o conhecimento da verdade, não foi tratado de maneira satisfatória por Descartes”²⁰ —, expõe sua própria teoria do conhecimento. Entrega-se a uma análise crítica das noções de clareza e de distinção, mostrando seu caráter parcial e insuficiente. Uma idéia pode ser clara, mas confusa: ela nos permite apenas reconhecer a coisa representada; o testemunho dos sentidos, o “não sei quê” estético; permanecemos, contudo, no indefinível.

Para ir além dessa primeira abordagem, é preciso conseguir enumerar as “marcas suficientes para distinguir a coisa de entre as outras”. Chega-se então à idéia distinta, como essas noções comuns que temos dos números, das grandezas ou das figuras. Mas o distinto tem ele próprio seus graus. Uma idéia distinta pode ser inadequada ou adequada, conforme se seja capaz de analisar seus diferentes componentes. Assim, a noção de ouro é distinta mas inadequada, pois conhecemos claramente mas confusamente o peso, a

¹⁸ M. Serres, *Hermès ou la communication* (Paris, Minuit, 1968), p. 134.

¹⁹ Y. Belaval, *Leibniz, critique de Descartes* (Paris, Gallimard, 1960).

²⁰ G. W. Leibniz, *Opusculs philosophiques choisis*, traduzido do latim por P. Schrecker (Paris, Vrin, 1966), p. 9.

cor, o efeito da água-forte compreendido nessa noção. A noção de número se aproxima bastante, por seu lado, do conhecimento adequado.

É possível obter um conhecimento adequado? “Duvido porém que os homens possam dar dele um único exemplo perfeito”,²¹ responde Leibniz. É que a adequação implica um conhecimento distinto de *todos* os ingredientes que compõem essa idéia. Um conhecimento desse tipo é verdadeiramente intuitivo: aquele que o possui abraça então “de uma só vez pelo pensamento todas as noções que ele contém”; compreende (*com-prehendere*) no sentido etimológico do termo. Para Leibniz, e aqui ele se separa de Descartes, só o entendimento divino é verdadeiramente intuitivo. A idéia do círculo não está em nós, mas em Deus: “Em nós há uma imagem do círculo, uma definição do círculo, as idéias de tudo o que é necessário para pensar o círculo”,²² Mas só Deus pensa “por inteiro e ao mesmo tempo a essência do círculo”; nós mesmos só a conhecemos “por suas partes”.

Para Leibniz, trabalhamos com noções *compostas* das quais não é possível ter uma apreensão intuitiva. Não vamos do simples ao complexo, como pregava Descartes, porque estamos desde o início imersos nesse universo de noções compostas do qual na maioria das vezes não temos senão um conhecimento “cego ou ainda *simbólico*”. A utilização dos signos, da linguagem natural ou algébrica, é o meio de traçar o próprio caminho através daquilo que à primeira vista pode parecer claro e simples, mas que implica o recurso a mediações conceituais que alongam consideravelmente o percurso inicialmente previsto.

Não é sem interesse confrontar nossas práticas de historiadores e de antropólogos com os enunciados leibnizianos. Não vejamos nesse diagnóstico dos limites do entendimento a expressão de um irredutível pessimismo, mas antes um encorajamento para seguir em frente levando em conta obstáculos concretos com os quais se defrontam as ciências sociais. Afundando-nos nos arcanos do local, tomando os atalhos da micro-história ou da etnografia, aceitamos como um pressuposto epistemológico a idéia de conhecimento cego (*cogitatio caeca*). Que a análise nunca termine, mas que se possa produzir procedimentos pertinentes ao longo de um percurso semeado de emboscadas, é se situar na perspectiva de uma *ars inveniendi* de novo tipo, suscetível de fecundar uma abordagem que, do contrário, está fadada a se estagnar, com a única preocupação de se conformar às “idéias claras e distintas” que entulham hoje nossos domínios respectivos.

²¹ Ibid., p. 11.

²² *Elementa philosophiae arcanae de summa rerum*, apud Y. Belaval, *Leibniz, critique de Descartes*, p. 240.

É o caso, por exemplo, no campo político, das categorias em vigor: Estado, elites, comportamentos políticos, política nacional, política local etc. A clareza e a distinção aparentes dessas noções ocultam a questão da sua adequação. O ato de provar, uma vez aceitas essas noções, não significa mais que desdobrar pertinências estatísticas, quando de imediato sentimos muito cruamente a pobreza desses instrumentos. Donde a necessidade de proceder inversamente e de construir os conceitos a partir de uma abordagem analítica, sendo as categorias básicas consideradas, no ponto de partida, como dados intuitivos e por definição insuficientes e teoricamente insatisfatórios. Para levar a bom termo essa abordagem, de nada adianta correr à procura de novas evidências. É preciso, antes, como o fazem os micro-historiadores ou certos antropólogos, determinar zonas sensíveis, isolar artificialmente momentos, configurações, espaços, que podem estar localizados naquilo que nos aparece tanto como o centro quanto como a periferia de uma sociedade, e dissecá-los.

Variação de escala: o objeto europeu

Para ilustrar essa orientação, que me seja permitido lembrar a pesquisa que realizei sobre o Parlamento Europeu.²³ Havia aparentemente um certo arbítrio em escolher essa instituição como lugar de uma pesquisa de antropologia política. Após ter estudado longamente a vida política na França rural, a mudança de campo parece brutal. Na verdade essa decisão se insere numa perspectiva coerente se admitirmos a positividade do princípio de variação de escala. Enfrentar a questão da representação política sob o ângulo da eleição européia era prolongar uma pesquisa na qual havíamos considerado exclusivamente os contextos local e nacional. Planejar a possibilidade de um ponto de vista que ultrapassasse os limites dentro dos quais em geral raciocinamos para pensar a política me pareceu indispensável. Considerando as resistências dos próprios políticos — do tipo: “Qual é o interesse do Parlamento? Ele não tem poder algum”, “A Europa política não existe” —, percebi que havia um verdadeiro mal-entendido. Na medida em que o objeto “real” não é considerado importante, ou mesmo “consistente”, o trabalho de análise é mecanicamente desvalorizado. O mal-entendido se deve a uma confusão entre o valor de uso do objeto e o interesse do conhecimento que ele pode ou não concentrar.

²³ M. Abélès, *La vie quotidienne au Parlement européen* (Paris, Hachette, 1992).

Ora, o objeto em questão, na medida em que introduz um espaço de variação inédito na consideração das práticas políticas, não pode senão chamar a atenção. Ao mesmo tempo, é claro que esse trabalho de vaivém entre escalas diferentes desorganiza princípios de classificação, até mesmo de divisão do trabalho, que orientam o funcionamento das disciplinas constituídas. Ao pôr em perspectiva o quadro Estado-nação ora a partir do local, ora do supranacional, introduz-se incerteza num setor bem balizado. Mas o objetivo desse tipo de pesquisa é precisamente esclarecer processos que tendem a ser identificados com uma categoria reificada, no caso o Estado, da qual cada dia que passa mostra a fragilidade histórica. Introduce-se assim a complexidade num domínio onde o estereótipo às vezes eclipsa a pesquisa. Mas, como escreveu J. Revel a propósito da micro-história: "Por que tornar as coisas simples se podemos complicá-las?"

Fixando como objetivo a exploração das zonas sensíveis — conceitualmente falando —, a idéia é trabalhar dentro do horizonte desse conhecimento "cego ou simbólico" que preconizava Leibniz. Continuar a análise naquilo que ela tem de interminável, mas com a preocupação de acionar lucidamente as condições de sua realização. Essa abordagem oferece a possibilidade de compreender melhor o que está em jogo naquilo que vem sendo chamado há alguns anos de crise da política e que sem dúvida corresponde a uma mutação bastante profunda nas relações entre sociedade civil e política. Mutação que afeta ao mesmo tempo os espaços políticos e as práticas políticas, e que interessa muito especialmente à antropologia.

Os debates recentes relativos à construção europeia ilustram bem o alcance dos deslocamentos que se operam. Eles se cristalizam em torno do questionamento da forma Estado-nação. Partidários ou adversários da Europa de Maastricht evocam sem cessar essa questão, uns no discurso da denúncia, outros no discurso da negação. A propósito dessa Europa, P. Thibaud fala em "perda do político, já que o sistema público de gestão restaurado ao cabo do processo é amplamente desconectado dos valores cívicos dos diferentes povos e referido a um espaço que é o do consenso técnico, e não da vontade política, e que a liberdade de manobra reencontrada ao término da europeização corre o risco de não ser senão a da comunidade supranacional que os tecnocratas formam entre eles",²⁴ uma "federação às avessas",²⁵ uma "instituição que espera reencontrar as grandes questões após ter esgotado as pequenas, que uniformiza sem conseguir dar sentido à unidade, o menos subsidiarista possível".²⁶

Apresentando um ponto de vista contrário a propósito da Europa, J. M. Ferry formula um diagnóstico bastante próximo quando diz que "a Comunidade Europeia realizou em suma uma *sociedade civil que ultrapassa o Estado*. O Grande Mercado europeu realiza as precondições de uma sociedade civil europeia unificada, enquanto permanece a pluralidade dos Estados-nações, e aparentemente não se cogita de um Estado europeu".²⁷ É preciso contudo se agarrar ao Estado-nação, se pergunta Ferry — e é aí que ele se diferencia de Thibaud: "A Europa situará a identidade política de seus futuros cidadãos como uma identidade *pós-nacional*, mas também como uma identidade *pós-estatal*".²⁸ Distinguindo função técnica (organizar as condições da reprodução social) e função ética (fixar a identidade de seus naturais pela representação de uma soberania nacional una e indivisível), todas as duas, segundo ele, constitutivas do político, Ferry prega a instituição em escala europeia de um espaço público, de uma esfera de discussão e de proposição que assuma a função ética do político, ficando a função técnica reservada às instituições comunitárias existentes. A principal fraqueza da Europa atual decorre precisamente dessa ausência de espaço público, desse déficit de publicidade.

A posição de Ferry é explicitamente voluntarista: a identidade pós-nacional decorre de fato, segundo ele, de uma escolha ética. Em outras palavras, a Europa política só se fará pelo acionamento de um espaço público, mas a realização desse espaço remete ela própria a uma identidade pós-nacional a ser construída sobre bases "não culturais, geográficas e históricas", e sim "jurídicas, morais e políticas".²⁹ Ferry rejeita a idéia de um Estado europeu; não se trata de reproduzir o paradigma do Estado-nação, mas de ultrapassá-lo. Podemos nos perguntar em que medida o voluntarismo pode ser suficiente para essa tarefa. Mais profundamente, a disjunção entre ética e técnica é problemática. Ferry parece ignorar sistematicamente a questão do poder, das relações de forças e das condições de produção efetivas da democracia. Ao mesmo tempo, sua análise é sintomática de uma tomada de consciência mais geral dos problemas que afetam hoje o espaço e a prática políticas.

Um ponto forte da discussão sobre a Europa entre Thibaud e Ferry concerne ao estatuto do político. A posição de Thibaud, que condiciona sua crítica da dinâmica europeia hoje, pode ser resumida em um silogismo: o lugar do político é o Estado; ora, a dinâmica europeia limita e constrange a iniciativa dos Estados; logo, a Europa tal como está sendo construída impli-

²⁴ J. M. Ferry & P. Thibaud, *Discussion sur l'Europe* (Paris, Calmann-Lévy, 1992), p. 42.

²⁵ *Ibid.*, p. 48.

²⁶ *Ibid.*

²⁷ *Ibid.*, p. 139.

²⁸ *Ibid.*, p. 153.

²⁹ *Ibid.*, p. 174.

ca uma perda, quando não um esgotamento do político. Do lado oposto, Ferry propõe uma disjunção do político entre a ação propriamente dita, que caberia aos Estados, e a cidadania, que teria a ver com o pós-nacional, com a Europa enquanto espaço público. A um só tempo, a consumação do Estado-nação e sua superação numa comunidade maior. A discussão mostra bem o problema que enfrentaram os artífices da Europa. Esta se instalou num movimento dito de *spill over* (de engrenagem); experimentava-se o movimento andando, até o momento em que a questão da União Européia se colocou explicitamente no quadro do processo de integração das economias nacionais.

A questão do lugar do político aparece então em toda a sua complexidade. Até então as práticas políticas eram comandadas pelo princípio nacionalista, que Gellner definiu como o princípio que “afirma que a unidade política e a unidade nacional devem ser congruentes”.³⁰ Evidentemente, é essa congruência que é hoje problemática. O nacionalismo assim concebido faz água dos dois lados. A situação na Iugoslávia revela as tendências centrífugas que fazem implodir o Estado-nação, e de maneira mais geral observamos consideráveis fenômenos de fragmentação, como a ascensão da Liga Lombarda na Itália. Fragmentação de um lado, despossessão pelos Estados-nações de competências importantes na construção européia de outro. A harmonização das legislações resultou num deslocamento do poder normativo. De toda forma, pelo viés do Conselho dos Ministros, os Estados-membros conservam uma capacidade de iniciativa bastante real. A extensão do princípio de maioria qualificada na tomada de decisão no interior do Conselho é porém significativa. Os Estados estão cada vez mais empenhados num processo de negociação em grande escala em que ninguém pode mais se contentar em sentar sobre as próprias posições. A política da cadeira vazia não funciona mais, como pudemos constatar com as diversas investidas do Gatt em matéria agrícola.

Do lado dos espaços políticos, vemos portanto vir para o primeiro plano a questão da sua redescupagem ou da sua recomposição. A afirmação das especificidades, a instauração de relações entre os níveis territoriais infranacionais e as instâncias comunitárias, não contribui necessariamente para enfraquecer o Estado, mas para integrá-lo a dispositivos mais complexos. Ela pode criar, como na França, competições entre níveis de coletividades diferentes ou, ao contrário, como na Alemanha, reforçar os equilíbrios existentes entre Estado federal e regiões. Em todo caso, essa evolução força o pesquisador a pensar essa articulação dos níveis sem privilegiar um centro. Ao abordar no

³⁰ E. Gellner, *Nations et nationalisme* (Paris, Payot, 1983), p. 11 (1 ed.: Oxford, 1983).

plano político a questão da relação entre o lugar e o não-lugar — aproximamo-nos aqui, no nível da cidade, de um problema que M. Augé coloca a propósito do indivíduo, quando qualifica os espaços da modernidade de “não-lugares”: lugares onde a solidão e a similitude substituem a identidade e a relação; lugares que não fazem mais sentido senão pelos comentários, pelas mensagens, pelas injunções que produzem em intenção de seus utilizadores. “Os não-lugares criam uma contratualidade solitária”,³¹ observa Augé, e podemos nos perguntar em que medida a Europa sem Estado não é a quintessência do não-lugar.

Do lado das práticas, dois tipos de questões nos são colocados: a diluição do referente Estado-nação tem como efeito perturbar os jogos de oposições tradicionais e introduzir uma complexidade inédita no processo de tomada de decisão. Essa complexidade se traduz notadamente pelo culto da negociação e pelo papel ampliado do compromisso. “A despeito de sua utilidade, essa cultura da barganha, essa diplomacia contínua comporta graves inconvenientes”,³² escreve Thibaud, que denuncia “o método Monnet, a prática de contornar ou de neutralizar o político”.³³ Podemos contestar o caráter excessivamente normativo desse gênero de asserção. Esqueçamos o julgamento, para sublinhar uma inflexão importante dos processos políticos. A internacionalização, ou seja, a interiorização das imposições externas pelos atores políticos e, progressivamente, pelas opiniões públicas, induz novos comportamentos nas arenas políticas tradicionais.

No contexto europeu, as opiniões maniqueístas, a lógica binária associada à idéia de um par estável maioria/oposição, cedem lugar a atitudes políticas que levam em conta um maior número de parâmetros. No espaço político europeu, o interesse nacional se conjuga à pulsão partidária. Levar em consideração a pluralidade dos interesses conduz a uma maior tecnização da tomada de decisão. A avaliação do especialista torna-se um momento necessário da ação política. Alguns vêem aí um fator de despolitização; pode-se ver igualmente um enriquecimento da atividade política. Criticou-se muito o lobismo em Bruxelas; constata-se a formidável expansão dos *lobbies*. Estes mantêm uma relação orgânica com as instâncias comunitárias. Tudo isso não é novo. Nos diferentes países europeus, o lobismo é uma prática em vigor.

³¹ M. Augé, *Non-lieux. Introduction à une anthropologie de la surmodernité* (Paris, Seuil, 1992), p. 119 [N. do T.: trad. bras.: *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*, São Paulo, Papirus, 1994].

³² J. M. Ferry & P. Thibaud, *Discussion sur l'Europe*, p. 82-3.

³³ *Ibid.*, p. 92.

De fato, o que nos surpreende é a contaminação das práticas políticas pelo lobismo: preferir a negociação, criar grupos de pressão de geometria variável. Esse modo de exercício da política pode desconcertar os partidos tradicionais que interpretam como versatilidade o que não passa de agilidade de abordagem e recusa a se fechar num jogo regrado e binário. Podemos pensar que no futuro esse tipo de comportamento irá se desenvolver no interior das diferentes formações sem que por isso as grandes clivagens se apaguem. Elas correspondem a uma flexibilização do espaço político, e àquilo que podemos considerar uma perda de referente.

É bastante evidente que a nova mão das cartas do jogo europeu põe diretamente em questão os principais referentes a partir dos quais se definiu e orientou a atividade política. Mas os antropólogos estão bem colocados para saber que esta última não desaparece a pretexto de mudar de referente ou de se inscrever em novas estruturas. A meu ver, um dos aspectos importantes do trabalho antropológico é apresentar um ponto de vista crítico em relação à preeminência da forma Estado-nação. O fato de este último aparecer como o lugar do político num determinado tipo de sociedade não implica a impossibilidade de outros desenvolvimentos. Ora, é sem dúvida uma evolução desse tipo que vivemos hoje e que afeta muito diretamente nossa maneira de fazer e de pensar a política. Para o antropólogo, isso implica uma atenção redobrada a esses deslocamentos de escala, multiplicando ao mesmo tempo as análises localizadas.

Maurizio Gribaudi

Escala, pertinência, configuração

Nas imagens que são evocadas pela oposição “micro”/“macro”, e das quais se lança mão nos debates, ou para comparar as duas abordagens, ou para defender uma em detrimento da outra, podemos quase sempre perceber a conotação de uma irredutibilidade de escala. A abordagem microanalítica é vista como aquela que remete inevitavelmente a espaços e a mecanismos sociais que se situam na escala da própria realidade, como na célebre ficção de Borges. O “macro” é percebido, em compensação, como o nível da globalidade, da generalidade — pelo menos o 1:250.000 das cartografias regionais, quem sabe o 1:500.000 do mapa nacional, ou mesmo o 1:2.000.000 do mapa continental. Dentro desse quadro, o debate se desenvolve em duas frentes. Trata, de um lado, das capacidades de generalização ou de especificação próprias de cada abordagem; de outro, da natureza diferente dos fenômenos sociais que cada nível de escala supostamente está apto a fazer aparecer. Bernard Lepetit, neste mesmo livro, se situa no interior desse debate desenvolvendo as implicações ligadas a essa oposição básica.

Nas páginas que se seguem, eu gostaria de tentar mostrar que a oposição de escala nos lança numa pista falsa. Creio, com efeito, que, se existe uma oposição pertinente entre “micro” e “macro” na prática da pesquisa histórica e, de modo mais geral, das ciências sociais, ela deve ser essencialmente apreendida em termos de modalidades diferentes da formalização causal dos fenômenos sociais e das evoluções históricas. Obtém-se assim, de um lado, uma imagem da história e do devir social como um sistema aberto, em perpétua transformação e determinado por dinâmicas e mecanismos microsociais de tipo interativo; de outro, uma imagem mais evolutiva, na qual os processos históricos são vistos como determinados antes de tudo por fatores macrosociais e extra-individuais.

Desse ponto de vista, as duas abordagens não implicam necessariamente objetos e níveis de análise diferentes, tais como a comunidade ou a

nação, o indivíduo ou as instituições e os grupos etc. Baseiam-se antes em justificativas empíricas e retóricas diferentes. Começarei expondo, ao menos sucintamente, esses aspectos. A análise faz, antes de tudo, aparecer como, nessa óptica, o problema da escolha de uma escala perde sua centralidade. Ele só é de fato crucial no quadro de uma abordagem macroanalítica. Uma tal abordagem, baseada num modelo implícito de hierarquias causais, se obriga com efeito a reconstruir as lógicas que ligam os atores individuais aos diferentes fenômenos macroestruturais que foram previamente individualizados. A abordagem microanalítica, em compensação, integra o conceito de causalidade nos mecanismos interativos, esvaziando assim o problema da escala.

Para além das oposições de escalas ressalta portanto, antes, o problema das diferentes retóricas demonstrativas próprias de duas abordagens que permanecem fundamentalmente irreduzíveis uma à outra. A abordagem macrosociológica é dedutiva e especifica suas provas a partir de um modelo global. Nesse enfoque, a construção causal é principalmente fornecida pelas categorias expressas pelo modelo. Os dados empíricos nele introduzidos têm uma função que é essencialmente de ilustração, por intermédio de uma série de operações retóricas e/ou estatísticas de tipologização. A abordagem microsociológica, indutiva, individualiza mecanismos e os generaliza por intermédio das fontes. Aqui, a construção causal não é dada de antemão, e sim reconstituída por intermédio das fontes que impregnam o objeto. A retórica é de tipo generativo. Os dados empíricos constituem o material bruto que deve permitir individualizar mecanismos e funcionamentos sociais que se encontram além do objeto e das categorias historiográficas que o informam.

Nesse nível, a abordagem microsocial pareceria portanto não apenas mais elegante em sua argumentação retórica, como também mais fundamentada logicamente. A utilização dos dados empíricos parece justificada na medida em que eles permitem explicitar, não apenas as categorias e as representações sociais, mas também suas utilizações contextuais e os diferentes graus de adesão que estas encontram no tempo. Ao contrário, a abordagem macrosocial permanece totalmente solidária das representações que imprimem sua marca nos objetos submetidos à análise. A utilização dos dados empíricos, nos quais essa abordagem concentra paradoxalmente o essencial de seu esforço, permanece logicamente subordinada à estrutura de modelos construídos *a priori*. Suas categorias são portanto rígidas e normativas. Elas se colocam no mesmo plano que os fenômenos estudados, constituindo-se ao mesmo tempo como únicos elementos de observação e de explicação.

O estatuto diferente dado às categorias analíticas pelas duas abordagens se encontra nos modelos temporais respectivos que elas tendem a construir. Ao não estabelecer nenhuma distância entre categoria e fenômeno,

no, entre forma e conteúdo, as abordagens “macro” concebem os processos históricos em termos de leis imanentes no plano da evolução formal. As razões da história residem nas formas de seu devir. O arco traçado no tempo por um fenômeno também nos fornece as chaves daquilo que ele tem de específico. Qualquer que seja seu grau de refinamento, os modelos “macro” são portanto substancialmente deterministas e evolucionistas. Os modelos “micro”, ao sublinharem a ruptura existente entre forma e conteúdo, insistem ao contrário na dimensão da incerteza, da possibilidade. A continuidade histórica só pode portanto ser lida *a posteriori*, mas não desvenda, em si, suas leis. Muito ao contrário, ela esconde suas contingências sucessivas atrás dos anteparos dos modelos projetados.

Modelos e retóricas causais na abordagem macroanalítica

“A burguesia é um grupo social cujos contornos não são definidos [...] Nosso objetivo era caracterizar [...] o conjunto das categorias sociais que pertencem à burguesia, pequena ou grande, sem excluir nenhum meio, nenhum grupo *a priori*.”¹ É nesses termos que Adeline Daumard define o objeto e o quadro de seu trabalho sobre a burguesia parisiense na primeira metade do século XIX. O objetivo explícito da pesquisa, hoje um clássico da história social, é de fato determinar com maior precisão os contornos de um grupo social que existiu, nos diz a autora desde as primeiras páginas, nos discursos, nas práticas e nas representações do conjunto do século. Eis portanto a primeira, a mais clara justificativa do objeto e do quadro de análise que o visa. As representações e as práticas contemporâneas pensam dentro desse espaço categorial, referem-se a ele: ele existe, portanto, mas falta defini-lo cientificamente. Há contudo uma outra justificativa que, mesmo permanecendo menos explícita, constituiu a peça central da construção retórica e causal da pesquisa. Trata-se do modelo de evolução histórica por meio do qual A. Daumard esboça as linhas de evolução do contexto que estuda.

A autora enraíza sua própria leitura no olhar dos homens do século XIX. Na França, e em Paris particularmente, “defrontam-se [no início do século XIX], senão duas civilizações, ao menos duas tendências: uma está ligada a um passado que a Revolução não varreu inteiramente e que o Império, e sobretudo a Restauração, em parte ressuscitaram, e a outra prepara um futuro que a América deveria realizar de maneira mais completa que a Europa,

¹ Adeline Daumard, *Les bourgeois de Paris au XIX^e siècle* (Paris, Flammarion, 1970), p. 7.

como pressentira Tocqueville”.² O modelo que subtece implicitamente toda a organização da pesquisa é portanto o de um processo de modernização que assistiria à passagem de uma sociedade de Antigo Regime para uma sociedade de tipo “moderno”, caracterizada pelo fenômeno que A. Daumard define, retomando as palavras de um contemporâneo, como a “constituição da sociedade civil. [A] revolução [...] tornou iguais perante a lei homens que o cristianismo tinha tornado iguais perante Deus”.³

Voltarei a esse modelo e aos problemas lógicos colocados por uma tal conceituação da temporalidade histórica e de suas dinâmicas evolutivas. Por ora observo que, mesmo sendo introduzido de maneira retórica pelas referências a debates contemporâneos, ele determina as categorias causais da análise. Adeline Daumard se situa com efeito no interior desse processo; assume implicitamente a idéia de uma evolução histórica social global, determinada antes de tudo por mudanças estruturais que são, por ordem decrescente de importância, político-institucionais, econômicas, sociais. É no interior dessa construção causal que se justifica realmente o objeto historiográfico. Analisar a burguesia, medir sua importância numérica, descrever suas características internas implica que se especifiquem as formas de um processo dado mas cujas etapas e evoluções internas é preciso esclarecer.

Desde esse primeiro momento, constatamos portanto uma mudança de escala: do processo histórico global, que se concretiza num eixo temporal secular por meio de mutações estruturais maiores, passamos ao nível mais limitado e contingente dos grupos sociais examinados. Essa operação se repete ao longo do restante da pesquisa, por meio de uma abordagem que reflete, a cada passo, a lógica de inclusões causais implicadas pelo modelo geral. A análise e a especificação das características da burguesia, que constituem o cerne da pesquisa, baseiam-se de fato na mesma lógica hierárquica que vai do estrutural ao superestrutural. O plano do trabalho, apresentado como introdução, é particularmente esclarecedor a esse respeito:

A descrição das estruturas burguesas, primeiro, visa a delimitar os meios burgueses, utilizando *referências materiais*: níveis de fortuna ou de renda, profissão, gênero de vida e nível de vida. Essa primeira parte tende antes de tudo a delimitar os grupos: é um *estudo de massa*. A segunda parte está voltada para as *famílias*, classificadas por categorias, com o objetivo de *precisar* as origens dos diferentes meios, as relações que se estabelecem entre eles e, por fim, as bases nas quais se apóia a formação dos indivíduos.⁴

² Ibid., p. 13.

³ Ibid.

⁴ Ibid., p. 7 e 8. Grifo meu.

A hierarquia causal acionada no modelo reflete-se portanto claramente no próprio objeto, ordenando o princípio da análise. Se a evolução global dos *fenômenos políticos* determina as dinâmicas dos grupos, as formas materiais e a massa dos *grupos sociais* delimitam espaços mais restritos no interior dos quais encontramos os *meios* e as *famílias*, os quais, por sua vez, influem no *horizonte individual*. Nesse enfoque, a fonte qualitativa pode servir para ilustrar a proposição geral, mas não se constitui como prova; pode apenas acrescentar um “efeito de realidade” a um retrato que, em suas linhas de fundo, é definido apenas pelos dados quantitativos:

É indispensável conhecer os testemunhos de todo tipo, pois só eles esclarecem as estatísticas ou os dados quantitativos que puderam ser reunidos [...] Em última análise, o exame das reações coletivas, o estudo da alma coletiva da burguesia escapam à medida. A documentação qualitativa retoma aí todos os seus direitos, mas o valor dos testemunhos é aumentado pelo quadro estatístico preestabelecido no qual eles ocupam um lugar.⁵

Não me demorarei nesse exemplo. Mas me parece interessante observar que, nesse quadro, os níveis de prova sempre remetem, em última análise, ao modelo geral. E, portanto, às representações dos processos históricos que dominam na sociedade e em seus componentes. Devido a essa estrutura de inclusão causal, cada nível de escala se constitui unicamente, de fato, enquanto ilustração de dinâmicas que atuaram além da sua própria esfera de pertinência. Isso não significa que esses modelos sejam falsos (voltarei a esse ponto particular na última parte deste texto), e sim, mais simplesmente, que o nível de prova da abordagem macroanalítica se baseia menos nos objetos empíricos do que nos modelos de processos que a informam.

O que acaba de ser afirmado aparecerá de maneira mais clara se analisarmos, mesmo esquematicamente, a retórica específica da argumentação macroanalítica. A base empírica do trabalho de Adeline Daumard, o cerne de sua argumentação se encontram na primeira parte, onde a historiadora tenta caracterizar os traços específicos da burguesia parisiense e construir um modelo de estratificação interna do grupo. Para fazê-lo, ela se baseia num importante material de arquivo, cujo estudo lhe permitiu reconstruir as atividades profissionais, os rendimentos, as fortunas e os consumos de indivíduos e de famílias. Após circunscrever diferentes classes de burguesia com base nas profissões e nos rendimentos, a autora se dedica a detalhar seu modelo analisando as formas de moradia. No interior de cada um dos grupos in-

⁵ Ibid., p. 10.

dividualizados, o objetivo é analisar as práticas e as referências simbólicas predominantes, que permitirão especificar os limites e as propriedades internas dos próprios grupos. Dois pressupostos implícitos sustentam uma tal operação. O primeiro é que os elementos pertinentes que explicam os laços e as identidades sociais são efetivamente internos aos espaços categoriais definidos pelo modelo global. O segundo é que cada grupo secreta um modelo coerente e amplamente compartilhado, que orienta globalmente os comportamentos de seus membros.

Trata-se de pressupostos fortes, diretamente derivados do modelo teórico subjacente. No enfoque macroanalítico, a extrema dispersão e variedade dos dados empíricos não chega portanto a pô-los seriamente em questão. A diferenciação dos comportamentos é ao contrário percebida como uma confirmação ulterior da necessidade de operar uma síntese: “a dispersão dos números seria tal que qualquer precisão daria uma falsa segurança. É portanto preferível apresentar alguns casos-tipos, escolhidos na medida em que parecem simbolizar a condição mais comum em cada meio”.⁶

Detenhamo-nos rapidamente nessa operação e analisemos a construção retórica que está associada a ela. Na segunda parte do quarto capítulo, a autora se esforça para revelar a especificidade dos grupos médios e inferiores da burguesia. A categoria de referência é a dos “lojistas”. Contudo, ao longo dos capítulos precedentes, ela nos tinha mostrado como, no tocante aos rendimentos, outras profissões poderiam estar ligadas a esse grupo. A análise levará portanto em conta essa possibilidade, orientando ao mesmo tempo a busca do caso exemplar no grupo profissional de referência.

A abordagem da autora é desde o início orientada por uma qualificação de conjunto da categoria em construção: “a maior parte dos lojistas estava muito mal-instalada”.⁷ Essa qualidade é a seguir afinada pela descrição das características modais observáveis: “... muitos tinham apenas cômodos na sobreloja e viviam...”⁸ Não dispomos, portanto, até aqui, de nenhum nível de prova, mas os termos “a maioria” e “muitos” remetem a uma distribuição quantitativa que permite confirmar a existência da categoria. Em compensação, os conteúdos da categoria são individualizados por meio de uma análise baseada num duplo procedimento de observação e de generalização. O caso se torna portanto representativo do conjunto: “um comerciante de sedas da rua Montmartre que pagava mais de ... morava com a mulher e dois filhos pequenos num...”⁹ etc. O caso individual prova a pertinência

da categoria e permite acrescentar outras especificações tiradas da distribuição dos comportamentos; mas o faz, dessa vez, já sob a forma de um grupo abstrato. Citam-se assim as dimensões “*geralmente* restritas das famílias dos lojistas” e o fato de que, na última fase do ciclo de vida, o lojista modal “*geralmente* [...] [viviu] só com a mulher”.¹⁰ A noção de ciclo de vida é assim injectada na demonstração pelo viés de uma generalização; é preciso então demonstrar a pertinência dessa noção, ligada aos atributos já demonstrados da categoria, por meio de uma acumulação de detalhes:

*O cômodo do comerciante de sedas da rua Montmartre era mobiliado com as peças estritamente necessárias, sem nem mesmo uma poltrona; na moradia do comerciante aposentado, se ele dispusesse de um mínimo de recursos, ao armário, à cama e à cômoda [...] somavam-se poltronas, uma secretária e, às vezes, “uma mobília de quarto de dormir”, ou seja, um canapé com poltronas e cadeiras fazendo jogo, o que permitia receber os íntimos. A maioria dos lojistas tinha uma criada, raramente mais, mesmo quando possuía uma fortuna bastante razoável.*¹¹

Eis-nos no centro da demonstração. Numa única frase, dois casos individuais e diferentes são ligados por uma conexão de causalidade temporal, são constituídos como tipos e generalizados como modais para o conjunto da categoria estudada. A frase seguinte confirma a tipologização produzida, por meio de uma generalização ulterior que opera pela primeira vez a partir do rótulo da categoria: “a maioria dos lojistas...” A categoria está portanto instituída, em suas formas assim como em seus conteúdos. A burguesia médio-inferior corresponderá ao modelo do lojista que vive com um conforto dado e que varia de uma certa maneira ao longo do ciclo de vida. No interior desse tipo, outras fisionomias profissionais e sociais poderão vir a se incluir segundo os princípios da analogia e da diferença: “*raros* são os outros burgueses que...”, “... *alguns* empregados”, “*sobretudo* viúvas”, “*salvo exceção*, os empregados do Estado” etc.

Nesse nível, também, as provas da abordagem macrosocial são portanto fundamentalmente retóricas. Elas se baseiam em operações lógicas tão simples quanto eficazes que permitem reificar um grupo mediante uma série de transformações semânticas operadas entre a categoria e os dados nominativos. Num primeiro momento, assume-se a categoria e procuram-se os exemplos que correspondem a ela. Nesse nível, o caso ou os casos indi-

⁶ Ibid., p. 69. Grifo meu.

⁷ Ibid. Grifo meu.

⁸ Ibid. Grifo meu.

⁹ Ibid., p. 69-70.

¹⁰ Ibid., p. 70. Grifo meu.

¹¹ Ibid. Grifo meu.

viduais servem para especificar o conteúdo da categoria. Mas, uma vez preenchida essa função, o valor do caso individual (o comerciante da rua Montmartre) presumidamente qualifica o conjunto da categoria (os lojistas). Todos os outros casos obedecem a esse tipo de operação. A dispersão e a variedade dos comportamentos observados são expressas nos termos do conjunto. É portanto o sistema categorial que, em última análise, orienta e define o conteúdo do objeto empírico.

A retórica, que funciona aqui numa construção narrativa e sintática, é exatamente aquela que a estatística quantitativa utilizou desde o século XIX por intermédio das operações de agregação dos dados nominativos em categorias, e dessas categorias em quadros e quadros cruzados. A análise dos algoritmos e das formalizações estatísticas conduz aos mesmos resultados.¹² Seja pelos números, seja pela construção narrativa, as abordagens quantitativas e macroanalíticas não são capazes de fornecer níveis de provas empíricas logicamente aceitáveis. As provas apresentadas nesses modelos são portanto unicamente retóricas e remetem, em última análise, ao modelo assumido como quadro interpretativo global.

A prioridade hierárquica do modelo interpretativo global sobre todos os outros níveis da análise e do objeto explica portanto a centralidade do conceito de variação de escala no interior da abordagem macroanalítica. Nessa estrutura feita de uma série de encaixes causais, cada plano é conceitualizado e colocado em níveis diferentes de escala. A elegância e a pertinência de uma demonstração residem em grande parte na sua capacidade de harmonizar — por meio de operações retóricas e narrativas — esses níveis e de inserir cada espaço no interior de um outro maior de acordo com uma continuidade colocada como princípio.

Modelos e retóricas causais na abordagem microanalítica

“Procurei descrever a instabilidade das preferências individuais, das ordens institucionais, das hierarquias e dos valores sociais: em resumo, o processo político que engendra a mudança, mas também as direções imprevisíveis tomadas por esta, fruto do encontro entre protagonistas ativos.”¹³ Essa

¹² Cf. M. Gribaudi & A. Blum, Des catégories aux liens individuels: l'analyse statistique de l'espace social, *Annales ESC*, 45(6):1.365-402, 1990; e A. Blum & M. Gribaudi, Les déclarations professionnelles. Pratiques, inscriptions, sources, *Annales ESC*, 48(4):987-995, 1993.

¹³ G. Levi, *Le pouvoir au village. Histoire d'un exorciste dans le Piémont du XVIII^e siècle* (Paris, Gallimard, 1989), p. 17 (1 ed.: Turin, 1985).

frase de Giovanni Levi, quase escondida nas últimas páginas da sucinta porém densa introdução de seu livro, define bem, a meu ver, a especificidade da abordagem microanalítica. Instabilidade das formas, processos generativos, peso decisivo das ações individuais...: o modelo implícito ao qual essa abordagem remete é o de um processo histórico que se desdobra por meio de dinâmicas que põem em jogo configurações sociais complexas, que são não-lineares e, a cada momento, imprevisíveis. Essa noção de imprevisibilidade é a que me parece esclarecer melhor o nível em que se situa a análise microsocial: o de uma causalidade que é, a cada momento, pensada como abertura. Se um processo evolui de maneira não previsível, isso significa que os fatores que favoreceram a concretização de uma solução de preferência a outra são contextuais; estão ligados à especificidade de escolha e de dinâmicas que se atualizaram num momento e num lugar particulares.

Freqüentemente percebida como obsessiva, a atenção dada ao contexto pela abordagem microanalítica resulta essencialmente do abandono do conceito de causalidade associado às evoluções macroestruturais. “Tentei portanto estudar um fragmento minúsculo do Piemonte do século XVII”, escreve Giovanni Levi, “utilizando uma técnica intensiva de reconstrução dos eventos biográficos de *todos os habitantes* da aldeia de Santena *que deixaram um vestígio documental*.”¹⁴ Aqui, como em todo trabalho microanalítico, a técnica é intensiva e o ideal é o da reconstituição total de um retalho do tecido social. Mas essa reconstrução é instrumental. Os indivíduos, as comunidades ou os grupos só são valorizados na medida em que sua observação pode fornecer chaves de acesso a mecanismos e a dinâmicas de ordem geral. Assim, paradoxalmente, se uma tal abordagem reavalia o contexto e a observação local, ela lhes retira, ao mesmo tempo, o estatuto privilegiado de objeto de análise. Os verdadeiros objetos são aqui os mecanismos psicológicos e sociais que regem as formas de interação entre os indivíduos e o ambiente que os cerca, sua história e suas representações: “a ambigüidade das regras, a necessidade de tomar conscientemente decisões em condições de incerteza, a quantidade limitada de informações que ainda assim permite agir, a tendência psicológica a simplificar os mecanismos de causalidade que se considera importantes para a determinação dos comportamentos e, enfim, a utilização consciente das incoerências entre sistemas de regras e de sanções”.¹⁵

Esse deslocamento do objeto, do plano do contexto para o dos mecanismos que geram suas formas, implica também uma reformulação global do conceito de escala. Se no livro de Levi, como em outros trabalhos baseados na abordagem microanalítica, o ponto de partida é dado por itinerários indi-

¹⁴ Ibid., p. 12. Grifo meu.

¹⁵ Ibid., p. 13.

viduais, a análise dos comportamentos e das escolhas revela cadeias de dependências causais que ligam esferas, meios e dinâmicas tradicionalmente concebidos como separados. Com a causalidade sendo deslocada do fenômeno para o indivíduo e para os mecanismos interativos, as dinâmicas reconstituídas seguem as referências simbólicas e os espaços de relações que foram pertinentes nas diversas e sucessivas perspectivas individuais. Elas atravessam portanto os espaços dos indivíduos e das famílias, dos camponeses e dos notáveis, dos grupos e das instituições, da comunidade e do Estado, fazendo aparecer os conjuntos, sempre particulares, que pesaram não apenas nas escolhas dos atores singulares mas também em evoluções globais.

Se seguirmos esse tipo de análise, a descontinuidade fenomenológica entre diferentes níveis de escala, postulada pelo enfoque macroanalítico, perde efetivamente sua pertinência. Não porque a abordagem microanalítica não levaria em conta a influência do ambiente e das dinâmicas de poder sobre os comportamentos e as escolhas individuais, mas porque ela só concebe esse poder como agindo na presença e por intermédio das concretizações específicas do contexto. A significação de uma instituição ou dos valores do mercado é dada na interação e na negociação dos atores sociais concretos que, cada um a seu turno, os encarnam. Esse é um ponto importante ao qual voltarei, mas considero útil sublinhar desde já que a dissolução da descontinuidade das escalas é também fruto, em última análise, do modelo implícito de causalidade temporal utilizado. A partir do momento em que se situa a causalidade no contexto e no seio dos mecanismos interativos, torna-se essencial dar conta da configuração dos elementos concretamente em confronto e explicá-la em suas formas específicas. A trajetória formal traçada no tempo por um fenômeno não nos restitui suas leis. O processo de formação do Estado moderno, para parafrasear G. Levi, não se constitui como um fenômeno contínuo que influiria de maneira linear por meio de seus componentes. Ele foi, em cada momento e em cada contexto, diferente em seus conteúdos e nas suas possibilidades de evolução:

Não se trata apenas de um problema de interpretação; as explicações que encontram exclusivamente em causas externas às pequenas e frágeis comunidades rurais o mecanismo da mudança social que destruiu o sistema feudal não conseguem dar conta da heterogeneidade dos resultados desse processo, salvo se se recorrer à hipótese de que o modo de adaptação das situações locais é diferente porque os pontos de partida são diferentes. Mas isso adia o problema sem resolvê-lo.¹⁶

¹⁶ Ibid., p. 11.

O problema é assim claramente colocado. Para Levi, a continuidade dos processos históricos atua no presente de cada contexto. Cada forma é — por definição — diferente em cada lugar e em cada instante. No cerne da pesquisa se encontra portanto a tentativa de formalizar um modelo de causalidade das evoluções sociais que seja menos rígido e menos hierarquizado: é nesse nível, penso eu, que se percebe uma ruptura radical com as abordagens de tipo macroanalítico. Uma tal conceitualização implica fundamentalmente escolhas metodológicas, construções retóricas e níveis de prova inteiramente opostos aos que se detectou no caso daquelas.

A primeira escolha implicada é a de uma construção generativa e configuracional. Tal construção é com frequência interpretada como um empréstimo tomado à antropologia de Fredrik Barth e ditado pela elegância formal de sua demonstração.¹⁷ Contudo, essa escolha metodológica me parece — nesse enfoque — ter uma justificativa mais profunda. Se a causalidade se certifica dentro de cada contexto particular, as formas e os comportamentos sociais se *engendram* concretamente a partir das dinâmicas de *interação dos indivíduos*: entre sua memória do passado e suas antecipações do futuro possível. No estudo de Giovanni Levi, o esforço mais importante consistiu assim em deslocar o olhar dos comportamentos para os quadros mentais dos indivíduos:

Essa sociedade, como todas as outras sociedades, é composta de indivíduos conscientes da zona de imprevisibilidade dentro da qual deve se organizar todo comportamento; e a incerteza não provém apenas da dificuldade de prever o futuro, mas também da consciência permanente de dispor de informações limitadas sobre as forças em ação no meio social no qual se deve agir. Não é uma sociedade paralisada pela insegurança, hostil a qualquer risco, passiva, aferrada a valores imóveis de autoproteção. *Melhorar a previsibilidade para aumentar a segurança* é um possante motor de inovação técnica, psicológica e social e as *estratégias relacionais* [...] fazem parte das *técnicas de controle do meio*.¹⁸

No cerne da demonstração microanalítica, encontra-se efetivamente o indivíduo. No entanto, sua centralidade, assim como a do contexto, é instrumental. O indivíduo é importante sobretudo enquanto lugar dessa atividade intensa e especificamente humana de leitura, de interpretação e de construção do "real". Para Levi, essa atividade é ao mesmo tempo individual e social. Individual porque marcada pela percepção limitada e particular de cada ator social. Social porque desenvolvida por meio da interação e da negocia-

¹⁷ Por exemplo, na leitura proposta por P.-A. Rosental p.151-72.

¹⁸ G. Levi, *Le pouvoir au village...*, p. 71. Grifo meu.

ção com um meio que vai do mundo dos próximos à imagem do soberano, passando pela gama completa dos recursos (simbólicos e econômicos) e dos protagonistas diante dos quais o ator pode ser colocado.

Por tudo isso, as construções lógicas e demonstrativas são totalmente invertidas em relação às da abordagem macroanalítica. A análise, aqui, não deve individualizar comportamentos típicos para ilustrar normas ou modelos. Ao contrário, ela se propõe descobrir mecanismos que permitam dar conta da variação, da diferenciação dos comportamentos. Duas afirmações importantes, implicadas por essa inversão de perspectiva, caracterizam o procedimento microanalítico.

A primeira, a que já fiz referência e que é também a mais explícita, diz respeito ao caráter essencial da diversidade dos comportamentos e das formas sociais. A noção de “excepcional normal” — formulada por Edoardo Grendi há alguns anos e considerada obscura por vários comentadores — exprime, a meu ver, muito claramente essa concepção. É porque os comportamentos são engendrados a partir de avaliações e de imposições diferentes para cada contexto, que eles variam indefinidamente, em sua forma como em seu conteúdo. A variação constitui portanto a norma de uma série de comportamentos. O *continuum*, o espaço coberto pela variação das formas, e não a *categoria*, com suas referências modais, se torna o instrumento metodológico que permite descrever e classificar as observações.

A segunda afirmação concerne a uma diferença, de natureza ontológica, entre formas e conteúdos. O enfoque microanalítico individualiza os conteúdos para além do nível formal dos fenômenos. A significação dos comportamentos, assim como das representações, é encontrada nas intenções dos atores, captadas em seus contextos. Trata-se aí de uma ruptura da unidade entre formas e conteúdos postulada pela abordagem macroanalítica, que é inevitável do momento em que o sujeito histórico é colocado no centro da análise. Ela exerce portanto seus efeitos em todos os níveis e, em primeiro lugar, sobre o estatuto das fontes:

Os próprios documentos mudaram de sentido, perderam a evidência, mostraram como sua utilização imediata, literal, deforma os significados para os quais foram produzidos, no interior de uma cadeia informativa que não pode ser arbitrariamente interrompida: a referência dos atos notariais a uma família nuclear isolada dissimula as estratégias de frentes de parentela não co-residentes; as compras e as vendas de terras consideradas como a expressão de um mercado impessoal ocultam as regras das reciprocidades que presidem as transações.¹⁹

¹⁹ Ibid., p. 15.

A diversidade dos comportamentos como norma, dos conteúdos e das intencionalidades que se ocultam atrás das aparências formais... A partir dessas afirmações, a retórica demonstrativa da microanálise se desenvolve como um jogo contínuo de desconstruções e de reconstruções que tenta, situando-se no nível das fontes, individualizar as articulações ocultas que unem as intencionalidades aos comportamentos sociais.

O trabalho de Giovanni Levi constitui mais uma vez um bom exemplo dessa abordagem, que procura e encontra suas provas graças a um trabalho indutivo de interpretação e de reorganização das fontes. Tomemos, por exemplo, o quarto capítulo do livro, no qual o autor constrói um modelo de estratificação da comunidade aldeã que é objeto do estudo. O ponto de partida da demonstração é dado por uma crítica das categorias historiográficas tradicionais — no caso as categorias sócio-econômicas e a do grupo familiar co-residente. Por meio de uma reconstrução baseada em três fontes diferentes (os registros paroquiais, as listas de cobrança de impostos, os cadastros), G. Levi mostra que a composição das famílias, as formas de propriedade e de gestão das terras variam consideravelmente e de modo aparentemente aleatório. Essa constatação lhe sugere a hipótese de que existem laços que se criaram e solidificaram, para além do espaço das famílias e de suas terras, segundo mecanismos mais profundos de solidariedade e de troca.

Trata-se aí do primeiro passo da construção analítica. Nesse nível, as fontes não ilustram um modelo global, mas abrangem uma dupla função retórica. De um lado, elas permitem ao pesquisador tornar mais complexo o objeto de estudo e fazer aparecer o caráter parcial dos modelos tradicionais. De outro, elas contribuem para justificar a escolha que é feita, de situar a análise no plano dos mecanismos que geram os comportamentos. Se os comportamentos observados com a ajuda das categorias tradicionais nos parecem ao mesmo tempo complexos e caóticos — é a hipótese claramente exposta —, é porque devem existir formas de inter-relações diferentes e determinadas por lógicas menos aparentes.

O segundo passo consiste na elaboração de um modelo teórico que define hipoteticamente os mecanismos e as lógicas capazes de dar conta da complexidade dos comportamentos observados. Levi postula, de um lado, o funcionamento de um certo número de mecanismos elementares de natureza psicológica: “A base do sentimento de identidade pessoal, na psicologia de um camponês miserável, repousava em seguranças emocionais invisíveis na documentação que nos restou e baseadas em imagens de solidariedade e proteção, em laços de reciprocidade generalizada e em cadeias verticais de dependência”.²⁰ Ele sugere, por outro lado, que esses mecanismos implicam

²⁰ Ibid., p. 62.

a presença de uma organização social particular que deve ser buscada “na forma de solidariedade e de cooperação seletiva que [os atores sociais] adotam para organizar sua sobrevivência e seu enriquecimento; na gama muito ampla de prestações feitas e esperadas, pelas quais passam as informações e as trocas, as reciprocidades e as proteções”.²¹

Essas hipóteses constituem o cerne do trabalho analítico. Trata-se portanto de uma abordagem totalmente indutiva. Observam-se dinâmicas complexas e aparentemente irregulares. Assume-se essa irregularidade, colocando-a no centro da análise, e constrói-se um conjunto de hipóteses sobre os mecanismos subjacentes que a geraram. A partir desses mecanismos, definem-se as formas e as ligações pertinentes no contexto analisado. A volta às fontes e ao contexto é o momento que permite pôr à prova e, eventualmente, corrigir o modelo. Os passos sucessivos o confirmam. A análise tenta, de fato, testar essas hipóteses examinando de maneira minuciosa a história familiar de três genealogias de meeiros. A escolha das fontes, dos comportamentos e dos parâmetros a serem analisados decalca fielmente o modelo: “Falaremos de famílias no sentido de *grupos não co-residentes* mas ligados por *laços* de parentesco consanguíneo, por *alianças* ou por relações de *parentesco fictício*, que aparecem, na *nebulosa realidade* institucional do Antigo Regime, como blocos estruturados a fim de se afirmarem diante da *incerteza* do mundo social, mesmo que apenas na arena de uma pequena aldeia”.²²

Não cabe aqui acompanhar em seus pormenores a demonstração de Giovanni Levi. Basta lembrar que a partir desse modelo ele cerca, no espaço e no tempo, com o auxílio das fontes mais díspares, as relações mantidas por cada indivíduo e cada família. A reconstituição que ele opera faz aparecer como, nesse contexto particular, as estratégias de sobrevivência e de mobilidade estão baseadas na capacidade individual e coletiva de estabelecer e de ativar o maior número possível de ligações horizontais e verticais. O caráter decisivo dessas relações permite assim explicar a extrema variabilidade das formas observadas. Os atores não evoluem dentro de uma unidade doméstica separada. Seus comportamentos e sua fisionomia social estão inscritos nas configurações sempre móveis que suas ligações e seu “vivido” exprimem. O modelo é portanto validado por meio de uma demonstração formalmente muito elegante e convincente. Mas me parece interessante observar que essa validação e a generalização decorrente estão essencialmente baseadas na volta às fontes.

São elas, de fato, que orientam a reconstituição e indicam os diferentes níveis de prova. Principalmente, as fontes paroquiais: elas fornecem o

²¹ *Ibid.*, p. 64-5.

²² *Ibid.*, p. 65.

quadro genealógico que permite inscrever cada indivíduo dentro de uma rede maior de relações de parentesco. Essa rede é em seguida ampliada graças aos testamentos, aos atos notariais, aos contratos de meação etc., até alcançar outros espaços, incluindo outros indivíduos e outras figuras sociais. As fisionomias, as aspirações e as estratégias de indivíduos e famílias são portanto reconstituídas a partir dos laços dos quais essas diferentes fontes conservam o rastro. A generalização do modelo, do caso individual ao contexto e ao período histórico, transita assim por entre essas inscrições. Nesse nível, as provas são portanto de tipo analógico e formal: laços e formas de parentesco semelhantes sugerem experiências e mecanismos análogos.

As abordagens micro e macroanalíticas, o tempo histórico e o fenômeno

A leitura que acabo de propor dos trabalhos de Adeline Daumard e de Giovanni Levi é sem dúvida esquemática. Ela me permitiu, contudo, destacar a oposição essencial que existe entre as duas abordagens e que se situa sobretudo no nível da construção de um modelo de causalidade.

Adeline Daumard pressupõe, em sua análise, uma hierarquia de causalidades encaixadas umas nas outras e ativadas sob a pressão de fenômenos cuja natureza e importância seriam muito diferentes: um processo histórico global, as formas estruturais e institucionais que o caracterizam, os grupos sociais que as povoam, as normas culturais e as atitudes psicológicas dos indivíduos e das famílias. Giovanni Levi pressupõe, ao contrário, uma causalidade contextual, concretizada e hierarquizada no presente. Em seu trabalho o fenômeno não é conceitualizado enquanto entidade dada *a priori*, aquém dos mecanismos da interação social. Sua natureza e seu peso variam de acordo com a particularidade das ligações e as dinâmicas relacionais próprias de cada contexto.

Os dois autores invocam sua ligação com a história social e reivindicam ambos a importância de uma análise qualitativa das atitudes e dos comportamentos sociais. O que os separa e torna seus trabalhos profundamente diferentes não é por conseguinte tanto a escolha de um objeto ou de uma escala de observação quanto sua concepção da realidade histórica e de seus funcionamentos. Mesmo trabalhando num nível local, A. Daumard desenvolve uma visão de tipo macrosociológico. Para ela, o real é determinado antes de tudo por fenômenos estruturais e extra-individuais. O processo de modernização, a estrutura econômica, o mercado etc. são concebidos como agentes históricos dotados de uma realidade e de uma autonomia próprias. G. Levi ilustra, em compensação, uma visão microsociológica. As institui-

ções que sua análise encontra não têm vida autônoma. Só têm realidade na medida em que são envergadas por atores sociais que as investem e se referem a elas em suas ações.

É portanto exatamente a oposição entre abordagem macro e abordagem microsociológica — e não a escala de análise — que me parece ser essencial aqui, e que me parece realmente dividir o campo da pesquisa histórica. Encontramos, aliás, o modelo causal de tipo macrosociológico em ação em vários trabalhos muitas vezes considerados micro (ou meso) analíticos. É o caso, tipicamente, das monografias sobre aldeias, nas quais Jacques Revel e Marc Abélès mostraram claramente como as taxinomias locais em geral são referidas de modo rígido a categorias e a modelos de causalidade de tipo macrosociológico.²³ É o caso também de numerosos estudos de história social que, mesmo trabalhando com objetos mais vastos — uma província, uma cidade etc. —, durante muito tempo adotaram esse modelo, ao menos de maneira implícita: encontramos sua tradução na própria organização de obras em que os capítulos iniciais são dedicados à definição de um contexto (geográfico, histórico, econômico e demográfico) entendido como o quadro que determina os comportamentos estudados. Inversamente, a abordagem microsociológica, mesmo quando visa a objetos situados em níveis diferentes do espaço social, ressalta sobretudo configurações causais nas quais os protagonistas são os indivíduos concretos e não fenômenos estruturais: assim, os membros da corte real no grande livro de N. Elias, a multidão em revolta no trabalho de A. Farge e J. Revel, o mundo político provincial no de M. Abélès, os meeiros e os notáveis de G. Levi etc. se situam e se determinam na presença e no interior de configurações relacionais que remetem a ligações, a representações e a dinâmicas situadas contemporaneamente em níveis muito diferentes do espaço social.

O problema da escala só me parece portanto pertinente dentro da óptica macrosociológica. A particularidade do modelo causal sobre o qual ela se apóia implica a necessidade de mostrar que articulações entre fenômenos são postuladas como de natureza diferente e agindo em níveis de escala distintos. Podemos verificá-lo a propósito do estudo de Adeline Daumard, mas poderíamos generalizar a observação para os numerosos trabalhos que adotam esse enfoque. A retórica macrosociológica deve harmonizar as observações locais com os dados agregados que exprimiriam o nível mesoscópico das dinâmicas estruturais. Por sua vez, os dados agregados devem ser harmonizados com os modelos globais que exprimiriam o nível macroscópico,

²³ Cf. J. Revel, *L'histoire au ras du sol*, prefácio a G. Levi, *Le pouvoir au village...*, p. I-XXXIII; e *supra*, Microanálise e construção do social, p. 15-38; M. Abélès, *O racionalismo posto à prova da análise* *supra*, p. 103-20.

o do processo. Donde a insistência no problema, crucial desse ponto de vista, da generalização dos dados empíricos. O enfoque microsociológico é, em compensação, totalmente estranho a esse tipo de problema. Como já sublinhei diversas vezes, o mundo social não comporta, para ele, descontinuidades fenomenológicas. A afirmação essencial é aqui a da continuidade do social que se exprime, em todos os níveis, pela centralidade dos mecanismos humanos.

A oposição “micro”/“macro” esconde portanto, antes de tudo, uma ruptura entre modelos de causalidade baseados em retóricas demonstrativas diferentes. Como vimos, a abordagem macrosociológica, de tipo dedutivo, procura e constrói suas provas a partir de um modelo global. A argumentação segue a própria direção que as hierarquias causais pressupostas implicam. A peça-mestra da demonstração está inteiramente pré-inscrita nas categorias utilizadas no modelo, enquanto os dados empíricos têm uma função que é fundamentalmente de ilustração. Indutiva, a abordagem microsociológica constrói, inversamente, o conjunto de sua argumentação a partir dos dados empíricos. A retórica da demonstração é de tipo generativo. As fontes fornecem o material bruto para individualizar e analisar mecanismos e dinâmicas sociais que se considera existirem aquém dos objetos e das categorias historiográficas.

Desse ponto de vista, forçoso é admitir que as duas abordagens não exibem o mesmo grau de solidez. Se considerarmos a dimensão puramente retórica das demonstrações, a primeira me parece ao mesmo tempo menos elegante e menos justificada. A função de ilustração que é a dos dados empíricos (tanto quantitativos quanto qualitativos) só é de fato assegurada graças a uma redução drástica de sua complexidade, pela tradução de seus conteúdos nominativos e contextuais nos das categorias utilizadas. A prova empírica é, nesse caso, mais que fraca. A retórica da segunda abordagem me parece, em compensação, autorizar a prova empírica. Longe de recusar a diversidade dos comportamentos observados, ela assume a variação e a dispersão, elaborando suas categorias a partir destas últimas.

Mas é sobretudo no nível da construção lógica que me parece possível e necessário hierarquizar essas abordagens. Ao constituir suas provas e ao generalizá-las a partir de um modelo, a abordagem macrosociológica reifica, de fato, as categorias que constituem seu objeto. O conceito de norma, os tipos por meio dos quais ela diferencia e classifica o material empírico são, ao mesmo tempo, o produto e a justificação dessas mesmas categorias. O resultado é um curto-circuito lógico que torna o historiador prisioneiro das representações que influem não apenas sobre o objeto mas também sobre os instrumentos metodológicos utilizados (é tipicamente o caso das taxinomias estatísticas). A abordagem microsociológica evita esses obstáculos. Suas categorias se constituem no curso da análise. Elas se fundam portanto na pró-

pria variabilidade dos dados empíricos e a assumem plenamente. Assim essa abordagem se afasta de maneira crítica das categorias que informam o objeto, dando conta ao mesmo tempo dos valores e dos conteúdos que estas abarcam em momentos e em contextos diferentes.

Este último aspecto nos remete inevitavelmente à lógica geral dos dois modelos e às suas diferentes conceitualizações do fenômeno em relação ao tempo histórico. O estatuto diferente dado à categoria pelas duas abordagens remete com efeito a modelos temporais totalmente opostos. Já que não existe distância entre categoria e fenômeno, entre forma e conteúdo, os processos históricos são concebidos pelas abordagens macroanalíticas em termos de leis imanentes aos planos da evolução formal: as razões da história residem nas formas de seu devir. O arco traçado no tempo por um fenômeno nos fornece também a chave daquilo que ele tem de específico. Os modelos microanalíticos, sublinhando a ruptura existente entre forma e conteúdo, insistem ao contrário na dimensão da incerteza, do possível. A continuidade histórica só é portanto legível *a posteriori*, mas ela não desvenda, em si, suas leis. Muito ao contrário, ela esconde suas contingências sucessivas graças a uma miragem óptica de projeções.

Trata-se aí de um aspecto extremamente importante sobre o qual pode ser útil nos determos. Vimos como Adeline Daumard, parafraseando implicitamente Tocqueville, enquadra seu objeto dentro de um processo de modernização que é postulado como manifestação de uma afirmação progressiva da "sociedade civil" em geral e da burguesia em particular. Observamos também como, com base nesse modelo, ela individualiza as categorias aptas a captar as diferentes formas que caracterizam as dinâmicas estruturais e supra-estruturais desse processo ao longo do arco temporal assumido pela análise. Ora, precisamente porque, nesse enfoque, como vimos, o fenômeno é identificado com a categoria, as diferentes formas destacadas são assumidas e interpretadas como a expressão imediata de leis estruturais que caracterizariam a evolução histórica e a determinariam como necessária. O crescimento numérico dos grupos sociais observados, o aumento e a composição diferente de suas fortunas, a evolução dos recursos econômicos — todos esses elementos formais são assim constituídos como os motores essenciais do processo histórico. Apreender o fenômeno no nível de suas formas leva portanto a reificar a visão retrospectiva da evolução histórica, introduzindo uma explicação de tipo evolucionista e fortemente determinista. Mas, sobretudo, isso implica que diferentes momentos formais são considerados como as expressões imediatas e unívocas de um fenômeno global que seria determinado para além das ações individuais e que desvendaria suas significações na duração.

Na abordagem microsociológica, o desenvolvimento formal dos processos sociais é visto, ao contrário, como uma tela opaca que vela a complexidade de contingências sempre diferentes e que se determinam num presente e

num contexto particulares. Os conteúdos e as formas são portanto separados, porque o enfoque microsociológico se concentra no indivíduo. São as intencionalidades e as situações de incerteza que permitem entender os conteúdos específicos dos comportamentos. Aqui, por definição, cada sequência formal é considerada como investida de conteúdos diferentes. A afirmação de uma linearidade fenomenológica dos processos está afastada. Cada sequência é concebida como um *nexus* onde atuam vários desenvolvimentos possíveis. Se Giovanni Levi insiste tanto no conceito de incerteza, não é portanto por acaso. Seus atores se deslocam e agem no interior de configurações de eventos e de relações sociais nas quais a historiografia frequentemente quis individualizar as fases específicas de um processo que resultaria na construção do Estado moderno. Levi mostra ao contrário que os projetos e as ações de seus personagens exprimem, a cada momento, um leque de representações do presente e do futuro fortemente diferenciado; aberto, sobretudo, para perspectivas contextualmente prováveis ou, ao menos, plausíveis e que, na maioria das vezes, não são realizadas em decorrência de fatores mínimos e imprevisíveis. A evolução é menos entendida, nesse enfoque, como a genealogia de formas estruturais do que como uma sequência de possíveis não concretizados e o produto de mecanismos que levaram a concretizações não necessárias.

Dinâmicas configuracionais e categorias historiográficas

No debate historiográfico atual, a abordagem microanalítica parece ter encontrado — ao menos a curto prazo — uma acolhida positiva, justamente a partir dessa capacidade de conceitualizar o complexo e o contraditório, de pôr em dúvida a noção de regularidade evolutiva, de reintroduzir o provável, quando não o aleatório, nas sucessões temporais.

Entretanto, se o estudo dos mecanismos sociais permitiu ressaltar os limites das categorias e dos modelos macroanalíticos, uma observação mais atenta revela que ele também não evita os obstáculos no que diz respeito aos níveis da prova e da pertinência. Os mecanismos individualizados são sempre introduzidos a partir de uma generalização produzida por meio da organização das fontes. Mesmo tendo-se mostrado que a natureza e o peso de um fenômeno variam de acordo com as ligações particulares e as dinâmicas relacionais próprias de cada contexto, esses contextos são reconstruídos a partir de um tratamento homogêneo das fontes. O historiador fica assim muitas vezes prisioneiro das inscrições passadas do fenômeno que estuda. Se a volta às fontes e a uma leitura mais precisa pode lhe permitir sair dos limites estreitos das categorias tradicionais, estas o põem, ao mesmo tempo, diante

da dificuldade de demonstrar a pertinência dos mecanismos reconstituídos para o conjunto de seus objetos.

Podemos facilmente individualizar essas dificuldades na maior parte das pesquisas baseadas numa abordagem microanalítica. Inclusive no trabalho, entretanto muito atento à construção lógica e demonstrativa, de Giovanni Levi. Vejamos a análise que ele propõe das práticas das estratégias familiares dos meeiros. Ela se baseia, como vimos, na reconstituição metódica dos percursos e das escolhas realizadas pelo conjunto das famílias camponesas de Santena em várias gerações. A identificação e a confrontação de centenas de trajetórias individuais e familiares levam o autor a reconstruir uma gama extremamente variada de práticas. Ora, é ao estabelecer essa gama que se torna possível passar do exame à explicação. Cada percurso individual é situado em relação ao conjunto dos comportamentos observados, e o esforço analítico se volta para a compreensão dos mecanismos e dos imperativos que favoreceram uma escolha de preferência a outra. Assim, as estratégias relacionais das três famílias que Levi valorizou mais particularmente são esclarecidas em relação à gama global dos comportamentos da aldeia: um indivíduo ou uma família escolheu investir numa terra ou numa aliança porque os imperativos específicos sob cuja influência ele (ou ela) se encontrava não permitiam nenhuma das outras escolhas “possíveis”.

Ter-se-á compreendido. É sobretudo o deslizamento semântico entre práticas observadas a partir de uma fonte e o estabelecimento de uma gama de possíveis percebidos como objetivamente oferecidos que me parece enfraquecer a lógica de uma tal abordagem. Pois considera-se assim que o espaço social subentendido por essas práticas é único e homogêneo, que as escolhas e os comportamentos de cada um dos indivíduos que deixaram um vestígio foram claramente perceptíveis e eram cogitáveis por todos os outros. Ora, se existe uma contribuição do enfoque microanalítico em relação à qual me parece difícil voltar atrás, é exatamente a de ter destacado a vasta gama de conteúdos e de intencionalidades que as mesmas formas e os mesmos comportamentos podem abranger. Paradoxalmente, portanto, o tratamento homogêneo de uma fonte e as relações de tipo analógico que se estabelecem entre as práticas inscritas podem tornar uma análise opaca privando seus objetos das formas de descontinuidade que lhes são próprias.

Levi contorna o problema graças a um controle constante do tamanho dos objetos analisados e à utilização cruzada de várias fontes diferentes. Assim, de um lado, os campos das práticas a partir dos quais são avaliadas as racionalidades individuais nunca ultrapassam o horizonte local. De outro, e principalmente, cada nova fonte permite matizar o retrato previamente desenhado e iluminar melhor as zonas de descontinuidade próprias do objeto analisado. Acontece que esse exercício de estilo, baseado num conhecimento profundo das fontes e do período, permanece dificilmente imitável e poucas

vezes será renovado. Na maioria dos casos, a análise começa e pára numa fonte principal, que fornece ao mesmo tempo o quadro das variações do fenômeno estudado e a chave de seus mecanismos explicativos. Visto que essa dependência total em relação a uma fonte se combina a um controle menos rigoroso das dimensões da experiência, o pesquisador corre o risco de ser submerso pela importância do número das variações a explicar e é levado a produzir tipologias cada vez mais complexas e cada vez menos convincentes.

A maioria das críticas dirigidas à abordagem microanalítica quanto à sua capacidade de generalização baseia-se, sem o saber, nos resultados mais aparentes dessas fraquezas implícitas. A complexidade dos modelos explicativos acionados do momento em que se aumenta o tamanho das amostras foi interpretada como uma prova decisiva do alcance limitado do enfoque “micro” e da sua incapacidade de captar fenômenos maiores, inscritos em outras escalas, que caracterizariam o espaço social e determinariam suas evoluções. Esses traços podem portanto explicar algumas das posições assumidas no complexo debate que se travou em torno do problema da escala. Nem por isso eles me parecem justificar a volta a uma concepção rígida dos processos históricos. Pois parece evidente que a superação dessas dificuldades implica menos uma reavaliação do papel das escalas de observação ou a necessidade de tornar mais complexos os modelos e as categorias clássicas da análise do que a necessidade de aprofundar nossa reflexão sobre a descontinuidade das formas de coerência e de organização no interior do espaço social.

Ao sublinhar a ambigüidade das fontes como produto de formas diferentes de inscrição, ao insistir na utilidade de uma leitura mais atenta às cadeias de significações que elas determinam, a crítica textual, e especialmente a das categorias, a abordagem — “desconstrucionista”, se se preferir —, parecia poder contribuir para clarear o debate. Mas, por um estranho paradoxo, a atenção renovada que foi dirigida à complexidade do acontecimento e de suas inscrições não foi acompanhada de uma restituição concomitante do estatuto dos modelos historiográficos globais. Nos trabalhos históricos baseados num tal enfoque, a análise das “agendas ocultas” na maioria das vezes assumiu a forma de uma transposição mecânica das representações dos indivíduos ou dos grupos nos quadros dos modelos tradicionais. Assim, ao analisar as categorias acionadas pelos promotores da *Statistique de l'industrie* parisiense, sublinhou-se sua ideologia de “classe”, situando-a no quadro de um conflito social que teria estado ligado à “industrialização” e à “urbanização”.²⁴ Ou ainda, na

²⁴ Cf. J. Scott, *Statistical representations of work. The politics of the Chamber of Commerce's Statistique de l'industrie à Paris, 1847-1848*, in S. Kaplan & C. Koepf (eds.), *Work in France. Representations, meaning, organization and practice* (Ithaca, Cornell University Press, 1986), p. 335-63.

análise de um conflito relatado por um mestre artesão, pensou-se muitas vezes encontrar a permanência de traços próprios da "cultura popular" e da do "ofício", recolocando-os nos processos globais de uma "proletarização do artesanato" e da "modernização dos modos de produção".²⁵

Essas diversas dificuldades fazem ver que, no fundo, os problemas principais estão ligados ao fato de que os pesquisadores continuam a se situar em relação aos modelos clássicos, mesmo denunciando alto e bom som suas fraquezas. Esse é claramente o caso da abordagem "desconstrucionista". Como acabamos de ver, mesmo sublinhando a diversidade e a especificidade das percepções e das experiências do social, ela continua a relacioná-las ao quadro rígido de um processo histórico homogêneo na sua natureza e constante na duração. Podemos também perceber esse deslizamento na abordagem microanalítica. Pois, em última análise, ao constituir seus objetos e ao basear seus modelos por oposição às categorias clássicas, ela inevitavelmente sofre, como se verá, sua atração. A opacidade e a complexidade de certos modelos micro-históricos aos quais acabamos de nos referir se explica também (e sobretudo) a partir do posicionamento crítico que está na origem dessa abordagem. Mostrar os limites de uma categoria obriga de fato o pesquisador a se situar dentro de um grupo profissional, ou de um fenômeno migratório, ou de um espaço geográfico. É portanto também nessa operação que é "construído" o objeto microsocial, e é isso o que sugere ao pesquisador aproximar, por intermédio das fontes, experiências muitas vezes diferentes e cuja proximidade é ditada, ainda uma vez, por um jogo de categorias externas à configuração analisada.

Logo, se voltarmos ao debate desenvolvido em torno da oposição "micro"/"macro", veremos bem que muitas das hesitações e das incompreensões que o caracterizam nasceram e se alimentam unicamente da ambigüidade mantida em relação aos modelos clássicos. Longe de fornecer chaves explicativas da complexidade dos processos históricos, estes influem na definição e na interpretação dos objetos da pesquisa, quer ela seja feita com fontes qualitativas, quer com imponentes bancos de dados. Podemos imaginar que o debate historiográfico ganharia em clareza e em consistência se se referisse menos à pertinência de diferentes níveis de escala do que à natureza dos instrumentos a serem acionados para trabalhar mais eficazmente com os presentes da história e com as dinâmicas que subtemem suas evoluções.

²⁵ Cf. R. Darnton, *Le grand massacre des chats. Attitudes et croyances dans l'ancienne France* (Paris, R. Laffont, 1985; 1 ed.: Nova York, 1984) [N. do T.: trad. bras.: *O grande massacre dos gatos e outros episódios da história cultural francesa*, 2 ed. Rio de Janeiro, Graal, 1988].

Uma renovação da análise do social só me parece portanto possível mediante um trabalho que se situaria na lógica das abordagens microanalíticas, mas que se proporia tirar delas todas as conseqüências. O que implica antes de tudo subtrair nossos objetos das grades categoriais que os constroem e tentar lê-los respeitando as lógicas e as ligações internas. Apenas uma atitude desse tipo me parece permitir uma análise que dê conta dos fenômenos que caracterizam os tempos da história tais como os entrevimos: a unicidade do presente; as ligações diversas e contraditórias que ele mantém com o passado e o futuro; os modos e os instrumentos de explicação que ele se dá.

Vários caminhos se abrem aqui. Um deles já foi tomado com sucesso por vários pesquisadores e se baseia na análise dos modos de descrição, da "multiplicação das histórias". É o caminho perseguido pelos adeptos mais lúcidos da abordagem desconstrucionista, mas também por um bom número de historiadores da sociedade (mas também da ciência). Para além de diferenças muitas vezes consideráveis, podemos reunir sob essa definição várias pesquisas que visam todas a ressituar os discursos e as representações em seu presente histórico. Pensemos, principalmente, em trabalhos como os de Gareth Stedman Jones, que se dedicou a reconstituir as lógicas internas e contextuais dos discursos que acompanharam, na Grã-Bretanha, o movimento "chartista" ao longo do século XIX.²⁶ Mas podemos também evocar os múltiplos estudos sobre a história dos modos de representação do espaço social, das suas formas jurídicas e das suas medidas, que mostram precisamente que os discursos não evoluem de modo linear, mas se reatualizam a cada momento no presente, e encontram seus conteúdos em função das referências e das ligações mantidas pelos locutores de um momento particular.²⁷ Todos compartilham a mesma preocupação de dissolver os anacronismos produzidos pelas interpretações evolutivas dos discursos e das representações

²⁶ Cf. G. S. Jones, *Rethinking chartism, in Languages of class. Studies in English working class history, 1832-1982* (Cambridge, Cambridge University Press, 1983), p. 90-178.

²⁷ Penso especialmente nas pesquisas de A. Cottéreau sobre as formas de justiça no século XIX na França: *Justice et injustice ordinaire sur les lieux de travail, d'après les audiences prudhomales, 1806-1866, Le Mouvement Social* (141):25-9, 1987; A. Cottéreau, "Esprit public" et capacité de juger. La stabilisation d'un espace public en France aux lendemains de la Révolution, *Raisons Pratiques*, 3:239-72, 1992. Mas penso também nos numerosos trabalhos realizados na área da história das ciências sobre as representações e as formas de medida do social; por exemplo, os de E. Brian, *La mesure de l'État. Administrateurs et géomètres au XVIII^e siècle* (Paris, A. Michel, 1994); de A. Desrosières, *La politique des grands nombres. Histoire de la raison statistique* (Paris, La Découverte, 1993); ou ainda de J.-C. Perrot, *Une histoire intellectuelle de l'économie politique* (Paris, EHESS, 1992).

sociais. A multiplicação das histórias é portanto resultado de uma abordagem que desconstrói seus objetos ressitando-os em sua perspectiva histórica original.

Mas a história social pode também tomar um caminho mais próximo das questões que debatemos. Ela pode se interrogar sobre a possibilidade de repertoriar as formas de descontinuidade que se destacam das práticas sociais reexaminando suas fontes numa perspectiva qualitativa e usando instrumentos de análise que estejam intencionalmente em ruptura com as abordagens clássicas. Só um estudo desse tipo pode produzir uma cartografia fina das formas de organização do espaço social e das relações que elas mantêm, bem como da sua evolução no tempo.

Vejamos um exemplo. Numa pesquisa em curso tentei construir uma análise formal da estratificação social da França do século XIX, baseando-me nas fontes tradicionalmente utilizadas pelas abordagens clássicas, mas considerando-as apenas a partir de um enfoque qualitativo e prosopográfico. Meu objetivo era conseguir tratar objetos classicamente "macro" com uma abordagem formal e estatística mas de natureza "micro": seria possível reconstituir a topografia do espaço profissional ilustrado por um *corpus* importante de dados de estado civil, sem recorrer a categorias preestabelecidas? Em outras palavras, tratava-se de individualizar as formas de coerência e de proximidade sociais a partir das práticas inscritas numa fonte operando uma leitura interna e baseada na análise do conjunto dos dados nominativos reunidos.

Não me estenderei muito sobre esse trabalho, mas gostaria de lembrar a abordagem metodológica escolhida, bem como alguns resultados que permitem ilustrar mais claramente os nossos problemas. Analisei portanto um *corpus* de 46 mil registros de casamento, feitos na França no século XIX, esforçando-me para reconstituir, para vários períodos, o espaço definido pelo conjunto das inscrições individuais e pela totalidade das relações existentes entre elas.²⁸ Em ruptura com as descrições estatísticas clássicas, baseadas em operações de agregação dos dados nominativos, pareceu-me útil considerar o conjunto das declarações profissionais registradas no *corpus* como uma configuração de pontos, separados uns dos outros mas suscetíveis de serem ligados em termos de proximidade ou de distância. Em outras pa-

²⁸ Trata-se dos registros de casamento recolhidos no quadro da pesquisa sobre a mobilidade e o destino de 3 mil famílias francesas de 1803 aos nossos dias, dirigida por J. Dupâquier. Utilizei apenas, para este trabalho, o banco de dados que serviu de base para a reconstituição genealógica. Esse banco, que reúne os registros relativos ao período 1803-1903, é conservado pelo Laboratoire de Démographie Historique da EHESS e está à disposição de todos os pesquisadores interessados.

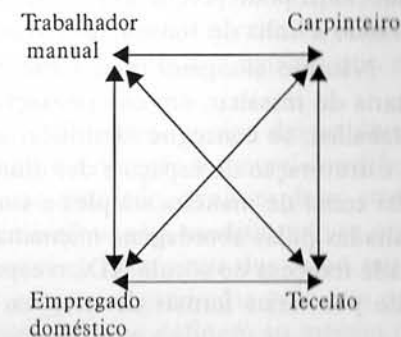
lavras, para construir meu objeto, considere que duas denominações diferentes se ligavam e apresentavam um grau de proximidade a partir do momento em que eram declaradas simultaneamente no mesmo registro por um pai e por um filho.

A partir das ligações inscritas na fonte — no caso, a da filiação —, pode-se construir um gráfico orientado que conecta o conjunto das denominações profissionais presentes no *corpus*.²⁹ Se, por exemplo, três pais declaram exercer a atividade de "carpinteiro" e seus filhos a de "trabalhador manual", de "empregado doméstico" e de "tecelão", essas quatro profissões aparecerão ligadas. A estrutura dessa ligação particular terá portanto forma de estrela: no centro, um ponto dado pela denominação "carpinteiro", a partir do qual se desenham três flechas que o ligam aos pontos formados pelas declarações dos filhos (cf. figura 1). Entre essas quatro profissões, ter-se-á portanto registrado formas de proximidades inscritas a partir da prática concreta de seis pares de indivíduos, três pais e três filhos. Mas é claro que essas proximidades são fracas porque são unívocas, de pai para filho. Se, num caso desse tipo, registram-se práticas que vão do "carpinteiro" às três outras atividades, não se observam ligações em sentido contrário. Bastante diferentes seriam, em compensação, as proximidades entre essas mesmas denominações profissionais se se tivessem registrado fluxos recíprocos entre cada uma delas e todas as outras. Nesse caso, a estrutura das ligações daria lugar a um gráfico de forma quadrada, com pontos equidistantes e ligados por seis flechas biorientadas (cf. figura 2).

Figura 1



Figura 2



²⁹ Talvez seja útil sublinhar que, nesse caso, trata-se de declarações profissionais nominativas. Todo registro é tratado como único, sem sofrer qualquer codificação "simplificada". Assim, a declaração de "empregado" será tratada como diferente da de "empregado de escritório" ou ainda da de "empregado da Caixa de Penhores".

Uma tal operação, realizada após numerosas tentativas de outros tipos de formalização, me pareceu interessante na medida em que permitia reconstruir campos baseando-se realmente num enfoque de tipo qualitativo. É claro, com efeito, que os espaços que aparecerão como compactos serão aqueles ocupados por denominações profissionais ligadas por práticas densas de circularidade e de troca. No exemplo sucinto que acabo de dar, a segunda configuração, caracterizada por uma troca total, seria definida por um grau de coesão máxima, enquanto a primeira revelaria uma coesão fraca. Ela assinalaria um ponto de passagem, de ruptura entre o ponto central e os pontos marginais (os quais, aliás, poderiam ser por seu turno conectados por proximidades mais fortes com outros campos). O critério está assim baseado, por analogia, numa relação de endogamia-exogamia entre denominações. Trocas recíprocas numerosas e repetidas traduziriam uma espécie de endogamia. Uma passagem unidirecional entre uma denominação e outra (e sobretudo entre um componente conexo e outro) pode ser interpretada como de natureza exogâmica.

Um tal procedimento permite portanto produzir um enfoque efetivamente invertido em relação àquele tradicionalmente utilizado para medir as formas de estratificação e de mobilidade social. De um lado, porque evita toda classificação prévia por categoria, baseando seu tratamento estatístico apenas nos dados nominativos. De outro, e sobretudo, porque permite definir o espaço por meio do conjunto das práticas e dos movimentos individuais inscritos numa fonte. Paradoxalmente, portanto, num caso de endogamia total, um número muito alto de relações recíprocas entre as denominações profissionais revela um campo estável, enquanto um único movimento unidirecional pode revelar as passarelas pelas quais opera a mobilidade social, ilustrando a linha de fratura entre dois campos "endogâmicos".

Não me alongarei mais sobre os aspectos técnicos dessa pesquisa.³⁰ Gostaria de ressaltar, em compensação, que, quando se aceita essa maneira de trabalhar, se consegue identificar as formas de um processo que implica uma estruturação do espaço e das dinâmicas de tipo configuracional, capazes de dar conta de maneira simples e sintética da complexidade das dinâmicas ressaltadas pelas abordagens microanalíticas. No caso que analisei, o da sociedade francesa do século XIX, o espaço social aparece, de fato, como estruturado por várias formas de coesões, que são diferentes ao mesmo tempo

³⁰ Sobre os problemas específicos da medida e da representação gráfica das proximidades e das distâncias entre as denominações profissionais, cf. notadamente M. Gribaudi & A. Mogoutov, *Social stratification and complex systems: a model for the analysis of relational data*, in K. Shurer & H. Diedricks (eds.), *The use of occupations in historical analysis* (Göttingen, Max-Planck-Institut für Geschichte, 1993), p. 53-74.

pela natureza dos laços que as caracterizam e por sua duração, e que aparecem competindo pelos recursos e pelas formas de desenvolvimento possíveis. O traço fundamental que caracteriza a imagem produzida é portanto a descontinuidade. Uma descontinuidade perceptível, ao mesmo tempo, nos eixos sincrônico e diacrônico.

De um lado, no eixo sincrônico, em todos os períodos do século, as formas de proximidade que a análise detecta revelam muito claramente a presença de diversas lógicas de organização dos recursos sociais. Assim, em torno das mesmas atividades profissionais, é possível individualizar várias zonas delimitadas por práticas e utilizações de recursos profundamente diferenciadas. Podemos detectar a existência de formas de proximidade baseadas em pertencimentos a corpos ou de outras baseadas em atividades setoriais, mas observamos também ligações caracterizadas pela fraqueza da marca profissional, ou ainda mobilidades que remetem a formas circulares de atividade (notadamente com a prática indiferenciada, entre os membros de uma mesma família, de profissões como as de moleiro, telhador, fabricante de carroças, pedreiro, cantoneiro; ou ainda vendedor ambulante, empregado doméstico agrícola, fiandeiro, trabalhador manual etc.). A outra característica notável dessas formas é que uma grande parte delas é estruturada verticalmente e aproxima atividades e posições sociais hierarquicamente diferentes (por exemplo, as de tecelão, de operário tecelão, de fiandeiro, de fabricante, de armarinheiro, de proprietário etc.). Esta última característica me parece aliás ser de um interesse particular, na medida em que assinala a coexistência, dentro de uma mesma sociedade, de várias formas contemporâneas de estratificação verticais. Essas estruturas, produzidas por práticas que ligam diferentes espaços e atividades sociais, nos fornecem uma reprodução muito clara das percepções da hierarquia social existentes em diferentes momentos históricos, e ao mesmo tempo das estratégias e das perspectivas de desenvolvimento que estas podiam oferecer.

Se, por outro lado, percebemos a evolução no tempo dessas diversas estruturas, observamos que a coerência e a duração temporal dos diferentes campos variam enormemente. No caso estudado, nenhum deles atravessa o século intacto, mas alguns persistem mais tempo, modificando-se imperceptivelmente, enquanto outros desaparecem. Na maioria dos casos, nos deparamos com mudanças importantes que são engendradas pelo que podemos chamar de dinâmicas configuracionais: elas se definem ao mesmo tempo a partir do conjunto dos movimentos internos a cada campo específico e das relações que se estabelecem, no decorrer do tempo, entre essas diferentes configurações locais.

A imagem que se impõe, nesse nível, é portanto a de uma evolução cega. Pois é claro que cada forma sincrônica, cada estruturação global do espaço tal como se pode percebê-la ao longo do século, é o produto momentâ-

neo de uma série de movimentos que se engendram a partir de interesses, de projetos e de perspectivas diferentes. Vemos assim progredirem atividades ou formas institucionais que estão na origem dos modelos explicativos tradicionais. O Estado, sobretudo, não pára evidentemente de aumentar seu domínio ao longo do século. Mas a cada momento ele é “envergado” por atores diferentes, que inscrevem seus recursos no contexto de seu campo de pertencimento. A instituição, as demandas que lhe são dirigidas e os funcionamentos que delas derivam mudam portanto várias vezes durante o período analisado. Sempre segundo essa óptica, observa-se na produção industrial a presença de numerosas inscrições desenvolvidas no quadro das lógicas e dos recursos próprios a campos que podiam propor outros desenvolvimentos e outros resultados. Paradoxalmente, descobrimos que os atores que parecem investir mais na atividade e na produção industrial durante a primeira metade do século XIX serão totalmente marginalizados no decorrer do período seguinte por outros atores, guiados, estes, pela dinâmica de campos outra muito afastados do mundo industrial e diferentemente orientados.

Não me estenderei mais sobre os resultados de uma pesquisa em curso dos quais dei conta mais demoradamente em outro texto.³¹ Remeto aqui a esse outro trabalho apenas para mostrar que é possível construir uma análise quantitativa dos objetos da história social com base num enfoque microanalítico. Parece-me importante, contudo, sublinhar que a natureza dos processos que uma tal análise faz aparecerem ilumina com uma luz diferente os problemas que são colocados pela análise histórica e pela pertinência de suas descrições. Descobrimos assim a centralidade do conceito de configuração. No momento em que renunciamos aos instrumentos clássicos e que observamos as práticas sociais baseando-nos diretamente nos dados nominativos, torna-se impossível formalizá-los de acordo com um sistema único. Torna-se necessário construir um espaço complexo e marcado por dinâmicas micro-relacionais. A imagem que se impõe é portanto efetivamente a de uma configuração de pontos em evolução constante, sensível ao mesmo tempo aos movimentos de cada um de seus componentes, às suas estruturações locais, e às dinâmicas que essas estruturações engendram. É claro, pois, que não podemos considerar a existência de diferentes fenômenos sociais que se situariam em escalas diferentes. É importante, em compensação, conceitualizar mais eficazmente as dinâmicas sociais engendradas por mecanismos únicos mas que, inscrevendo-se em configurações locais, diversas pela natureza de suas formas relacionais, produzem diferenciações significativas.

³¹ Sobre os primeiros resultados dessa análise, cf. M. Gribaudi, *Formes de stratification sociale et évolution temporelle. Un modèle configurationnel*, in B. Lepetit (ed.), *Les formes de l'expérience. Une autre histoire sociale* (Paris, A. Michel, 1995), p. 187-225.

É essa natureza configuracional que dá conta em profundidade da descontinuidade de há muito observada pelos enfoques micro-analíticos. Uma mesma prática, um mesmo comportamento recobrem com efeito um valor que pode ser totalmente diferente conforme as relações que eles mantêm com outras práticas, outros comportamentos, no quadro de seu ambiente concreto. A abordagem micro-histórica sem dúvida subavaliou as implicações metodológicas de tais fenômenos. Pois é claro que essas descontinuidades se situam num espaço que, por definição, atravessa as categorias clássicas. No interior das mesmas categorias profissionais, até nos mesmos lugares físicos, podemos de fato observar práticas que ligam recursos e tessituras sociais heterogêneas.

À luz desses elementos, torna-se portanto possível apreciar melhor o estatuto do viés lógico interno à abordagem micro-analítica que evocávamos acima. A divisa atribuída a essa abordagem por Jacques Revel — “por que tornar as coisas simples se podemos complicá-las”³² — é nesse sentido exata, mas não é justificável. Assim como no caso das abordagens macrosociológicas, a complexidade dos modelos explicativos me parece ser fruto de uma inadequação mais ou menos importante entre os instrumentos, os modelos e a natureza dos objetos da análise. Situar-mo-nos claramente fora dos modelos e das categorias clássicas pode portanto permitir reduzir esse viés e “tornar as coisas mais simples”, mesmo trabalhando com objetos e fenômenos profundamente complexos.

³² J. Revel, *L'histoire au ras du sol*.

Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a “microstoria”*

A *microstoria* italiana tornou-se uma referência essencial para uma parte da história social francesa.¹ Estamos falando, ao menos, daquela que, hoje, pretende modificar a percepção dos objetos conhecidos aplicando aos fenômenos estudados uma multiplicidade de olhares sucessivos e apresentando sob ângulos diversos realidades freqüentemente contraditórias.² Essas operações a levam, particularmente, a fazer da escala, e mais precisamente do jogo entre as escalas de análise, um dos conceitos centrais para a prática

* Este texto é a versão final de um trabalho que tive a oportunidade de discutir com numerosos interlocutores. Agradeço especialmente a Fredrik Barth por sua grande generosidade e a Libby Schweber por sua ajuda ao longo desta pesquisa.

¹ Deixemos claro, desde o início, que quando este texto fala em *microstoria*, está-se referindo, antes de tudo, à história social, e está deixando de lado outros aspectos dessa corrente — relativos principalmente à história cultural.

² Poder-se-á encontrar uma das formulações mais explícitas dessas preocupações em dois textos — talvez mais propositivos do que programáticos — publicados nos últimos anos nos *Annales*: Histoire et sciences sociales. Un tournant critique?, *Annales ESC*, 43(2):291-3, 1988, e Tentons l'expérience, *Annales ESC*, 44(6):1317-23, 1989. Na mesma direção, ver o prefácio de J. Revel ao livro de G. Levi, *Le pouvoir au village. Histoire d'un exorciste au Piémont du XVII^e siècle* (Paris, Gallimard, 1989; 1. ed.: Turim, 1985), intitulado L'histoire au ras du sol, p. I-XXXIII, e o artigo de B. Lepetit & J. Revel, L'expérimentation contre l'arbitraire, *Annales ESC*, 47(1):261-5, 1992. Finalmente, os trabalhos de A. Farge & J. Revel, *Logiques de la foule. L'affaire des enlèvements d'enfants, Paris 1750* (Paris, Hachette, 1988), e de B. Lepetit, *Les villes de France à l'époque moderne, 1740-1840* (Paris, A. Michel, 1989), parecem-nos constituir uma boa ilustração dessa abordagem.

histórica.³ Elas acarretam também uma reflexão sobre o modo de construção da narrativa pelo historiador: a descoberta progressiva dos contornos do objeto estudado e as discontinuidades que os saltos de escala provocam impedem-no, por exemplo, de se ater a uma simples narração linear.

Atuando dessa forma, essa sensibilidade — que chamaremos, por pura questão de comodidade, de “abordagem multiscópica” — leva naturalmente essa história ao encontro da micro-história social italiana. Esta última apreende seus objetos no nível de observação mais fino possível. Ela produz assim representações que, contrastando com o primado “macro-social” durante muito tempo privilegiado na história social, são, elas também, “desfamiliarizantes”. Ressaltemos que, apesar dos mal-entendidos possíveis quanto à sua denominação, a micro-história nada tem em comum com uma abordagem monográfica: sua pretensão é chegar a conclusões historiográficas de alcance geral, e os historiadores italianos, partindo do microscópico, manejam níveis de escala muito diferentes, da mesma forma que a “abordagem multiscópica”. Enfim, como acontece com esta última, os procedimentos da micro-história impedem-na de se aferrar a tramas narrativas tradicionais.

Mas a hipótese que gostaríamos de desenvolver aqui é a de que esse encontro entre a “abordagem multiscópica” e a *microstoria*, longe de indicar convergências profundas, é apenas circunstancial, e só pode ser atribuído a semelhanças de forma. A “abordagem multiscópica” vê no interesse da escala microscópica o caso particular de um princípio cognitivo mais geral: o conhecimento produzido pelos historiadores é relativo a uma escolha de escala; multiplicar os ângulos de abordagem é o recurso mais fecundo para a historiografia. Nessa perspectiva, a multiplicidade das escalas de observação e as imagens contraditórias que elas secretam servem não apenas para produzir conhecimentos novos, mas também para mostrar seu caráter sempre limitado e parcial. Mas nenhuma das escalas de análise possíveis é em si detentora de um poder de análise privilegiado. O interesse particular dirigido ao nível micro-social não se deve à sua superioridade intrínseca, e sim ao fato de que ele foi relativamente desprezado pela história social contemporânea e é portanto capaz — ao menos provisoriamente — de causar estranheza.

Gostaríamos de tentar mostrar aqui, ao contrário, que a *microstoria* se baseia numa óptica que poderíamos qualificar de neo-racionalista. Por meio da promoção de um sujeito que pensa e age segundo modalidades básicas universais e racionais, podemos definir o projeto micro-histórico como aquele que visa a reconstituir todas as cadeias de causalidade que, a partir das esco-

³ Ver, sobre esse ponto, o artigo recentemente publicado de B. Lepetit, *Architecture, géographie, histoire: usages de l'échelle*, *Génèses*, 13:118-38, 1993.

las dos indivíduos, produzem as formas sociais que observamos. A escala não é mais aqui um instrumento com o qual podemos jogar de maneira quase indiferenciada: ela deve necessariamente privilegiar um plano particular — o microscópico. Em última instância, é a ele que todos os fenômenos devem ser remetidos, pois é no seu nível que operam os processos causais eficientes.

Em suma, a despeito de algumas semelhanças aparentes, a “abordagem multiscópica” e a micro-história social italiana são irreduzíveis uma à outra. A fim de desenvolver essa hipótese, vamos tentar ir mais longe na exploração da matriz teórica que subtece a *microstoria*. Em vez de partir dos próprios micro-historiadores italianos e dos seus textos, concentrar-nos-emos num autor que os influenciou profundamente, o antropólogo norueguês Fredrik Barth.

Há duas razões principais para essa escolha. Primeiro, a obra de Barth forneceu muitos dos componentes teóricos mais importantes da micro-história social italiana. Depois, enquanto os italianos foram reticentes em explicitar de maneira sistemática as justificativas teóricas de sua abordagem,⁴ o pesquisador norueguês, paralelamente aos seus trabalhos mais monográficos, desde muito cedo dedicou-lhes artigos específicos. E mais, construiu-os com um rigor de exposição quase matemático, marcado pelo cuidado de definir e de articular com precisão todos os conceitos requeridos pelo raciocínio, o que autoriza a procurar neles uma verdadeira teoria da análise do social.⁵

Nosso objetivo não será absolutamente apresentar uma exposição exaustiva das idéias de Barth, e sim utilizar estas últimas a fim de melhor situar as proposições da micro-história social italiana e mostrar sua incomensurabilidade com as da “abordagem multiscópica”. Tomemos, por exemplo, um dos “clássicos” da *microstoria* — *Le pouvoir au village*, de Giovanni Levi. A obra de Barth nos permitirá ao mesmo tempo encontrar e explicitar o substrato teórico de noções tão importantes nesse trabalho como as de racional-

⁴ Encontramos decerto entre sua produção artigos como o de C. Ginzburg & C. Poni, *La micro-histoire*, *Le Débat*, 17:133-6, 1981 (trad. fr. parcial de Il nome e il come. Mercato storico-grafico e scambio disuguale, *Quaderni Storici*, 40:181-90, 1979) [N. do T.: trad. port.: O nome e o como. Mercado historiográfico e troca desigual, in Carlo Ginzburg, Enrico Castelnovo & Carlo Poni, *A micro-história e outros ensaios*, Lisboa-Rio de Janeiro, Difel-Bertrand Brasil, 1989]; ou o de G. Levi, *On microhistory*, in P. Burke (ed.), *New perspectives on historical writing* (Oxford Polity Press, 1992), p. 93-113 [N. do T.: trad. bras.: Sobre a micro-história, in Peter Burke (org.), *A escrita da história: novas perspectivas*, São Paulo, Unesp, 1992]; e, do mesmo autor, mas numa linha mais crítica, *I pericoli del geertzismo*, *Quaderni Storici*, 58:269-77, 1985. Mas eles constituem antes formulações parciais, com frequência ligadas à intenção de tomar posição num ou noutro debate historiográfico do momento.

⁵ Esses artigos foram reunidos numa obra: F. Barth, *Process and form in social life* (London, Routledge & Kegan Paul, 1981. 243p.).

dade limitada, incerteza, incoerência dos sistemas de normas, espaço dos possíveis, causalidade não-determinista, *continuum* das formas sociais. Ela permitirá igualmente compreender a concepção que G. Levi tem da prática historiadora, sua vontade de construir a história como uma ciência experimental, o estatuto que ele dá às observações, a maneira pela qual recorre à estatística. Num outro registro, a referência à obra de Barth permite dar um conteúdo preciso a uma das noções mais célebres, mas também mais obscuras, da *microstória*, a de “excepcional normal”.

Nossa reflexão pode se articular em torno de um estudo de caso proposto por Barth: a coerência do pensamento desse autor autoriza a apresentá-lo a partir de um exemplo, e a respeitar, ao mesmo tempo, a importância que ele atribui às situações e aos dados empíricos.⁶ O estudo sobre o qual nos deteremos diz respeito a uma população de pescadores noruegueses,⁷ e se prende a uma observação factual: como os barcos de uma comunidade aldeã se distribuem no mar para ir pescar? Duas perguntas, em especial, intrigam o observador. De um lado, enquanto em sua maioria os barcos ficam aglomerados e pescam uns ao lado dos outros, uma pequena minoria pesca de maneira totalmente isolada: como explicar esses dois comportamentos radicalmente opostos, e suas frequências respectivas? De outro lado, a atitude “dominante” (a da concentração) não é a mais adaptada ao deslocamento, inteiramente imprevisível, dos cardumes de arenques que são objeto da pesca:

Não há a menor dúvida de que a chance, para um barco, de encontrar arenque é maior se ele seguir sozinho do que se acompanhar outras embarcações. Estritas considerações técnicas e econômicas deveriam favorecer esse tipo de movimento.⁸

⁶ Nascido em 1928, Fredrik Barth, após uma formação em biologia, estudou antropologia em Chicago e depois em Cambridge, nos anos do pós-guerra. Professor de antropologia social em Bergen de 1961 a 1972, a seguir em Oslo de 1972 a 1985, atribuiu grande importância ao trabalho de campo. Escolheu privilegiar permanências relativamente curtas (de seis a 18 meses) e assim multiplicar as áreas de observação. Suas investigações o levaram principalmente ao Curdistão iraquiano, ao Paquistão, ao Irã, ao Sudão, à Papua-Nova Guiné, a Omã, a Bali e ao Butão — sem esquecer suas pesquisas sobre a Noruega setentrional. Em cada oportunidade produziu livros, dos quais o mais conhecido é sem dúvida *Ethnic groups and boundaries* (London, George Allen & Unwin), obra coletiva sobre a identidade étnica que organizou em 1969.

⁷ E constitui uma das questões estudadas em *Models of social organization I*, in *Process and form in social life*, p. 32-47.

⁸ *Ibid.*, p. 46.

Como explicar uma escolha que parece, portanto, ir contra o interesse mais imediato daqueles que a fazem?

De imediato, o exemplo dos pescadores permite ilustrar a sensibilidade teórica que inspira F. Barth. A preocupação de levar em consideração as variantes comportamentais, por mais minoritárias que sejam, convida a ir além das explicações estruturais, baseadas na pregnância de um sistema normativo ou cultural que se imporia por si só a todos os membros de uma população. Assim também, a ineficácia da atitude majoritária (a que consiste em pescar em grupo) impede que se recorra a um raciocínio de tipo funcionalista. É essa dupla recusa — a mesma de que partiriam cerca de 15 anos depois os micro-historiadores italianos — que está na base da maneira de Barth trabalhar. Nas abordagens funcionalistas e estruturais, o antropólogo norueguês condena a incapacidade de, ou a recusa a, pensar as discordâncias de percepção entre as escalas, e notadamente a diferença sistemática entre a maneira de os indivíduos conceituarem o nível macrosocial, de um lado, e seu ambiente concreto, de outro.⁹

Três diferenças, em particular, separam Barth desses dois tipos de abordagens.

A primeira concerne à coerência atribuída aos sistemas de normas. As abordagens macroestruturais se baseiam, entre outras, na visão de um mundo integrado e regido por sistemas coerentes de normas, que influem diretamente e sem ambigüidade sobre todas as microdecisões. Ao mesmo tempo, os comportamentos modais permitem revelar uma espécie de esquema teórico da organização social, e é neles que se concentra a análise. Barth, por seu turno, parte do ponto de vista oposto, considerando que o mundo social não é perfeitamente integrado, e que todos os sistemas de normas são fraturados por incoerências. Nessa perspectiva, um comportamento não é mais a consequência mecânica da obediência a uma norma. “O que observamos empiricamente não são ‘costumes’, mas casos de comportamento humano.”¹⁰

Uma segunda diferença, estreitamente ligada à primeira, é que em vez de enfatizar as formas de homogeneidade social, Barth está atento à heterogeneidade que, em toda sociedade, prevalece em matéria de distribuição dos recursos.¹¹ Cada indivíduo age em função de uma situação que lhe é

⁹ “Existe normalmente uma diferença profunda e sistemática entre a maneira de os indivíduos efetuarem generalizações sobre as características macroscópicas de seu mundo e de sua sociedade, e a maneira de conceituarem seu ambiente social e físico enquanto conjunto de ocasiões para a ação” (Introduction, *ibid.*, p. 5).

¹⁰ *Models of social organization I*, *ibid.*, p. 35.

¹¹ “Os bens e as ocasiões são distribuídos desigualmente entre os membros do sistema — uma condição que pode ser facilmente observada e descrita em toda sociedade” (*Anthropological models and social reality*, *ibid.*, p. 21).

própria e que depende dos recursos de que ele dispõe — recursos materiais, decerto, mas também cognitivos¹² e culturais.

A cultura de uma população é distributiva, compartilhada por alguns mas não por outros. Ela não pode portanto ser definida, como o faz Goode-nough, como aquilo de que se necessita saber para ser membro de uma sociedade, nem ser demonstrada sistematicamente, como o fazem os etnometodólogos, a partir de um informante, por meio de quadros lingüísticos. As estruturas mais significativas da cultura — ou seja, aquelas cujos efeitos sobre as ações e as relações dos indivíduos são as mais sistemáticas — podem não residir nas suas formas, e sim nas suas distribuições, na maneira pela qual ela *não* é compartilhada.¹³

O comportamento social não poderia portanto simplesmente depender da obediência mecânica a um sistema de normas: sua explicação impõe que se leve em consideração a posição particular de cada membro da população estudada.

Os atores estão (sempre e essencialmente) *posicionados* [...] Essas diferenças de posicionamento são a principal razão de ser da “longa conversa” por meio da qual os indivíduos interpretam e dividem suas experiências, e melhoram sua compreensão de sua própria vida e da vida dos outros.¹⁴

Enfim, uma terceira linha divisória decorre da unidade de observação que Barth privilegia para analisar o mundo social, a saber, a interação entre pessoas. Seu estatuto por vezes foi superestimado: as “transações” não constituem absolutamente o ponto focal, e sim a unidade de observação do modelo barthiano.¹⁵ Para o autor, seu interesse é duplo. Primeiro, ele considera que as transações são situações nas quais os indivíduos são forçados a tomar

decisões. Ora, de um ponto de vista heurístico, o exame dos processos decisórios lhe parece ser um dos mais aptos a compreender os mecanismos que atuam nas sociedades estudadas. Mas Barth está longe de postular que seu modelo de análise é válido para a totalidade dos comportamentos humanos. Ao contrário, ele se concentra num tipo de situação, apenas aquelas em que reinam a competição ou a contestação (*contest*), excluindo todas as outras formas da vida social. Seria imprudente estendê-la indevidamente a outros campos de observação:

Os ensaios que se seguem procuram analisar sistematicamente as questões de finalidade e de utilidade nas situações em que pessoas ou grupos que tomam decisões podem ser observados, e descartá-las rigorosamente quando elas fornecem apenas uma metáfora inadequada ou um teleologismo insuportável.¹⁶

O outro interesse que as transações apresentam para o autor é o de revelar a incerteza que prevalece em toda relação social: esta é uma razão suplementar para afastar uma abordagem estritamente culturalista, ideal, da sociedade. Para ele, uma das características principais da ação social é que seu resultado depende das ações paralelas, ou da reação, das outras pessoas. Resulta daí uma incerteza quanto às conseqüências de todo comportamento, a qual é levada em conta pelos indivíduos: ela os impede de contar abstratamente com um sistema de normas para ajudá-los a prever sem ambigüidade os efeitos dos seus atos. Estes últimos nunca refletem unicamente as “obrigações de conhecimento e de valor” mas também a “pragmática da cooperação e da competição”.¹⁷

Essas três grandes linhas teóricas, afinal de contas, não deslocam apenas os pressupostos, mas também o objeto do estudo. Nas abordagens macroestruturais, um comportamento é normalmente aceito como a tradução imediata e inequívoca de um conjunto de normas, às quais ele permite, segundo comumente se supõe, remontar. E um conjunto de comportamentos idênticos é pensado como a conseqüência idêntica de uma série de causas idênticas.

Se partirmos, ao contrário, da idéia de uma não-coerência dos sistemas de normas e do caráter não-automático dos seus efeitos, um comportamento dado não é mais que a resposta particular que um indivíduo dado trouxe a uma situação dada. Dois comportamentos formalmente idênticos

¹² “Elementos humanos tais como a distração, a burrice ou o espírito de contradição serão, no que concerne ao antropólogo, distribuídos de maneira imprevisível na população” (*Models of social organization I*, *ibid.*, p. 34).

¹³ F. Barth, *The analysis of culture in complex societies*, *Ethnos*, 54(3-4):134, 1989.

¹⁴ *Ibid.*

¹⁵ Barth refuta, aliás, essa leitura de sua obra: “Fiquei desagradavelmente surpreso ao ver que, apesar da diversidade das questões levantadas, meu conceito de ‘transação’ monopolizou a atenção da maioria dos leitores” (*Models reconsidered*, in *Process and form in social life*, p. 76).

¹⁶ Introduction, *ibid.*, p. 7.

¹⁷ *Ibid.*

podem de fato ter sido concebidos em circunstâncias heterogêneas, e dois comportamentos formalmente diferentes em circunstâncias idênticas. Ainda uma vez, é o uso que o indivíduo faz de uma situação que é aqui determinante, o que significa dizer que não nos prendemos mais a comportamentos formais, mas aos *processos* dos quais eles são apenas o produto.

Podemos considerar que Barth, no trecho que se segue, resume a visão do mundo social que fundamenta essa abordagem:

Concebo os acontecimentos constitutivos da vida social como essencialmente [*characteristically*] micro, realizados pelos atores (indivíduos e grupos). Esses acontecimentos ou atos são condicionados pelo nível agregado e por sua vez o constituem. A idéia de processo fornece a conceitualização fundamental para descrever como se produzem as agregações, e para explicar as formas agregadas. O nível agregado tem, é claro, propriedades emergentes, que devem ser reconhecidas e descritas em seus próprios termos, mas sem que se caia numa reificação inadequada das suas estruturas. O fato de que os próprios atores adotam essas reificações deve ser integrado aos nossos modelos onde isso for pertinente, mas nem por isso nos dá carta branca para fazer o mesmo.¹⁸

À proporção que seu trabalho de campo lhe oferecia oportunidades de pô-lo à prova, Barth montou um programa de pesquisa adaptado a essa visão, e concebeu as ferramentas analíticas destinadas a acompanhá-lo. Vários modelos o ajudaram, alguns dos quais foram tomados de empréstimo fora das ciências sociais.¹⁹ Como outros pesquisadores atraídos por essa abordagem então nova,²⁰ ele encontrou uma fonte de inspiração e formas de raciocínio especialmente na teoria dos jogos. Esta última lhe permitiu conciliar vários objetivos cruciais para a sua abordagem: pôr em cena um indivíduo ativo e racional, operando escolhas próprias; dar conta das obrigações e das limitações que pesam sobre ele; relatar essas obrigações numa escala microscópica; mostrar que a incerteza no nível da troca interindividual não é incompatível, no nível agregado, com regularidades comportamentais.

¹⁸ "Models" reconsidered, *ibid.*, p. 80.

¹⁹ O autor se refere especialmente à genética evolucionista em *Models of social organization I* (p. 33), e à paleontologia em sua *Introduction* (p. 7).

²⁰ A obra fundadora, de J. von Neumann e O. Morgenstern, data de 1944. Poder-se-á encontrar uma introdução à teoria dos jogos em G. T. Guilbaud, *Éléments de la théorie mathématique des jeux* (Paris, Dunod, 1968).

De fato, a teoria dos jogos formaliza e traduz diretamente os princípios teóricos anteriormente expostos. Ela faz do indivíduo um ator — ou, mais precisamente, ela o percebe no momento de efetuar uma escolha, de tomar uma decisão. Esta depende não apenas dos seus recursos e das suas obrigações, mas também da sua previsão (em estado de incerteza) das ações ou das reações paralelas dos outros atores. Os comportamentos individuais não são mecanicamente determinados: eles refletem o uso que cada um faz da margem de manobra de que dispõe numa situação dada, do seu universo de possíveis.

Mas uma tal abordagem não se baseia por isso na utopia da onipotência de um indivíduo "livre" e demiúrgico. A noção de "gama de possíveis" traz a marca da dialética que a fundamenta: indica ao mesmo tempo a recusa dos determinismos e a idéia de uma margem de manobra precisa e controlada, já que os possíveis abertos ao ator são sempre em número finito — o que os torna também acessíveis ao pesquisador. Não apenas o espaço de manobra possível é geralmente muito restrito, como não é necessariamente dotado de eficácia: os indivíduos podem não percebê-lo ou avaliá-lo incorretamente — ou, simplesmente, não utilizá-lo. Enfim, a incerteza no nível interindividual não impede o aparecimento de regularidades no nível agregado: uma das vocações básicas da teoria dos jogos é precisamente determinar "soluções" ótimas para situações incertas.

Emerge uma espécie de ordem — no sentido de formas regulares de comportamento — que não pode ser descrita adequadamente nem em termos de regras combinadas de sanções, nem enquanto expressão direta de um sistema cognitivo.²¹

Foi sobre essa base teórica geral, tomada de empréstimo da teoria dos jogos, que Barth construiu seu modelo de análise do social. O elemento que fornece seu sésamo, e no qual o autor baseia a relação entre escala microscópica e escala macroscópica, é a noção de valores. Para defini-los de modo trivial, poderíamos dizer que são eles que definem o conteúdo daquilo que, para os agentes, representa ganhos ou perdas. Eles constituem os parâmetros em função dos quais se declinam as regras estratégicas formais derivadas da teoria dos jogos. "As regras da estratégia permitem gerar as formas, uma vez dados os parâmetros de valor."²² São os valores

²¹ Anthropological models and social reality, in *Process and form in social life*, p. 22.

²² *Models of social organization I*, *ibid.*, p. 39.

que permitem a passagem de uma concepção teórica do ser humano, abstrata, universal e racional, para formas concretas, particulares e contingentes, que variam ao infinito conforme o campo do pesquisador. Barth, com efeito, não prega uma teoria geral do social, assim como não procura descrever uma espécie de *homo oeconomicus*, universal e abstrato. Seu objetivo — aquele em nome do qual ele elaborou seu método — é, ao contrário, apoiando-se em situações particularmente reveladoras, estudar da maneira mais pertinente possível a infinita diversidade das formas de vida social.²³

Barth constrói sua noção de valores como indissociavelmente ligada à ação. Esses “cânones de julgamento que as pessoas fazem sobre as coisas e sobre os atos [são] fatos empíricos que podemos descobrir — [são] não uma construção do pesquisador, mas pontos de vista assumidos pelos próprios atores”.²⁴ Segundo um procedimento típico da sua constante preocupação metodológica, o autor adota uma definição muito instrumental desse conceito: as ações e os valores que os motivam são as duas faces de um mesmo conjunto. Elas estão inextricavelmente unidas, e se inscrevem numa relação de necessidade lógica: os valores e as ações se fundem reciprocamente, e é através destas que aqueles se revelam ao observador.

Já que o modelo pretende retratar processos empíricos reais, todos os seus componentes e todos os seus mecanismos — suas interfaces, seus parâmetros de valor etc. — podem ser questionados e controlados.²⁵

Uma vez colocada a questão dos valores, estamos capacitados a entender o plano de pesquisa proposto por Barth. Nessas situações pertinentes de *contest*, a primeira tarefa do observador deve ser examinar as escolhas efetuadas pelos atores. Ele deve em seguida relacioná-las às configurações particulares nas quais estes estão inseridos, determinando notada-

²³ “Deveríamos centrar nossas observações em indivíduos reais em situações de vida reais, ter curiosidade sobre o que o exame de sua situação pode trazer — em lugar de nos interessarmos por temas de estudo altamente abstratos e bem delimitados, seguindo métodos de investigação predeterminados. Se esta última maneira de trabalhar é bastante adequada às demandas de subvenção para a pesquisa, ela não permite trilhar um percurso científico inovador. Devemos deixar o assunto e o método se desenvolverem em função das situações concretas de campo, e dos achados que aí realizamos” (Introduction, *ibid.*, p. 11).

²⁴ Models of social organization II, *ibid.*, p. 49.

²⁵ Models of social organization I, *ibid.*, p. 39.

mente os recursos dos atores e as obrigações que pesam sobre eles. É o estabelecimento dessa relação que deve permitir descobrir os valores, concebidos como os parâmetros que terão sido levados em conta nas decisões individuais.

A partir daí, o pesquisador está apto a dar um conteúdo preciso e contingente às regras estratégicas abstratas que derivam da teoria dos jogos, e a dar conta de maneira causal das situações empíricas que consignou. É aqui que atingimos o objetivo principal que Barth atribui aos pesquisadores: revelar *modelos generativos* em lugar de se afeitar a modelos homotéticos, trabalhar para a identificação de processos e não para a simples descrição de formas. Essa é a verdadeira preocupação do autor, aquela a serviço da qual ele colocou seu método.²⁶

Uma vez lembrados sumariamente todos esses elementos de método, pode ser desejável, para permitir sua apreensão mais concreta, voltarmos ao exemplo das práticas de pesca daquela pequena flotilha norueguesa mencionada acima. Podemos agora redefinir seus termos, em função dos aspectos metodológicos abordados até aqui:

- o objeto do estudo é analisar a *distribuição observada*;
- essa análise deve ter um conteúdo causal: trata-se de explicitar quais são os *processos* que provocam a *forma* observada;
- o pesquisador deve dar conta da *totalidade* das variantes constatadas: de um ponto de vista lógico, os comportamentos estatisticamente minoritários têm o mesmo estatuto que os que são majoritários;
- além disso, e qualquer que seja sua frequência, esses acontecimentos diversos devem ser explicados a partir dos *mesmos* processos: uma gama *única* de cadeias causais deve servir para entender o conjunto do fenômeno, em toda a sua heterogeneidade;
- enfim, a frequência dos acontecimentos impõe limites ao modelo explicativo e tem antes de tudo uma função de *validação* dos processos demonstrados pelo pesquisador: é preciso que estes coincidam com a *distribuição observada*.

²⁶ Assim, “o que é importante para o antropólogo é menos o formalismo próprio da teoria dos jogos do que o caráter fundamentalmente generativo do modelo que ela propõe [e que] pode servir como protótipo para um modelo processual de interação”, *ibid.*

A partir dessa base, a explicação começa pela apresentação dos elementos "ecológicos", "essa combinação de elementos ambientais e técnicos pertinentes que preparam a cena para o comportamento".²⁷ O autor enfatiza particularmente a imprevisibilidade (com os instrumentos de detecção disponíveis, nunca se sabe quando nem onde os cardumes de arenques chegam às costas norueguesas, nem em que momento eles se aproximam da superfície e podem assim ser pescados) e a variabilidade do lucro daí decorrente: se as boas pescarias podem render até 5 mil libras, pode-se também voltar de mãos abanando — e mesmo, no pior dos casos, perder a rede, que vale sozinha 6 mil libras.

Barth trata em seguida dos atores que participam da pesca. Os contratos de emprego os hierarquizam, ao mesmo tempo em que definem seus direitos e deveres: o capitão assume a responsabilidade maior, a de decidir sobre os lugares da pescaria. O responsável pela rede dirige as operações de pesca propriamente dita, e deve cuidar de "maximizar" a pesca uma vez jogada a rede. Os pescadores, em número de seis, são executantes sujeitos à autoridade do capitão. Seu tempo de trabalho não é limitado (na prática, não é raro chegar a 72 horas consecutivas). Eles recebem uma parte do produto da pesca.

Mas essas disposições formais são impotentes para dar conta de todos os comportamentos que, no detalhe, acompanham a procura do peixe. Para Barth, é o exame das interdependências entre essas três situações formais que, no quadro preciso das condições "ecológicas", permite explicar o deslocamento dos barcos. "A relação entre o capitão e a tripulação assume a forma de uma negociação incessante."²⁸ De fato, apesar das disposições contratuais, os homens da tripulação não são desprovidos de capacidade de ação. Dada a aspereza do trabalho, o capitão precisa que eles se engajem sem reservas do seu lado. Uma das maneiras de prender os marinheiros é dar-lhes o privilégio, excepcional, de ter acesso à ponte. Toda a tripulação se esbarra portanto sem cessar, farejando os cardumes de arenques. Cada um de seus membros se esforça para dar provas de sua competência, manifestando os sinais que devem traduzir as qualidades requeridas para sua tarefa. A incerteza quanto ao resultado da pesca é tamanha que as trocas entre os homens constituem verdadeiras transações sobre a capacidade estimada de cada um de aumentar as chances de lucro.

Decorre daí uma série de regularidades comportamentais, uma das quais concerne à distribuição espacial da flotilha. O capitão, no fundo, está sempre sendo obrigado a tomar decisões quanto à localização de seu barco.

²⁷ Models of social organization I, *ibid.*, p. 40.

²⁸ *Ibid.*, p. 42.

De um lado, ele sabe que tem boas chances de aumentar seu lucro se pescar sozinho e não em grupo. Mas escolher sua própria direção impõe que ele esteja certo de uma confiança maciça da parte de sua tripulação, uma confiança que não é fácil obter. Além disso, ele sabe que o sucesso de sua saída só pode ser apreciado numa óptica relativa. O fracasso eventual de um barco isolado será julgado mais severamente que o fracasso coletivo de um grupo. Ora, a medida do sucesso é ainda mais importante do que a quantidade de peixe efetivamente trazida: é dela que depende, de contrato em contrato (cada um dura dois meses), a capacidade do capitão de recrutar uma tripulação de boa qualidade. O problema não é tanto que um tal recrutamento garanta, por sua virtude exclusiva, uma série de pescarias abundantes; é que ele permite, antes, de maneira indireta, uma maior audácia na marcha do barco, e é essa condição-relé que aumenta as chances de lucro. Diante da grande incerteza que pesa sobre o trajeto dos arenques, e da importância das implicações ligadas à confiança, a maioria dos capitães escolhe a solução mais prudente: em vez de tentar identificar a posição de suas presas, eles passam a maior parte do tempo a se perseguir uns aos outros, criando uma aglomeração espetacular no meio do oceano. Pescar a confiança, mais que o arenque: só os capitães mais estimados escapam dessa lógica.

Essa aplicação da abordagem barthiana à resolução de um problema particular permite ilustrar os princípios evocados até aqui. Torna-se agora possível voltarmos ao nosso argumento geral, e expor um certo número de pontos de junção entre o método de F. Barth e a prática da *microstória*.

Tanto um quanto a outra apresentam, primeiro, características muito semelhantes no estatuto que conferem às observações empíricas e no objetivo que atribuem ao observador. O estudo que G. Levi dedica às "frentes de parentesco"²⁹ constitui uma boa ilustração disso, reforçada pelo procedimento narrativo adotado pelo autor. Como se procurasse fazer o leitor sentir a dificuldade dos problemas levantados por ocasião da leitura das fontes, ele começa pela história de três linhagens de meeiros. Os elementos particulares, até mesmo anedóticos, próprios de cada uma constituem de saída uma prova implícita do caráter redutor de toda tipologia das formas de famílias. Mas o autor se recusa a pender, por isso, para uma outra técnica de descrição

²⁹ G. Levi, *Le pouvoir au village...*, cap. 2, p. 53-95.

— a da ideografia, que, em nome do respeito pela complexidade do real, se contentaria com uma simples enumeração de formas.

Ao contrário, a amplitude e a plasticidade das redes de parentesco mobilizadas em torno das grandes decisões ou dos grandes acontecimentos o convidam a construir uma caracterização das famílias que, em lugar de se basear num critério unívoco (a co-residência, por exemplo), permitiria dar conta de fenômenos dinâmicos e complexos. G. Levi se empenha assim em edificar um modelo processual, capaz de dar sentido às observações recolhidas. Nessa óptica, as três famílias cuja história ele apresenta não são em absoluto escolhidas por seu caráter “representativo”: simplesmente, a trajetória de cada uma, por trás da sua especificidade, permite expor concretamente as questões que o historiador deve se esforçar para resolver. Essas “histórias de família [...] quase que exclusivamente reconstituídas de acordo com os atos notariais, não pretendem reconstruir situações típicas, mas revelar os elementos constitutivos de um modelo”.³⁰

Com essa intenção, e como em Barth, o estudo se atribui a tarefa de recuperar a gama das formas a serem explicadas e, a seguir, reúne as observações colhidas para chegar ao objetivo final: reduzir a diversidade das observações a uma série concentrada de mecanismos que as engendram. O método seguido para fazê-lo é comparável — com a diferença, é claro, de que Levi, que trabalha com o século XVII piemontês, é obrigado a ir buscar sua documentação nos arquivos: baseia-se numa observação intensiva, fundada no exame de uma trama fechada de correspondências entre as informações disponíveis.

Como o antropólogo norueguês, Levi presta igual atenção a todos os componentes de sua amostra: o mesmo peso lógico deve ser atribuído *a priori* a todas as formas, qualquer que seja sua frequência. Não que o autor pretenda permanecer no nível ideográfico da descrição pura. Simplesmente, como Barth, ele desconfia das categorizações *a priori* — das tipologias, por exemplo, que dominam em matéria de caracterização das formas familiares. Esse ceticismo tem dois fundamentos, que ele compartilha com a sensibilidade barthiana.

O primeiro é uma desconfiança instintiva em relação aos grandes esquemas abstratos da explicação histórica. Assim como os outros micro-historiadores, Levi prefere abordagens “sob medida” de seu objeto, mais conformes a uma verdadeira contextualização histórica... e mais aptas a dar ao pesquisador a possibilidade de exercer sua reflexão. A vontade de lidar

³⁰ Ibid., p. 65.

com dados empíricos é aqui determinante, e faz eco à profissão de fé de Fredrik Barth:

Obtém-se melhor resultado estabelecendo os fatos do passado quando isso é possível, e não por interpretações conjecturais baseadas em esquemas preestabelecidos, nem recorrendo, mesmo com competência, a receitas historiográficas já prontas. Os dados do passado são úteis analiticamente quando podem nos surpreender e falsificar as nossas hipóteses; não sendo assim, não vejo nenhuma razão para lhes conceder uma atenção privilegiada.³¹

A recusa em partir de tipologias das formas de família repousa por outro lado numa posição mais teórica. A adoção de qualquer pré-recorte (ou seja, de uma categorização *a priori* do mundo) torna quem a faz dependente da simples observação das formas sociais. Essa é uma aplicação direta da recusa barthiana em adotar uma explicação mecânica dos comportamentos.

Os laços entre os fatores que determinam uma situação e as formas que delas decorrem não seguem uma lógica de necessidade pura ou mecânica; essa conexão depende das disposições humanas para avaliar e para prever.³²

No caso presente, a adoção de uma tipologia *a priori* não permitiria discernir os mecanismos que afetam a evolução das famílias. Podemos sublinhar que, como em Barth, a questão da incerteza, onipresente em *Le pouvoir au village*, é uma das razões que impedem a adoção, pelo autor, de uma causalidade mecanicista.

³¹ Introduction, in *Process and form in social life*, p. 6-7. Tomaremos esse paralelo para reafirmar o estatuto de nossa abordagem. Nosso único objetivo é nos servirmos dos escritos teóricos de Barth para esclarecer o método seguido pela micro-história italiana. Não pretendemos estabelecer a genealogia intelectual desta última, e sim detalhar analiticamente alguns de seus aspectos. Ir além e tentar, como outros, discriminar de modo preciso entre o que é influência direta e o que é sensibilidade comum, estaria fora do nosso propósito. No caso presente, por exemplo, a análise da “empíria” micro-histórica, e de seu trabalho fino com as categorias do passado, exigiria uma referência à obra de E. P. Thompson, que está, também ela, em ressonância estreita com a dos historiadores transalpinos.

³² Models of social organization I, in *Process and form in social life*, p. 34.

A única solução que resta ao observador é portanto, segundo a mais pura lógica barthiana, identificar a gama de mecanismos generativos capaz de dar conta da totalidade das formas observadas. De fato, os resultados da análise de G. Levi sobre as formas de famílias consistem verdadeiramente na enunciação de oito princípios de funcionamento, a qual comanda a forma particular de sua conclusão.³³ Esses princípios caracterizam todos os grupos familiares, mas se declinam ao infinito segundo a posição social e as situações específicas.

As estruturas de sustentação da comunidade podem se definir por uma série de relações não rígidas: cada situação individual pode ser descrita como um caso numa série muito extensa de relações entre parâmetros, com base num modelo de processo de interações, que leva a certos agrupamentos das combinações de fatores, em torno de um tipo modal.³⁴

Em suma, cada forma de família concretamente observada constitui uma combinação particular, resultante da gama de mecanismos identificados. Contrariamente à abordagem tipológica, as formas de famílias são aqui potencialmente contínuas umas em relação às outras: elas são fruto de processos comuns, em lugar de serem separadas *a priori* em categorias distintas. Em teoria, poderíamos traçar um arco contínuo pondo lado a lado, por grau de proximidade, todas as formas possíveis, um pouco à maneira de uma simulação (todas as formas potenciais, com efeito, não estarão necessariamente presentes na amostra observada).³⁵

Os casos “estranhos”, “excepcionais”, não derogam esse princípio: devem, também eles, fazer parte do *continuum* dos possíveis — e têm grandes chances de aparecer numa das suas extremidades polares. A famosa noção de “excepcional normal”,³⁶ longe de refletir uma mística da margem, ou da mar-

³³ Esses princípios correspondem de certa maneira aos principais tipos de arbitragens que as famílias devem efetuar ao longo de sua vida, e cujo resultado, sempre incerto, condiciona o seu destino: a aliança com as famílias não co-residentes, a diferenciação das atividades, a distribuição dos dotes entre as mulheres do grupo etc. A lista exaustiva, com sua explicação, está em G. Levi, *Le pouvoir au village...*, cap. 2, p. 90-5.

³⁴ *Ibid.*, p. 94.

³⁵ Nada impede depois, aliás, e isso para a clareza da exposição, de condensar o conhecimento produzido sob uma forma tipológica. Uma tal categorização, com efeito, não se efetua *a priori*, mas em função dos resultados do estudo, e de procedimentos de constituição claramente explicitados.

³⁶ E. Grendi, *Micro-analisi e storia sociale*, *Quaderni Storici*, 35:506-20, 1977. Grendi fala na verdade em “documento excepcionalmente normal”.

ginalidade, nada mais é que a expressão desse princípio. Concretamente, essas formas extremas com frequência são muito preciosas metodologicamente: elas ajudam a definir quais são os dois pólos do *continuum*, ou seja, a ter uma idéia mais concreta da gama que podem percorrer as formas estudadas.

Outras comparações podem ser estabelecidas entre o método de Barth e a abordagem micro-histórica. O trabalho de Maurizio Gribaudi, que procura entender como, no primeiro quartel do século XX, um bairro operário de Turim passou em alguns anos do comunismo para o fascismo,³⁷ pode aqui nos servir de fio de Ariadne. Organizado ele também em torno da preocupação de apontar mecanismos generativos, faz surgirem progressivamente várias cadeias causais à medida que o estudo avança.

A observação dos habitantes do bairro leva a caracterizar o começo do século pela ausência de infra-estrutura social, pela confusão dos papéis ligada à pluriatividade, e pelo nivelamento das diferenças de horizonte individual, decorrente da pregnância da situação de migrante num bairro novo. Da mesma forma, é no nível microscópico que podemos acompanhar a maneira pela qual as famílias respondem a isso acionando solidariedades de bairro e desenvolvendo um discurso igualitário, inspirado no socialismo. É por comparação que se explica o rompimento que marca o período seguinte. O fascismo é em parte responsável por isso. As instituições de assistência que ele instaura tornam menos necessário o auxílio mútuo operário, enquanto o controle policial que ele monta impede a regulação dos sistemas de papéis por um discurso ideológico. Mas outros fatores intervêm: a diversidade das origens familiares, esmaecida entre os operários recém-imigrados, ressaltada entre seus filhos, cujas trajetórias divergem. No final, ao se recusar a parar nas formas imediatas da descrição — como as que sugere o discurso socialista sobre a harmonia operária — a pesquisa dos processos causais remaneja as categorias iniciais da percepção e impõe novos conteúdos.

O trabalho de M. Gribaudi permite primeiro ilustrar a importância analítica, anteriormente mencionada, da heterogeneidade na distribuição social dos recursos. O autor, com efeito, combina duas operações sucessivas. Num primeiro momento, reconstitui os percursos genealógicos e biográficos de cada um dos membros da sua amostra, assim como as redes em que eles estão inseridos. Enquanto as abordagens tradicionais tratam os operários de maneira geralmente indistinta, M. Gribaudi se esforça, com precisão, para individualizá-los, para situá-los num espaço de influências e de trocas interindividuais, que dá a cada um deles um ponto de vista sobre o mundo, bem como princípios de ação social que lhe são específicos. Uma vez efetuado es-

³⁷ M. Gribaudi, *Itinéraires ouvriers. Espaces et groupes sociaux à Turin au début du XX^e siècle* (Paris, EHESS, 1987).

se trabalho, o autor, num segundo momento, está apto a explicar por que, em uma geração, os habitantes do bairro se comportam de maneira diferenciada diante das possibilidades que lhe oferece um ambiente que, por outro lado, em parte se transformou.

Essas duas operações sucessivas permitem revelar dois paralelos essenciais entre a micro-história e o método de Barth. O primeiro concerne à questão da mudança social. Como para outras tendências em história social, um dos pontos de partida da micro-história é um sentimento de insatisfação com a dimensão demasiado estática das abordagens macroestruturais.³⁸ Ao mesmo tempo, em lugar de se apoiar em esquemas lineares mecânicos e abstratos para explicar as grandes transformações sociais, os micro-historiadores dão prioridade ao estudo dos mecanismos concretos da mudança. A palavra-chave que se impõe aqui é *modalidades*. G. Levi — e outros — não crê que o modelo da “modernização” baste para dar conta das transformações do Estado a partir do século XVI. M. Gribaudi procura ir além de uma leitura ideológica, internalista, da adesão de Turim ao fascismo. O interesse dos dois está voltado para os processos efetivos que tornaram possíveis essas evoluções.

Barth também se interessou por esse problema, e sua obra propõe várias ferramentas analíticas para enfrentá-lo. Todas decorrem da sua recusa em tratar o mundo social como um todo homogêneo e coerente. Inversamente, como vimos, do ponto de vista funcionalista, o autor considera que o universo dos valores nunca está integrado.³⁹ Em outros termos, existem valores que são irredutíveis uns aos outros, que não podem ser medidos com o mesmo metro. Essa integração sempre imperfeita confere potencialmente a todo sistema social uma dimensão processual e dinâmica. Assim, ao oferecer — pela primeira vez na região — a possibilidade de um emprego assalariado e regular durante o ano todo, a introdução de técnicas modernas de pesca com rede no norte da Noruega fez surgir questões novas.

O que é uma justa remuneração para pescar, quais são as equivalências monetárias das diferenças de competência, qual é o valor do tempo livre, da autonomia, da vida no lar? São grandezas que as pessoas só conceituam e só comparam quando têm que fazer o balanço dos lucros e das perdas esperados de uma transação.⁴⁰

³⁸ Para uma discussão deste último ponto, acompanhada de uma bibliografia, ver J. Revel, *L'histoire au ras du sol*.

³⁹ Esse ponto é particularmente desenvolvido em *Models of social organization II*, in *Process and form in social life*.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 57.

Uma vez proposta essa transação inédita, dois registros de valores até então separados são postos em relação um com o outro. O resultado dessa comparação pode ser uma transformação social de conjunto.

Os indivíduos, de fato, dispõem, como vimos, de recursos heterogêneos e inclinam-se a reagir de maneira diferente diante do risco e da incerteza. A maioria é capaz de recusar a nova transação proposta, mas se alguns pioneiros a aceitam, e se extraem dela um lucro que parece satisfatório a eles próprios e aos outros atores, há boas chances de que sua decisão seja generalizada, e mesmo institucionalizada. Isso leva à redefinição de valores, de acordo com um mecanismo que o autor chama de *feedback*. Se os valores são dados estáveis que pesam sobre os atores, estes continuam portanto aptos, permanentemente, a iniciar processos que levarão a redefini-los.

Os códigos, os valores e os conhecimentos [...] não constituem apenas as premissas e as limitações prévias das ações particulares: essas ações com efeito se repercutem por incrementação sobre esses códigos, valores e conhecimentos, e podem assim afetar e modificar suas próprias precondições.⁴¹

Voltamos aqui às premissas de nossa análise. A razão pela qual Barth vê na dimensão microscópica a fonte da mudança social está ligada à importância que ele confere, para usar sua expressão, à *diversidade*. Diversidade dos valores, diversidade das posições individuais, às quais se soma a consciência, entre os atores, da incerteza que pesa sobre as consequências dos seus atos. Longe de ser um todo coerente, a vida social é feita de diferenciais, cada um dos quais oferece uma possibilidade de mudança. São eles que permitem que uma inovação, de início insignificante e pouco difundida, se generalize e, ao final, se institucionalize. E é por meio desse mecanismo essencial que se opera a passagem do microscópico ao macroscópico, ou mais exatamente a construção constante deste por aquele. Notemos que, por todos esses aspectos (a individualização de cada ser no seio da população e a ênfase dada à diversidade, o constante “pôr em jogo” potencial de todos os elementos de um sistema, a maneira pela qual uma variação microscópica pode acarretar uma mudança social), a abordagem barthiana mantém uma continuidade estreita com o esquema darwi-

⁴¹ Introduction, *ibid.*, p. 3.

niano no qual o autor, é bom lembrar, foi formado no início dos seus estudos.⁴²

A segunda questão que o trabalho de M. Gribaudi permite colocar é a da generalização e da validação, por meio de procedimentos quantitativos, dos mecanismos generativos identificados pelo pesquisador. O autor segue um método "experimental". As hipóteses que extrai (a que concerne, por exemplo, à influência da posição social dos tios sobre a mobilidade social dos sobrinhos) são resultantes, "qualitativamente", da observação intensiva de um número reduzido de casos. Para validá-las, ele submete cada uma delas a um teste estatístico, construindo em cada caso os indicadores apropriados.

Chegamos aqui a uma última grande semelhança entre os trabalhos de Barth e os da *microstoria*. Uma vez construídos os modelos generativos, o autor norueguês considera que o pesquisador deve se assegurar da sua validade.

É na maneira de vincular a teoria à realidade que ela procura descrever que podemos esperar criar essa possibilidade de falsificação e de correção das hipóteses sobre essa realidade. Talvez seja nos meus ideais — e, espero, na minha prática — relativos a essa questão que eu me sinto mais diferente de muitos dos meus colegas: pretendo trabalhar numa disciplina na qual a teoria e os dados empíricos sejam confrontados em múltiplos níveis.⁴³

A posição de Barth pode ser qualificada de popperiana: o autor fala verdadeiramente, e em várias oportunidades,⁴⁴ da necessidade de poder submeter os modelos propostos (pois trata-se apenas, em todos os casos, de modelos)⁴⁵ a tentativas de falsificação. A micro-história não concorda necessa-

⁴² Sobre o caráter "microscópico" do modelo de Darwin, podemos, em meio a uma literatura abundante, nos referir à obra de E. Mayr, *One long argument. Charles Darwin and the genesis of modern evolutionary thought* (Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1991), e principalmente aos seus capítulos 4 e 6. Notemos que Fredrik Barth, que, como vimos, declara ele próprio ter uma formação em "biologia evolucionista" fez seus estudos na segunda metade dos anos 40, num período em que a "síntese evolucionista" recente tinha dado um novo vigor ao pensamento darwiniano (ver sobre esse ponto A. La Vergara, *Images of Darwin: a historiographic overview*, in D. Kohn (ed.), *The Darwinian heritage* (Princeton, NJ, Princeton University Press, 1985), p. 901-2).

⁴³ Introduction, in *Process and form in social life*, p. 8.

⁴⁴ Cf., por exemplo, *Anthropological models and social reality*, *ibid.*, p. 24, 26, 29; *Models of social organization I*, p. 33 etc.

⁴⁵ "Os modelos, no sentido amplo, são representações de um entrelaçado de fatores que se supõe capazes de determinar ou de 'explicar' os fenômenos observados" (*Anthropological models and social reality*, *ibid.*, p. 15).

riamente com ele nesse ponto, e fala menos em falsificação do que em validação. Ainda assim, a importância considerável que ela atribui a esta última a leva a tratar a história como uma verdadeira ciência experimental,⁴⁶ alinhada à explicação.

Para entendermos mais precisamente o caráter dessa validação quantitativa, podemos comparar a maneira pela qual a estatística é utilizada respectivamente pelas abordagens "generativas" e pelas abordagens macroestruturais. O modo pelo qual estas últimas pensam o objeto é homogêneo ao funcionamento da estatística clássica. Ambas constroem categorias distintas,⁴⁷ entre as quais é possível identificar correspondências diretas. As unidades de observação são tratadas como átomos, separadas umas das outras e agrupadas em categorias monotéticas definidas *ex ante*: assim também, o pertencimento a uma ou outra categoria pode ser definido *a priori* e sem ambigüidade, em função da posse ou não dessa ou daquela característica intrínseca. Ora, num caso como no outro, considera-se que o comportamento pode ser diretamente deduzido do pertencimento a uma categoria: a estatística, assim como as abordagens macroestruturais, despreza relativamente os casos minoritários, a primeira fazendo-os "representar" pelos casos típicos, majoritários; as segundas enfatizando a coerência dos sistemas sociais. É assim que as abordagens macroestruturais podem simultaneamente conferir à estatística clássica uma função de descrição, de explicação e de validação.

A estatística clássica não pode desempenhar esse papel nas abordagens "processuais". Estas últimas partem do princípio de que a observação das formas sociais não pode, por si só, indicar o que quer que seja sobre os mecanismos que as geram.⁴⁸ Além do mais, e conseqüentemente, em vez de reservar seu interesse aos agregados mais maciços, essas abordagens procuram levar em conta todos os casos, mesmo raros, mesmo únicos. E consideram que a observação dos casos modais não pode bastar, em si mesma, para desvendar um conjunto de normas que regem um sistema. Elas não podem portanto continuar a conferir à estatística uma função de *explicação*. Em compensação, sob a condição de construir indicadores adaptados aos fatos recolhidos pela observação microscópica, a estatística pode manter sua função de *validação* das abordagens processuais. Essa dimensão é essencial na medida em que permite passar de uma observação "qualitativa" de um número

⁴⁶ É essa concepção que fundamenta uma das principais críticas dirigidas por G. Levi a Clifford Geertz. Cf. por exemplo G. Levi, *On microhistory*, p. 98-9.

⁴⁷ Ver a esse respeito a contribuição de M. Gribaudi *supra*, p. 121-50.

⁴⁸ "As estatísticas sobre o comportamento das populações não fornecem facilmente elementos para a explicação" (*Anthropological models and social reality*, in *Process and form in social life*, p. 16).

reduzido de casos para a possibilidade de uma generalização — a qual constitui verdadeiramente o objetivo final da análise.

Uma volta à obra de Barth é portanto valiosa para decifrar as características e os objetivos da *microstoria*. Ela permite esclarecer as divergências de fundo existentes entre o que chamamos de “abordagem multiscópica” e a dos micro-historiadores italianos. A adoção sistemática de uma escala de análise mais fina não corresponde para eles a uma experimentação particular entre outras possíveis, assim como não traduz uma simples vontade de produzir um efeito de *estrangement*. Em seu espírito, ela decorre ao contrário, necessariamente, do desejo de dar conta, o mais exaustivamente possível, dos mecanismos de produção do real.

A *microstoria* se baseia assim, verdadeiramente, num projeto positivista, na crença na possibilidade efetiva de reconstituir as cadeias causais, que estão no centro das suas preocupações. Mais exatamente, deveríamos falar, nesse caso, em “neopositivismo”, pelo deslocamento que ela impõe aos objetivos do historiador. Não é mais “o que realmente aconteceu” que este último deve pretender reconstituir, e sim “tudo o que produziu o que aconteceu ou poderia ter acontecido”.

Simona Cerutti

Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII

1. Em 1963, ao escrever a introdução de *The making of the English working class*, Edward P. Thompson achou que devia justificar um título *clumsy*, ou seja, desajeitado. O gerúndio *making* não era elegante, mas lhe parecia traduzir corretamente a significação de seu trabalho. Seu objetivo era reconstruir

um processo ativo, que se deve tanto à ação humana [*agency*] quanto aos condicionamentos [*conditioning*] [...] Por classe, entendo um fenômeno *histórico*, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Insisto no caráter histórico do fenômeno. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas.¹

Estudar um processo, mais que um objeto — “a classe é uma relação, e não uma coisa”² —: era isso o que exigia ser justificado. Nada era menos óbvio, com efeito, na prática historiográfica, cujas especializações muitas vezes se baseiam, ao contrário, na individualização de objetos com contornos bem definidos, que remetem a campos distintos da vida social (o econômico, o cultural, o político etc.). A análise processual implicava uma mudança de perspectiva decisiva, de que o autor estava bastante consciente e da qual, hoje, lhe somos devedores.

¹ E. P. Thompson, *La formation de la classe ouvrière anglaise* (Paris, Gallimard-Seuil, 1988), p. 13 (1 ed.: Nova York, 1963). [N. do T.: trad. bras.: *A formação da classe operária inglesa*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.]

² *Ibid.*, p. 14.

Passadas quase duas décadas, defrontei-me com um problema semelhante. Estudava um processo — a formação de grupos profissionais —, e essa opção ditou, por sua vez, toda uma série de escolhas referentes à maneira de abordar as fontes e de interrogá-las. Gostaria aqui de evocar essas escolhas.³ Minha dívida em relação à reflexão de E. P. Thompson ficará evidente; mas evidente ficará também aquilo que separa as duas pesquisas, pois os dois processos de análise foram diferentes. A abordagem de Thompson era macro-histórica. Já eu quis levar até o fim o que me parecia serem as implicações da análise “processual” e me parece constituírem as principais contribuições da microanálise. Tentei acompanhar os protagonistas daquele processo em seus percursos individuais a fim de reconstituir a variedade de sua experiência nos diferentes campos da vida social. Quis, em suma, definir seus interesses a partir das possibilidades e das imposições que se podiam apresentar a eles ou influir sobre eles, mais do que a partir da posição que ocupavam formalmente na hierarquia social. A análise processual entrelaçou-se assim com uma análise dos itinerários individuais dos protagonistas daquela história. Resultou daí uma relação bastante diferente entre os comportamentos individuais e o que Thompson chama de *conditioning*, e a interpretação geral do processo foi ela própria modificada por isso.

2. No centro do meu trabalho está o processo social pelo qual, numa cidade do Antigo Regime, o fato de praticar um ofício tornou-se um critério da estratificação social; um instrumento por meio do qual foi possível designar os indivíduos; e, do ponto de vista destes últimos, uma linguagem que lhes permitia situarem-se na hierarquia social da cidade. Em Turim, capital dos Estados de Savóia, a centralidade do ofício pareceu-me de imediato ser um fenômeno que estava longe de ser natural ou atemporal: ao contrário, eu estava lidando com um processo datável, que devia portanto ser reconstituído. Uma série maciça de evidências caminhava nessa direção. A primeira, à qual pretendi conferir toda a sua importância, era a das representações que os habitantes da cidade escolheram — ou aceitaram — dar de si mesmos ao longo de um período relativamente extenso.

No decorrer dos séculos XVI e XVII, por ocasião dos rituais e das cerimônias, nos momentos em que a cidade é chamada a se mostrar e a dar uma imagem de si mesma, ela não adota a linguagem dos ofícios e das profissões. Turim exibe uma estratificação social simplificada, na qual apenas alguns grandes grupos se destacam. O exército, a magistratura, a alta nobreza encarnam a elite urbana, enquanto a população da cidade — o povo — pare-

³ Estas páginas referem-se a meu trabalho *La ville et les métiers. Naissance d'un langage corporatif (Turin, 17^e-18^e siècles)* (Paris, EHESS, 1990). Retomo aqui várias considerações abordadas na introdução.

ce ser representada apenas por um único corpo: a municipalidade. Não há lugar, nessas imagens da cidade, para as profissões e os ofícios. As corporações, em particular, estão ausentes delas; ao lado da municipalidade, apenas as mulheres e os jovens têm um lugar ativo nas cerimônias urbanas.

Essa representação unitária da população resistiu durante muito tempo: não foi posta em questão pelas mudanças por que a cidade passou ao longo de todo o século XVII, desde o aumento da população até o desenvolvimento das manufaturas e das indústrias. É somente mais tarde, e de maneira bastante brutal, que ela sofre alterações importantes. No começo do século XVIII, e sobretudo nos anos 1730, tudo parece transformado. Os rituais e as cerimônias abrem-se então a vários ofícios, as corporações desempenham nessas ocasiões um papel de primeira importância, os bairros da cidade ostentam as insígnias das corporações e dos mestres, mas também das associações de *compagnons* e de aprendizes. A presença da linguagem do trabalho faz-se constante, e as designações dos contemporâneos são enriquecidas com qualificações profissionais. Paralelamente, o papel da municipalidade esmaece; ela não passa de uma entre muitas outras instituições urbanas. A imagem unitária da cidade é substituída, portanto, por uma representação fragmentada de seu tecido social.

A evolução dos rituais urbanos mantém estreita relação com a do destino das corporações. Após sua reintrodução no Piemonte no fim do século XVI,⁴ estas últimas se desenvolveram lentamente e com dificuldade; não parecem funcionar realmente nem poder desenvolver-se ao longo do século seguinte. Mas bruscamente, nas primeiras décadas do século XVIII, passam a gozar de um sucesso desconhecido: multiplicam-se e começam verdadeiramente a desempenhar um papel. Insensíveis às pressões do governo central e também às pressões mercantilistas dos anos 1670, seu dinamismo obedece portanto a ritmos que não estão ligados ao desenvolvimento econômico e produtivo da cidade.

Diante de uma tal cronologia, era preciso renunciar a encontrar uma coincidência total e imediata entre a esfera técnica e produtiva e a dos comportamentos e das relações sociais. Era necessário, em suma, renunciar a uma concepção “naturalista” das relações entre esses dois planos e me interrogar, ao contrário, sobre as escolhas que tinham determinado essa representação da cidade, sobre as resistências à linguagem do trabalho e de suas organizações, e a seguir sobre seu sucesso inesperado. Não se trata eviden-

⁴ A cronologia das corporações de Turim e do Piemonte na época moderna segue de perto aquela proposta pelo Estado francês: as provisões de 1582 referiam-se aliás às de Henrique IV, que as antecederam de alguns meses.

temente de negar a relação entre divisões técnicas e divisões sociais,⁵ mas de reconhecer que entre elas as relações são menos diretas do que nos faz crer nossa *obsolete market mentality*.⁶ Em Turim, as divisões técnicas, ao que tudo indica, durante muito tempo não tiveram senão um papel limitado na designação da identidade e do estatuto dos habitantes. Foi apenas num momento preciso da história da cidade que elas se impuseram como um "idioma da estratificação", ou seja, como uma "construção social que encarna a realidade da diferenciação material e a transforma em guia para a ação social".⁷

A compreensão desse processo ocupa um lugar central em meu trabalho: o que, durante tanto tempo, impediu o ofício de desempenhar o papel de um critério de estratificação? O que, em seguida, o transformou num dos princípios constitutivos dessa estratificação?

3. Fazer essas perguntas significava pôr em questão uma atitude difusa e quase irrefletida que caracteriza um bom número de estudos de história urbana. A utilização das classificações profissionais como elementos descritivos precede aí a análise detalhada dos diferentes aspectos da vida da cidade que o pesquisador se propõe examinar. Essa descrição prévia foi muitas vezes considerada ao mesmo tempo eficaz e necessária, já que permitiria registrar, sinteticamente, as características fundamentais do espaço urbano. A distribuição dos habitantes pelos diferentes setores da produção restituiria uma imagem das vocações econômicas da cidade (a indústria, as manufaturas, os serviços) e remeteria ao mesmo tempo à estratificação social, pois, implicitamente, a classificação profissional desenharia a escala das hierarquias sociais.

Esse procedimento, aparentemente neutro, foi objeto ao longo dos últimos anos de críticas explícitas. Foi também questionado por outras análises das classificações sociais que enriqueceram nossa imagem da vida urbana no Antigo Regime. Talvez não seja inútil reexaminar rapidamente esses itinerários.

As etapas do debate que se travou em torno dos critérios de classificação são bastante conhecidas. A princípio baseados apenas nos aspectos

⁵ Cf., a esse respeito, as reflexões de L. Boltanski em seu livro *Les cadres. La formation d'un groupe social* (Paris, Minuit, 1982), especialmente p. 50 e 55.

⁶ K. Polanyi, *Our obsolete market mentality*, *Commentary*, III, 1947, reeditado em *Primitive, archaic and modern economies: essays of Karl Polanyi*, ed. por G. Dalton (Garden City, Anchor Books, 1968).

⁷ Essa formulação, que considero bastante eficaz, é de J. Davis, *People of the Mediterranean. An essay in comparative social anthropology* (London-Henley-Boston, Routledge & Kegan Paul, 1977), p. 22.

profissionais, esses critérios pouco a pouco foram enriquecidos com variáveis sócio-econômicas; a tomada em consideração dos setores de atividade, dos níveis de riqueza ou de renda, das relações de dependência e da utilidade dos ofícios contribuiu para produzir escalas cada vez mais finas.⁸ As classificações profissionais revelaram contudo fraquezas dificilmente superáveis, em especial num terreno em que realmente poderiam fazer avançar a pesquisa — o da comparação. As críticas mais específicas que lhes foram dirigidas referiam-se à incapacidade das categorias sócio-profissionais de abranger realidades locais que se mostravam irreduzíveis em sua singularidade. A imposição de um mesmo código sócio-profissional a contextos diversos muitas vezes mostrou ser uma operação forçada e de fraco rendimento. As figuras profissionais registradas sob as mesmas categorias correspondiam a Paris, a Grenoble, a Lyon, a indivíduos cujos estatutos sociais podiam ser muito diferentes, como o eram as funções e as relações com a produção. Assim, os mestres parisienses, artesãos qualificados, quase nada tinham em comum com os mestres lionenses, que por sua vez se dedicavam ao comércio; ainda em Lyon, muitas categorias intermediárias entre os mestres e os jornaleiros desapareciam quando uma classificação por setores de atividade era adotada.⁹ Os mesmos problemas surgiam quando a preocupação comparativa era colocada no centro da pesquisa, ou seja, quando a adoção das classificações nascia diretamente da vontade de confrontar diferentes realidades urbanas.¹⁰ Assim, importantes trabalhos de história quantitativa, numerosas e ricas monografias regionais ou urbanas revelaram-se incapazes de escapar de sua particularidade e não puderam cumprir suas promessas.

Poder-se-ia legitimamente perguntar se essa inadequação das categorias profissionais para dar conta de realidades plurais deve ser vista como uma espécie de revanche do local sobre o global ou, melhor ainda, se ela exprime uma resistência da análise histórica à formalização de seus objetos de

⁸ Uma rica reflexão sobre esse problema das classificações sócio-profissionais, e ao mesmo tempo uma passada em revista dos trabalhos clássicos — desde E. Esmonin até A. Daumard e J. Dupâquier — encontra-se em M. Gardien, *Ouvriers et artisans au XVIII^e siècle. L'exemple lyonnais et les problèmes de classification*, *Revue d'Histoire Économique et Sociale* (1):28-54, 1970.

⁹ *Ibid.*, p. 37-8.

¹⁰ Cf., por exemplo, A. Daumard (ed.), *Les fortunes françaises au XIX^e siècle. Enquête sur la répartition et la composition des capitaux privés à Paris, Lyon, Lille, Bordeaux et Toulouse d'après l'enregistrement des déclarations de succession* (Paris-La Haye, Mouton, 1973). Sobre esse livro, cf. a resenha crítica de E. Grendi, II "daumardismo", *una via senza uscita*, *Quaderni Storici* (29-30):729-37, 1975.

pesquisa.¹¹ Creio que na verdade a questão não está aí, tanto mais que as críticas mais ponderadas dos códigos sócio-profissionais (como por exemplo as que acabamos de lembrar, de M. Garden) foram formuladas no momento em que o entusiasmo quantitativo estava no auge e a concordância era quase unânime quanto ao fato de que não existia história social a não ser quantitativa.

Olhando mais de perto, não era a formalização enquanto tal que estava em questão, mas antes uma formalização completamente estranha à experiência dos atores sociais. As primeiras intervenções no debate sobre o estatuto social atribuído às diferentes profissões e aos diferentes grupos sociais — debate que não cessou nos últimos 20 anos — já consideravam a necessidade de individualizar critérios de descrição da realidade próximos da experiência dos contemporâneos. Interrogar-se sobre as funções e o estatuto social dos mestres, ou sobre a utilidade social de cada ofício, ou ainda sobre a estima social de que gozavam, era já se interrogar, de maneiras diversas e nem sempre explícitas, sobre a imagem que os atores históricos podiam ter de seu próprio universo social. A possibilidade de reconstruir a estratificação social levando em consideração a linguagem dos contemporâneos começava portanto a emergir.

Ao longo dos anos 70-80, algumas etapas decisivas enriqueceram essa reflexão e várias das pesquisas que a alimentaram foram essenciais para o meu próprio trabalho. Cabe aqui conferir um lugar à parte à monografia de Jean-Claude Perrot sobre Caen no século XVIII.¹² Pela primeira vez o objetivo explícito era restituir a interpretação dos contemporâneos sobre a estratificação e a classificação social de sua própria cidade. A taxinomia dos ofícios era construída a partir do vocabulário utilizado pelos próprios habitantes de Caen nos séculos XVII e XVIII. A aproximação das linguagens e dos atributos vinculados aos ofícios, em momentos e em épocas diferentes, lançava luz sobre deslocamentos de sentido e deslocamentos no interior da hierarquia social. Por sua vez, estes últimos suscitavam novas interrogações sobre as transformações do tecido social, assim como sobre as mudanças na percepção que delas tinham tido os atores.

Por essa mesma época, ainda que num outro campo e sem recorrer ao quantitativo, Natalie Zemon Davis desenvolvia reflexões importantes sobre a

¹¹ Essas questões se encontram nos trabalhos de M. Garden, *Ouvriers et artisans*; de J. Dupâquier, *Problèmes de la codification socioprofessionnelle*, in *L'Histoire sociale: sources et méthodes. Colloque de l'ENS de Saint-Cloud (15-16 mai 1965)* (Paris, PUF, 1967), p. 157-67; de R. Mousnier, *Recherches sur les structures sociales parisiennes en 1634, 1635, 1636*, *Revue Historique*, 249:35-58, 1973.

¹² J.-C. Perrot, *Genèse d'une ville moderne. Caen au XVIII^e siècle* (Paris-La Haye, Mouton, 1975), 2v.

estratificação social de uma cidade do Antigo Regime.¹³ Nesse caso, uma leitura aprofundada das fontes tinha como efeito multiplicar os atores sociais. A idade, o sexo não eram mais simples variáveis no interior de uma escala moldada pelas atividades produtivas; na cidade de Lyon no século XVI, essas categorias identificavam grupos sociais aos quais era reconhecido um lugar específico no interior da estratificação urbana. Alguns anos depois, o historiador italiano Edoardo Grendi voltava a esses temas.¹⁴ Os objetos de sua pesquisa eram mulheres e jovens, ou seja, categorias sociais que estavam muito presentes nos estatutos da baixa Idade Média. Estes últimos não tratavam apenas de funções ou de ordens. Juridicamente, as distinções de sexo e de idade eram aí fundamentais: os arquivos judiciais falavam tanto das mulheres e dos jovens quanto da nobreza e da ralé. Os estatutos civis ou criminais eram lidos, assim, como "uma cartografia cultural das relações sociais, um documento particularmente revelador da imbricação entre valor social e realidade dos fatos".¹⁵

A representação e a análise das estratificações sociais urbanas por intermédio da linguagem dos próprios atores sociais — mais que pela adoção de grades de leitura exógenas — encontravam-se portanto, sob modalidades diversas, no centro de todos esses trabalhos. Não se tratava de substituir simplesmente uma classificação do historiador pela classificação dos contemporâneos, mas antes de repensar globalmente os critérios de construção desses dois modos de abordagens. No caso de Caen, a análise do vocabulário, longe de se bastar a si mesma, abria caminho para uma pesquisa sobre os sistemas de sentido inerentes à classificação. ("O estudo das palavras só tem importância na medida em que estas interrogam elas mesmas as realidades.")¹⁶ Assim, o cruzamento de vários níveis de análise fazia emergir a diferença entre "o vocabulário e a divisão técnica"; entre o trabalho das classificações e os objetos classificados. Perrot mostrava, acima de tudo, como "os segmentos de atividade produtiva aproximados no espírito dos contemporâneos são continuamente imantados pela hierarquia social dos agentes".¹⁷ Por outro lado, as categorias de sexo e idade, expostas por Natalie Z. Davis e Edoardo Grendi, não se sobrepunham

¹³ N. Zemon Davis, *Les cultures du peuple. Rituels, savoirs et résistances au XVI^e siècle* (Paris, Aubier-Montaigne, 1979; 1 ed.: Stanford, 1975).

¹⁴ E. Grendi, *Ideologia della carità e società indisciplinata: la costruzione del sistema assistenziale genovese (1470-1670)*, in G. Politi, M. Rosa, F. Della Peruta (eds.), *Timore e carità. I poveri nell'Italia moderna. Atti del convegno Pauperismo a assistenza negli antichi stati italiani* (Cremona, 28-30 marzo 1980) (Cremona, Biblioteca Statale e Libreria Civica, 1982), p. 59-75.

¹⁵ *Ibid.*, p. 63.

¹⁶ J.-C. Perrot, *Genèse d'une ville moderne*, v. 1, p. 246.

¹⁷ *Ibid.*, p. 248.

simplesmente às ordens e aos ofícios, mas os recortavam, desenhando configurações específicas de relações, criando grupos que escapavam das malhas das classificações habituais — as dos contemporâneos tanto quanto as dos historiadores.

Partir do vocabulário dos atores sociais implicava portanto que fossem reformulados os fundamentos do trabalho de classificação, e repensados os critérios de análise do historiador, como as categorias que haviam orientado os habitantes da cidade em sua apresentação das hierarquias profissionais e dos estatutos sociais. A distribuição dos indivíduos entre os setores de produção aparecia por conseguinte como *uma* das representações possíveis da cidade e não mais como a representação necessária. Da classificação, a atenção se deslocava para as relações que a haviam produzido; esse novo olhar fazia reaparecer toda a variedade dos sistemas de representação simultaneamente expressos pelos contemporâneos. A apropriação da linguagem dos protagonistas marcava o começo da pesquisa, e não, seguramente, sua conclusão.¹⁸

Sob esse ângulo, os trabalhos mencionados se distinguem de uma linha de pesquisa mais recente que, no entanto, faz da preocupação em levar em conta as categorias dos atores sociais sua palavra de ordem. Penso especialmente nos trabalhos de historiadores — numerosos, nos últimos anos — que se referem à antropologia cultural americana e mais especificamente aos trabalhos de Clifford Geertz. Um dos postulados da antropologia interpretativa é, como se sabe, a alteridade radical do objeto de estudo; alteridade que pode ser “capturada” pelo historiador por meio da decifração dos sistemas de significação enraizados nos comportamentos, nos textos, em cada forma do “vivido” social.¹⁹ Em muitas dessas obras a atenção está focalizada, evidentemente, nas linguagens e nos modos de designação dos contemporâneos. Entretanto, mesmo que os pontos de convergência teórica entre as pesquisas dos historiadores sociais e esses trabalhos sejam numerosos, é difícil afirmar que eles sejam diretamente aparentados. Na realidade, as metodologias empregadas divergem, o que acarreta importantes diferenças teóricas.

As análises das “representações” tendem a se fechar sobre si mesmas. O postulado segundo o qual cada expressão do social dá acesso, por si só, a um universo cultural cuja coerência é preciso reconstruir traduz-se, na verdade, por uma leitura estreita das fontes. Mais precisamente, essas fontes são analisadas,

¹⁸ Sobre esse ponto, remeto à maneira pela qual são utilizadas as observações dos contemporâneos nos trabalhos de J.-C. Perrot, *Rapports sociaux et villes au XVIII^e siècle*, *Annales ESC*, 23(2):241-67, 1968, e de D. Roche, *Le peuple de Paris. Essai sur la culture populaire au XVIII^e siècle* (Paris, Aubier-Montaigne, 1981), em especial o capítulo 2.

¹⁹ Entre os trabalhos de C. Geertz, essa reflexão é particularmente desenvolvida em *Savoir local, savoir global. Les lieux du savoir* (Paris, PUF, 1986; 1 ed.: New York, 1983).

ainda que de maneira intensiva, sem referência aos processos que as geraram; e isso com base na convicção de que, de toda forma, elas podem remeter diretamente à experiência dos protagonistas. Vejamos um exemplo: a descrição de Montpellier em 1768, restituída por Robert Darnton utilizando o léxico de um burguês da cidade,²⁰ é um texto apresentado como autônomo e isolado. Sem dúvida, o leitor é prevenido da parcialidade do relato: ele não exprime nem a realidade de Montpellier, nem a interpretação de todos os indivíduos ou de todos os grupos sociais; mas, ao mesmo tempo, a descrição não é confrontada com nenhuma outra fonte, com nenhuma outra leitura contemporânea. O autor, portanto, não considerou necessário interrogar-se sobre os modos de produção dessa imagem, sobre as relações com o espaço ou com os indivíduos que a informaram. Em suma, ele não se interrogou sobre a relação entre a realidade e a interpretação, relação na qual o primeiro dos dois termos remete à imbricação das versões conflituais ou consensuais que se defrontaram em Montpellier em 1768. O procedimento não é diferente daquele adotado por muitos historiadores que se inspiraram na antropologia interpretativa.²¹ Há algo de paradoxal no fato de que o conceito de representação, que subtece a construção social e cultural de cada realidade, e que requer por conseguinte análises minuciosas e multidimensionais,²² acaba por legitimar uma atitude de passividade em relação às fontes: de instrumento de desconstrução da realidade, esse conceito muitas vezes se transformou num meio de reificação dos “discursos”. Em todos os trabalhos mencionados, a linguagem é central: mas se, nos estudos de história social que citei, ela é reveladora de relações, de conflitos, de alianças, no texto de Darnton sobre Montpellier as relações, os conflitos e as alianças são simplesmente sugeridos por uma voz em *off*. O que fica para o leitor é, definitivamente, a impressão de um forte consenso.

A adoção da linguagem dos atores sociais não permite portanto, por si só, que nos aproximemos da sociedade observada. As categorias utilizadas pe-

²⁰ R. Darnton, *Culture bourgeoise: la ville comme texte*, in *Le grand massacre des chats. Attitudes et croyances dans l'ancienne France* (Paris, R. Laffont, 1985; 1 ed.: New York, 1984) [N. do T.: trad. bras.: *O grande massacre dos gatos e outros episódios da história cultural francesa*, 2 ed. Rio de Janeiro Graal, 1988].

²¹ Para as reflexões críticas que se desenvolveram a partir do livro de R. Darnton até englobar os trabalhos históricos inspirados pela antropologia interpretativa, cf. G. Levi, *I pericoli del geertzismo*, *Quaderni Storici*, 58:269-77, 1985; R. Chartier, *Text, symbols and frenchness*, *Journal of Modern History*, 57:682-95, 1985. Remeto ainda o leitor à minha resenha das obras de S. L. Kaplan & C. J. Koepp (eds.) (*Work in France*) e de W. H. Sewell Jr. (*Work and revolution in France*): *Ricerche sul lavoro in Francia: rappresentazioni e consenso*, *Quaderni Storici*, 64:255-74, 1987.

²² Para essa acepção do termo “representação”, cf. R. Chartier, *La rappresentazione del sociale* (Torino, Bollati Boringhieri, 1989), Introdução.

los contemporâneos são — assim como as empregadas pelos historiadores — o resultado de uma interpretação do mundo em redor que prevaleceu, num determinado momento, sobre outras leituras, provavelmente diferentes. Renunciar a reconstruir o trabalho que está na origem da classificação social²³ contribui para perpetuar uma imagem rígida da sociedade urbana. Sobretudo, uma tal atitude reproduz aquilo que, a meu ver, constitui o principal limite das classificações sócio-profissionais exógenas: o pressuposto de que os grupos profissionais e os grupos sociais podem ser descritos antes mesmo que seja analisado o tecido das relações que os engendrou. É a definição do contexto urbano que está em jogo — problema que não pode ser simplesmente resolvido pela adoção das classificações dos contemporâneos. É preciso de fato apreender a cidade como uma cena na qual se inscrevem os comportamentos, ou antes como uma parte integrante e indissociável desses comportamentos: como um ator social.²⁴ A alternativa é ao mesmo tempo de ordem metodológica e teórica. Acepções diferentes do contexto urbano produzem orientações dife-

²³ Em relação a esses temas, a reflexão historiográfica revelou-se até o momento reticente em face das sugestões metodológicas oriundas das pesquisas sociológicas. Entre estas últimas, cito especialmente os trabalhos de A. Desrosières (Éléments pour l'histoire des nomenclatures socioprofessionnelles, in *Pour une histoire de la statistique*, Paris, INSEE/Economica, 1987, p. 155-231; Histoire des formes: statistiques et sciences sociales avant 1940, *Revue Française de Sociologie*, 26(2):277-310, 1985; em colaboração com L. Thévenot, *Les catégories socioprofessionnelles*, Paris, La Découverte, 1988); os trabalhos de L. Thévenot e de L. Boltanski sobre a classe média, e mais particularmente o deste último, *Les cadres...* Uma série de reflexões estimulantes para uma crítica das classificações profissionais adotadas pelos historiadores pode ser encontrada em W. H. Sewell Jr., Occupational status in nineteenth-century French urban society, in R. M. Hauser et alii, *Social structure and behavior. Essays in honour of William H. Sewell* (New York, Academic Press, 1982), p. 124-201; A. P. M. Coxon & P. M. Davies, *Images of social stratification. Occupational structures and class* (London-Beverly Hills, Sage, 1986).

²⁴ Uma reflexão aprofundada sobre essa alternativa metodológica pode ser encontrada em B. Lepetit, La storia urbana in Francia. Scenografia di uno spazio di ricerca, *Società e Storia*, 25:639-66, 1984. O autor sublinha o momento da passagem da cidade-contexto à cidade-ator como uma importante virada entre as primeiras monografias urbanas (as de P. Goubert, *Beauvais et le beauvaisis de 1600 à 1730. Contribution à l'histoire sociale de la France du XVII^e siècle* (Paris, Sevpem, 1960), ou de P. Deyon, *Amiens capitale provinciale. Étude sur la société urbaine au XVII^e siècle* (Paris-La Haye, Mouton, 1967, por exemplo) e os trabalhos mais recentes, notadamente os de J.-C. Perrot, *Genèse d'une ville moderne*, e de J.-P. Bardet, *Rouen aux XVII^e et XVIII^e siècles. Les mutations d'un espace social* (Paris, Société d'Édition d'Enseignement Supérieur, 1983). Alguns estudos de história e de antropologia urbanas, embora distintos no tempo e no espaço, enfrentaram recentemente esse problema de maneira lúcida. Cf. em especial C. Phythian-Adams, *Desolation of a city. Coventry and the urban crisis of the late Middle Ages* (Cambridge, Cambridge University Press, 1979); D. Fraser & A. Sutcliffe (eds.), *The pursuit of urban history* (London, E. Arnold, 1983); J. C. Mitchell, *Cities, society and social perception. A Central African perspective* (Oxford, Oxford University Press, 1987).

rentes da pesquisa: uma induzirá um cruzamento contínuo das fontes, a outra sugerirá um desenvolvimento da análise em dois tempos, abrangendo primeiro o contexto, em seguida os comportamentos.

Considerar a cidade como um ator social consiste portanto em se interrogar sobre a construção das categorias dos atores sociais que a habitavam e sobre a construção das categorias atuais. Em lugar de considerar evidente o pertencimento dos indivíduos a grupos sociais (e de analisar as relações entre sujeitos definidos *a priori*), é preciso inverter a perspectiva de análise e se interrogar sobre o modo pelo qual as relações criam solidariedades e alianças, criam, afinal, grupos sociais. Nesse sentido, o importante não é negar a utilidade de todas as categorias sócio-profissionais — exógenas ou contextuais — mas impregná-las das relações sociais que, hoje como então, contribuem para o seu nascimento.

4. Reconstituir grupos sociais a partir das relações que ligam os indivíduos era um caminho que me parecia importante seguir. Formulada nesses termos, não se tratava de uma perspectiva nova. A proposição de reconstituir alianças entre os grupos sociais — e em particular as alianças matrimoniais — já estava no centro das primeiras críticas dirigidas às classificações baseadas nos níveis de riqueza ou de renda. Bastará lembrar os trabalhos de Roland Mousnier, inspirados pela intenção sistemática de definir a estratificação social a partir de mapas desenhados por essas ligações.²⁵

Não creio, contudo, que essa operação seja suficiente. Ao contrário, parece-me necessário refletir sobre a significação que se deseja dar às relações sociais: ou bem julgamos que levá-las em consideração pode apenas permitir assinalar "compatibilidades" entre certos grupos, ou bem fazemos delas instrumentos de análise para nos interrogarmos sobre a experiência dos indivíduos e, portanto, sobre as modalidades de construção da identidade social.²⁶ Neste último caso, a análise das redes de relações pode se tornar um caminho para desenhar — finalmente de maneira contextual — o horizonte social dos atores, para definir seus interesses para além de sua profissão ou de seu estatuto social. Em suma, essa análise pode nos ajudar a evitar aquele deslocamento entre o indivíduo e o grupo que ocorre pelo recurso às categorias sócio-profissionais; é ao mesmo tempo um caminho para colocar em discussão aquilo que permite esse deslocamento: a noção de interesse, inscrita nas classificações baseadas no ofício. De fato, é essa noção que legitima a idéia de uma continuidade

²⁵ Refiro-me em especial a *Recherches sur les structures sociales parisiennes*, p. 37-9.

²⁶ Há observações interessantes em V. W. Turner & E. M. Bruner (eds.), *The anthropology of experience* (Urbana-Chicago, University of Illinois Press, 1986), especialmente na introdução, p. 3-30.

de entre o indivíduo e o grupo e que torna portanto plausível a classificação enquanto instrumento de representação da sociedade.

Num livro célebre, Albert Hirschmann reconstituiu o processo pelo qual, entre os séculos XVII e XVIII, a noção de interesse, que remetia a um vasto leque de significações, foi reduzida apenas à vantagem material e econômica.²⁷ Esse deslocamento semântico permitiu ao dinheiro adquirir uma legitimidade nova: “Logo que a ocupação de ganhar dinheiro passou a usar o rótulo de ‘interesses’ e, assim disfarçada, reentrou na competição com outras paixões, foi inesperadamente aclamada e recebeu mesmo a tarefa de refrear aquelas paixões que por muito tempo haviam sido consideradas bem menos repreensíveis”.²⁸ Mas o entusiasmo suscitado pelo interesse enquanto instrumento de interpretação das ações humanas apoiava-se sobretudo no efeito extraordinariamente reassurador que lhe foi conferido: “Finalmente fora encontrada uma base realista para uma ordem social viável”.²⁹ Essa ordem se baseava na previsibilidade dos atores, ancorada por sua vez numa suposta constância de seus comportamentos. Contra a desordem das paixões que torna os indivíduos ingovernáveis — “Se um povo se tornasse completamente desinteressado, não haveria possibilidade de governá-lo”, escrevia James Steuart³⁰ — a idéia de que eram os interesses que dirigiam as ações estava fadada a se tornar um paradigma de sucesso. Os homens pareciam finalmente coerentes e metódicos na busca de seus próprios interesses. Nada mais eficaz, pois “a incerteza, de um modo geral, e a inconstância do homem, em particular, tornaram-se portanto o arquiinimigo que era necessário exorcizar”.³¹

As idéias de constância e de previsibilidade dos comportamentos estiveram portanto na base do êxito que obteve a noção de interesse entre os séculos XVII e XVIII. Esses mesmos conceitos explicam, a meu ver, o sucesso das classificações sócio-profissionais junto aos historiadores, ao menos no caso em que elas se tornam objeto de uma utilização ampla e pouco refletida. A classificação profissional é — parece-me — um bom exemplo de reificação do interesse e portanto desse deslocamento dos indivíduos para os grupos sociais que acabo de mencionar. O grupo é um objeto de análise bem mais manejável que o indivíduo; não é de espantar, nesse sentido, que muitas operações analíticas desem-

²⁷ A. O. Hirschmann, *Les passions et les intérêts. Justifications politiques du capitalisme avant son apogée* (Paris, PUF, 1980; 1 ed.: Princeton, 1977) [N. do T.: trad. bras.: *As paixões e os interesses. Argumentos políticos do capitalismo antes do seu triunfo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979].

²⁸ *Ibid.*, p. 42.

²⁹ *Ibid.*, p. 48.

³⁰ Citado *ibid.*, p. 49.

³¹ *Ibid.*, p. 53.

boquem na produção de grupos para uso dos historiadores ou dos sociólogos. (A própria noção de média, segundo A. Desrosières, cumpre exatamente essa tarefa: como exprime um valor que não é próprio de nenhum elemento particular, ela nos confirma na idéia da existência do grupo enquanto realidade supra-individual.)³² Sob um mesmo rótulo profissional são assim reunidos vários indivíduos. O compartilhamento de um ofício ou de um estatuto social constitui um denominador comum, pois remete a uma experiência social que se pressupõe comum; e, por conseguinte, aos interesses desenvolvidos pelos protagonistas. O lugar ocupado na hierarquia social — da qual a organização profissional é uma expressão — é portanto considerado determinante da experiência individual tanto quanto da reflexão sobre essa experiência. A força desse postulado reside no fato de que ele apresenta sólidas unidades de análise prontas para serem usadas. Se, nesse momento, a palavra “interesse” desaparece dos textos — e de fato sua utilização se torna cada vez mais rara —, é precisamente porque ela se tornou implícita na classificação: advogado, funcionário, comerciante são categorias que por si só remetem às experiências que podem ter aproximado indivíduos, e portanto a seus próprios interesses. É evidente que uma tal assimilação entre experiência profissional, experiência vivida, interesses é a expressão de uma interpretação bastante precisa da vida social e da relação entre normas e comportamentos. Ela postula a existência de estruturas normativas — os grupos profissionais ou os estatutos sociais — nos quais os indivíduos se inscrevem e pelos quais são em seguida determinados. A experiência individual, em suma, torna-se a tradução subjetiva da condição objetivamente vivida e compartilhada pelos membros do mesmo grupo.

5. Essa é a imagem elaborada, poder-se-ia dizer, por aqueles estudos que tendem a assumir como dada a existência objetiva dos grupos sociais. É mesmo uma abordagem “processual” como a proposta por E. P. Thompson ainda está fortemente impregnada por ela.

William Sewell, num artigo extremamente rico, mostrou até que ponto, em *A formação da classe trabalhadora inglesa*, o desenvolvimento da pesquisa desmente alguns dos pressupostos fundamentais da introdução. Ao longo do texto, a classe reaparece como uma “coisa”:

“A classe está de fato presente na estrutura econômica independentemente da consciência ou da ausência de consciência de classe dos trabalhadores. Se a experiência dos trabalhadores engendra uma consciência

³² *Masses, individus, moyennes: la statistique sociale au XIX^e siècle*, *Hermès*, 2:41-65, 1988, citado por L. Boltanski, *L'amour et la justice comme compétences. Trois essais de sociologie de l'action* (Paris, A.-M. Métailié, 1990), p. 41, n. 4.

de classe, antes que qualquer outro tipo de consciência, é porque sua experiência é uma experiência de classe".³³

Sem dúvida Thompson dedica à *agency* — aos comportamentos dos atores — uma parte importante de sua análise; o ator social que ele desenha é portanto um sujeito ativo, que pode interpretar o mundo que o cerca e é capaz de articular uma consciência de grupo. Mas é a concepção daquilo que faz a experiência que parece redutora. Como sublinha ainda uma vez Sewell, nenhum elemento de ordem extra-econômica é introduzido para dar conta do nascimento de uma consciência de classe. A experiência vivida pelos indivíduos é única, e é ditada pelas relações de produção que eles inevitavelmente conheceram. A classe existe portanto em si mesma; ela está presente na estrutura econômica e está latente nos indivíduos, pois estes últimos conhecem apenas uma única forma de relação. O determinismo econômico contra o qual Thompson lutou resulta apenas um pouco menos rígido; ele certamente não foi ultrapassado na sua análise. A posição na hierarquia social e econômica, a experiência, os interesses, ainda uma vez, estão estreitamente associados uns aos outros. A estrutura se situa num plano distinto em relação aos comportamentos individuais; ela é ao mesmo tempo externa e preexistente, e a racionalidade dos atores não consiste em interagir com ela, mas apenas em reagir contra ela, transformando-se em consciência de classe.

Este não é um quadro conceitual específico do grande livro de Thompson. Encontramo-lo também em trabalhos mais tardios dedicados à sociedade do Antigo Regime, em que o problema central era o de estudar os mecanismos que regulavam uma sociedade dominada por relações paternalistas. Penso especialmente num dos artigos mais conhecidos do historiador inglês, "The moral economy of the English crowd in the 18th century".³⁴ É apoiado

³³ W. H. Sewell Jr., How classes are made: critical reflections on E. P. Thompson's theory of working class formation, in H. J. Kaye & K. McClelland (eds.), *E. P. Thompson. Critical perspective* (Philadelphia, Temple University Press, 1990), p. 56.

³⁴ Trad. fr.: L'économie morale de la fonte dans l'Angleterre du XVIII^e siècle, in F. Gauthier & R.-R. Ikni (eds.), *La guerre du blé au XVIII^e siècle. La critique populaire contre le libéralisme économique au XVIII^e siècle* (Montreuil, Passion, 1988), p. 31-92. Esse ensaio suscitou, no decorrer dos anos, um animado debate. Entre os comentários mais interessantes, cf. E. Fox Genovese, The many faces of moral economy. A contribution to a debate, *Past and Present*, 58:161-8, 1973; J. Stevenson, The "moral economy" and the English crowd: myth and reality, in A. Fletcher & J. Stevenson (eds.), *Order and disorder in early modern England* (Cambridge, Cambridge University Press, 1985). Pouco antes de sua morte prematura, Thompson considerou necessário voltar ao assunto em *The moral economy reviewed*, in *Customs in common* (New York, New York Press, 1991). Ele não aborda, contudo, o problema da experiência, de que tratamos nestas páginas.

na idéia de uma experiência única compartilhada que Thompson pode postular aí a existência de uma cultura moral específica e própria das classes populares. O povo reage aos preços determinados pelos grandes comerciantes, opondo-lhes uma cultura moral do "preço justo" cuja existência atesta uma experiência difusa da subordinação. Mais uma vez, estrutura e comportamentos situam-se em planos diferentes. A primeira, sendo preexistente, está apta a determinar os últimos. Para além das proposições teóricas que Thompson exprimiu na introdução de *A formação da classe operária inglesa* (mas não somente aí), o modelo estrutura/super-estrutura permanece rigidamente determinado. E isso porque a análise processual não foi seguida até o fim, ou seja, não resultou numa tomada em consideração da noção de experiência. Tal procedimento só teria sido possível à custa de uma análise das inter-relações das quais os indivíduos são os protagonistas. Uma análise, portanto, que se deveria ter voltado para a *articulação da experiência* nos diferentes campos da vida social e para a influência desse embaralhamento de experiências na formação das próprias estruturas.

Um exemplo dos mais expressivos desse procedimento de análise pode ser encontrado num trabalho que trata de um assunto próximo da economia moral de Thompson. Trata-se de um estudo que se propõe explicitamente testar o modelo de relações elaborado por esse autor, embora num contexto diferente. Renata Ago analisou o funcionamento do mercado de grãos em Roma no século XVIII, a partir de uma pergunta específica: a política anonária realizada pela autoridade pontifícia se conformava ao modelo da economia moral das classes populares? E, inversamente, o liberalismo comercial promovido pelo Estado pontifical a partir do século XIX remetia à adoção de um modelo capitalista?³⁵ Para enfrentar especialmente o primeiro desses problemas R. Ago decidiu acompanhar os protagonistas dessas trocas comerciais; reconstituiu a fisionomia social e a atividade dos comerciantes e dos compradores; e, finalmente, relacionou os comportamentos no mercado desses atores sociais com os interesses e as relações sociais tecidas nos campos e nas grandes propriedades. Em suma, reconstituiu a experiência dos protagonistas nos diversos planos da vida social. Os resultados dessa análise são extremamente interessantes. R. Ago percebeu que, na situação analisada, "a maior parte da população podia se encontrar, em momentos diferentes, no papel de vendedor, de autoconsumidor ou de comprador; e era esse papel contingente que, precisamente, sugeria a cada ator uma conduta perante o mercado. Como não havia papéis predeterminados, reconhecidos de

³⁵ R. Ago, Popolo e papi. La crise del sistema annonario, in *Subalterni in tempo di modernizzazione Nove studi sulla società romana nell'Ottocento*, vários autores (Milano, Angeli, 1985), p. 17-47.

uma vez por todas e por todos, não se pode portanto falar de uma adesão a um sistema ideológico preciso; o papel de comprador ou de vendedor induz a reivindicação de um controle sobre a definição do 'preço justo' ou então a reivindicação de um direito ao lucro. A mesma mistura de posições se encontra tanto no fazendeiro do Estado de Castro quanto no pobre camponês de Monteromano".³⁶

No caso romano, a economia moral não é portanto a expressão da experiência vivida por um grupo social, mas antes uma forma de reivindicação legitimada pela posição ocupada, de modo contingente, no mercado. A diferença em relação à interpretação de Thompson é evidentemente muito importante: no exemplo inglês, o discurso moral é revelador da coesão e da consciência de um grupo; no exemplo romano, ele desvenda a existência de práticas realizadas por pessoas variadas ao longo de sua vida, ou até mesmo, no limite, de seu dia. Além disso, o estudo de Renata Ago propõe uma perspectiva profundamente diferente sobre a relação existente entre estrutura e comportamentos. As "leis do mercado" não existem para além da experiência do mercado. Elas são determinadas pelas relações — mutáveis e instáveis — entre compradores e vendedores, ainda que os efeitos de tais relações nem sempre sejam buscados ou previstos.

É legítimo nos perguntarmos se interpretações tão diferentes não assinalam apenas a existência de realidades sociais na verdade irreduzíveis umas às outras. Penso, antes, que os métodos de análise influíram aqui fortemente sobre os resultados. Os procedimentos de análise seguidos por R. Ago são de tipo "processual"; o objeto — o mercado de grãos — é analisado em seus componentes e suas relações recíprocas. A análise segue essencialmente dois caminhos: de um lado, a individualização dos sujeitos que atuam no campo social; de outro, a reconstituição, a mais pontual possível, de sua própria experiência nos diferentes contextos. O resultado é — como acabamos de ver — uma reformulação da relação entre *conditioning* e *agency*. O primeiro desses dois termos não é nem exterior nem preexistente à atividade dos atores; as obrigações — ou, melhor dizendo, as regras do jogo — são definidas pelas próprias relações sociais, mesmo que seus efeitos muitas vezes ultrapassem a vontade ou a consciência de cada indivíduo.

É justamente essa evidência fundamental que constitui a contribuição mais importante das análises processuais; e foi precisamente nesse ponto que o "paradigma interpretativo" se opôs ao "paradigma normativo" no debate sociológico e antropológico a partir dos anos 50. R. Dahrendorf e A. Giddens chegaram a sugerir que a confrontação entre esses dois modelos im-

³⁶ Ibid., p. 30.

pregnou no Ocidente a teoria social como um todo.³⁷ A uma imagem da vida social governada por normas exteriores (e portanto a uma visão do comportamento individual como expressão de uma adesão ou de uma recusa dessas normas), opôs-se uma concepção muito menos linear mas bem mais rica da relação existente entre os indivíduos e o mundo circundante. O indivíduo pode ser visto como um ser racional e social que persegue objetivos; as regras e os limites impostos às suas próprias capacidades de escolha estão essencialmente inscritos nas relações sociais que ele mantém. Eles se situam portanto na rede de obrigações, de expectativas, de reciprocidades que caracteriza a vida social. Numa tal perspectiva, o centro da análise será constituído pelo próprio processo social — e portanto pelas interações individuais nos diferentes contextos sociais — e não apenas pelas instituições. Das estruturas e das instituições, a atenção se desloca para os processos e as interações.³⁸ Dissolve-se assim o que Gregory Bateson considerava o principal equívoco da ciência ocidental, qual seja, sua tendência a individualizar falsas unidades de análise: unidades individuais, em lugar de sistemas de interações que envolvem os indivíduos; ou ainda agregados humanos e não sistemas de relações entre seus componentes e entre estes e o mundo em redor.³⁹

Essa perspectiva relacional permite reformular a relação existente entre as normas e os comportamentos. Em primeiro lugar, ela enriquece nossa concepção das normas, pois estas não são definidas de uma vez por todas a partir da posição formal ocupada pelos indivíduos na escala social, mas são produzidas e negociadas nas relações que eles mantêm. Ela permite, além disso, definir a noção de experiência. O fato de reconstituir as inter-relações implica que não se pode delimitar *a priori* os planos da pesquisa (limitá-los apenas às relações de produção, ou às relações de mercado etc.); o contexto da análise será definido pelos percursos individuais nas diferentes esferas da vida social (o trabalho, o mercado, mas também a família ou a sociabilidade...)

³⁷ R. Dahrendorf, *Classes et conflits de classes dans la société industrielle* (Paris-La Haye, Mouton, 1972; 1 ed.: Stanford, 1959); A. Giddens, *Central problems in social theory: action, structure and contradiction in social analysis* (Berkeley-Los Angeles, University of California Press, 1979).

³⁸ Para uma boa síntese sobre as análises processuais, cf. J. L. Comaroff & S. Roberts, *Rules and processes* (Chicago-London, University of Chicago, 1981), p. 4-21. A aplicação mais convincente desse procedimento, assim como as observações teóricas mais profundas, encontram-se em E. Barth, *Process and form in social life* (London, Routledge & Kegan Paul, 1981), especialmente no capítulo Models of social organization I, p. 32-47.

³⁹ G. Bateson, *Vers une écologie de l'esprit* (Paris, Seuil, 1977-80; 1 ed.: New York, 1972).

Nesse sentido — para voltar às considerações que abriram esta seção —, a intenção de reconstituir os grupos sociais a partir das relações realmente estabelecidas entre os indivíduos não poderia se reduzir à constatação de compatibilidades sociais. A atenção voltada para as relações pressupõe uma ambição muito maior: é preciso reformular as noções de norma e de experiência; e contextualizar, finalmente, a noção de interesse.

6. Por que, durante um longo período, os habitantes de Turim não reconheceram na prática de um ofício um critério da organização social? Por que os interesses ligados ao trabalho só se traduziram bastante tardiamente — num momento preciso, datável — por investimentos em suas instituições?

Para responder a essas perguntas, escolhi acompanhar a história das corporações de ofício de Turim, que foi sucessivamente caracterizada, como dissemos, por um longo silêncio e depois por um súbito sucesso. O problema da agregação social em torno do ofício esteve portanto no centro da minha análise.

No caso de Turim, as corporações aparecem como um objeto fugidio, que só consegue emergir por aproximação ou por oposição às outras formas de organização social e às outras instituições urbanas. O longo silêncio das corporações durante o século XVII suscita indagações sobre suas prerrogativas; sobre suas relações com as outras instituições urbanas; sobre a existência, enfim, de lugares onde os comerciantes e os artesãos pudessem ser representados. Escolher essa abordagem comparativa, que enfatiza o aspecto associativo dos corpos de ofício, já implica que nos afastemos da tradição historiográfica própria das corporações. Enquanto instituições econômicas e produtivas por excelência, em geral esperamos delas que encarnem o caráter “natural” da ligação entre as divisões técnicas e as divisões sociais. Por isso, as corporações estão entre as instituições cujo processo de formação foi, sem dúvida, menos analisado. Sua presença, sua função social pareciam óbvias. Chegou-se mesmo a afirmar recentemente que, na Paris do século XVIII, as classificações corporativas e as classificações sociais se sobrepunham na percepção dos atores sociais; que a ideologia corporativa era a expressão da “totalidade das aspirações sociais dos membros das jurandas”. A ordem corporativa seria, segundo essa interpretação, uma “taxonomia social” e portanto uma tradução subjetiva da estratificação.⁴⁰ Numa tal perspectiva, a análise das motivações que levaram indivíduos a se constituir em corpos não é considerada necessária, e isso embora, ao que tudo indica, o trabalho jura-

⁴⁰ S. L. Kaplan, *Social classification and representation in the corporate world of eighteenth-century France: Turgot's carnival*, in S. Kaplan & C. Koepp (eds.), *Work in France*, p. 244 e 177.

do não tenha de fato passado de um fenômeno limitado, as corporações não tenham afetado senão uma pequena parte da população dos ofícios e, além disso, nem todos os ofícios tenham conhecido uma organização corporativa.

Mas mesmo sem postular uma ligação tão direta entre divisões técnicas e divisões sociais, somos muitas vezes forçados a recusar às corporações análises mais articuladas. Elas permanecem muitas vezes confinadas à esfera das relações econômicas e produtivas. Uma vez isoladas das grandes cronologias sugeridas pela história política e tidas como responsáveis pela fisionomia dos corpos e comunidades — a idade de ouro da Idade Média, a decadência da época moderna —, estes últimos são reintroduzidos, ou até mesmo forçados a entrar num quadro de análise específico, o das relações de produção. Esse procedimento muitas vezes se choca com as características que podem marcar uma corporação. O acesso mais ou menos fácil ao corpo, o monopólio ou, ao contrário, a circulação dos cargos etc. remetem, para além da especificidade do ofício, às possibilidades de movimento e de mobilidade social abertas nas outras instituições urbanas aos mesmos grupos sociais. Às vezes a relação é sugerida e introduzida; mas a análise pára nas fronteiras das corporações, no universo técnico e produtivo ao qual estas se referem, sem explorar mais além as relações com as outras instituições urbanas.⁴¹

As características do caso de Turim me sugeriram uma outra maneira de trabalhar. A evolução irregular dos corpos de ofício — fenômeno de conjunto que diz respeito a todos os corpos e parece ser relativamente indiferente aos ritmos do desenvolvimento produtivo — está na origem de uma série de indagações sobre que escolhas poderiam ser as dos comerciantes e dos artesãos de Turim nos séculos XVII e XVIII. Era necessário reconstruir as possibilidades institucionais e informais de agregação, de gestão econômica, de representação social que a cidade havia oferecido a esses grupos sociais. Nessa perspectiva, as corporações deviam ser reintegradas na geografia dos corpos urbanos, e suas prerrogativas aproximadas das dos outros grupos que se tinham formado na cidade, para além do estatuto funcional que eles se atribuíam. Esse procedimento implicou uma reformulação das perguntas sobre

⁴¹ Esse procedimento, por exemplo, é o adotado pelas pesquisas, aliás muito interessantes, de E. J. Shephard, *Social and geographical mobility of the eighteenth-century guild artisans: an analysis of guild receptions in Dijon, 1700-1790*, *ibid.*, p. 97-130; ou de C. M. Thuant, *Independent and insolent: journeymen and their "rites" in the old regime workplace*, *ibid.*, p. 131-75. O livro de M. Sonenscher, *Work and wages: natural law, politics and the eighteenth-century French trades* (Cambridge, Cambridge University Press, 1989), constitui, que eu saiba, uma das raríssimas exceções a esse procedimento. O fato de contextualizar o idioma corporativo no universo jurídico da França do Antigo Regime aparece como um procedimento profundamente inovador.

as semelhanças e as diferenças entre os objetos de análise e a maneira de compar-los. O resultado é uma reflexão sobre os conteúdos presentes no interior da linguagem do trabalho e, ao mesmo tempo, uma reflexão sobre os contextos de análise que é necessário introduzir para acompanhar a história dessas organizações.

Recorri a uma perspectiva biográfica, especialmente na primeira parte da minha pesquisa. Tentei portanto reconstituir, com o máximo de precisão possível, uma série de percursos individuais na cidade. A linguagem do trabalho estando ausente das representações da cidade, assim como as corporações estavam ausentes da cena urbana durante a maior parte do século XVII, o problema era entender o lugar que o ofício podia ocupar na definição e na identidade dos indivíduos e na construção das alianças e dos grupos. Donde a decisão de observar de perto os comportamentos de uma pequena parte da população urbana, os habitantes de dois bairros de Turim entre o fim do século XVI e as primeiras décadas do XVII. Acompanhei sua chegada à cidade desde seu lugar de origem; prestei atenção à sua escolha de residência e às alianças por casamento ou compadrio; às redes de dívidas e de créditos e aos investimentos econômicos; tentei confrontar seus próprios comportamentos e os de seus filhos. As fontes notariais — muito ricas em Turim e suscetíveis de permitir análises biográficas⁴² —, assim como os registros paroquiais, foram tratadas de maneira intensiva; a pesquisa teve contudo de se restringir a um número limitado de pessoas, cerca de uma centena.

Nessa primeira fase do trabalho, uma imagem particular da estratificação urbana se esboçou. As alianças e a comunicação entre os indivíduos não seguiam lógicas ligadas à homogeneidade profissional, mas antes refletiam uma leitura dos recursos oferecidos pela cidade num momento preciso de sua história. Nessa amostra da população urbana, o ideal perseguido era o de uma diferenciação profissional no interior de cada família; mais ainda, a construção de configurações familiares onde coexistissem orientações profissionais não apenas diferentes, mas antagônicas na escala da cidade. Confrontados com o grave conflito que naqueles anos marcou as relações entre o governo central e as instituições locais, os grupos familiares que examinei esforçavam-se para reunir em seu interior ofícios que eram formalmente protegidos pelos privilégios ducais, emanados da autoridade soberana, e ofícios que gozavam dos privilégios municipais. Aqueles habitantes de Turim ilustravam assim a configuração dos poderes urbanos. Sua busca de mediação entre os dois siste-

⁴² A partir de 1610, o Estado de Savóia impôs o registro centralizado de todo ato notarial (a *Insinuazione*); a existência de uma rubrica alfabética permite acompanhar percursos biográficos.

mas de privilégios provavelmente tinha como objetivo assegurar uma proteção ideal e dar acesso a campos de recursos diversificados. Assim surgiam grupos específicos — invisíveis quando adotamos as categorias profissionais como quadro de análise —, grupos especificamente urbanos, criados por uma leitura comum dos recursos da cidade.

Essa nova variável que emergia da pesquisa — ou seja, a possibilidade e a capacidade de ter acesso aos recursos — pareceu-me muito importante: ela constitui uma chave de leitura da estratificação social que está muito mais próxima da experiência dos contemporâneos do que categorias tais como a riqueza ou a profissão.⁴³ Melhor: comparada a essas categorias, ela está apta a dar, concretamente, uma significação ao que chamamos de "estatuto social", pois abre um espaço aos elementos de poder de que é feita a estratificação social e que são responsáveis por sua variação, mesmo em períodos muito curtos. Ao mesmo tempo, essa variável fazia emergir a relação estreita existente entre o nível dos comportamentos sociais e o das dinâmicas institucionais. Não apenas os primeiros eram uma expressão — indireta — destas últimas, mas estávamos diante de uma verdadeira inter-relação. Para entender as características do conflito que, na primeira metade do século XVII, opôs a municipalidade à corte, era necessário levar em consideração a difusão dos comportamentos observados. A mediação entre os diferentes grupos de privilégios realizada pelas famílias não era apenas o espelho passivo de uma configuração de poder distante e estranha, mas contribuía para determinar suas características. Ela teve de agir ativamente e constituir uma espécie de regulação, de limitação dos conflitos de jurisdições e de competências. De fato, esses conflitos iriam eclodir algumas décadas depois, quando a peste destruiu as configurações familiares híbridas que eu havia encontrado.

Essa estratificação social especificamente urbana explicava a fraqueza das corporações: uma diferenciação profissional tão difusa tinha de fato de tornar improváveis investimentos continuados em instituições consagradas ao ofício. Mas ela desenhava também um novo campo de pertinência na análise, e indicava um novo caminho a seguir: o estudo dos sistemas de privilégios aos quais ela estava ligada, e em particular o estudo da municipalidade que, opondo-se vigorosamente ao desenvolvimento das corporações, arvorava-se em defensora oficial dos interesses e da identidade social dos comerciantes e dos artesãos. Tentei perceber as motivações de uma tal incompatibilidade en-

⁴³ Para uma proposição análoga de leitura das estratificações sociais, cf. S. N. Eisenstadt, *The structuring of social hierarchies in comparative perspective*, in S. N. Eisenstadt, L. Roniger & A. Seligman (eds.), *Centre formation, protest movements and class structure in Europe and the United States* (New York, New York University Press, 1987), p. 121-34.

tre corpos de ofício e governo urbano, assim como as proposições apresentadas por este último no interesse da população de Turim. Por que, em suma, a instituição municipal e os corpos de ofício pareciam ser irredutíveis? Que tipo de classificação urbana se desenhava nos rituais urbanos em que essas duas organizações sociais se sucediam no tempo?

Tentei entender, em primeiro lugar, qual poderia ser a significação da ideologia da “unidade urbana” proposta pela municipalidade, na qual se baseava sua pretensão de representar toda a população da cidade. Analisei os discursos dos membros dessa elite, mas reconstituí também seus percursos biográficos, identificando as alianças e os interesses econômicos para verificar como um certo número de indivíduos, freqüentemente muito diferentes uns dos outros, podiam viver juntos dentro da mesma instituição. A pergunta que me coloquei, na verdade, não se referia apenas *ao que* os membros da municipalidade reivindicavam, mas também a *como* lhes era possível apresentar reivindicações às vezes contraditórias com sua própria experiência. O cruzamento continuado entre biografias e ideologia da instituição foi útil, a meu ver, para esclarecer alguns dos problemas colocados.

O discurso da “unidade urbana” ganhava sentido uma vez considerada a coesão, no interior do Conselho Municipal, entre os conselheiros. Simultaneamente, tornava-se possível medir a gravidade das ameaças inscritas na introdução do sistema corporativo proposto pelo governo central: ou seja, as mudanças que ele teria introduzido no interior de uma elite sem dúvida compósita (reunindo advogados, funcionários e comerciantes), mas estreitamente unida por laços de parentesco e pelo compartilhamento de interesses econômicos. A introdução das corporações de ofício teria suscitado novas hierarquias no corpo dos conselheiros; teria criado novas divisões internas, novos pertencimentos jurídicos e institucionais. Em suma, teria fragmentado um corpo que se pensava — e devia apresentar-se — como um corpo unitário. Essa análise permitiu-me refletir sobre a existência de formas de solidariedade cuja base não é uma homogeneidade, mas uma coesão produzida pelas interações sociais. Em seguida, eu quis percorrer todos os níveis afetados por essa competição em torno da classificação social. Analisei as prerrogativas e os privilégios a que davam acesso os direitos de cidadania dos quais a municipalidade era a depositária; a seguir, as conseqüências de ordem fiscal, econômica, estatutária, que a nova classificação baseada no ofício iria implicar para os comerciantes e os artesãos da cidade.

A partir dessa análise, pude inscrever as vicissitudes das corporações no século XVII num projeto mais amplo, formulado por um governo central relativamente recente. Tratava-se de um projeto de fragmentação do corpo social urbano que visava, por meio da atribuição de privilégios a certos setores da população, a criar laços de fidelidade particulares e, ao mesmo tempo, a enfraquecer a frente das instituições urbanas, subtraindo-lhe poder e auto-

ridade. É assim que o nascimento das corporações parece estar ligado ao surgimento, contemporâneo, de outros grupos sociais aparentemente díspares: os soldados do duque de Savóia e o corpo de fornecedores da corte, que foram dotados de privilégios análogos. A análise do processo de formação desses grupos sugere portanto uma nova definição dos “campos de pertinência” da comparação. Se não nos limitarmos a constatar as diferenças existentes entre o estatuto funcional de cada objeto (que remete a campos e a disciplinas específicas: a história econômica, a história militar etc.), mas ao contrário analisarmos as modalidades de seu nascimento, surgem compatibilidades e parentescos que me parecem ser fortemente explicativos.⁴⁴

As prerrogativas oferecidas à população de Turim por intermédio dos direitos de cidadania, assim como a composição da elite urbana, forneceram a base para interpretar as razões do consenso de que a municipalidade se tinha beneficiado durante grande parte do século XVII, e também para entender o fracasso do projeto ducal de criação das corporações. Mas é a mudança dessas mesmas condições e, em especial, são as importantes modificações ocorridas na composição do governo municipal que podem explicar o súbito sucesso das corporações nas décadas posteriores. À progressiva exclusão da elite comerciante e artesã dos centros de poder urbanos correspondeu, de modo quase simultâneo, um novo investimento desses grupos sociais nas corporações. A análise desse processo de exclusão ocupa uma parte importante do meu trabalho. Por meio do estudo de uma corporação — a dos alfaiates, que foi uma das primeiras a experimentar um verdadeiro renascimento no fim do século XVII — tentei medir sua importância na determinação das características das novas organizações. Comparei os comportamentos sociais do conjunto da população que, no início do século XVIII, se dedicava ao ofício, com a identidade social da elite da corporação. A sobreposição entre ofício e corporação, o caráter “natural” da associação foram, no caso dos alfaiates de Turim, claramente desmentidos. Durante um longo período de sua história, a corporação acolheu em seu seio indivíduos que não estavam diretamente ligados ao ofício, e cuja escolha de se associar se baseava em motivações que não eram exclusivamente econômicas. Ao contrário, foram exatamente prerrogativas políticas que atraíram para a corporação grandes comerciantes; ela lhes oferecia, de fato, a possibilidade de se furtar aos novos organismos de controle econômico e político acionados pelo governo central.

Ainda uma vez, o nível dos comportamentos sociais e o dos desenvolvimentos institucionais pareciam estar estreitamente ligados. Não eram exatamente simétricos, mas ainda assim correspondiam às diferentes facetas de

⁴⁴ Há algumas observações fundamentais sobre esse aspecto da comparação em E. Barth, *Process and form in social life*.

um mesmo objeto. São as diferentes relações de escalas que geram decalagens de informações entre indivíduos que ocupam posições diferentes na hierarquia social, assim como entre indivíduos e grupos ou instituições. A diferença de escala, portanto, não é apenas resultado de um processo de construção do objeto pelo historiador (a escolha de objetos de dimensões diferentes); ela é também “uma prerrogativa do próprio objeto”.⁴⁵ Escalas diferentes implicam informações diferentes, possibilidades diversas de interpretação e de ação. Essa leitura estratificada da realidade social contribui para restituir a pluralidade das vozes que a compõem. Mas ela tem uma outra consequência que se revelou importante. A adoção de uma pluralidade de níveis de análise ilumina laços entre processos que pertencem a campos de natureza diferente: o político e o econômico, por exemplo. A nova vitalidade dos corpos de ofício, que não se calca exatamente na cronologia das relações de produção, parece ao contrário estritamente ligada a processos que se poderia qualificar de políticos. Ela se manifesta no momento em que eles se tornam, para os comerciantes e os artesãos, importantes sedes de governo político e econômico, em face de um encolhimento efetivo das outras possibilidades institucionais.

A experiência vivida numa pluralidade de campos sociais explica portanto essas escolhas de associação que de outra forma teriam sido definidas como expressões naturais da divisão do trabalho social.

Finalmente, uma vez individualizados os domínios nos quais se traduziu o “rebaixamento social” sofrido pelos comerciantes e os artesãos a partir do fim do século XVII, tentei medir sua importância e suas consequências nos percursos individuais desses atores. Mais uma vez, adotei portanto uma abordagem biográfica; e, mais uma vez, as escolhas operadas pelos diferentes personagens — nesse caso uma amostra de uma centena de comerciantes pertencentes a uma confraria de Turim — esclareceram a significação do contexto institucional. Um problema, em particular, esteve no centro da minha análise: a natureza e as características da nova solidariedade que, a partir dos anos 1730, se manifesta entre os membros desse grupo social.

Trata-se de um tema a propósito do qual as análises interacionistas — que foram essenciais para minha pesquisa — mostram seus limites. Elas se concentraram no momento da formação dos grupos sociais,⁴⁶ e muito

⁴⁵ F. Barth (ed.), *Scale and social organization* (Oslo-Bergen, Universitetsforlaget, 1978), p. 11 sq.

⁴⁶ A literatura sociológica e antropológica americana, ao menos a partir do fim da década de 50, concentrou-se particularmente nesse tema, analisando as *voluntary associations* e seu papel no meio urbano. Para uma resenha dos trabalhos mais clássicos, cf. D. E. Brown, *Corporations and social classification*, *Current Anthropology*, 15(1):29-52, 1974.

menos no processo de sua fixação e nas solidariedades que podem nascer em seu interior.⁴⁷ Em torno desses temas, as interpretações de que dispomos são a um só tempo polarizadas e insuficientes. De um lado, nos defrontamos com respostas de tipo normativo — de matriz durkheimiana —, em que a solidariedade é função de uma profunda comunidade de pensamento entre os membros do grupo e uma interiorização de suas normas; de outro, são-nos propostas respostas individualistas, que sublinham o caráter instrumental das estratégias pessoais e, por consequência, o aspecto efêmero dos compromissos coletivos. Nesta última perspectiva, a formação de solidariedades e de identidades coletivas é um processo que permanece por explorar.⁴⁸ Essa insuficiência na análise é a prova, a meu ver, de que as análises das redes sociais, assim como as análises interacionistas de inspiração goffmaniana, permaneceram prisioneiras do objetivo fundamental, mas ao mesmo tempo limitado, que se tinham atribuído. Elas contribuíram para pôr em questão o conceito de “papel social”, enquanto definição atribuída ao indivíduo e ditada por sua posição na hierarquia social e produtiva. Para E. Goffman, o homem pertence a situações, antes que a grupos sociais.⁴⁹ Mas o processo pelo qual indivíduos com histórias e estratégias diferentes podem formar um grupo social e compartilhar lealdades não foi explorado. O caráter instrumental das estratégias pessoais, que subentende a ausência de qualquer coesão real de grupo, opõe-se à hipótese de uma verdadeira coerência de seus membros mas não abre novas perspectivas de leitura.

É nessa inadequação das análises das redes sociais e das análises interacionistas que se baseia, ao menos em parte, creio, o sucesso da antropologia cultural entre muitos historiadores. Diante da dispersão das estratégias e dos comportamentos individuais, a abordagem da antropologia interpretativa lhes parece fornecer instrumentos teóricos de recomposição das diferenças no interior de um mesmo universo cultural. Essa idéia de coerência e de coesão — interpretada numa acepção que considero na rea-

⁴⁷ Os trabalhos de S. E. Eisenstadt, ainda que fortemente marcados pelas concepções funcionalistas, estão entre os que trataram mais diretamente desses problemas. Entre uma produção abundante, cf. *Essays on comparative institutions* (New York-London, J. Wiley, 1965).

⁴⁸ Para uma crítica das duas abordagens, sublinhando seus respectivos limites, cf. as observações de M. Hechter, *Principles of group solidarity* (Berkeley, University of California Press, 1987), p. 1-58.

⁴⁹ E. Goffman, *Encounters: two studies in the sociology of interaction* (Indianapolis, Bobbs-Merrill, [1961]), p. 41. *Encounters* é também a obra em que Goffman critica mais explicitamente o conceito de “papel social” (p. 81 sq.).

lidade redutora em relação à proposição de C. Geertz — explica o renascimento do tema do consenso entre os atores sociais em torno da estratificação social. A idéia de um universo cultural no qual se inscreve toda forma de expressão (os comportamentos, as ideologias...) abafou, nas análises, o papel dos conflitos e das dissonâncias. Estes, mais uma vez, são evocados pelo historiador mas não são jamais explorados enquanto partes integrantes desse discurso comum. No final, o que é produzido é a imagem de uma participação unânime no universo cultural; quase não nos afastamos, no fundo, da imagem consensual das hierarquias sociais outrora propostas por R. Mousnier.⁵⁰

Parece-me que o verdadeiro problema é, ao contrário, compreender como indivíduos, cujas histórias e experiências são diferentes, podem decidir se reunir e, mais ainda, se reconhecer por intermédio de uma identidade social comum. Em resumo, trata-se de se interrogar sobre a relação entre a racionalidade individual e a identidade coletiva. A análise dos testamentos dos confrades — e portanto de sua relação com a família, com a parentela, com a comunidade de ofício — introduziu-me nesse entrelaçamento de solidariedade e de hierarquia social.

7. Os níveis de análise foram portanto múltiplos: à proporção que se desdobraram, a pesquisa foi orientada para problemas diversos, objetos e escalas diferentes. Poder-se-ia objetar que essa multiplicidade dos níveis atesta a originalidade do caso de Turim em relação a contextos em que a linguagem do trabalho e suas organizações tiveram uma história mais linear. Inclino-me contudo a uma outra interpretação. A variedade dos objetos, dos temas, das escalas de observação remete sobretudo, a meu ver, a uma reflexão sobre os diferentes contextos que é necessário explorar para entender as razões de um fenômeno social. Durante muito tempo, as divisões disciplinares pareceram nos dispensar dessa tarefa. Mas a diferenciação das realidades históricas a partir das funções que elas se atribuíram, ou que lhes foram atribuídas, vacila no momento em que as olhamos de perto; e, principalmente, no momento em que enfrentamos o problema de sua formação. São essas, creio eu, as potencialidades inscritas nas análises processuais.

Falei no começo em minha dívida em relação aos trabalhos de E. P. Thompson, assim como das distâncias que se estabeleceram a seguir em re-

⁵⁰ Para as implicações em termos de consenso presentes na abordagem culturalista, remeto novamente à minha resenha, "Ricerche sul lavoro". Uma crítica feroz mas muito sugestiva da teoria da estratificação social de R. Mousnier se encontra em A. Arriaza, Mousnier and Barber: the theoretical underpinning of the "society of orders" in early modern Europe, *Past and Present*, 89:39-57, 1980.

lação a eles. Pode ser útil voltar ao assunto. Para analisar a formação do grupo social dos comerciantes e dos artesãos de Turim, esforcei-me para acompanhar os protagonistas em suas escolhas no interior da cidade; para reconstituir, em suma, sua experiência, antes que postulá-la a partir da posição que ocupavam na hierarquia econômica e social. Seus itinerários, as relações que estabeleceram, tornaram-se sinais da amplitude e das características de seus horizontes sociais, assim como das limitações que podiam influir em suas escolhas. Nesse sentido, as relações sociais tornaram-se um contexto no qual inscrever as biografias.

No caso dos comerciantes de Turim, a experiência das relações econômicas e produtivas não foi uma condição suficiente para a emergência de uma consciência de grupo. Sua experiência social era muito mais vasta e mais contraditória. Eles já tinham compartilhado, durante grande parte do século XVII, uma certa fraqueza em relação a outros grupos mais bem situados na escala social (os funcionários do Estado piemontês, os nobres); entretanto, eles gozavam de um prestígio e de uma condição de preeminência em uma variedade de instituições, principalmente as instituições políticas. Uma consciência do grupo só se manifestou diante do encolhimento, contemporâneo, de várias frentes. Ela não foi portanto solicitada pela experiência compartilhada de uma condição estrutural, mas pela constatação de um empobrecimento contingente das possibilidades de ação numa pluralidade de campos sociais. A estratificação urbana não aparece portanto como uma escala cuja estrutura seria definida de uma vez por todas, mas como uma competição incessante para negociar sua forma e sua composição. Por outro lado, os processos sociais que desembocaram no empobrecimento dos espaços institucionais não foram produto de forças exteriores aos protagonistas; foram resultado — nem totalmente previsto, nem totalmente buscado — da competição entre esses mesmos indivíduos que, a seguir, se tornaram suas vítimas.

A interdependência existente entre o nível dos comportamentos individuais e o das relações institucionais aparece claramente ao longo de todo este estudo. Sobretudo, o que me parece agora ser evidente e importante é a constatação de que os instrumentos de análise para nos aproximarmos desses dois níveis não podem ser diferentes. No caso das corporações de Turim, o conflito institucional não poderia ser entendido a não ser pela utilização das mesmas categorias que se havia extraído da análise dos comportamentos sociais. Nesse terreno específico, existe portanto uma forte continuidade; não há uma clivagem das escalas de análise. Mas essa continuidade é circunscrita aos instrumentos da análise: ela não concerne aos objetos em si. Quero dizer com isso que existe, em compensação, uma descontinuidade

evidente entre, de um lado, as formas de consciência, as motivações e as intenções que estão na base das ações individuais e, de outro, as consequências “cumulativas” dessas mesmas ações. É entre esses dois níveis que as distâncias podem, evidentemente, ser muito grandes. Mas é preciso evitar a confusão. Para F. Barth,⁵¹ é a constatação dessa descontinuidade que muitas vezes legitima entre os pesquisadores a utilização de categorias e de instrumentos de análise distintos, uns considerados próprios de objetos “micro” e os outros, de objetos “macro”. Essa separação oculta, na realidade, as relações existentes entre os dois momentos: ela transforma em propriedade do objeto as etapas de sua formação.

Gostaria de propor um exemplo concreto do que acaba de ser dito, tirado ainda uma vez da minha pesquisa. Ele se refere à análise da formação de uma identidade de grupo entre os comerciantes de Turim na primeira metade do século XVIII. O empobrecimento dos espaços institucionais acessíveis a esses atores teve como efeito criar uma nova homogeneidade no interior das famílias; tornou-se então menos freqüente encontrar nelas membros que não estivessem envolvidos no comércio. As carreiras nas instituições estatais, particularmente, tornaram-se cada vez mais raras em comparação com a geração precedente. A essa homogeneidade, que uniformizava os percursos das famílias e dos indivíduos, foram contrapostas estratégias de distinção social. Estratégias que, do ponto de vista de cada indivíduo, visavam a distinguir sua própria linhagem (em geral mais prestigiosa) dos ramos menos honoráveis da parentela, aproximados contudo no mesmo momento pela prática do mesmo ofício. Essa vontade de distinção se manifestou, em várias famílias, por uma “verticalização” da sucessão (ou seja, pela opção de restringir as linhagens sucessórias); pelo acionamento de sistemas de patronagem destinados aos membros mais frágeis da parentela e do ofício; pelos investimentos de prestígio maciços nas instituições de caridade da cidade.

Ora, todos esses comportamentos deviam assumir significações muito diferentes e quase contraditórias: vistos do exterior, sua presença em muitas das famílias de comerciantes devia confirmar a existência de um grupo social coeso, cujos membros ostentavam uma forte coerência. Mas vividos de dentro, esses mesmos comportamentos de distinção exprimiam, ao contrário, a intenção dos indivíduos de não serem identificados com esse grupo social.

A descontinuidade entre as intenções dos atores e os efeitos cumulativos de seus comportamentos podem portanto ser muito fortes. Paralelamente,

⁵¹ F. Barth, *Process and form in social life*, p. 79-81.

te, esse exemplo mostra, a meu ver, que apenas a adoção dos mesmos instrumentos de análise pode permitir explicar os dois momentos. Ainda uma vez, é a decodificação da experiência⁵² individual que pode nos introduzir nas características das agregações sociais. Indivíduos e instituições são feitos, em suma, da mesma matéria.

⁵² No momento de imprimir este texto, tomo conhecimento, com um atraso imperdoável, do artigo de J. W. Scott, *The evidence of experience*, *Critical Enquiry*, 17:773-97, 1991. Algumas de suas considerações críticas sobre a noção de experiência em E. P. Thompson são muito próximas das que desenvolvi acima. Contudo, a partir de sua perspectiva discursiva, J. W. Scott chega a conclusões profundamente distantes das minhas. Infelizmente, não posso debatê-las aqui. Que o leitor avalie por si mesmo o que implicam as diferenças entre as duas abordagens.

*Comportamentos, recursos, processos: antes da “revolução” do consumo**

1. Não considero que todo problema histórico ganhe em ser tratado num nível microanalítico. De toda forma, o debate que há alguns anos pôs frente a frente os pesquisadores em torno da micro-história contribuiu para torná-los conscientes do fato de que escolher uma escala de observação significa escolher um instrumento analítico que não é neutro, e de que a escala dos fenômenos não está inscrita na realidade. A escala não é um dado preestabelecido, mas resulta de uma escolha estratégica que envolve a própria significação da pesquisa: o que vemos é aquilo que escolhemos fazer ver. Obter (e fornecer) a visão global de um problema passa necessariamente por simplificações que podem dar origem a verdadeiras ilusões de óptica e a interpretações inconscientemente — ou mesmo conscientemente, nos casos menos defensáveis — errôneas.

O trabalho do historiador apresenta duas características que raramente são objeto de uma conceituação específica e que no entanto colocam graves problemas. Ele lida, em primeiro lugar, com fatos passados cujas consequências presume-se que conheçamos. Resulta daí que os encadeamentos causais levados em conta na descrição e na explicação dos fenômenos não são invalidados — como aconteceria num teste de laboratório — pela relação causas/consequências quando a determinadas causas não correspondem as consequências logicamente esperadas. O que acontece depois pode ser facilmente considerado uma consequência do que vem antes, contanto que o encadeamento não pareça demasiado absurdo. A ligação construída entre

* Agradeço a Albert O. Hirschman, a Jacques Revel e a Nicola Rossi por sua leitura crítica deste texto, que foi traduzido do italiano para o francês por J. Revel.

um fato e outro é, pode-se dizer, de tipo voluntarista: é criada pelo historiador segundo as regras do bom senso e da plausibilidade, e não a partir de uma verificação suscetível de ser invalidada. Qualquer que seja a causa admitida, as conseqüências não mudam. Estamos na situação de um inquérito policial sobre um crime cujo autor seria conhecido desde o início.

A segunda característica liga-se à relação equívoca que existe entre a comunicação dos resultados do inquérito — que requer uma exposição clara e simples — e a complexidade da realidade estudada. O trabalho do historiador é feito de fases sucessivas e ligadas entre si, mas que obedecem a técnicas e a lógicas cuja coerência não é automática: a pesquisa e a escrita dos resultados seguem tempos de realização, modos de operação, e perseguem objetivos práticos diferentes. Existe assim uma contradição entre a sempiterna obediência a uma descrição que se pretende a mais realista possível — ela explica o hábito que os historiadores têm de voltar aos mesmos temas, dos quais é sempre possível dar uma interpretação nova, porque mais complexa e mais realista, mais próxima dos fatos — e a relação que um autor mantém com seu leitor — a qual, por definição, deve recorrer a uma retórica que facilite a compreensão, e deve portanto simplificar, eliminar os detalhes supérfluos, sintetizar o longo trabalho da pesquisa em algumas centenas de páginas.

Ao insistir nesse ponto, não pretendo privilegiar exclusivamente o papel da retórica nas formas de comunicação dos resultados, já que a escala de observação é definida desde o nível da pesquisa. Mas a retórica constitui um aspecto importante: o leitor pode obter a informação por meio de sínteses que ampliam a perspectiva temporal e espacial, mas trazem o risco da simplificação que pode falsear as coisas; ou pode, ao contrário, ser sensibilizado para a complexidade de um problema por meio de procedimentos de generalização baseados em observações minuciosas, em que a ampliação no microscópio permite sublinhar a multiplicidade dos elementos em jogo. Penso que boa parte do debate "micro"/"macro" pode ser entendida nessa perspectiva. Minha própria escolha de uma análise minuciosa da complexidade resulta também da constatação de que os procedimentos de generalização adotados na história e nas ciências sociais não apenas demonstram sua fraqueza — o que, afinal de contas, não seria tão grave —, mas são também responsáveis por significações preñhes de conseqüências ideológicas e até mesmo políticas. As falsas analogias propostas em nome do comparativismo pela historiografia revisionista na Alemanha são um bom exemplo disso. Não insistirei nesse ponto. Gostaria de me debruçar sobre um exemplo de generalização muito mais neutro, e que no entanto contribuiu para simplificar, de maneira a um só tempo arbitrária e equívoca, um problema essencial da história social: o problema do consumo.

2. Fernand Braudel construiu sobre bases sólidas uma imagem global do mundo mediterrânico na época moderna, ao mesmo tempo em que propunha uma série de pontos fundamentais a partir dos quais podíamos tentar estabelecer uma comparação em escala mundial.¹ No entanto, além de *O Mediterrâneo*, algumas das sínteses em que corajosamente se lançou propõem uma versão fortemente funcionalista dos processos evolutivos. A difusão e a transmissão dos elementos da cultura material, por exemplo, são analisadas, em sua lenta transformação, como fenômenos muito pouco conflituosos, e conseqüentemente as modificações que elas induzem no longo prazo são entendidas em termos exageradamente mecânicos. Os três volumes de *Civilização material, economia e capitalismo*,² especialmente, dissimulam, por trás de um impressionante acúmulo de leituras e de informações, uma visão que me parece demasiado simplificada do mundo social (recorrendo, por exemplo, à oposição entre ricos e pobres) e uma concepção demasiado mecânica dos fenômenos de difusão cultural entre países, bem como entre camadas ou grupos sociais.

Esses volumes, que visam um público aberto aos não-especialistas, sugerem que a complexidade social afinal quase não pesa no que diz respeito às transformações lentas do mundo. Essa era, no fundo, a filosofia de Braudel e a razão de seu gosto pela história: "Sim, entregar-se ao prazer de sair do tempo estreito, com sua trama fechada, em virtude do que o historiador percebe mais as aparências que as realidades do passado."³ Contudo, mesmo que o mundo assim evocado seja bastante real, mesmo que a lentidão das transformações da cultura material seja tal que "o tempo, na verdade, é abolido",⁴ ainda assim é por meio de diferenças mínimas nos comportamentos cotidianos que são construídas a complexidade social, as diferenciações locais nas quais se enraízam histórias que são elas mesmas irredutivelmente diferentes e nas quais se exprimem as capacidades inventivas dos homens. Não oponho aqui termo a termo macro e micro-história, mas considero que a variação de escala de observação dos fenômenos constitui um instrumento

¹ F. Braudel, *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* (Paris, A. Colin, 1949) [N. do T.: trad. port.: *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*, Lisboa, Martins Fontes, 1983].

² F. Braudel, *Civilisation matérielle, économie, capitalisme, XV^e-XVIII^e siècle, I. Les structures du quotidien: le possible et l'impossible* (Paris, A. Colin, 1979). Cf. em especial os cap. 2, 3 e 4 [N. do T.: trad. port.: *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*, Lisboa, Teorema, 1992].

³ F. Braudel, *Alimentation et catégories de l'histoire*, introdução a J.-J. Hemardinquer (ed.), *Pour une histoire de l'alimentation* (Paris, A. Colin, 1970), p. 18 (Cahiers des Annales 28).

⁴ *Ibid.*, p. 19.

heurístico essencial — por exemplo na análise da cultura material que nos interessa aqui, tal como podemos apreendê-la por intermédio de uma história dos consumos.

É especialmente em *As estruturas do cotidiano* que a leitura de Braudel me parece menos convincente, quando, em vez de procurar definir as configurações mutáveis das transformações sociais e das transformações culturais, ele prefere privilegiar a transmissão e a difusão, a inovação e a evolução. Essa é uma das áreas em que, como tentarei mostrar, as ciências sociais mais penaram para analisar em conjunto os dados agregados, os comportamentos individuais, as transformações objetivamente mensuráveis e as estratégias ou os desejos dos indivíduos. Sugerirei que uma modificação da escala de observação torna possível uma leitura mais densa e mais rica do que a de uma abordagem globalizante da longa duração e do que um comparativismo em escala mundial, que oscila entre a constatação de permanências monótonas e a descoberta de questionamentos radicais.

3. Escolhi examinar aqui o consumo na sociedade do Antigo Regime. Trata-se de um tema fartamente documentado, mas que foi objeto de um tratamento ambíguo e incerto por parte não só dos historiadores como também dos economistas, dos sociólogos e dos antropólogos.

Há várias razões para estudar o consumo, o comportamento dos consumidores e o que se chamou de "revolução" do consumo. Os historiadores têm-se dedicado cada vez mais a essa tarefa desde o início dos anos 70. Os economistas interessam-se por ela há muito mais tempo, desde que Keynes colocou no centro de sua análise o difícil problema do papel da função de consumo. Isto posto, cabe perguntar por que o tema fez tanto sucesso sem que se tenham produzido resultados sistemáticos convincentes; por que, também, ele permanece investido de uma carga ideológica e política tão pesada, em contraste, especialmente, com a ênfase tradicionalmente dada pelos historiadores marxistas à produção.

Três problemas devem ser prioritariamente abordados: a) a relação entre produção, distribuição e consumo; b) a afirmação de que o consumo só se torna uma realidade econômica dinâmica com o início da Revolução Industrial, seja ela entendida como uma causa ou como um efeito; c) o fato de que ao falar de uma "revolução" do consumo (ou de consumismo, ou de materialismo moderno), aceitamos implicitamente a visão de uma sociedade integrada. Ao abordar essas três questões, empenhar-me-ei em ressaltar sua ambigüidade fundamental, sua ambivalência, que resulta numa leitura muito ideológica das sociedades consideradas. Tentarei, enfim, uma leitura diferente desses fenômenos a partir dos resultados atuais de um trabalho em curso sobre os orçamentos familiares em Veneza entre os séculos XVI e XVIII.

4. Partamos portanto da relação entre produção, distribuição e consumo. A convicção de que a sociedade se estrutura em função das relações de produção em sua dimensão econômica, mas também no nível político, terminou por subordinar a distribuição da renda e o consumo à produção. A produção não constitui, a meu ver, uma preliminar obrigatória da análise marxista em termos de classes, e foi aliás amplamente compartilhada pelas teorias funcionalistas: de qualquer maneira, foi suficientemente forte para que os historiadores durante muito tempo se desinteressassem do comportamento dos consumidores, que era *de facto* considerado uma consequência econômica e psicológica das variações da produção. Esse esquema simplista foi posto em questão com a crise das economias "comunistas", e os historiadores começaram então a se interessar pelos problemas de distribuição. Fizeram-no de duas maneiras, principalmente. A primeira consistiu em estudar a distribuição da renda numa perspectiva histórica. Um debate importante e frutífero foi assim travado em torno da lei dita de Kuznets e da curva homônima:⁵ durante a fase moderna do crescimento econômico, a curva das desigualdades de renda assumiria a forma de um U invertido; a desigualdade teria aumentado de forma espetacular durante a primeira fase da industrialização, e a seguir ter-se-ia fortemente reduzido durante a primeira metade do século XX.

Devemos começar reconhecendo que praticamente não dispomos de medidas para o período que antecede o século XVIII. O nível exigido de agregação de dados, o caráter muito lacunar de nossa informação sobre o nível das fortunas e dos rendimentos na época moderna tiveram como consequência limitar a análise aos séculos XIX e XX, com algumas raras tentativas de mensuração apenas para os séculos XVII e XVIII (como as estimativas tentadas por Gregory King). A ênfase dada à Europa industrial e às suas transformações deformou nosso ponto de vista. Associada a uma perspectiva de longa duração, ela contribuiu para esvaziar o papel das organizações e dos conflitos do trabalho, assim como a importância das escolhas políticas e fiscais. Num tal esquema, contam apenas as forças econômicas, que são responsáveis pela passagem de um sistema dominado pela agricultura para um outro em que a indústria é predominante, ou então a transição de um regime demográfico "antigo" para um outro que é qualificado como "novo". Essas forças estariam agindo também por trás das políticas ou das ações inscritas no curto prazo. Ora, nem Kuznets nem os historiadores que ele inspirou foram capazes de demonstrar o caráter inevitável de uma tal evolução. E mais, a documentação demasiado incerta na qual se baseia a hipótese econômica de longa duração desencorajou o

⁵ S. Kuznets, Economic growth and income inequality, *American Economic Review*, 45:1-28, 1955. Cf. Y. S. Brenner, H. Kaelble & M. Thomas (eds.), *Income distribution in historical perspective* (Paris, MSH/Cambridge, Cambridge University Press, 1991).

estudo das mudanças induzidas no curto prazo pela ação política, assim como a mensuração comparada das diferenças nacionais em matéria de desigualdade da renda — exceto para a época mais recente. Ora, os comportamentos dos consumidores são afetados por essas variações de curto prazo de uma maneira diferente das evoluções de longa duração.⁶

O debate histórico sobre a distribuição da renda centrou-se assim no período da Revolução Industrial, e mesmo as raras tentativas de remontar mais atrás no tempo inscreveram-se claramente, também elas, nessa perspectiva teleológica. É essa, como iremos ver, a referência essencial na concepção comum do consumo que os historiadores produziram: o consumo de massa foi, ele também, uma revolução cujo início teria estado ligado à intensificação da comercialização. Não existiu portanto consumo de massa antes da Revolução Industrial? Penso, ao contrário, que a maneira pela qual a desigualdade da renda variou é uma realidade determinante para quem quer compreender a dinâmica social das sociedades medievais e modernas. Precisamos portanto de indicadores que tornem possível uma mensuração dessa desigualdade, não apenas por intermédio de uma oposição estática entre ricos e pobres, mas numa perspectiva dinâmica: a da diferença relativa e mutável dos níveis de renda como ela foi percebida pelos atores sociais.

5. A segunda abordagem centra-se no consumo, mais do que na distribuição da renda — a não ser na medida em que uma tal distribuição produz efeitos observáveis sobre as formas econômicas, sociais e culturais de consumo. Chegamos aqui ao cerne do nosso problema. Se partimos da idéia de uma generalização da emulação social no interior de uma sociedade diferenciada segundo os níveis de fortuna ou em classes, mas que partilharia a mesma cultura do consumo, os resultados não podem ser senão paradoxais. A generalização dos modos de consumo de uma elite para grupos progressivamente mais numerosos no interior de uma população é um fenómeno relativamente recente, mas seria falacioso querer atribuir-lhe um início preciso — por exemplo, o século XVIII. Melhor seria levar em conta o longo período que preparou essa transformação e fazer dele o objeto de nosso estudo. Con-

⁶ Keynes já havia sublinhado os fundamentos psicológicos e individuais da relação entre consumo e renda, e Kuznets já observava desde 1942 que essa relação era mais marcada no longo prazo do que no período imediatamente anterior à guerra (*Uses of national income in peace and war*, New York, National Bureau of Economic Research, 1942, Occasional Paper, 6). No debate que se seguiu entre os economistas, insistiu-se na relativa inércia dos consumos durante as fases de diminuição da renda e procurou-se explicá-la por uma maior mobilidade da poupança, orientada de forma mais estratégica e mais ligada ao longo prazo diante do caráter tendencialmente irreversível do nível adquirido de consumo.

vém também marcar nitidamente que as estratégias de consumo (incluídas aí as das classes populares) são produtos de uma cultura complexa que não poderia ser reduzida a uma lógica da subsistência, da necessidade sem escolha: do contrário, as formas passadas de consumo correriam o risco de ser apreendidas fora de qualquer contexto.

Duas idéias dominam, de fato, a leitura comum que os historiadores fazem da história do consumo em suas diversas interpretações. A primeira postula que antes do século XVIII o consumo das classes populares teria estado submetido de modo quase exclusivo às imposições da subsistência e que, por conseguinte, as possibilidades de escolha não teriam muito sentido, não mais do que as significações simbólicas ligadas às estratégias de consumo ou os efeitos de hierarquização e de prestígio ligados a opções na gestão da renda familiar, que permanecem pouco visíveis para nós. Resulta daí uma atenção inteiramente voltada para a necessidade de assegurar um nível mínimo de subsistência para as classes populares, enquanto se multiplicam, em compensação, os estudos dedicados às formas opulentas de consumo das aristocracias. A segunda idéia corrente é de que a estrita hierarquia das fortunas e das rendas era a única a frear, até mesmo a bloquear, a imitação entre os diferentes grupos sociais. Supõe-se assim uma continuidade entre modelos de comportamentos, como se a sociedade inteira tivesse querido — supondo-se que isso fosse possível — se nivelar pelo consumo conspícuo das classes superiores. As próprias leis suntuárias foram assim entendidas como obstáculos destinados a proteger barreiras sociais, desprezando o fato de que elas também tinham a função de controlar o consumo, o luxo e o desperdício aristocráticos.⁷

O resultado de uma tal leitura é uma visão materialista demasiadamente vulgar dos fenómenos de consumo, que encontramos às vezes até em análises menos elaboradas de realidades contemporâneas. Uma tal visão seria ao mesmo tempo superficial e errônea. Em sua introdução à coletânea *Consumption and the world of goods*,⁸ Brewer e Porter afirmam que, como mostraram os recentes acontecimentos na Europa central e oriental, o teste decisivo de viabilidade de um regime no mundo contemporâneo é sua capacidade, no sentido mais literal, de "distribuir bens".⁹ Uma tal afirmação

⁷ C. D. Owen Hughes, *Sumptuary law and social relations in Renaissance Italy*, in J. Bossy (ed.), *Disputes and settlements. Law and human relations in the West* (Cambridge, Cambridge University Press, 1983); La moda proibita. La legislazione suntuaria nell'Italia rinascimentale, *Memoria* (11-12):92-111, 1984.

⁸ J. Brewer & R. Porter (eds.), *Consumption and the world of goods* (London-New York, Routledge & Kegan Paul, 1994), p. 1.

⁹ *Ibid.*, p. 2.

me parece ser fruto de uma espantosa cegueira historiográfica. O fracasso dos regimes comunistas certamente não deve ser buscado em sua incapacidade de garantir um determinado nível quantitativo de consumo, e sim no fato de que eles não foram capazes de garantir a qualidade do consumo, uma maior igualdade na distribuição de renda, um controle social dos meios de produção. Vemos novamente como um viés ideológico leva a confundir as causas e os efeitos a partir de uma leitura neoclássica dos comportamentos e da relação entre produção, distribuição e consumo orientada para a hipótese de uma maximização quantitativa. A partir de tais hipóteses, a análise histórica parece mover-se no espaço da *science fiction*: num dado momento — a época da Revolução Industrial —, os homens teriam sido subitamente tomados pela paixão de adquirir e ao mesmo tempo liberados das limitações tecnológicas do passado.

A mesma matriz interpretativa propõe um segundo argumento ao fazer do consumo uma revolução à qual podemos atribuir um momento originário: ela é um "*happy event*". Essas são, mais uma vez, palavras de Brewer e Porter, mas outros historiadores as utilizaram. N. McKendrick fala assim em um "nascimento" da sociedade de consumo, que ele vincula à intensificação das trocas comerciais na Inglaterra do século XVIII.¹⁰ Julgo, ao contrário, ser necessário identificar o processo que preparou essa virada quantitativa. Poderíamos falar assim, por analogia, em uma longa fase de acumulação — ou em um protoconsumismo —, durante a qual as forças produtivas não foram as únicas a evoluir, estimulando um crescimento das trocas, mas também evoluíram as formas culturais relacionadas ao consumo e às representações sociais do uso dos recursos.¹¹ É necessário substituir um modelo estritamente quantitativo por um modelo qualitativo, partindo da hipótese de que a cultura de consumo é inseparável da realidade cujas transformações no tempo procuramos entender. Não é verdade que tenha existido um único modelo de consumo, comum às elites e às massas, cuja homogeneização teria sido determinada apenas pelo progresso econômico e tecnológico. É necessário, em compensação, entender como esse modelo pouco a pouco se unificou.

¹⁰ N. McKendrick, Introduction, in N. McKendrick, J. Brewer & J. H. Plumb, *The birth of a consumer society. The commercialization of eighteenth-century England* (London, Europa, 1972), p. 1-8; ver também J. Thirsk, *Economic policy and projects. The development of a consumer society in early modern England* (Oxford, Clarendon Press, 1978).

¹¹ Cf., por exemplo, M. A. Visceglia, I consumi in Italia in età moderna, in R. Romano (ed.), *Storia dell'economia italiana. II. L'età moderna: verso la crisi* (Torino, Einaudi, 1991), p. 211-41.

Vejamos um exemplo. Para entender o fim da atitude revolucionária da classe operária na Europa (mas a observação valeria também para a burguesia em sua competição com a aristocracia), um momento decisivo me parece ser aquele em que ela renuncia a impor seu próprio modelo de consumo e se atribui como projeto a reivindicação de poder atingir e compartilhar o modelo burguês de consumo. Podemos situar esse momento — segundo Vittorio Foa — entre a Revolução Russa de 1917, o *biennio rosso* italiano e o fracasso da greve geral na Inglaterra em 1926.¹² No mundo capitalista, foi entre as duas guerras que o consumo começou a obedecer a um modelo unificado. É preciso portanto repetir: a imagem da revolução do consumo como um feliz acontecimento impede que se entenda o processo cultural subjacente aos comportamentos dos consumidores.

6. O terceiro ponto que deve nos ocupar é a hipótese difusionista: a que consiste em imaginar uma descida social do consumo do topo em direção à base da escala social. Ela é inseparável da convicção de que uma sociedade está pronta para consumir a partir do momento em que estejam reunidas as condições materiais (da mesma maneira que durante muito tempo se considerou que todo ator estava pronto para entrar numa relação salarial, ou para intervir no mercado, a partir do momento em que a oferta lhe fosse apresentada).¹³

Ora, uma tal uniformidade dos comportamentos, assim como a regra da imitação social, não é absolutamente ponto pacífico. É preciso que os atores tenham razões para imitar. As sociedades medievais e modernas não eram estratificadas apenas em função dos níveis de fortuna ou das barreiras jurídicas que definiam estatutos. Sua segmentação se baseava também na existência de culturas, de estratégias de sobrevivência, de formas de consumo diferentes. Não devemos imaginar a burguesia em busca do modelo aristocrático, os trabalhadores do modelo burguês, os mendigos do modelo do assalariado etc. — sob pena de nos impedirmos de entender os fenômenos de mobilidade social.

7. O interesse básico de um estudo do consumo me parece residir no fato de que ele nos obriga a levar em conta elementos culturais que complicam nossa imagem da estratificação social. A fragmentação contemporânea

¹² V. Foa, *La Gerusalemme rimandata. Domande di oggi agli Inglesi del primo Novecento* (Torino, Rosenberg & Sellier, 1985).

¹³ Esta é uma simplificação que suscitou um acalorado debate. Cf. por exemplo W. Kula, *Problemi e metodi di storia economica* (Milano, Cisalpino, 1972), p. 224-61; G. Arrighi, *Sviluppo economico e sovrastrutture in Africa* (Torino, Einaudi, 1969), p. 89-161.

do mundo social ao menos tem o mérito de nos obrigar a refletir sobre como se constituem as solidariedades sociais. Os mecanismos da distribuição rompem a uniformidade social engendrada pela produção. As relações entre gerações, os estilos de vida, os pertencimentos étnicos e culturais, as tradições familiares dão origem a formas de solidariedade que não se sobrepõem às aquelas baseadas nas relações de produção. É nessa perspectiva que o estudo dos modelos de consumo é decisivo: ele pode nos permitir entender em que palcos sociais atuam a inveja, a imitação, a solidariedade e o conflito. Numa sociedade segmentada em corpos, os conflitos e as solidariedades freqüentemente ocorriam entre iguais; estes competiam no interior de um segmento dado que se caracterizava pela existência de formas de consumo organizadas, hierarquizadas e intensamente investidas de valores simbólicos; que constituía também uma ligação de solidariedade diante dos outros corpos ou estados. Rarissimamente pensava-se e agia-se em termos de uma transformação da estrutura social como um todo. As modificações eram lentas e muitas vezes resultavam, sem que se tivesse consciência disso, de uma imensa variedade de micromudanças no interior dessa sociedade fragmentada. Para usar uma imagem, um mendigo aspirava antes a tornar-se o rei dos mendigos do que um comerciante pobre.

O estudo do consumo não se coloca portanto como uma alternativa ao estudo das relações de produção para quem quiser caracterizar formas de estratificação social. O que conta aqui não é a introdução de novos bens de consumo, e não acredito muito nas abordagens que, como a de Weatherhill,¹⁴ se propõem acompanhar a difusão progressiva de produtos como o chá ou o açúcar; o importante é a coexistência de esferas separadas de consumo nas quais a presença de novas especiarias pode não ter tido senão uma importância totalmente limitada: o chá com açúcar que bebiam os trabalhadores manuais para complementar seu regime alimentar certamente não teve a mesma significação daquele que, no mesmo momento, era tomado pelos aristocratas em seus salões.

8. É uma abordagem positivista e neoclássica que nos sugere a imagem errônea de uma sociedade na qual o consumo seria unificado. Pensemos na Lei de Engel, que foi proposta a partir de uma reflexão sobre uma sociedade específica, a do fim do século XIX, mas que em seguida foi aplicada de modo muito mais geral em diversos momentos da história do mundo moderno: com o

¹⁴ L. Weatherhill, *Consumer behaviour and material culture in Britain, 1660-1760* (London-New York, Routledge & Kegan Paul, 1988). Ver também a obra importantíssima de C. Shammas, *The pre-industrial consumer in England and America* (Oxford, Clarendon Press, 1990), que no entanto conserva vestígios dessa hipótese difusionista.

crescimento dos rendimentos, a parte relativa das despesas com alimentação e moradia diminui, a parte destinada a vestuário e equipamento doméstico permanecerá estável, enquanto a correspondente a educação, saúde e lazer aumentaria.¹⁵ Pesquisas posteriores mostraram que, na verdade, só as conclusões concernentes ao primeiro item, alimentação e moradia, se sustentam — inclusive para os períodos mais recentes.¹⁶ Mas os historiadores praticamente não se interessaram pelo problema. Não procuraram estabelecer a cronologia dessa evolução, nem determinar se ela valia tanto para uma sociedade segmentada juridicamente em ordens sociais distintas quanto para uma sociedade onde as barreiras sociais existem de fato sem estarem explicitamente instituídas. Meus dados sobre Veneza sugerem reformular a pergunta nos seguintes termos: como as despesas com o consumo variam, em função da renda, no interior de segmentos culturalmente homogêneos da sociedade? Como essa estrutura se deformou com o tempo? Consideremos as pesquisas já realizadas sobre os orçamentos familiares. Esses estudos, surgidos no século XIX e multiplicados no século XX, em ligação com a Lei de Engel, foram amplamente difundidos e recebidos como verificações empíricas da formulação keynesiana: a idéia central era que o consumo é função da renda e que a propensão marginal a consumir é positiva mas inferior a um; e que a propensão marginal a consumir é inferior à propensão média (de fato, se o valor marginal é inferior ao valor médio, este último é decrescente, o que significa que a propensão média a consumir tende a decrescer quando a renda aumenta). As famílias de renda mais baixa tendem portanto a gastar uma parte mais importante dela, enquanto as que dispõem de rendimentos elevados gastam relativamente menos. Ou, em outros termos: o consumo médio aumenta com o aumento da renda, mas numa proporção inferior a esse aumento; a propensão marginal a consumir é positiva, inferior à unidade e decrescente em relação ao aumento da renda.

Como medir a validade dessa hipótese? Encontramos aqui uma dupla dificuldade. A primeira é que a hipótese pode ser válida em termos de média mas não quando se trata de orçamentos familiares particulares: existe de fato uma grande dispersão dos comportamentos em torno da média. A segunda dificuldade prende-se ao fato de que a análise de Keynes refere-se à função global de consumo, mas também às variações da renda global — a valores agregados, portanto — e não a comportamentos de consumo individuais. Ora, os orça-

¹⁵ G. J. Stigler, The early history of empirical studies of consumer behavior, *The Journal of Political Economy*, 62:95-113, 1954. Ver também G. S. Sahota, Theories of personal income distribution. A survey, *Journal of Economic Literature*, 16:1-55, 1978.

¹⁶ H. S. Houthakker, An international comparison of household expenditure patterns. Commemorating the centenary of Engel's Law, *Econometrica*, 25:532-51, 1957.

mentos familiares registram como o consumo varia em função de diferentes tipos de rendimentos, e não da evolução da renda global.

Para o historiador, parece-me necessário levar em conta a variação relativa dos rendimentos familiares em relação a outros rendimentos familiares. É ela que, como sugeriu Duesenberry,¹⁷ contribui para determinar de fato os comportamentos dos consumidores: a variação dos comportamentos de consumo não é consequência da variação da renda absoluta, mas antes da variação da renda relativa, ou seja, da relação com os rendimentos das outras famílias. Essa estratégia de pesquisa não é importante apenas porque nos convida a reintroduzir na análise comportamentos dos fatores sociológicos e psicológicos, mas porque nos obriga a nos interrogarmos sobre o tamanho e a natureza da esfera social no interior da qual ocorre essa confrontação entre rendas. Trata-se da sociedade em seu conjunto ou apenas de um segmento dessa sociedade, definido pela existência de um modelo cultural distinto, compartilhado, que pode envolver os atores em relações de solidariedade e de competição?

9. Na realidade, esses modelos sofisticados muitas vezes foram construídos a partir de uma constatação empírica: os dados relativos ao comportamento dos consumidores não são fáceis de interpretar no quadro das teorias econômicas. A relação entre consumo e renda é muito mais complexa do que pensavam os keynesianos.¹⁸ O aumento do consumo no século XX colocou problemas complexos — que de modo geral remetem a uma lei psicológica fundamental evocada por Keynes. O problema central foi registrado por Kuznets: a relação entre renda e consumo é mais forte no longo prazo do que no curto, ou ainda, a propensão marginal ao consumo é mais fraca no segundo caso do que no primeiro. Essa diferença de comportamento entre renda, mais elástica, e consumo, mais inerte, coloca problemas importantes que seria desejável retomar a propósito de uma sociedade do Antigo Regime, sobretudo se se aceitar, de acordo com a minha hipótese, a existência de esferas de consumo separadas. Para cada uma delas, poder-se-ia pôr à prova as diferentes explicações propostas para dar conta desses fenômenos. Em 1949, Modigliani observava que, com o aumento da renda, o consumo cresce, e o nível atingido tende a se tornar irreversível; no caso de queda da renda, o consumo permanece estável ou só se move numa proporção muito mais limi-

¹⁷ J. S. Duesenberry, *Income, saving and the theory of consumer behavior* (Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1949).

¹⁸ G. Akley, *Macroeconomic theory* (New York, Macmillan, 1961), p. 313; A. O. Hirschman, *Shifting involvements. Private interest and public action* (Princeton, Princeton University Press), p. 25-44.

tada.¹⁹ Duesenberry,²⁰ em compensação, avançou a hipótese de que as preferências dos consumidores são interdependentes e de que, por conseguinte, as variações do consumo global dependem dos rendimentos relativos e não absolutos: seria isso que tornaria, segundo ele, o crescimento do consumo irreversível, pois que o efeito de imitação atua mesmo quando um único grupo vê sua renda aumentar, e não todos. Em 1954, novamente, Modigliani propôs, junto com Brumberg,²¹ um novo elemento de explicação: os indivíduos inclinam-se a igualar seu consumo ao longo da vida mesmo quando seus rendimentos tendem a crescer na parte central do ciclo de vida para decrescer depois. A propensão média a consumir seria portanto relativamente mais fraca (e inferior à renda) no primeiro caso, e mais forte (chegando a ser superior à renda) no segundo. Esse fenômeno daria conta da inércia relativa, na alta como na baixa, do consumo em face das variações da renda. Friedman, finalmente,²² em 1957, distinguiu uma parte permanente da renda que comandaria o consumo e uma parte aleatória: as quedas de renda seriam em geral consideradas transitórias e não afetariam imediatamente o nível do consumo.

Obviamente não é fácil pôr à prova essas diversas hipóteses para uma sociedade do Antigo Regime, assim como não é fácil medir o nível dos rendimentos, suas variações, a evolução dos consumos ao longo do tempo, bem como ao longo do ciclo de vida, a partir de uma documentação fragmentária. O que acontece é que essas questões nem mesmo foram colocadas, e que elas são essenciais tanto para os historiadores sociais como para os economistas.

10. Se nos colocamos na interseção desses dois pontos de vista, o do historiador e o do economista, chegamos a uma certa coerência após uma longa sequência de simplificações decepcionantes. Tanto para um quanto para outro, o consumo — quando se tenta percebê-lo em sua evolução histórica — coloca problemas difíceis e contraditórios na medida em que se pretende tratá-lo como uma realidade uniforme e homogênea. Convém, portanto, reinseri-lo na pluralidade complexa dos modelos culturais e das práticas sociais. Ou melhor, ele desempenha um papel determinante na afirmação das fronteiras entre ordens e grupos sociais.

¹⁹ F. Modigliani, *The collected papers of Franco Modigliani*, ed. por A. Abel, S. Johnson (Cambridge, Mass., MIT Press, [1980-89]).

²⁰ J. S. Duesenberry, *Income, saving...*

²¹ F. Modigliani & R. Brumberg, *Utility analysis and the consumption function: an interpretation of cross-section data*, in K. Kurihara (ed.), *Post-Keynesian economics* (New Brunswick, Rutgers University Press, 1954).

²² M. Friedman, *A theory of the consumption function* (Princeton, Princeton University Press, 1957).

É isso que, a meu ver, deve nos estimular a deslocar nosso ponto de observação, renunciando à hipótese de uma dicotomia entre duas fases nitidamente separadas por uma revolução dos consumos. Mais vale nos atermos ao longo processo, ainda inacabado — se é que ele deve acabar algum dia, de uniformização progressiva das práticas de consumo e dos modos de gestão da renda familiar, assim como das relações com os bens e as mercadorias. Importa portanto descobrir a relação entre as formas de consumo e a segmentação da estrutura social: as lógicas que comandam os comportamentos têm valências diferentes não apenas em contextos diferentes, mas também em meios sociais diferentes no interior da mesma sociedade. As coisas são investidas de uma pluralidade de significações,²³ e os elementos subjetivos que governam as escolhas, as oportunidades e as expectativas contribuem para diferenciar a valorização social dos bens das diversas esferas sociais e culturais.²⁴

Para ilustrar esses problemas, utilizarei alguns resultados de uma pesquisa que estou realizando sobre os orçamentos familiares em Veneza entre os séculos XV e XVIII. Trata-se mais de intuições e de hipóteses do que de conclusões fechadas. Elas me parecem, contudo, suficientemente concludentes para serem apresentadas aqui. Sua base documental é uma fonte pouco habitual. É comum encontrar balanços familiares concernentes, na maioria das vezes, a famílias aristocráticas que conservam seus livros de contas em seus arquivos. Em Veneza, em compensação, dispomos de uma série original, extraordinariamente rica e coerente: algumas centenas de balanços, bastante diferenciados do ponto de vista social, que foram reunidos e verificados por um magistrado (o *giudice di petizion*). Cabia-lhe, entre outras tarefas, controlar as prestações de contas de tutores que geriam os patrimônios de pupillos, de pessoas juridicamente incapazes (os loucos, por exemplo) ou ausentes. Os livros de contas trazem informações em geral diárias sobre as despesas com alimentação e vestuário, a aquisição de bens duráveis, a locação ou gestão das moradias, sobre os gastos ligados à instrução e à qualificação profissional, ao lazer — sem esquecer os investimentos e a gestão dos negócios, a loja e, de modo mais geral, a atividade econômica.

Encontramos uma primeira distinção entre consumo e despesas. Na época moderna, numerosos bens de consumo não eram adquiridos por meio de uma transação mercantil, mas pelo autoprovimento, via pagamento de salários em mercadorias, via caridade ou ainda por intermédio de formas de coo-

²³ Cf. M. Douglas & B. Isherwood, *The world of goods. Toward an anthropology of consumption* (New York, Basic Books, 1979).

²⁴ A. Sen, *Commodities and capabilities* (Amsterdam-New York, North-Holland, 1985); *The standard of living* (Cambridge, Cambridge University Press, 1987). Ver também A. O. Hirschman, *Shifting involvements...*

peração recíproca. Quanto mais importantes eram esses fatores, maior é a distância que constatamos em nossas fontes entre as despesas que elas registram e o consumo real; e esse fato, é preciso enfatizar, vale tanto para a cidade quanto para o campo. E ele tem importantes conseqüências numa sociedade em que as trocas mercantis se tornavam cada vez mais intensas. Mas o papel crescente dos bens de mercado não tem um efeito unívoco no sentido de uma melhoria global: ele traduz, em geral, a disponibilização de uma gama mais ampla de bens entre os quais escolher; é acompanhado também do aparecimento de bens de qualidade inferior que podem substituir outros de qualidade superior antes obtidos por meio de práticas não mercantis. É importante, mais uma vez, não tirar uma conclusão mecanicamente positiva da multiplicação e da diversificação dos recursos disponíveis, pois o que é determinante são as formas da apropriação nos diferentes meios sociais.

Um exemplo significativo disso é dado pela difusão do milho na alimentação popular na Veneza.²⁵ A introdução maciça da nova cultura sem dúvida provocou um crescimento quantitativo da disponibilidade alimentar dos camponeses; mas, inversamente, estes se viram — graças a uma transformação progressiva dos contratos de exploração da terra — privados de uma parte de seus recursos em grãos, que iria dali em diante engordar a do proprietário e, conseqüentemente, as quantidades em circulação no mercado. O regime alimentar de uma grande parcela da população iria basear-se dali em diante num cereal ao qual faltavam várias vitaminas essenciais (com a difusão consecutiva da *pe-lagra*). Um outro exemplo poderia ser o da difusão, na Inglaterra, do consumo do chá e do açúcar em detrimento do pão: ele revela uma melhoria da qualidade de vida caracterizada pelo progresso rápido de novos produtos; mas ocorre também que, no século XVIII, o regime alimentar de vários grupos situados na camada inferior da escala social se degradou, na Inglaterra como na Veneza, tanto em variedade quanto em qualidade, mesmo que a parte das despesas com alimentação fosse relativamente mais limitada no orçamento familiar: os novos produtos eram mais baratos e equivalentes em poder calórico, mas mais pobres em vitaminas do que o pão de trigo e de centeio.

Convém notar também que a importância da caridade — que muitas vezes significava alimento, ou então abrigo — na economia doméstica dos mais pobres introduzia na estrutura das despesas um elemento de irregularidade que não é considerado na progressão destas segundo a Lei de Engel. Esta última só é aplicável à parte da população que podia contar com uma renda da qual podia dispor de maneira relativamente autônoma. Aos mais desprovi-

²⁵ M. Fassina, L'introduzione della cultura del mais nelle campagne venete, *Società e Storia*, 15:31-59, 1982; G. Levi, Innovazione tecnica e resistenza contadina: il mais nel Piemonte del '600, *Quaderni Storici*, 14:1.092-100, 1979.

dos, constantemente confrontados com o subemprego ou o desemprego, a cama e a mesa eram asseguradas mais ou menos bem por instituições de caridade como os hospitais ou as *Scuole grandi* (as poderosas confrarias venezianas). Os que mendigavam nas ruas podiam também dispor de rendimentos ocasionais, que por sua vez davam lugar a despesas ocasionais, a respeito das quais seria difícil extrair uma lei. Isto para dizer que a estrutura dos orçamentos familiares numa sociedade do Antigo Regime, em seu nível mais baixo, tem provavelmente um caráter aleatório muito diferente da estrutura do consumo numa sociedade mais mercantil e mais homogênea.

Enfim, a predominância de um sistema difuso de crédito informal e de pequena escala, baseado na possibilidade de se obter empréstimos em troca de um penhor ou de uma garantia qualquer, sugere que pode ter existido, na fatia relativamente pobre da população veneziana, razões para adquirir bens duráveis de boa qualidade, não para seu próprio consumo, mas para serem empenhados em tempos difíceis. É isso sem dúvida o que explica que se encontrem nos inventários ou nas contas de venezianos pobres tecidos de qualidade, lençóis, jóias de valor, em quantidades que parecem ter pouca relação com o que constitui seu estilo de vida quanto ao resto. Podemos imaginar que os dotes pudessem ser parcialmente utilizados para os mesmos fins. O crédito em pequena escala é um dos aspectos menos estudados da economia dos séculos modernos,²⁶ mas dispomos de testemunhos abundantes, oferecidos pelas mais diversas fontes, da existência de uma densa rede de microempréstimos contra penhor e conhecemos igualmente exemplos surpreendentes de trabalhadores pobres que, no século XIX, utilizavam com grande habilidade objetos de valor para obter crédito. Quando os camponeses da região de Biella, no Piemonte, se tornaram operários de uma fábrica nesse centro industrial precoce, mantiveram a propriedade de seus pedaços de terra em suas aldeias de origem, que esperavam poder empenhar para obter crédito.²⁷ Assim também, a pesquisa de Bill Williams sobre os operários judeus de Manchester mostra como, no início do século XIX, as lavadeiras punham os lençóis que lhes haviam sido entregues para lavar no penhor durante alguns dias antes de restituí-los a seus proprietários, a fim de aumentar sua liquidez.²⁸ Em suma, essas eram sociedades em que a arte

²⁶ Cf. os artigos de V. Pfister, P. Spufford, L. Fontaine, P. Servais, G. Béaur e G. Delille reunidos sob o tema *Les réseaux de crédit en Europe, XVI^e-XVIII^e siècles*, *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 49(6):1.335-442, 1994.

²⁷ F. Ramella, *Terra e telai. Sistemi di parentela e manifattura nel Biellese dell'Ottocento* (Torino, Einaudi, 1984), p. 92-124.

²⁸ B. Williams, *The making of Manchester jewry, 1740-1875* (Manchester, Manchester University Press, 1976), p. 172-93.

da sobrevivência baseava-se para muitos na capacidade de se proteger contra a ameaça permanente das flutuações conjunturais ou das eventualidades ligadas ao ciclo de vida. Onde essas estranhas descobertas nos inventários dos bens dos pobres.

Os exemplos dados referem-se apenas a grupos situados na camada inferior da hierarquia social. Eles visam a mostrar que é difícil estudar o sistema do consumo, a organização dos patrimônios e a lógica das despesas tal como aparecem nos balanços familiares na ausência de uma contextualização precisa numa sociedade dada, no interior de um grupo e numa situação particular.

Não poderíamos portanto aplicar a Lei de Engel tal e qual a uma sociedade global. Isso não significa que seja preciso recusá-la em bloco: ela deve ser posta à prova para cada segmento social, sendo os segmentos definidos como os grupos que, no interior de um conjunto social, têm em comum um mesmo estilo de vida e uma mesma estratégia de consumo. Esta é apenas uma hipótese de trabalho, mas ela pode nos ajudar, penso eu, a desenvolver análises mais pertinentes.

11. Passemos ao estudo de um caso concreto a partir de dois balanços familiares feitos em torno de 1620. Os livros de contas que eles resumem, simplificando os dados, cobrem em ambos os casos mais de 10 anos de gestão diária das despesas com cada um dos filhos. Trata-se de famílias cujo pai morreu quando os filhos ainda eram pequenos. As contas foram anotadas pelos tutores legais encarregados de velar sobre sua educação e de gerir da melhor forma possível o patrimônio familiar. No quadro que resume esses dados (cf. p. 221), lemos horizontalmente o total das despesas com cada filho; lida verticalmente, a última coluna recapitula a participação de cada um deles na despesa global, ou, se se preferir, o investimento consentido para cada um com o objetivo de assegurar seu destino profissional.

O primeiro caso diz respeito a dois meninos e uma menina. O primeiro filho é destinado a uma carreira de comerciante e a retomar as atividades comerciais que seu pai mantinha com Alexandria, no Egito, onde irá se estabelecer aos 20 anos de idade. O segundo é destinado às finanças: tornar-se-á um *expert* em matéria de câmbio entre Veneza e a feira de Bolzano. A menina, ao que parece, é destinada ao casamento (mas seu dote não aparece no balanço porque o casamento deve ter sido posterior ao período de observação).

Dos dados recapitulados no quadro, podemos tirar as seguintes conclusões:

- * existe uma diferença notável entre as despesas consentidas para os filhos, mesmo em Veneza, onde a herança era dividida igualmente entre os herdeiros homens. As despesas com alimentação (passíveis de calcular se-

paradamente, já que os dois meninos foram internados em dois conventos diferentes) são comparáveis. O mesmo não acontece com as roupas (muito mais caras para o futuro comerciante) nem com a educação (mais dispendiosa para o cambista, que faz estudos de matemática muito mais intensivos e para o qual é preciso comprar mais livros, ábacos etc.). O custo do lazer e o dinheiro para despesas miúdas também são desiguais.

- * gasta-se menos com a alimentação da filha; o item roupas apresenta um valor intermediário; o investimento na educação e o dinheiro de que ela pode dispor livremente situam-se num nível nitidamente inferior àquele de que se beneficiam seus irmãos.

Partamos da hipótese que nos sugere o senso comum hoje em dia — a de uma tendência à igualação das condições oferecidas aos filhos: na sociedade atual, podemos dizer que os pais inclinam-se a conceder-lhes oportunidades iniciais e possibilidades comparáveis, e que, conseqüentemente, a despesa e o investimento em capital humano que autorizam também são equivalentes. Sabemos, no entanto, que essa questão recentemente foi objeto de um debate de fundo, o chamado debate dos "20%-80%". A formação do patrimônio do qual provém a renda destinada ao consumo ou à poupança tem duas fontes essenciais: a acumulação realizada ao longo de uma vida e a transmissão de um conjunto de bens de geração para geração. Durante muito tempo, a teoria da distribuição considerou que a riqueza herdada representava apenas uma parte limitada dos patrimônios. Seriam portanto — segundo o modelo proposto por Modigliani em 1954 — a poupança e os recursos criados durante o ciclo de vida que comporiam sua parte mais substancial: digamos 80% contra 20%. Em 1981, Kotlikoff e Summer²⁹ inverteram essa relação, sugerindo que a poupança constituída durante o ciclo de vida respondia apenas por um quinto da riqueza existente. Este é sem dúvida um problema central, também na época moderna. Meu sentimento é de que a maior rigidez do sis-

²⁹ L. J. Kotlikoff & L. H. Summer, The role of intergenerational transfers in aggregate capital accumulation, *Journal of Political Economy*, 89:706-32, 1981; a resposta de Modigliani intitula-se Life cycle, individual thrift and the wealth of nations, *American Economic Review*, 76:297-313, 1986; o debate prossegue no volume editado por D. Kessler & A. Mason, *Modelling the accumulation and distribution of wealth* (Oxford, Clarendon Press, 1988), com contribuições de F. Modigliani, Measuring the contribution of intergenerational transfer to total wealth: conceptual issues and empirical findings, p. 21-52, e L. J. Kotlikoff & L. H. Summer, The contribution of intergenerational transfers to total wealth: a reply, p. 53-67.

tema econômico e das estruturas sociais aumentaram ainda mais a importância relativa da parte transmitida pelas gerações sucessivas. (Mas em quanto? É difícil avaliar, já que mesmo para os dados contemporâneos praticamente não se consegue refinar as hipóteses). Não foi somente por razões documentais que os historiadores dedicaram maior atenção aos sistemas de herança³⁰ do que à acumulação realizada durante o ciclo de vida. O problema, contudo, permanece aberto, e podemos esperar tirar do estudo dos balanços familiares venezianos alguns elementos de resposta.

PERCENTAGEM DE CADA TIPO DE DESPESA*

		Alimentação e moradia	Roupas	Educação	Outros	Total	%**
Família A	filho mais velho	270 (52%)	130 (25%)	70 (40%)	50 (9%)	520	39
	segundo filho	270 (60%)	60 (13%)	90 (20%)	30 (7%)	450	33
	filha	230 (60%)	90 (23%)	40 (11%)	20 (6%)	380	28
	total	770 (57%)	280 (21%)	200 (15%)	100 (7%)	1.350	
Família B	filho mais velho	140 (54%)	35 (13%)	70 (27%)	15 (6%)	260	27
	segundo filho	120 (60%)	30 (15%)	40 (20%)	10 (5%)	200	21
	terceiro filho	115 (64%)	30 (17%)	30 (17%)	5 (2%)	180	19
	quarto filho	180 (56%)	80 (25%)	40 (13%)	20 (6%)	320	33
	total	555 (58%)	175 (18%)	180 (19%)	50 (5%)	960	

* Os dados arredondados estão em ducados.

** Percentagem da despesa familiar total ligada a este filho.

³⁰ Um exemplo pode servir para resumi-los: J. Goody, J. Thirsk & E. P. Thompson (eds.), *Family and inheritance. Rural society in Western Europe, 1200-1800* (Cambridge, Cambridge University Press, 1976). Observações muito interessantes em H. Phelps Brown, *Egalitarianism and the generation of inequality* (Oxford, Clarendon Press, 1988).

Convém nos determos ainda num aspecto particular surgido no decorrer dessa discussão. A diferença de recursos entre os filhos está estreitamente ligada à natureza das regras de transmissão dos bens: os sistemas de herança indivisível, que beneficiam um único filho pelo princípio da primogenitura, produzem, é claro, uma maior desigualdade entre os filhos diante do conjunto do patrimônio. Mas uma tal hipótese em geral não leva em conta a estrutura dos patrimônios em toda a sua complexidade. Alguns indícios mostram que a gestão pessoal do patrimônio nem sempre coincide, para o filho que é seu herdeiro principal, com uma preeminência efetiva sobre esse patrimônio. Não é certo tampouco que a exclusão das filhas da herança por meio do dote sempre signifique um valor menor deste em relação à parte reservada aos herdeiros homens.

Um aspecto do debate me parece ser particularmente importante. Segundo Becker e Tômes,³¹ ao longo da vida os pais intervêm para igualar o consumo e a renda dos filhos; ao morrer, eles se utilizam da herança para atenuar as diferenças existentes entre os filhos quanto à capacidade de obter recursos: este seria o efeito, ou ao menos a intenção, das partes desiguais da herança. Essa igualação das oportunidades seria hoje a prática mais difundida. Sem procurar penetrar mais nessa discussão, extraio dela a seguinte conclusão: na longa duração parece que passamos de uma estratégia de diferenciação das despesas entre os herdeiros homens de uma mesma família para uma tendência igualitária (ou para uma diferenciação compensatória), com a vontade de assegurar aos filhos condições de início de vida comparáveis (os pais consideram essas condições desiguais e procuram portanto corrigi-las).

Segunda conclusão: a igualação das condições e das possibilidades oferecidas aos meninos e às meninas é um processo de duração ainda mais longa. Aqui, não se trata apenas de uma realidade jurídica, e não se deve imaginar que ela remete à generalização de um sistema de herança que trata igualmente os dois sexos. De fato, o problema é duplo: é preciso levar em conta, de um lado, a diferença dos consumos para cada setor — da alimentação à instrução —, que permaneceu muito forte até um período bastante contemporâneo; de outro lado, a transformação muito lenta (e que está longe de estar completada) da sociedade e do sistema de valores, transformação que vai muito além da simples igualdade monetária das transferências de riqueza em benefício de cada um dos filhos, seja durante o ciclo de vida, seja por ocasião da herança. Encontramos novamente uma evolução lenta e lon-

³¹ G. S. Becker & N. Tômes, Child endowments and the quantity and quality of children, *Journal of Political Economy*, 84:143-62, 1976.

ga que leva de uma estratégia não-igualitária, e que concerne a homens e mulheres, a um modelo igualitário.

A segunda família presente no quadro é mais pobre e tem um número maior de meninos. Ela confirma o que foi dito acima: uma diferença marcada entre os filhos. Os três primeiros se tornarão frades e o terceiro disporá de um cargo público (que, ao que tudo indica, não exercerá ele próprio). Aqui, é o quarto filho que é destinado a ser o herdeiro único e para o qual as despesas com alimentação e roupas — mas não com educação — serão mais altas durante a adolescência. É interessante notar a diferença entre seus três irmãos mais velhos: eles se destinam a três ordens religiosas diferentes, o que implica uma diferenciação marcada das relações e das tradições no seio de uma estratégia familiar de diversificação, mesmo que seu destino aparente pareça ser comum. Eles implicam também custos e consumos diferentes conforme se trate de um elegante convento de agostinianos, uma casa dominicana um pouco menos prestigiosa ou um mosteiro franciscano; as despesas com os livros e as lições são elas também muito diversas.

Estamos aqui diante de uma herança indivisa e de uma estratégia rigorosamente não-igualitária. Todos os itens de consumo são rigorosamente hierarquizados no interior do grupo familiar em função de uma estratégia comum, como o eram para a primeira família — mas aqui a herança permanecerá indivisa graças à exclusão dos que entrarão para a Igreja. Aqui, também, nos encontramos num momento intermediário de uma longa trajetória que — em virtude da obrigação de dividir a herança entre os que a ela têm direito, que será instituída pelo código Napoleão, mas também à custa de uma lenta e profunda mutação das mentalidades — levará a uma relativa igualação dos destinos individuais.

Em resumo, trata-se de processos longos e culturalmente complexos, que não passam por uma ruptura definitiva mas por períodos de estase. As escolhas misturam aí as preocupações patrimoniais e o prestígio familiar, aspectos psicológicos, tais como a preocupação de proteger os filhos mais desprovidos, e traços culturais e sociais que remetem a uma concepção de mundo ou determinam o estatuto das mulheres e dos homens. Nesse ponto, torna-se difícil abordar um terceiro aspecto que foi várias vezes lembrado nas páginas precedentes: se existiu um processo de igualação entre os meninos, e um outro, mais lento, entre meninos e meninas no quadro familiar, constatamos também uma uniformização tendencial da cultura do consumo entre segmentos sociais que durante muito tempo estiveram nitidamente separados. Os estilos de vida, mas também os objetivos e as expectativas são bastante diferenciados no interior de uma mesma sociedade. Eis por quê, seguindo Mary Douglas, falei tantas vezes em esferas de consumo separadas. Não vamos contudo imaginar uma unificação consumada: os traços distintivos mudaram de natureza em relação às sociedades do Antigo Regime, mas

conservam sua importância.³² Resta o fato de que os consumos tendem a se igualar e de que as barreiras entre os grupos sociais progressivamente desapareceram. Para entender esta última transformação, será preciso nos dedicarmos ao estudo das modalidades do consumo bem como à evolução dos estilos de vida e dos valores sociais. Existiu realmente um "momento feliz" que seria o da revolução do consumo?

Sabina Loriga

A biografia como problema

"Numa verdadeira tragédia, de fato, não é o herói que morre, e sim o coro."

(Iosif Brodskij, *Dall'esilio*, 1987.)

1. A aposta biográfica

A fronteira que separa a biografia da história sempre foi bastante imprecisa. Em relação a esse ponto, assistimos recentemente a uma reviravolta radical. Após um longo período de desgraça, durante o qual os historiadores se interessaram pelos destinos coletivos, o indivíduo voltou hoje a ocupar um lugar central em suas preocupações.

A redescoberta da biografia remete principalmente a experiências no campo da história atentas ao "cotidiano", a "subjetividades outras": por exemplo, a história oral, os estudos sobre a cultura popular e a história das mulheres. O desejo de estender o campo da história, de trazer para o primeiro plano os excluídos da memória, reabriu o debate sobre o valor do método biográfico. Nos anos anteriores, a maioria dos historiadores pensava que as classes populares não podiam ser objeto da história a não ser numa abordagem quantitativa: como dizia François Furet em 1963, a noção de classes subalternas evocava toda uma idéia de quantidade e de anonimato.¹ Contudo, entre o final dos anos 70 e o começo dos 80, a atenção pouco a pouco se des-

³² Tive a sorte de poder discutir essas questões com J.-C. Passeron. Espero ter sabido passar aqui as críticas que ele me fez a respeito da minha visão da sociedade contemporânea, que eu acusava de pecar por excesso de indistinção. Cf. P. Bourdieu, *La distinction. Critique sociale du jugement* (Paris, Minuit, 1979); P. Bourdieu & J.-C. Passeron, *La reproduction. Éléments pour une théorie du système d'enseignement* (Paris, Minuit, 1970).

¹ François Furet, Pour une définition des classes inférieures à l'époque moderne, *Annales ESC*, 18(3):459-74, 1963.

locou da atividade econômica e política do camponês ou do operário para sua subjetividade e seu "vivido".

Ligada às pesquisas sobre as culturas subalternas ou dominadas, a reflexão sobre a subjetividade logo se estendeu a toda a disciplina histórica. Ela respondeu nesse ponto a motivações profundas. Como o sugeriu Lawrence Stone, devemos ver aí uma conseqüência da crise da "história científica", baseada nos conceitos *totalizantes* de classe social ou de mentalidade, que tendiam a reduzir o sentido das ações humanas apenas a um subproduto de forças produtivas e de meios culturais.² A crise, de gravidade e de importância desiguais, da interpretação marxista, do modelo estrutural e da análise cliométrica estimulou a estender e a aprofundar a noção histórica de indivíduo. Decepcionados e insatisfeitos com o uso de categorias interpretativas predeterminadas, os próprios historiadores sociais, tradicionalmente mais atentos à dimensão coletiva da experiência histórica, começaram a refletir sobre os destinos individuais.³

A despeito dessas motivações profundas, a redescoberta recente da biografia foi por vezes vista como uma capitulação. Alguns historiadores assinalaram que se estava correndo o risco de abandonar a "história-problema" para voltar a uma história cronológica, baseada numa conceituação frágil e implícita (uma conceituação dissimulada, além do mais, em meio à finalidade temporal que estrutura a narrativa).⁴ Foi sem dúvida por essas razões que Jacques Le Goff exprimiu recentemente, enquanto ele próprio escrevia uma vida de São Luís, sua perplexidade diante do novo furor biográfico. "O que me desola na atual proliferação de biografias", escreve ele, "é que muitas delas são uma volta pura e simples à biografia tradicional superficial, anedótica, puramente cronológica, que se sacrifica a uma psicologia ultrapassada, incapaz de mostrar a significação histórica geral de uma vida individual."⁵ Mas foi a partir do campo da sociologia que foram formuladas as críticas mais severas. Pierre Bourdieu acusou com dureza as ciências sociais de serem prisioneiras de uma ilusão característica do senso comum, que "descreve a vida como um caminho, uma estrada, uma carreira, com suas encruzilhadas (Hércules entre o vício e a virtude), suas emboscadas [...] comportando um come-

² Lawrence Stone, The revival of narrative. Reflections on a new old history, *Past and Present*, 85:3-24, 1979.

³ Editorial da redação: Tentons l'expérience, *Annales ESC*, 44(6):1.317-23, 1989.

⁴ Cf. a definição da "história-narrativa" de François Furet, De l'histoire-récit à l'histoire-problème, *Diogenes*, 89, 1975, reeditado em *L'atelier de l'histoire* (Paris, Flammarion, 1982), p. 75-6.

⁵ Jacques Le Goff, Comment écrire une biographie historique aujourd'hui?, *Le Débat*, 1989, p. 49-50.

ço ('uma estréia na vida'), etapas e um fim, no duplo sentido de termo e de objetivo".⁶ E, num artigo em que transparece uma certa amargura, Jean-Claude Passeron sublinhou os perigos metodológicos contidos na recente conversão biográfica: "A superação [...] das formas mais mecânicas ou mais abstratas de um naturalismo determinista constitui indiscutivelmente um avanço teórico; mas sob a condição de que se faça melhor do que aquilo que se superou, ou seja, de que se acrescente regras e limites à interpretação; não que se volte atrás, ou seja, que se as subtraia".⁷

Estamos aí diante de objeções complexas às quais retornarei mais adiante. Parece-me porém importante assinalar desde já que elas muitas vezes se alimentaram de argumentações utilizadas em favor da biografia. Salvo raras exceções, as razões profundas (mais ou menos conscientes) que recentemente reconduziram à frente do palco os destinos individuais foram esquecidas em benefício de uma retórica ligada unicamente ao "vivido".⁸ "A história sem a biografia seria algo como um repouso sem relaxamento, uma comida sem gosto, quase como uma história de amor sem amor", escrevia Victor Albjerg em 1947.⁹ Quase 40 anos depois, por ocasião de um congresso na Sorbonne, a biografia foi apresentada como algo que se podia admitir na falta de coisa melhor, como o sinal de um cansaço, e chegou-se a defini-la como "uma modesta ferramenta, que ajuda a melhor observar ou a ilustrar as tendências longas, as estruturas, as forças de peso; em hipótese alguma ela poderia pretender tornar-se uma alavanca intelectual".¹⁰ Nessa perspectiva, a história de vida teria simplesmente uma função sugestiva (de exploração preliminar do problema) ou ilustrativa (nesse caso as hipóteses teóricas são estabelecidas graças a outros procedimentos de pesquisa, e a anedota pessoal seria de alguma maneira um enfeite coroando o todo).

⁶ Pierre Bourdieu, L'illusion biographique, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* (62-63):69, 1986.

⁷ Jean-Claude Passeron, Biographies, flux, itinéraires, trajectoires, *Revue Française de Sociologie*, 31(1):4, 1990, reeditado em *Le raisonnement sociologique* (Paris, Nathan, 1991).

⁸ Cf. Miles F. Shore, Biography in the 1980s, *Journal of Interdisciplinary History*, 12(1):89-113, 1981.

⁹ Victor L. Albjerg, History through biographical lenses, *Social Studies*, 38:243-6, oct. 1947.

¹⁰ Hubert Bonin, La biographie peut-elle jouer un rôle en histoire économique contemporaine?, in *Problèmes et méthodes de la biographie*, Actes du Colloque, Sorbonne, 3-4 mai 1985, n° esp. de *Sources. Travaux Historiques* (3-4):173, 1985; cf. também Félix Torres, Du champ des *Annales* à la biographie: réflexions sur le retour d'un genre, *ibid.*, p. 141-8. Essa convicção é muito bem descrita por Alceo Riosa (ed.), *Biografia e storiografia* (Milano, Franco Angeli, 1983), p. 9-14.

Nas últimas décadas, entre os partidários da biografia, prevaleceu portanto, em suma, uma visão resignada, *minimalista*, baseada na estranha convicção de que é menos complexo e menos difícil debruçar-se sobre o personagem-homem do que sobre as estruturas sociais. Mas nem sempre foi assim. No século passado, muitas vezes se atribuiu à biografia uma função heurística importante. Por essa razão, olhar para trás pode ser útil. Nas páginas que se seguem lembrarei rapidamente alguns predecessores antigos e voltarei minha atenção para três projetos biográficos *fortes*, concebidos cerca de 150 anos atrás: o herói de Thomas Carlyle, o homem patológico de Jacob Burckhardt e o homem-partícula de Hippolyte Taine. Suas observações, mesmo aquelas que nos parecem mais incompletas, combinam-se para nos ajudar a colocar novas questões e para esclarecer alguns equívocos.

2. Alguns predecessores antigos

Como se observou em 1968, o debate sobre as relações entre a história e a biografia é muito antigo. Antes de pôr em questão a teoria formulada no início do século por Friedrich Leo, e de modo geral aceita pelos historiadores, segundo a qual a biografia grega teria sido um produto da escola aristotélica, Arnaldo Momigliano lembrava os altos e baixos do gênero biográfico.¹¹ Na época ática, Tucídides não escondia seu desprezo aristocrático pelo que considerava ser um gênero demasiado popular.¹² Dois séculos depois, Políbio insistia na necessidade de distinguir entre biografia e história. Porque estava convencido de que o objetivo da história não se reduzia à monografia, mas visava à síntese geral, considerava que os historiadores deviam evitar a dramatização da narrativa (procedimento próprio do teatro trágico) e empenhar-se em estabelecer e transmitir a verdade.¹³ Nesse sentido, a antonímia assinalada pela historiografia grega ultrapassava a questão do gênero biográfico e se inseria num debate mais amplo, no qual os valores estilísticos de simplicidade e clareza de que Políbio se tinha feito defensor se opunham ao ideal poético perseguido pelo sofista Górgias e por outros autores. A distinção entre a história e a biografia era aliás confirmada por vezes do outro lado da barreira, no campo biográfico. Plutarco demonstrava pouco interesse pelos determinantes estruturais e sempre reivindicava com energia a superioridade dos sinais da alma sobre a etiologia política.¹⁴

¹¹ Arnaldo Momigliano, *The development of greek biography* (Cambridge, Mass., Cambridge University Press, 1971).

¹² Tucídides, *La guerre du Péloponèse* (Paris, Les Belles-Lettres, 1953).

¹³ Polybe, *Histoires* (Paris, Les Belles-Lettres), livro XII.

¹⁴ Plutarque, *Vies parallèles*, trad. fr. por R. Flacelière, E. Chambry e M. Jumeaux (Paris, Les Belles-Lettres, 1960-83).

As declarações de Plutarco tiveram destinos diferentes entre os historiadores modernos. O desprezo pela biografia foi retomado e sublinhado em 1599 por John Hayward, que, em sua obra *Life and reign of King Henry III*, recomendava que não se confundisse “o governo das grandes potências” com “a vida e os feitos dos homens ilustres”.¹⁵ Um século depois era a vez de um platônico de Cambridge, Thomas Burnet, atribuir apenas um valor acessório, ilustrativo, à reflexão biográfica na história: “A vida dos filósofos, o nascimento, a morte, a apologia, as viagens, as boas ou más ações podem completar e embelezar a matéria histórica, mas têm uma importância secundária, porque devemos investigar a origem e o progresso do conhecimento humano e a ação da Providência”.¹⁶

No entanto, essa separação entre a biografia e a história reivindicada por Políbio nem sempre foi aceita. No século VIII, Beda o Venerável considerava que a biografia “não era outra coisa senão a história observada mais de perto”, enquanto, na época moderna, os principais tratados de paleografia, de diplomática e de historiografia (de Jean Bodin a Agostino Mascardi e Gabriel Mably) a consideravam uma forma perfeitamente legítima de escrita histórica. No século XVII, Thomas Stanley, o célebre filólogo admirado por sua edição crítica das tragédias de Ésquilo, definia a biografia dos legisladores, das grandes figuras militares e dos sábios como a expressão mais completa da história.¹⁷ Que o destino individual dos homens ilustres permitia compreender as escolhas de uma nação era uma opinião largamente compartilhada ainda no século XVIII. David Hume estava convencido de que a personalidade de Carlos I tinha sido fatal para a causa absolutista na Inglaterra. E, algumas décadas depois, Voltaire centrava sua narrativa histórica nas figuras de Luís XIV, Carlos XII da Suécia, “excessivamente alto, infeliz e louco”, e em seu glorioso adversário de Poltava, Pedro o Grande. Ao contrário de Carlyle, Voltaire jamais consentiu em celebrar os heróis, mas achava que as grandes inteligências permitiam reconhecer as surpresas da história, esses acontecimentos imprevisíveis e tão essenciais num “campo onde ne-

¹⁵ Para o texto de John Hayward, cf. John Garraty, *The nature of biography* (Oxford, Alden Press, 1958), p. 70.

¹⁶ Para o texto de Thomas Burnet, cf. Mario Longo, *Historiae philosophiae philosophica. Teorie e metodi della storia della filosofia tra Seicento e Settecento* (Milano, Istituto Propaganda Libreria), p. 39.

¹⁷ Sobre a historiografia da Idade Média e da época clássica, cf. Donald R. Kelley, *Foundations of modern historical scholarship. Language, law and history in the French Renaissance* (New York-London, Columbia University Press, 1970); Denis Day, *Annals and historians. Western historiography from the eight to the eighteenth centuries* (London, Methuen, 1977).

cessariamente não acontece o que é verossímil". Como aconteceria um pouco mais tarde nos quadros de David ou de Géricault, apenas o rosto do herói, emergindo da multidão anônima que ocupa o fundo, exprimia o *Zeitgeist*, o espírito da época.¹⁸

O fosso entre biografia e história se aprofundou ao longo do século XIX entre os filósofos, quando se começou a procurar o sentido da história empírica na história filosófica. Uma certa redução do lugar do indivíduo já estava presente num breve estudo sobre a finalidade da história escrito em 1784 por Immanuel Kant, que representava o homem como um meio, para a natureza, de realizar seus próprios fins: a história devia mudar de escala para ir além do caso individual, pois aquilo que, em indivíduos singulares, se revelava confuso e irregular, aparecia na totalidade da espécie como uma sucessão homogênea e coerente de acontecimentos.¹⁹ A dimensão biográfica perdeu ainda mais seu interesse com a preferência dada a uma visão providencial da história. Quando os acontecimentos do mundo, dos mais diversos até os mais aberrantes, foram integrados dialeticamente numa perspectiva escatológica (a de um desenvolvimento infinito e necessário do gênero humano), os indivíduos apareceram como instrumentos da razão, que cumpriam algo que eles não podiam nem mesmo compreender.²⁰

Numa concepção teleológica do devir, em que a humanidade, num parto trabalhoso, realizava seus fins superiores, o indivíduo era esmagado pela lei. Uma lei dramática e implacável, porque isenta de toda contingência. O esquecimento da pessoa coincidia quase sempre com a negação do acaso ou, ao menos, com sua parcial depreciação: o resultado da batalha de Waterloo foi certamente condicionado pela chuva que caiu na noite de 17 para 18 de junho de 1815, mas aqueles pingos d'água tinham sido enviados pela providência histórica... As palavras de Victor Hugo, alguns anos mais tarde, lembram esse ponto de vista: "Deus permanece calmo e faz sua obra" mesmo graças ao acaso, "por intermédio desse ruído da fala humana que fala ao mesmo tempo todas as línguas por todas as bocas".²¹

¹⁸ Cf. Friedrich Meinecke, *Die Entstehung des Historismus*, ed. por Carl Hinrichs (München, R. Oldenbourg, 1965), cap. 2: Voltaire, e cap. 5 §1: Hume (citado a partir da tradução italiana, p. 71-115, 177-8).

¹⁹ Immanuel Kant, *Idee zu einer allgemeinen Geschichte in welt-bürgerlicher Absicht* (1784), in *Kleinere Schriften zur Geschichtsphilosophie, Ethik und Politik*, ed. por K. Vorländer (Homburg, Felix Meiner, 1973), p. 3-20.

²⁰ Cf. Karl Löwith, *Meaning in history. The theological implications of the philosophy of history* (Chicago, University of Chicago Press, 1949), cap. 3.

²¹ Victor Hugo, *Sur Mirabeau* (1834), in *Littérature et philosophie mêlées*, ed. por A. R. W. James (Paris, Klincksieck, 1976), v. 2, p. 331.

Para abraçar os *Welt-plan*, tantas vezes evocados pelos filósofos, alguns historiadores também deixaram de lado os destinos individuais. Foram os historiadores positivistas que se revelaram os mais dispostos a sacrificar o caráter finito e pessoal da vida humana em nome da continuidade da história. Com o intuito de estabelecer as leis do desenvolvimento universal, Henry Buckle afirmava, em 1857, querer arrancar a história das mãos dos "biógrafos, genealogistas e colecionadores de anedotas, cronistas de corte, esses bons divulgadores de mundanidades".²² Trinta anos depois, Louis Bourdeau e John Fiske faziam-lhe eco. O primeiro ameaçava afastar de cena "as aristocracias da glória", enquanto o segundo escrevia, por ocasião de uma polêmica com William James, que a história era "algo mais que a biografia": por mais importante que seja o homem, "seus pensamentos e suas ações individuais não têm qualquer interesse". A definição da história como ciência dos fatos sociais relegava a segundo plano "a observação das consciências individuais". A crítica sociológica atingia até mesmo Plutarco: o grande mestre da biografia, tão admirado por Montaigne, Pascal, Rousseau e Goethe, via-se acusado de não ter entendido as "razões que tinham impedido os gregos de constituir um conjunto político coerente".²³

O sacrifício da dimensão individual tornou-se assim uma *conditio sine qua non*, o prelúdio a uma "grande revolução historiográfica" comparável à revolução darwiniana. Para os historiadores positivistas, as qualidades pessoais, inclusive as dos grandes homens, não bastavam para explicar o curso dos acontecimentos, e era preciso levar em consideração as instituições e o meio (a raça, a nação, a geração etc.). Sua atitude teve porém outra conseqüência conceitual importante que foi a de purificar o passado. Como observava Henry Buckle, num enfoque evolucionista era indispensável renunciar às diferenças, às variações, aos cortes morfológicos: o historiador devia escolher apenas as ações que aprimoraram a organização social e as iniciativas que fizeram a humanidade (ou a espécie) avançar na direção de seu verdadeiro fim. E esse trabalho de limpeza não terminava aí. Mesmo as diferenças individuais eram apagadas. Por um curioso deslocamento vocabular, os sinais da alma de Plutarco, já reduzidos por Hegel a "ninharias", tornavam-se "idiossincrasias pessoais" que era preciso primeiro nivelar e depois eliminar.²⁴

Mas a maioria dos historiadores do século XIX não aceitava privilegiar as uniformidades em detrimento das particularidades do passado, principal-

²² Henry T. Buckle, *History of civilization in England* (London, 1857-61), t. I, 1, p. 16.

²³ Louis Bourdeau, *L'Histoire et les historiens. Essai critique sur l'histoire considérée comme science positive* (Paris, F. Alcan, 1888), p. 109; John Fiske, *Sociology and hero-worship*, *Atlantic Monthly*, 47:75-84, 1881.

²⁴ John Fiske, *Sociology and hero-worship*, p. 81.

mente das especificidades nacionais. Leopold von Ranke lembrava a “ação enérgica dos povos e dos Estados devida à sua especificidade” e Barthold Niebuhr afirmava: “Cada povo recebeu de Deus sua própria vocação e sua marca particular, ligada a seu destino”.²⁵ Do lado de cá do Reno, Michelet exaltava o elemento egotista, o “vigoroso trabalho de si sobre si” realizado pelas nações, e declarava que “o homem é seu próprio Prometeu”.²⁶ Era nessa perspectiva que eram afirmadas as particularidades pessoais, aquelas que Hegel tinha desdenhosamente chamado de “ninharias”: o homem era um criador dinâmico, uma potência animadora, uma força viva da história. Para Thomas Babington Macaulay e para muitos outros menos conhecidos (como James Gairdner ou John Morley), o espírito de uma época ou de uma civilização não podia ser entendido a não ser por intermédio da realização pessoal dos grandes protagonistas.²⁷ Mesmo qualificando Macaulay de “jovem extremamente refinado, desesperadamente convencional”,²⁸ Thomas Carlyle compartilhava seu ponto de vista e, em 1830, observava que “a vida social é resultado de todas as vidas individuais que compõem a sociedade”.²⁹ Para ele, “a história é a essência de inúmeras biografias”: a única maneira de penetrar na intimidade do passado era se interessar pelos homens; nos campos de batalha, no parlamento ou nas antecâmaras reais produziam-se apenas acontecimentos fortuitos e superficiais.³⁰

As ações individuais constituíam a base da história principalmente no mundo anglo-saxão, povoado pelos heróis de Percy Shelley, de Matthew Arnold e de Alfred Tennyson, mas continuaram a ser igualmente celebradas nos outros países da Europa. Numa célebre página do seu *Historik*, Johan Gustav Droysen insistia no “peso desmedido do minúsculo x”:

²⁵ Leopold von Ranke, *Aus Werk und Nachlass. IV. Vorlesungseinleitungen*, ed. por Volker Dotterweich e W. P. Fuchs (München-Wien, R. Oldenbourg, 1975), p. 287; para o texto de Barthold G. Niebuhr, cf. Fulvio Tessitore, *Introduzione allo storicismo* (Roma-Bari, Laterza, 1991), p. 63.

²⁶ Jules Michelet, Préface de 1869, *Histoire de France*, in *Oeuvres complètes*, ed. por P. Vialancix (Paris, Flammarion, 1974), v. 4, p. 13.

²⁷ Cf. Thomas Babington Macaulay, *Critical and historical essays* (London, Longmans, 1843), passim.

²⁸ Hugh Trevor-Roper, Thomas Carlyle's historical philosophy, *Times Literary Supplement*, 26 June 1981, p. 731-4.

²⁹ Thomas Carlyle, On history, in *Critical and miscellaneous essays* (London, Chapman & Hall, [1869]), v. 2, p. 255.

³⁰ Ibid., p. 255-60.

Se designamos por A tudo o que um homem é, possui e faz, esse A é formado de $a + x$, onde a representa tudo o que lhe vem dos elementos exteriores, a saber, de seu país, de seu povo, de sua época etc., e o pequenino x constitui sua contribuição pessoal, a obra de sua vontade livre. Por menor que seja esse x , ele tem um valor infinito [...] Mesmo que as estatísticas mostrem que num determinado país há tantos filhos ilegítimos, mesmo que nessa fórmula, $A = a + x$, o a contenha todos os momentos que explicam como, em mil mães, 20, no máximo 30, terão filhos fora do casamento — cada caso tem sua história, cada uma comovente e trágica, e entre essas 20 ou 30 infelizes, será difícil que possamos, mesmo para uma delas, imaginar a explicação de seu caso pelas leis da estatística. Nos remorsos e nas lágrimas de suas noites, cada uma estará profundamente convencida de que, na fórmula $A = a + x$, o minúsculo x tem um peso desmedido, que contém todo o valor moral da pessoa.³¹

Ainda no começo do século XX, os herdeiros de Leopold von Ranke, reunidos em torno da *Historische Zeitschrift* (e da *Revue Historique* na França), sublinhavam a importância dos acontecimentos específicos e dos feitos dos homens célebres. A periodização, quase sempre articulada em torno dos reinados, era uma das numerosas maneiras de personalizar a história nacional: os 18 volumes da *Histoire de France depuis les origines jusqu'à la Révolution*, publicados sob a direção de Ernest Lavisse entre 1903 e 1911, são assim pontuados pelas figuras imponentes de Sully, Richelieu ou Colbert.

3. O herói

As tonalidades heróicas, até mesmo titânicas, tornaram-se particularmente vivas na metade do século XIX. Por oposição a uma concepção positivista da história, baseada no princípio da necessidade, a maioria dos historiadores obstinou-se em valorizar no homem suas capacidades criadoras e seu potencial de ação. Limitaram-se contudo a reivindicar os direitos do homem que faz a história (Maomé, Dante ou Lutero); os outros, o comum dos mortais, deviam contentar-se com um tratamento coletivo. O princípio da individualidade podia aplicar-se a todos os povos e a todas as nações do mundo ocidental, mas não a todas as pessoas. Para Ranke, a biografia só se torna significante na medida em que a “existência pessoal atinge uma di-

³¹ Johan Gustav Droysen, *Historik. Vorlesungen über Enzyklopädie und Methodologie der Geschichte*, ed. por R. Hüner (München, R. Oldenbourg, 1937), p. 406-7.

mensão histórica universal”.³² Mas o intérprete mais apaixonado da biografia heróica foi Carlyle, que, opondo-se àqueles que “tomam as medidas do homem” e fazem dele “um produto da sua época” (Helvécio à frente), afirmava que apenas o grande homem, expressão do livre-arbítrio, se mostrava capaz de enfrentar a multidão passiva, prisioneira da necessidade: “Tudo o que observamos de firmemente estabelecido não é senão [...] a encarnação dos pensamentos nascidos no espírito dos grandes homens”.³³

Hoje, após a polêmica contra “a história historizante” que fez da biografia um emblema da história tradicional e *événementielle*,³⁴ pode nos parecer estranho que alguns historiadores do século XIX tenham podido ver na biografia um instrumento para escapar da fascinação dos fatos. Mas assim foi. Carlyle desconfiava daqueles que pretendiam compreender o passado “coletando os fatos como se fossem as pérolas de um colar”,³⁵ e visava ao caos subjacente, profundo e obscuro do devir:

O homem mais bem dotado não pode senão organizar em série suas próprias impressões, e é por isso que sua observação tende a ser *cronológica* [...] enquanto o que aconteceu, freqüentemente aconteceu de maneira *simultânea*: os fatos não se encadeiam numa sequência, mas se agrupam. Na história escrita, não é como na história vivida: os acontecimentos reais não estão simplesmente ligados uns aos outros como o estão pais e filhos; cada acontecimento é fruto não de um acontecimento particular, mas de todos os acontecimentos precedentes ou contemporâneos, e se combinará por sua vez com todos os outros para dar origem a um fato novo. É um Caos do Ser, perpetuamente ativo [...] que se reproduz a partir de inúmeros elementos”.³⁶

Considerava a ordem cronológica uma simples aparência e tinha como objetivo transmitir o volume da história. Daí brotam algumas considerações interessantes sobre a narração histórica, enquanto escrita tridimensional, que

³² Cf. Friedrich Meinecke, Leopold von Ranke, in *Die Entstehung des Historismus...* (discurso pronunciado em 23 de janeiro de 1936, reproduzido em anexo; citado a partir da tradução italiana, p. 499-513).

³³ Thomas Carlyle, *On heroes, hero-worship, and the heroic in history* (London, Oxford University Press, 1974), p. 1 (1 ed.: 1841).

³⁴ Cf. Josef Konwitz, Biography: the missing form in French historical studies, *European Studies Review*, 6:9-20, 1976.

³⁵ Thomas Carlyle, *Sartor Resartus: la philosophie du vêtement*, trad. por Louis Cazamian (Paris, Aubier, 1973), p. 324-5 (1 ed.: 1893).

³⁶ T. Carlyle, *On history*, p. 257.

seriam retomadas algumas décadas depois no campo literário (por Gide, por exemplo, em *Les faux-monnayeurs*):

Um historiador deve escrever, por assim dizer, em *linhas*; mas cada acontecimento é uma *superfície*; na verdade mesmo, se procurarmos suas causas, um *volume*: donde um defeito fundamental e incurável na arte da Narração, que o melhor dentre todos pode apenas remediar mais ou menos bem.³⁷

Recusando-se a cair na armadilha da história cronológica, o “vidente puritano” (como o chamavam seus contemporâneos) acreditava que a primeira qualidade do historiador era a compaixão. Tomara como modelo o centauro Quirón: o historiador devia “chorar, rir, amar, desesperar-se”, ao mesmo tempo que seus personagens.³⁸ Nesse ponto ao menos, Carlyle concordava com Michelet, que alguns anos depois iria declarar alto e bom som ter exumado “muitos mortos, esquecidos depressa demais”. Os homens do passado forneciam uma ocasião privilegiada de intervir na história e de ser moldado por ela: “A história”, escrevia Michelet, e “o historiador se misturam nesse confronto [...] É que a história, na progressão do tempo, faz o historiador, muito mais do que é feita por ele. Meu livro me criou. Eu é que fui obra dele”.³⁹ Semelhante atitude, no extremo oposto da compreensão objetiva defendida na mesma época por Ranke, na Alemanha, iria levar Michelet a definir a história como uma poderosa química moral, “em que minhas paixões individuais viram generalidades, em que minhas generalidades tornam-se paixões, em que meus povos tornam-se eu; em que o meu eu volta a animar os povos”.⁴⁰ Menos inclinado que o historiador francês a admitir as inevitáveis trocas de identidade em todo trabalho histórico, Carlyle preconizava ainda assim que “não devemos apenas julgar o herói, mas transfundir nele nosso próprio ser”.⁴¹ A simpatia lhe parecia ser, de fato, a única maneira de não confundir o objetivo de uma vida com “aquilo que foi seu curso e seu ponto de partida”.⁴² Carlyle nunca deixava de lembrar o risco da linear-

³⁷ T. Carlyle, *Two note-books* (New York, C. E. Norton, 1898), p. 124.

³⁸ Cf. Jacques Cabau, *Thomas Carlyle ou le Prométhée enchaîné. Essai sur la genèse de l'œuvre de 1795 à 1834* (Paris, PUF, 1967), p. 163.

³⁹ Jules Michelet, *Préface* de 1869, p. 14.

⁴⁰ Jules Michelet, *Journal* (Paris, Gallimard, 1959), v. 1, p. 362.

⁴¹ Thomas Carlyle, *Metrical legends of exalted characters*, by Baillie, *New Edinburgh Review*, p. 402. Sobre a concepção simbiótica da biografia em Carlyle, cf. Jacques Cabau, *Thomas Carlyle ou le Prométhée enchaîné...*, p. 131, 162.

⁴² Thomas Carlyle, *On heroes, hero-worship...*, p. 290.

dade: como observava em 1841, podia parecer que Oliver Cromwell tinha decidido tornar-se lorde protetor da Inglaterra assim que começara a lavar as terras pantanosas da província de Cambridge; mas tratava-se de uma alteração radical dos fatos, realizada *ex post facto* por um historiador pouco sério desejoso de apagar do passado as esperanças, as conjecturas e as incertezas.⁴³

O fluxo caótico e aleatório da vida, desvendado por suas reflexões sobre as biografias, levava Carlyle a limitar o princípio de necessidade: era sem dúvida nesse ponto que seu herói mais se afastava do homem providencial dos filósofos. O historiador inglês não se perguntava como o espírito universal podia utilizar os indivíduos, e sim como o homem singular podia transcender o mundo e desempenhar um papel cósmico. Enquanto o grande indivíduo histórico-universal de Hegel (César ou Napoleão, imortalizado no campo de batalha de Iena) realizava inconscientemente um objetivo geral,⁴⁴ os personagens de Carlyle se distinguiam todos por uma intensa capacidade de discernimento: não eram os simples mensageiros de uma idéia universal, mas os profetas da realidade, seres conscientes das relações de força e de sua culpa (como nas tragédias de Ésquilo). “Que catarse para um povo de pigmeus!”, comentava Ralph Waldo Emerson⁴⁵ durante sua segunda viagem à Inglaterra, em 1847...

Semelhantes argumentações em favor da biografia, aparentemente intransigentes, eram de fato bastante ambíguas. Aqueles poucos personagens do passado que gozavam de uma dignidade pessoal tinham de fato muito pouca humanidade: mais que homens, pareciam ser almas, verdadeiras aparições divinas. Carlyle o tinha concretamente explicitado: os grandes homens encarnavam a “essência enorme, desmedida, do pensamento”.⁴⁶ Para ele, a verdadeira arte da biografia ia muito além daquilo que é particular da pessoa, para iluminar a relação existente entre a imaginação individual e o universo.⁴⁷ Em suma, mesmo que a vida humana lhe parecesse algo insignificante, os aspectos corporais podiam, ou melhor, deviam ser postos à parte para exaltar o tema arquetípico do herói (Napoleão em Santa Helena representado como um Prometeu acorrentado).⁴⁸

Por meio de um meticuloso trabalho de purificação, de eliminação de todo vestígio corporal, Carlyle desejava atingir esse universo essencial do espírito onde “os pensamentos e os sentimentos não podem ser encerrados no campo fechado da personalidade”.⁴⁹ Seu objetivo era ultrapassar a lei da pes-

⁴³ Ibid., p. 290-1.

⁴⁴ Cf. Karl Löwith, *Meaning in history...*, cap. 3.

⁴⁵ Ralph Waldo Emerson, *English traits, representative men and other essays* (London, J. M. Dent, s.d. [1908]), p. 162-3, 169, 172.

⁴⁶ Thomas Carlyle, *On heroes, hero-worship...*, p. 216.

⁴⁷ Cf. Jacques Cabau, *Thomas Carlyle ou le Prométhée enchaîné...*

⁴⁸ Ibid., p. 137, 144.

⁴⁹ Cf. Ralph Waldo Emerson, *English traits, representative men...*, p. 172.

soa, fazer da biografia “um colírio para lavar os olhos do egotismo”.⁵⁰ Todo o culto dos heróis baseava-se na renúncia a si mesmo, no esquecimento da pessoa, e visava à universalidade, a essa parte do espelho que refrata o infinito.⁵¹ O paradoxo, apenas aparente, era claramente expresso por Emerson quando ele confessava admirar acima de tudo o herói “capaz de se anular”.⁵²

Assim despersonalizado e desencarnado, o herói não se opunha ao espírito da filosofia clássica alemã. Antes propunha uma nova versão dele: Carlyle reunia no heroísmo os elementos esparsos que Hegel tinha submetido à lei.⁵³ Na história, essa é uma tentação recorrente. A biografia prometeana aspira à totalidade: e mesmo quando não se apóia no princípio da necessidade e admite o fluxo caótico e aleatório da vida, ela pressupõe a unidade indivisível da civilização.

4. O homem patológico

Essas celebrações heróicas do passado contrastavam com o que acontecia, mais ou menos na mesma época, no campo da literatura. Como já escrevia Lorenzo Da Ponte, para os grandes romancistas europeus a história de um velho abandonado pela sorte não era “menos interessante que a da derrota de um grande general, e o destino de uma tripulação naufragada não era menos importante que o de seu almirante”.⁵⁴ Enquanto a história esperava ainda poder manter uma dupla contabilidade dos homens, a literatura se povoava cada vez mais de figuras comuns, talvez mesmo mais instáveis, menos ligadas a um único objetivo metafísico (do Frédéric Moreau de Flaubert ao homem do subterrâneo de Dostoiévski). O atraso de Clio foi importante: o heroísmo ainda hoje continua a influenciar, mais ou menos conscientemente, o trabalho dos historiadores. Mas nem todos foram tão conservadores. Encontramos aqui e ali sinais interessantes, que merecem atenção.

Penso, em primeiro lugar, nas reflexões de Jacob Burckhardt. O historiador originário da Basileia ironizava a pretensão de vários de seus contemporâneos de se terem libertado do heroísmo e confirmava que os grandes

⁵⁰ Ibid., p. 168.

⁵¹ Sobre a teoria do espelho em Carlyle, cf. Jacques Cabau, *Thomas Carlyle ou le Prométhée enchaîné...*, p. 95-106, 142-3, 159.

⁵² Ralph Waldo Emerson, *English traits, representative men...*, p. 164-70.

⁵³ Cf. Hippolyte Taine, *L'idéalisme anglais. Étude sur Carlyle* (Paris, Germer Baillière, 1864), p. 93-110.

⁵⁴ Sobre o texto de Lorenzo Da Ponte, *Memorie e altri scritti* (Milano, Longanesi, 1971), cf. Andrea Battistini, *Lo Specchio di Dedalo. Autobiografia e biografia* (Bologna, Il Mulino, 1990), p. 105. Sobre o processo de democratização da biografia, cf. também Jean Starobinski, *Jean-Jacques Rousseau, la transparence et l'obstacle* (Paris, Gallimard, 1971), 461p.

homens são indispensáveis para que “o movimento da história possa periodicamente se libertar das formas de vida puramente exteriores e mortas, assim como do palavrório raciocinante”.⁵⁵ A exemplo de Carlyle, ele também definia a grandeza histórica como um “enfrentamento final entre o homem e o tempo”, suficientemente misterioso para evocar o *ieros gamos* (o casamento sagrado), e reconhecia no herói uma força vital e uma tensão capazes de recriar o mundo em redor, mais que a expressão ou a encarnação de uma época.⁵⁶ Sua defesa da grandeza permanecia contudo incerta e aparente. A figura do herói lhe parecia inatural (a cultura moderna não podia produzir senão uma “mediocridade inchada”)⁵⁷ e às vezes mesmo uma impostura ideológica cujos dramáticos limites humanos eram forçados ao silêncio: era um alibi para tratar os “sofrimentos de inúmeros indivíduos [...] com uma fria indiferença, considerados como uma ‘desgraça passageira’”.⁵⁸

Com a noção de exceção, tentativa mortal da decadência, era a idéia de progresso que estava sob acusação. Um dos traços destacados da reflexão de Burckhardt, que detestava “o orgulhoso nariz torcido dos filósofos”,⁵⁹ era sua recusa das teodicéias (em especial a de Hegel), às quais ele opunha seu método patológico, baseado no sofrimento dos homens. As existências individuais demonstravam o quanto a “teoria da perfectibilidade crescente”, que identificava o presente com o progresso, era ridícula e pretensiosa:

A mente humana não esperou o passar dos anos para conhecer a plenitude! Quanto à pesquisa sobre os *moral progresses*, deixamo-la de bom grado a Buckle, que se espanta ingenuamente de não constatá-los, já que o progresso moral não poderia se aplicar a um período, mas somente à vida de um indivíduo. Já na Antiguidade, acontecia de um homem se sacrificar por outrem; não conseguimos fazer melhor em nossos dias.⁶⁰

⁵⁵ Jacob Burckhardt, *Considérations sur l'histoire universelle*, trad. por Sven Sellin-Michaud (Paris, Payot, 1971), p. 275 (1 ed.: 1906).

⁵⁶ Ibid., p. 235-75.

⁵⁷ Cf. Karl Löwith, *Sämtliche Schriften. VII. Jacob Burckhardt. Der Mensch inmitten der Geschichte* (Stuttgart, J. B. Metzlersche, 1984), cap. 2 (1 ed.: 1936; citação segundo a tradução italiana, Laterza, 1991, p. 55). Sobre o profetismo pessimista de Burckhardt, cf. Gennaro Sasso, *Tramonto di un mito. L'idea di "progresso" fra Ottocento e Novecento* (Bologna, Il Mulino, 1984), p. 71-84; Felix Gilbert, *History: politics or culture. Reflections on Ranke and Burckhardt* (Princeton, Princeton University Press, 1990), cap. 4 e 5.

⁵⁸ Jacob Burckhardt, *Considérations sur l'histoire...*, p. 285.

⁵⁹ Cf. Karl Löwith, *Jacob Burckhardt...*, cap. 3 (citação segundo a trad. ital., p. 87).

⁶⁰ Jacob Burckhardt, *Considérations sur l'histoire...*, p. 34-5, 279, 282-3. Cf. também J. Burckhardt, *Fragments historiques* (Genève, Droz, 1965), fragmento nº 84.

À história do espírito (e da liberdade), que desenrolava programas otimistas da evolução do mundo, opunha-se portanto para ele a história do homem, uma história concreta, enraizada na existência, cheia de contradições, de aporias e de paradoxos: “nossa própria vida”. As vicissitudes do mundo, inexplicáveis à luz dos projetos metafísicos, eram entendidas por intermédio dos destinos individuais, marcados pela angústia da liberdade e da culpa. Esta é a intuição fundamental do método patológico. Para Burckhardt como para Sören Kierkegaard, o centro permanente da história era o homem mortal, geralmente sofrendo, “o homem com suas dores, suas ambições e suas obras, tal como ele foi, é e será sempre”.⁶¹ Não o homem da providência dos filósofos e nem mesmo essa impostura romântica que é o herói, mas antes o indivíduo independente, livre em seu ser limitado, que conhece e admite sua dependência em relação aos acontecimentos gerais do mundo. Por intermédio dele, Burckhardt esperava ir além dos fatos consumados e descobrir os aspectos emocionais dos acontecimentos. Num momento da sua vida, acontecera-lhe “um fenômeno muito estranho”: tinha tomado consciência da súbita dissolução de todos os dados históricos puros e simples e entendido como era importante trabalhar com os desejos e as imaginações dos homens.⁶²

Tratava-se aí de uma etapa realmente decisiva mesmo do ponto de vista narrativo: o homem patológico poderia se tornar um obstáculo à retórica e introduzir ao menos alguns elementos de sensações concretas. Não existe qualquer indicação explícita a esse respeito, mas as observações de Burckhardt sobre a pintura italiana do século XVI são esclarecedoras no que concerne ao método de pesquisa histórica.⁶³ Refiro-me especialmente às páginas dedicadas à limitação do uso da metáfora na arte do século do Renascimento, em que a espontaneidade da *Estância da Assinatura* é contraposta aos excessos alegóricos da paisagem da *Gioconda* e aos efeitos sublimes da *Capela Sistina*. Segundo Burckhardt, Leonardo ainda estava profundamente impregnado do espírito alegórico, e Miguel Ângelo, o “homem do destino”, dava muito espaço ao simbólico: o *Juízo final* era um tema demasiado prometeano para ser desejável, mas o outro “grande defeito” ligava-se sobretudo à ausência de diferença visível entre as individualidades dos santos, dos bem-aventurados ou dos amaldiçoados. De modo inverso, Rafael tinha inventado um ponto de equilíbrio perfeito entre simbolismo e história; pintava com um realismo excepcional, no extremo oposto da vulgaridade que consistia em “tornar real tudo o que existe e tudo o que acontece”, porque separava com justeza os temas clássicos, tendo em vista uma

⁶¹ Jacob Burckhardt, *Considérations sur l'histoire...*, p. 35, 275.

⁶² Cf. Karl Löwith, *Jacob Burckhardt...*, cap. 4 (citação segundo a trad. ital., p. 166).

⁶³ Cf. Hayden White, *Metahistory* (Baltimore-London, Johns Hopkins University Press, 1973), cap. 4.

abordagem individual. Com esse procedimento, “o detalhe ganha uma tal força que aparece como a parte essencial; no entanto, o encanto do conjunto reside em sua qualidade infinitamente mais característica”.⁶⁴

A hostilidade em relação aos excessos alegóricos e simbólicos impregna toda a reflexão de Burckhardt, e tudo indica que mesmo no campo histórico era às figuras individuais que ele atribuía a capacidade de diluir ou, ao menos, de conter as caracterizações metafóricas do mundo.⁶⁵ Como na arte do Renascimento, na reconstituição do passado as formas humanas permitiriam não tratar os fatos históricos como se fossem manifestações de forças morais dirigindo o universo. Separar e individualizar a matéria histórica não significava necessariamente mergulhar no efêmero. Numa época que se caracterizava pelo “sertornado-provisório”, em que triunfavam os *aggiornamenti*, Burckhardt procurava as “eternizações”: naquilo que os homens, como indivíduos e como povos, tinham pensado, desejado e sofrido, ele visava ao que é durável e se repete,⁶⁶ ou seja, o “ideal de pessoa oculto no mais fundo de cada um”.⁶⁷ Reencontraremos essa mesma ambição, alguns anos mais tarde, na obra de Marcel Schwob, empenhado em apreender o indivíduo num princípio unificador e em fixá-lo sobre um pano de fundo ideal.⁶⁸ Apoiando-se sempre em suas considerações sobre a pintura, como exemplo de sua concepção historiográfica, podemos imaginar que o objetivo de Burckhardt visava à capacidade de sublimação de Rafael (uma sublimação existencial e não moral — diferença fundamental em relação a Miguel Ângelo): “o que ele apresenta em suas Madonas e em seus Meninos Jesus é a mulher e a criança, pois sabe separar o traço característico daquilo que é acidental e o eterno do efêmero”.⁶⁹

⁶⁴ Jacob Burckhardt, *Der Cicerone. Eine Einleitung, zum Genuß der Kunstwerke Italiens*, in *Gesamtausgabe* (Stuttgart, Deutsche Verlagsanstalt, 1929-34), v. 3-4 (1 ed.: 1855; citação segundo a trad. ital., *Libri & Grandi Opere*, 1994, p. 979).

⁶⁵ Cf. as interessantes observações sobre a linguagem de Burckhardt, sobre seu afastamento completo da retórica e sua predileção pelas expressões da vida prática in Karl Löwith, *Jacob Burckhardt...*, cap. 2 (citação segundo a trad. ital., p. 51-84).

⁶⁶ *Ibid.*, cap. 3 (citação segundo a trad. ital., p. 122-3).

⁶⁷ *Ibid.*, cap. 4 (citação segundo a trad. ital., p. 173-4).

⁶⁸ Marcel Schwob, *L'art de la biographie*, prefácio a *Vies imaginaires* (Paris, G. Charpentier & E. Fasquelle, 1896). Sobre a tendência de Burckhardt a elaborar “quadros” e não “relatos” históricos, cf. Benedetto Croce, *La storia come pensiero e come azione* (Bari, Laterza, 1943), p. 97.

⁶⁹ Karl Löwith, *Jacob Burckhardt...*, cap. 2 (citação segundo a trad. ital., p. 59-60). Cf. Jacob Burckhardt, *Griechischen Kulturgeschichte*, in *Gesamtausgabe* (Stuttgart-Berlin, Deutsche Verlagsanstalt, 1929-34), v. 8 (citado segundo a trad. ital., *La Nuova Italia*, 1955, v. 1, p. 4-9), onde ele declara explicitamente querer conhecer o “Grego eterno”, precisando que se trata de uma “figura interior, e não de um simples fator”.

5. O homem-partícula

Encontramos igualmente algumas considerações interessantes sobre a biografia histórica na obra de Hippolyte Taine que, entre seus projetos de estudo, incluía em 1878 Alexandria, no Egito, no século III, a república de Veneza entre 1520 e 1576, o Século de Ouro espanhol e um retrato crítico de Voltaire — em relação ao século XVIII, este era o único tema que lhe interessava, por suas “aptidões desconhecidas e profundas”.⁷⁰ Como ele próprio havia sublinhado alguns anos antes, os sentimentos e as idéias deviam ser observados, em sua variedade, “nos indivíduos, através das diferentes épocas e raças, seguindo o exemplo do verdadeiro zoólogo ou do botânico, que passam a vida construindo monografias”. Para Taine, a única história válida devia basear-se na psicologia, e não existia contradição entre o particular e o geral. Seu ponto de partida, confessava ele em 19 de setembro de 1891, não era uma idéia *a priori* ou uma hipótese sobre a natureza, mas a observação experimental: toda noção abstrata devia ser separada e analisada a partir de uma situação particular ou de um indivíduo concreto.⁷¹

O historiador “científico” admirado por Stefan Zweig não estava à procura de um herói, menos ainda de Prometeu. Ao contrário, era o indivíduo concreto que lhe interessava. Ele detestava o hábito que tinham tantos historiadores de transformar uma pessoa em missionária da providência ou em símbolo de uma civilização, e estava bastante decidido a ir procurar os homens em suas oficinas, seus escritórios, ao ar livre e à luz do sol, em sua terra e em suas casas. Convencido de que a história era um campo privilegiado para analisar a pessoa, procurava nela decifrar o homem que vive e age, com suas paixões, seus hábitos, sua voz e sua fisionomia, seus gestos e seus costumes, como o indivíduo com quem acabamos de cruzar na rua.⁷²

A dimensão antianedótica da pesquisa biográfica, já reivindicada por Carlyle e por Burckhardt (imaginando uma gigantesca estratigrafia do espírito), era compartilhada por Taine, que, em 1878, durante um banquete no Liceu Condorcet, declarava “adivinhar a verdadeira história, a das almas, a profunda alteração que sofrem os corações e mentes de acordo com as mudanças do meio físico e moral em que estão mergulhados”.⁷³ Assim, a noção de fato se transformava (para ele, um sonho ou uma fantasia eram dados objetivos e concretos), e o importante não era mais a análise da ação em si, mas de tudo o que a havia precedido. Como escreveu numa carta dirigida a Ale-

⁷⁰ Hippolyte Taine, *Pages choisies*, ed. por Victor Giraud (Paris, Hachette, 1909), p. 42.

⁷¹ Hippolyte Taine, *La vie et sa correspondance* (Paris, Hachette, 1902-7), v. 4.

⁷² H. Taine, *Histoire de la littérature anglaise* (Paris, Hachette, 1863), v. 1, p. V-VII.

⁷³ H. Taine, *Pages choisies...*, p. 6.

xandre Dumas, para além das intrigas palacianas e dos debates ideológicos, ele procurava reunir os movimentos da emoção:

Estamos tentando neste momento fazer na história algo semelhante ao que V. faz no teatro, ou seja, psicologia aplicada. É muito mais difícil do que a antiga história, muito mais difícil de fazer para o autor e muito mais difícil de entender para o público. Mas, em suma, os mecanismos das idéias e dos sentimentos são a verdadeira causa das ações humanas, os espetáculos políticos são inteiramente secundários. Por exemplo, neste momento, se eu conseguir construir de modo que me satisfaça o estado mental de um Jacobino, todo o meu volume estará pronto; mas é um trabalho diabólico.⁷⁴

Influenciado pelas pesquisas de Cabanis e de Esquirol sobre os laços que unem o físico e o moral, Taine estava particularmente interessado nas condições materiais da psicologia individual e queria aplicar à história moral os métodos da história natural. O processo de compreensão biográfica lembrava, afirmava ele, a dissecação dos corpos. Ao “eu” sublime e infinito evocado pelos românticos, era contraposta uma pequena parcela, um produto, uma realização, um afloramento:

Acabo de reler Hugo, Vigny, Lamartine, Musset, Gautier, Sainte-Beuve, como figuras da plêiade poética de 1830. Como toda essa gente se enganou! Que idéia falsa eles têm do homem e da vida! [...] Como a educação científica e histórica muda o ponto de vista! Materialmente e moralmente, sou um átomo num infinito de espaço e tempo, um broto num baobá, uma ponta florida num polípeiro prodigioso que ocupa o Oceano inteiro, e de geração em geração emerge, deixando suas inúmeras bases e ramificações debaixo d'água; o que sou chegou-me e chega-me pelo tronco, o galho mais grosso, o ramo, a haste da qual sou a extremidade; sou por um momento o resultado, o afloramento de um mundo paleontológico engolido, da humanidade inferior fóssil, de todas as sociedades sobrepostas que serviram de base para a sociedade moderna, da França de todos os séculos, do século XIX, do meu grupo, da minha família.⁷⁵

Nessa perspectiva, Taine insistia na importância conceitual de todas as ninharias individuais desdenhadas por Hegel e, em lugar de basear a análise histórica em dados uniformes e médios, preferia procurar os fatos mi-

⁷⁴ Ibid., p. 40.

⁷⁵ Ibid., p. 34-6.

núsculos e as anedotas, as “*prærogative sententiarum*, como dizia Bacon, autênticos fragmentos de vida, extraídos diretamente da realidade”.⁷⁶

No começo do século XX, algumas dessas intuições foram retomadas e estudadas pelos historiadores prosopógrafos. O primeiro deles, sir Lewis Namier, procurou descobrir a verdade objetiva por meio de uma espécie de *pontilhismo*. Como observou Isaiah Berlin, o historiador anglo-polonês torturava a história, “dividia e reduzia realmente seus dados a fragmentos mínimos, depois os recompunha com uma rara capacidade de imaginação e de síntese”.⁷⁷ Seu empirismo tinha algo de profundamente inovador: em consonância com as idéias revolucionárias dos filósofos do círculo de Viena, que tinham estabelecido o princípio de verificação como meio de lutar contra a indeterminação da metafísica, Namier queria “eliminar o elemento espiritual da história”.⁷⁸ Desconfiava da filosofia da história e mesmo da história das idéias e estava convencido de que, para explicar os fatos sociais, era preciso explorar detalhadamente as raízes do comportamento individual — razão pela qual construía a história a partir da psicologia e não da sociologia. Seu método de análise pontilhista previa a separação dos fenômenos sociais em uma miríade de existências particulares que era preciso recompor sucessivamente em conjuntos mais amplos: o objetivo era “conhecer bem a vida de milhares de indivíduos, um formigueiro em sua totalidade, ver as colunas de formigas espalharem-se em diferentes direções, entender suas articulações e suas correlações, observar cada formiga e todavia jamais esquecer o formigueiro”.⁷⁹

Mas a idéia de fragmentar o real, de estudar suas clivagens, iria ser aprofundada fora do campo da história. A psicanálise foi a primeira a se voltar para uma abordagem *detalhada* e não *maciça*: reduzindo a migalhas a confusão dos sonhos, Freud concebia o infinitamente pequeno não apenas como um índice indispensável, uma pista que permite encontrar o sentido geral, mas como um ponto nodal, “sobredeterminado”, para o qual convergiam muitas motivações e pulsões.⁸⁰ Na mesma época, a realidade interior foi tratada por certos romancistas como um corpo a ser anatomizado ou como uma

⁷⁶ H. Taine, *Sa vie et sa correspondance...*, v. 4, carta a Franz Brentano, 13-3-1891.

⁷⁷ Isaiah Berlin, *Personal impressions*, ed. por Henry Hardy (London, Hogarth Press, 1982), p. 82.

⁷⁸ Ibid., p. 81. Sobre Namier, cf. também Linda Colley, *Lewis Namier* (London, Weidenfeld & Nicolson, 1989).

⁷⁹ Lewis B. Namier, *The biography of ordinary men*, in *Skyscrapers and other essays* (New York, MacMillan, 1968), p. 46-7 (1 ed.: 1931).

⁸⁰ Sigmund Freud, *Die Traumdeutung*, in *Gesammelte Werke*, ed. por Anna Freud et alii. (Frankfurt-am-Main, Fischer, 1961), v. 2-3, p. 272-3, 451-2 (1 ed.: 1899). Sobre o princípio da sobredeterminação, cf. também Sigmund Freud, *Bruchstück einer Hysterie-Analyse*, ibid., v. 5. A esse respeito cf. ainda Mario Lavagetto, *Freud, la letteratura e altro* (Torino, Einaudi, 1985), p. 155-62, 215, 251, 383-7.

estrutura molecular: André Gide relata a vida não “no comprimento”, no sentido cronológico, mas “na largura, em profundidade”, enquanto Robert Musil inventa para si próprio “o belo nome de o *senhor vivisseccionista*”!⁸¹ Toda a literatura contemporânea afirma a ausência de sentido unitário da vida, de valor ao qual vincular a multiplicidade da experiência, e descobre assim que o homem é um arquipélago. Um choque psíquico introduz brutalmente em cena as unidades mínimas: o personagem-homem, que havia muito levava uma existência miserável, é obrigado a ceder lugar ao personagem-partícula.⁸²

6. Norma e possibilidade

A crise do heroísmo, anunciada por Carlyle, atingiu desde então um ponto extremo. Os *Menschen die Geschichte machen*, os homens que fazem a história, não são mais convincentes, e talvez nem mesmo sejam mais críveis. A morte do herói não eliminou contudo a exigência de se estudar os indivíduos. Hoje a aposta não é mais no grande homem (conceito banido e às vezes desprezado), e sim no homem comum. Este último é o objetivo principal dos estudos sobre a cultura popular, dos trabalhos de história oral ou de história das mulheres. O caminho foi aberto, nos anos 60, por Edward P. Thompson que, em oposição tanto ao marxismo ortodoxo quanto ao estruturalismo, devolveu sua dignidade pessoal aos vencidos da história, às vítimas do passado. Desde então, a noção de experiência começou a erodir a de estrutura. Em 1976, Carlo Ginzburg invocava a célebre pergunta de Bertolt Brecht (“Quem construiu Tebas das sete portas?”) para dar a palavra a um moleiro friulano do século XVI; nos anos seguintes, alguns historiadores foram ainda mais longe: se Menocchio ainda deixa transparecerem alguns sinais de heroísmo, Martin Guerre, Giambattista Chiesa ou Jacques Louis Ménétra são verdadeiramente homens comuns.⁸³

⁸¹ André Gide, *Les Faux-Monnayeurs* (Paris, Gallimard, 1984), p. 184 (1 ed. 1925); Robert Musil, *Journaux*, trad. fr. por Philippe Jaccottet (Paris, Seuil, 1981), t. I, caderno 4, p. 24.

⁸² Cf. Giacomo Debenedetti, *Il personaggio uomo* (Milano, Garzanti, 1970), p. 23; Claudio Magris, *L'anello di Clarisse. Grande stile e nichilismo nella letteratura moderna* (Torino, Einaudi, 1984), p. 3-31.

⁸³ Refiro-me aqui aos indivíduos estudados por Carlo Ginzburg, *Le fromage et les vers. L'univers d'un meunier du XVI^e siècle* (Paris, Flammarion, 1980; 1 ed.: 1976); Natalie Zemon Davis, *Le retour de Martin Guerre* (Paris, Laffont, 1982); Giovanni Levi, *Le pouvoir au village. Histoire d'un exorciste dans le Piémont du XVII^e siècle* (Paris, Gallimard, 1989; 1 ed.: 1985); Jacques-Louis Ménétra, *Journal de ma vie. Jacques-Louis Ménétra compagnon vitrier au 18^e siècle*, ed. por Daniel Roche (Paris, Montalba, 1982).

Essa transformação *democrática* mostrou, e ainda mostra, ser trabalhosa. A biografia coral deveria empenhar-se em exprimir a multiplicidade da experiência reivindicada por Virginia Woolf quando caçoava do hábito dos biógrafos de “explicar seis ou sete ‘eus’, quando uma pessoa pode possuir milhares deles”.⁸⁴ A dupla mudança (para o homem comum e para o homem múltiplo) foi claramente enunciada, há 40 anos, por Lewis Mumford: “O novo sujeito”, escrevia ele, “possui ao mesmo tempo superfície e profundidade: o indivíduo tal como era concebido outrora, um ser feito de razão, rigor e reflexão, era como o universo newtoniano; o novo [...], sob certos aspectos, se comporta como um corpúsculo em movimento e, sob outros, como uma onda”.⁸⁵ Ao longo deste século, numerosos historiadores sublinharam a importância dessa passagem. No entanto, suas proposições com frequência permaneceram letra morta: aceitar as incertezas do passado e renunciar ao simulacro da integridade individual é um empreendimento no mínimo complicado. Para Havelock Ellis, os artigos do *Dictionary of national biography* estavam povoados de personagens “lisos, decorativos, convencionais, bem penteados, e sobretudo cuidadosamente amputados da cintura para baixo”.⁸⁶ Podemos, infelizmente, dirigir a mesma crítica aos escritos biográficos de André Maurois, de Francis Hackett ou de Emil Ludwig (que Benedetto Croce comparava com Guido da Verona, “o d’Annunzio das costureirinhas”,⁸⁷ em moda na Itália nos anos 20!). O próprio Namier, grande admirador de Freud, deixou-nos páginas muito ingênuas sobre o orgulho, a elegância e o individualismo dos pares ingleses.⁸⁸

Parece-me que o estudo do passado continua a privilegiar uma concepção aritmética do indivíduo, pré-psicanalítica, e mesmo pré-dostoievskiana — concepção que não oferece ao personagem-homem senão uma alternativa: desempenhar o papel de um ser consciente e coerente ou então o de um peão no tabuleiro de xadrez da necessidade.⁸⁹ Os seres que povoam tantos livros de história deste século aparecem como menos fortes e

⁸⁴ Virginia Woolf, *Orlando* (Paris, Gallimard-Flammarion, 1982; 1 ed.: 1928).

⁸⁵ Lewis Mumford, The task of modern biography, *English Journal*, 23:1-9, 1934.

⁸⁶ Havelock Ellis, An open letter to biographers (1896), in *Views and reviews. A selection of uncollected articles* (London, Desmond Harmsworth, 1932), p. 98.

⁸⁷ Cf. Benedetto Croce, *Storia della storiografia italiana nel secolo XIX* (Bari, Laterza, 1947), p. 282. Cf. também Wallace Notestein, Retrospective reviews: recent British biographies and memoirs, *American Historical Review*, 32:22-3, 1926; Lionel M. Gelber, History and the new biography, *Queen's Quarterly*, 37, 1930.

⁸⁸ Cf. as críticas de Herbert Butterfield, *George III and the historians* (London, Collins, 1957); e as de John Harold Plumb, The atomic historian, *New Statesman*, 78:141-3, 1969.

⁸⁹ Sobre os limites da mentalidade euclidiana, cf. Fiodor M. Dostoievski, *Mémoires écrits dans un souterrain* (1864) (Paris, Gallimard, 1977).

menos ilustres que seus ancestrais do século XIX (Emerson os chamaria de pigmeus), mas são, eles também, prisioneiros de uma unidade de sentido ficção. Compartilham o mesmo destino aritmético: pensar com frases que terminam com um ponto final, a diferença residindo em seu grau de normalidade. Enquanto os personagens celebrados por Carlyle eram expressões puras da vontade, eles hoje aparecem como comuns, passivos, previsíveis. A integridade pessoal não tem mais nada de excepcional, é apenas um produto de série.

Nesse sentido, as considerações de Bourdieu sobre a ilusão biográfica são extremamente pertinentes. Enclausurar a existência (como frequentemente o fazem os historiadores) em busca de uma improvável unidade de sentido revela uma ingenuidade imperdoável, ainda mais porque, neste século, a literatura não se cansou de revelar a natureza descontínua e provisória do real ("Repugna-me fazer o sumário das minhas impressões", escrevia André Gide).⁹⁰ Parece-me no entanto que, mesmo sendo fundamental, essa objeção corre o risco de nos atrair para uma armadilha. E isso por duas razões. Em primeiro lugar, o perigo de cair na história cronológica, *événementielle* e pouco problemática, não está inscrito no gênero biográfico: como me esforcei para sublinhar nas linhas acima, as ciências sociais não produziram uma só e única figura de indivíduo, e o enunciado biográfico não tende sempre, automaticamente, para a forma tradicional da biografia.⁹¹ Por outro lado, a referência à literatura tal como nos é apresentada me parece pouco pertinente, pois o caso pessoal não tem a mesma função na literatura e na história e, de toda forma, o campo crítico de Bourdieu é profundamente diferente do dos grandes romancistas do início do século XX. Por intermédio de sua crítica, o sociólogo tende a homologar as condutas individuais e a reforçar os laços normativos, a força do *habitus*.⁹² Ao contrário, Gide, Musil ou Valéry (para citar apenas os mais representativos) criticavam a biografia com a intenção de aprofundar as variações do eu: uma vez admitidas a fragmentação do ser e a divisão do olhar individual, eles procuravam revelar o virtual e o hipotético. Nesse sentido, é possível tirar de suas obras um ensinamento muito diferente do proposto por Bourdieu: a saber, utilizar o eu para romper o excesso de coerência do discurso histórico, ou seja, para se interrogar não

⁹⁰ André Gide, *Cahiers de la Petite Dame*, *Cahiers André Gide*, 475, 1973 [16 avr. 1921].

⁹¹ Cf. Olivier Schwartz, *Le baroque des biographies*, *Les Cahiers de Philosophie*, 10:173-83, 1990.

⁹² Parece-me aliás que Bourdieu dá aqui uma conotação particularmente coativa ao *habitus*, por exemplo em relação a certas páginas do *Sens pratique* (Paris, Minuit, 1980), onde é analisado como é manipulado o *habitus* no plano individual.

apenas sobre o que foi, sobre o que aconteceu, mas também sobre as incertezas do passado e as possibilidades perdidas.

Devemos provavelmente procurar em outra parte as razões pelas quais os historiadores têm dificuldades em elaborar a multiplicidade individual. Os pequenos homens coerentes, imersos numa norma sólida e sem falha, podem às vezes se inscrever num julgamento crítico sobre a evolução histórica (como na célebre "biografia" de *Pierre Rivière* fornecida por M. Foucault); mas, na maioria das vezes, eles são o simples resultado de uma antiga regra do ofício que impõe que se enraíze a pessoa em seu ambiente. Ao contrário da biografia, gênero literário serenamente baseado na unicidade de uma existência, a história deve reconstituir um tecido social e cultural mais vasto. Trata-se de um princípio fundamental, que no entanto foi muitas vezes confundido com o da representatividade: o trabalho de contextualização parece então, de modo inquietante, com a homologação de uma amostra estatística. A razão profunda dessa obsessão pela representatividade (definida por Jean-Claude Passeron como "excelência dóxica")⁹³ se manifesta claramente num texto célebre de Max Weber, analisando a distinção entre personagens "operantes", enquanto "elementos causais de uma cadeia real", e "indivíduos indiferentes", considerados apenas como um *locus* de conhecimento, que permite traçar as características de um grupo social.⁹⁴ Uma vez privados de sua faculdade de agir, de sua força dramática, a fim de serem historicamente interessantes, os "pigmeus" não podem ser senão homens típicos e próximos da média estatística.⁹⁵

Todos os que trabalharam com fontes biográficas (diários íntimos, correspondência, memórias etc.) sabem o quanto é frustrante essa busca de normalidade. É sem dúvida por isso que é tão tentador embotar a especificidade dos destinos pessoais: de maneira aparentemente inofensiva, procuramos na prática histórica limitar, quando não corrigir, os elementos egotistas da biografia — procedimento que lembra a eliminação das idiosincrasias individuais proposta pelos positivistas. Em todo caso, os depoimentos pessoais são guardados no decurso da pesquisa documental e aceitos como elementos ilustrativos (à guisa de exemplo de uma argumentação geral). Mas eles são raramente utilizados para apreender os atos sociais. É o paradoxo do "sanduíche"

⁹³ Cf. Jean-Claude Passeron, *Biographies, flux, itinéraires, trajectoires...*, p. 14.

⁹⁴ Max Weber, *Kristische Studien auf dem Gebiet der Kultur wissenschaftlichen Logik*, in *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre* (Tübingen, J. C. Mohr, 1954), p. 215-90.

⁹⁵ Cf. John Dollard, *Criteria for the life history* (New Haven, Yale University Press, 1932); Jacques Le Goff, *Comment écrire une biographie historique...*; a intervenção de Rosario Romeo, in Alceo Riosa (ed.), *Biografia e storiografia...*, p. 38.

(assim o chamava Charles Firth, o historiador da guerra civil inglesa): um pouco de contexto, um pouco de existência individual e outra camada de contexto...⁹⁶ O resultado desse trabalho cotidiano de censura é melancólico: o tempo histórico aparece como um fundo de cena fixo, sem impressões digitais. Encontraremos um exemplo particularmente significativo disso na experiência francesa da *ego-história*, que bane abertamente o eu da reflexão sobre o passado. A discrição relativa à sua vida pessoal, adotada pelos historiadores reunidos em torno de Pierre Nora — claramente expressa por Georges Duby quando ele declara de saída que esse “eu” não é “eu” —⁹⁷ é sob certos aspectos louvável, mas reduz a existência individual a um *curriculum vitae*, “a força de um espírito num resultado”, escrevia Paul Valéry.⁹⁸

Trata-se aí de uma mutilação violenta, que acarreta não apenas a morte do herói mas também a do homem patológico (descoberto por Burckhardt), que esporadicamente transforma seu sofrimento em ação. Com o homem patológico desaparece o sentido mais profundo da biografia coral: o fato de repensar os laços entre as partes, assim como entre as partes e o todo. Esse gênero de biografia não tem (não deveria ter) senão um valor *democrático*: seu verdadeiro objetivo é refletir sobre tudo o que a generalização não consegue perceber. Wilhelm von Humboldt fazia alusão a isso quando declarava que se sentia “atraído não para o Um, que seria um todo, novo conceito errôneo, mas para uma unidade na qual se imbricariam as diferentes contribuições humanas”.⁹⁹ Suas palavras anunciavam um conflito recorrente na historiografia moderna, que opõe à totalidade a multiplicidade da experiência. Contrariamente a Carlyle, que visava o todo, uma minoria heterogênea de escritores do século XIX procurou, e alguns procuram até hoje, descascar a realidade histórica para examinar seus laços e seus aspectos particulares. Eles querem ir além da continuidade aparente do devir para recuperar os desvios, as fissuras e os acidentes, mas também as potencialidades do passado.

Numa tal perspectiva, elaborada nos últimos anos pela micro-história, não é necessário que o indivíduo represente um caso típico; ao contrário, vidas que se afastam da média levam talvez a refletir melhor sobre o equilíbrio entre a especificidade do destino pessoal e o conjunto do sistema so-

⁹⁶ Cf. Godfrey Davies, *Biography and history*, *Modern Language Quarterly*, 1:79-94, 1940. Cf. também Oscar Handlin, *The history in men's lives*, *Virginia Quarterly Review*, 30:534-41, 1954.

⁹⁷ Pierre Nora (ed.), *Essais d'ego-histoire* (Paris, Gallimard, 1987), p. 109-10.

⁹⁸ Paul Valéry, *Cahiers* (1894) (Paris, Gallimard, 1973), v. 1, p. 323.

⁹⁹ Wilhelm von Humboldt, *Briefe*, ed. por W. Rösle, p. 243 sq. Cf. também Wilhelm Dilthey, *Ideen über eine beschreibende und zergliedernde Psychologie*, in *Gesammelte Schriften* (Leipzig-Berlin, B. G. Teubner, 1924), v. 5, p. 226-40.

cial.¹⁰⁰ Mais que o tipo, importa a verdade. Apenas um grande número de experiências permite levar em consideração duas dimensões fundamentais da história: os conflitos e as potencialidades.

Enquanto a biografia heróica coloca como óbvia uma harmonia entre o particular e o geral (e, poder-se-ia dizer, uma simples extensão, como na sinédoque), a biografia coral concebe o singular como um elemento de tensão: o indivíduo não tem como missão revelar a essência da humanidade; ao contrário, ele deve permanecer particular e fragmentado. Só assim, por meio de diferentes movimentos individuais, é que se pode romper as homogeneidades aparentes (por exemplo, a instituição, a comunidade ou o grupo social) e revelar os conflitos que presidiram à formação e à edificação das práticas culturais: penso nas inércias e na ineficácia normativas, mas também nas incoerências que existem entre as diferentes normas, e na maneira pela qual os indivíduos, “façam” eles ou não a história, moldam e modificam as relações de poder.¹⁰¹

As vozes dos homens patológicos não são sempre concordantes e não têm sempre uma estrutura melódica uniforme.¹⁰² Muitas vezes, seu contraponto contribui para desvendar todos esses atos evocados por Tolstói, que o epílogo da história gostaria de relegar para todo o sempre.¹⁰³ Podemos às vezes ir além dos fatos consumados (a face explorada, consumida, do destino histórico) e nos interrogar sobre o que foi possível ou, ao menos, sobre a tensão entre o que ficou e o que foi imaginado. Esse é um passo essencial mesmo no plano narrativo. Há mais de 20 anos, o discurso histórico foi comparado com o discurso psicótico¹⁰⁴ (todos os dois esquecem as negações!). Os pensamentos provisórios, nebulosos, incertos, próprios dos homens patológicos podem talvez servir de obstáculo a essa tentação afirmativa que espreita nossa disciplina, à plenitude da lei que diz que só o que se realizou teve efetivamente lugar, restituindo assim ao passado, ao menos como reminiscência ou como motivo de nostalgia, um tempo complexo, jamais linear.

¹⁰⁰ Cf. Giovanni Levi, *Les usages de la biographie*, *Annales ESC*, 44(6):1.325-36, 1989.

¹⁰¹ Sobre esse problema cf. S. Loriga, *Soldats. Un laboratoire disciplinaire: l'armée piemontaise au XVIII^e siècle* (Paris, Mouton, 1991), p. 219-29.

¹⁰² Cf. Mikhaïl Bakhtine, *Problèmes de la poétique de Dostoïevsky*, trad. por G. Verret (Lausanne, L'Âge d'Homme, 1970); Iurii Lotman, *The poetics of everyday behavior in 18th-century Russian culture*, in Iurii M. Lotman, Lidia Ia. Ginsburg & Boris A. Uspenskii, *The semiotics of Russian cultural history. Essays*, ed. por A. D. Nakhimovsky e A. Stone Nakhimovsky (Ithaca-London, Cornell University Press, 1985), p. 67-94.

¹⁰³ Sobre Tolstói, cf. Nicole Chiaromonte, *Credere e non credere* (Bologna, Il Mulino, 1993), p. 43-82.

¹⁰⁴ Roland Barthes, *Le discours de l'histoire* (1967), in *Essais critiques IV. Le bruissement de la langue* (Paris, Seuil, 1984).

*Repensar a micro-história?**

O caráter coletivo da proposição microanalítica no seio da historiografia italiana baseou-se inicialmente numa comunidade de estilo: a história como prática, apoiada numa exigência teórica forte e preocupada essencialmente com resultados analíticos. Essa visão se opunha a uma concepção retórica da profissão, tal como ela existia num país que durante muito tempo esteve submetido ao reinado das ideologias ligadas à herança do idealismo e a um dualismo político solidamente enraizado, com uma evidente inclinação para a história-síntese. Nesse sentido, essa proposição encontrou seu lugar numa evolução mais ampla da historiografia européia, cujo resultado, que se chamou de “história em migalhas”,¹ se colocava de maneira explícita em ruptura com o que se espera de uma síntese. Esta última tinha servido de paradigma unificador, em perfeita coerência com a definição retórica do historiador como intérprete autorizado das evoluções seculares das sociedades humanas — inclusive das dinâmicas contemporâneas —, excluindo assim ao mesmo tempo os especialistas das ciências sociais e os *maîtres à penser* presentes em outros contextos nacionais. O novo “estilo” encarnou-se na proposição de uma escala de

* Este texto, publicado na revista italiana *Quaderni Storici*, 86:539-49, 1994, pareceu-nos oferecer um ponto de vista importante sobre o estado atual da micro-história tal como a vê um de seus primeiros e principais protagonistas. Foi escrito para a coletânea organizada por H. Medick, *Micro-histoire. Neue Pfade in die Sozialgeschichte*, Frankfurt, Fischer, no prelo. O autor e o editor agradecem a Hans Medick por tê-los cordialmente autorizado a publicar a versão francesa, traduzida do italiano por J. Revel.

¹ Lembro aqui que as contribuições de B. Farolfi na revista *Quaderni Piacentini* desde muito cedo apresentaram esse diagnóstico no âmbito italiano.

análise — “micro”, ou seja, muito ampliada —, que, enquanto tal e de modo quase provocador, ratificava a dissolução da história-síntese e causava ao mesmo tempo uma espécie de escândalo na corporação. Em consequência, até sua própria explosão institucional e talvez mesmo para além dela, os “micro-historiadores” descobriram que formavam, a despeito de sua vontade, uma espécie de escuderia. Esse traço é em parte paradoxal, se observarmos que decerto lhes faltava o conjunto de pontos de acordo (bases teóricas, um projeto global etc.) que teria podido lhes dar o sentimento de constituir uma escola que, de fato, é impossível identificar por trás desse rótulo. Por isso é difícil encontrar os “textos fundadores” da micro-história, quer se trate de textos teóricos ou de pesquisas exemplares. O “discurso micro-histórico” que começou a circular de modo informal no meado da década de 70 inscrevia-se conscientemente numa evolução temática própria da historiografia italiana, frente à qual ele se situava; aprofundava o diagnóstico oferecido sobre a evolução em curso com a proposição, inovadora, de uma mudança radical da escala de observação. Mais que qualquer outro, esse procedimento mostrava-se capaz de tornar operacional, no trabalho do historiador, a lição da antropologia social; ou seja, de ir buscar nesta última os instrumentos que permitiriam escapar da lógica essencialista das categorias costumeiras do discurso histórico geral, tais como, por exemplo, o Estado, o mercado, a estratificação social, a família. A escolha, de caráter muito geral, das relações interpessoais como o verdadeiro objeto da análise histórica implicava, precisamente, essa mudança deliberada de escala.

Talvez se desconheça que o *local historian* inglês W. G. Hoskins já havia pensado no termo *microhistory*, antes de abandoná-lo em nome de uma hostilidade declarada às fórmulas; mas, na sua perspectiva, o objeto visado era a comunidade, inscrita na determinação topográfica e econômica que constitui a característica original da *local history* inglesa.² A centralidade das relações sociais, entendida como uma prioridade imprescritível, corresponde àquilo que C. Phytian-Adams definiu, por ocasião precisamente de uma reflexão sobre a história local inglesa, como o “ponto de vista societal”, aquele que deveria abrir uma perspectiva nova, que deveria suceder à fase clássica daquela importante experiência historiográfica.³ Não é preciso dizer que o

² W. G. Hoskins, *English local history: the past and the future. An inaugural lecture delivered in the University of Leicester, 3 March 1966* (Leicester, Leicester University Press, 1966).

³ C. Phytian-Adams, *Re-thinking English local history* (Leicester, Leicester University Press, 1987).

aspecto mais conforme ao gosto da época pela proposição microanalítica ia ao encontro de uma “história vista de baixo”: história frequentemente evocada naqueles anos, que partiria em busca do nome próprio no emaranhado das fontes, que se dedicaria à “reconstrução do vivido”.⁴ O episódio, o caso — tanto mais rico na medida em que se fornecia a crônica (judicial ou outra) que permitia reconstruí-lo — era projetado sobre um contexto de natureza histórico-cultural. E, nesse ponto, sua pertinência era pelo menos dupla: ele servia para ilustrar, de um lado, um problema historiográfico particular (por exemplo, as relações entre cultura de elite e cultura popular) e, de outro, a cultura de uma época (mais que a de um grupo social específico). Estou aludindo aqui, evidentemente, ao trabalho de Carlo Ginzburg (*O queijo e os vermes* foi publicado em 1976), que então elaborava seu próprio trajeto de pesquisa. Evidentemente a análise de casos históricos podia proceder de maneiras diferentes, por exemplo relacionando segmentos de vida e de experiência a fim de reconstruir a existência histórico-institucional de um determinado grupo social.⁵ Na outra vertente da microanálise histórica — a da contextualização social, para distingui-la da contextualização cultural de Ginzburg —, seriam outros tipos de procedimento analítico que se mostrariam operacionais; eles se interessariam pela reconstrução de redes de relações e pela identificação de escolhas específicas (individuais ou coletivas); donde o destino ambíguo do termo “estratégia”, que sem dúvida é portador de um conteúdo hiper-racionalista mas, por outro lado, introduz um tipo de situação que a historiografia clássica reservava apenas às elites. Em todo caso, tratava-se de uma inferência lógica baseada no reconhecimento do primado das relações interpessoais. E era nessa vertente que se podiam testar os procedimentos analíticos da antropologia social de maneira mais rigorosa. Era, aliás, exatamente a escolha de um “meio” social particular que caracterizava mais fortemente a pesquisa micro-histórica, expondo-a ao mesmo tempo a uma crítica significativa expressa pela história-síntese, a que punha em questão a representatividade do caso estudado.

Tornou-se assim, de saída, evidente que as proposições micro-históricas eram pelo menos duas, uma “social” e outra “cultural” (mesmo que a li-

⁴ C. Ginzburg, C. Poni, Il nome e il come. Mercato storiografico e scambio disuguale, *Quaderni Storici*, 40:181-90, 1979, reeditado em E. Muir & G. Ruggiero (eds.), *Microhistory and the lost people of Europe* (Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1991); trad. parcial, *La micro-histoire, Le Débat*, 17:133-6, 1981.

⁵ Cf. G. Pomata, Madri illegittime fra Ottocento e Novecento: storie cliniche e storie divite, *Quaderni Storici*, 44:497-542, 1980.

nha divisória fosse fugidia e permanecesse imprecisa). Não é por acaso que, na introdução do número especial dos *Quaderni Storici*⁶ dedicado ao tema “família e comunidade”, lemos (p. 891) esta observação: “A sociabilidade de que participa Menocchio [o moleiro do *Queijo e os vermes*], os cerca de 10 amigos e conhecidos que ele cita em seus depoimentos, remetem a uma rede social que seria preciso conhecer melhor para avaliar sua aventura individual”. De maneira mais geral, punha-se em questão aí a escolha de casos excepcionais que, deixando de lado o “indivíduo cotidiano”, limita o “espaço de conhecimento do historiador”.

Vale a pena observar que a oposição elementar que acaba de ser formulada entre o “social” e o “cultural” teve desenvolvimentos autônomos em virtude da importante influência que foi a da antropologia cultural: esta, entendida como antropologia simbólica e interpretativa, acabou por invadir uma boa parte da historiografia recente. É preciso reconhecer além disso que o projeto microanalítico, que se configurou por seu lado antes em função das proposições e das tentativas da antropologia social, deu lugar a desenvolvimentos bastante diversificados. Qual foi o eco, em termos analíticos, da intuição já antiga de Karl Polanyi, de seu substantivismo econômico, que no entanto constituiu um ponto de referência importante do projeto microanalítico? Podemos sem dúvida citar os trabalhos sobre o mercado da terra de G. Levi, que explicitamente se propôs verificar a imbricação social da troca econômica — mas devemos reconhecer que eles permaneceram praticamente isolados.⁷ Temas historiográficos como o lugar do mercado, a existência de circuitos de troca distintos, da “moeda com função específica” etc., não suscitaram prolongamentos dignos de nota. Sem dúvida, nesse ínterim, a história econômica sofreu um refluxo, mas também é verdade que essas temáticas permaneceram exteriores a ela — se deixarmos de lado uma orientação mais institucionalista dessa produção.⁸

Essa passagem, de uma problemática da produção e da troca para a da linguagem e da representação, é provavelmente um elemento decisivo da experiência historiográfica da última década. E, nesse sentido, é significati-

⁶ G. Delille, E. Grendi & G. Levi (eds.), *Famiglia e comunità*, número especial de *Quaderni Storici*, 33, 1976, cuja apresentação assinei (p. 881-91).

⁷ G. Levi, *Le pouvoir au village. Le carrière d'un exorciste dans le Piémont du XVIII^e siècle* (Paris, Gallimard, 1989), cap. 2 (1 ed.: Turim, 1985).

⁸ Remeto em particular aos trabalhos de história anônima de Revel, Maery etc.

vo que a inspiração microanalítica tenha sido mais fecunda, em compensação, no campo da história política. Nesse caso particular, o fator favorável vinha também de uma confrontação continuada com a historiografia italiana e de um debate muito antigo sobre a formação do Estado. Por outro lado, as referências antropológicas (em termos de clientelas, de *faide*, de mediadores etc.) eram de certa maneira de uso mais flexível, requeriam menos um procedimento demonstrativo rigoroso, enquanto a opção micro-histórica tendia naturalmente a se exprimir no privilégio dado ao estudo da “comunidade”. Muitos jovens micro-historiadores podiam se servir do modelo pregnante (e muito na moda) dos fenômenos de comunicação, assumindo como objeto a reconstrução dos “idiomas políticos”, entendidos como o resultado de uma interação entre culturas locais e instâncias de legitimação.⁹ A microconflitualidade local e as intervenções consecutivas das autoridades centrais deram origem a uma acumulação notável das fontes. Esta, por sua vez, permite reconstruir os dispositivos locais, as frentes de conflitos e seus deslocamentos, recortando aliás outros testemunhos — sem falar da crônica pura e simples, que, nesse contexto, pode imediatamente ser investida de valores simbólicos.

A pesquisa foi elaborada, como já foi dito, opondo-se deliberadamente à visão etnocêntrica de uma construção progressiva do Estado tal como a concebia a história-síntese. Mas há uma fórmula que, no número dos *Quaderni Storici* dedicado aos “idiomas políticos”, requer um comentário: trata-se da expressão “práticas sociais”. Existem práticas sociais e políticas, acionadas pelas comunidades, que são de natureza ritual e que, por isso, participam plenamente da cultura local ao mesmo tempo em que constituem uma forma de comunicação: são as formas de uma linguagem geral.¹⁰

Deter-me-ei aqui sobre a difusão acelerada dessa fórmula, sua generalização e, por fim, sua eventual coerência com a proposição microanalítica. De início, a palavra “práticas” provavelmente esteve associada à história das técnicas, dentro do quadro de uma história do trabalho que procurava reconstruir os usos efetivos, ou seja, precisamente as “práticas”. Não foi por acaso que o termo apareceu primeiro nos textos de historiadores que desen-

⁹ S. Lombardini, O. Raggio & A. Torre (eds.), *Conflitti locali e idiomi politici*, n^o esp. de *Quaderni Storici*, 63, 1986.

¹⁰ Ver minha própria contribuição nesse mesmo número, *La pratica dei confini: Mioglia contro Sassello, 1715-1745*, *ibid.*, p. 811-45.

volveram, ao mesmo tempo, uma notável capacidade de observação e a linguagem que convinha a esse tipo de pesquisa em história social. É evidente que a observação de um vestígio ou de uma forma cultural constitui inicialmente a pista, pontual e particularizada, de um trabalho. Fazer dela um objeto de história pode, é claro, passar pela inserção de tais realidades em quadros mais gerais, de tipo classificatório; mas elas podem também ser objeto de contextualizações locais, particulares — ou seja, microanalíticas. Isso vale para a experiência camponesa assim como para as práticas dos artesãos. Em qualquer dos casos, faz-se referência a um grupo ou a uma comunidade: o procedimento se contrapõe claramente a certos pressupostos da história agrária ou da geografia da paisagem, e a reconstrução topográfica torna-se um meio de afinar sua dimensão crítica.¹¹ Podemos notar, além disso, que uma pesquisa desse tipo, freqüentemente associada ao estudo arqueológico (trata-se portanto de uma pesquisa pontual, sobre um “sítio”) e às práticas de reconstrução histórica que ele supõe, em geral implica que seja dada uma prioridade à análise das relações sociais na restituição de um contexto. Nesse sentido, falar em “saberes camponeses” é sem dúvida demasiado alusivo, mesmo que seja uma maneira de reivindicar a existência de uma cultura irredutível à ortodoxia agrônoma.

Sublinhei há pouco a generalização da expressão, significativamente coletiva, “práticas sociais”. Na desordem de uma crônica (policia, judicial), quase sempre bastante alusiva, podemos detectar os vestígios ou as lógicas de práticas coletivas cuja notável pertinência simbólica permite caracterizar a significação cultural. Nesse sentido, a palavra “costumes” evoca espontaneamente as práticas jurídicas mais canônicas (na medida em que foram registradas e transcritas), mas também os valores culturais do cerimonial, tão estreitamente ligados à expressão política (e não apenas a ela). É evidente que a perspectiva que se desenha aqui é bem diferente daquela na qual se inscreve o individualismo metodológico, que parte das relações interpessoais (redes, frentes, mediações etc.). Permanecemos em todo caso num campo “antropológico”: a reconstrução de uma cultura por meio do inventário das práticas sociais. É possível assim, por exemplo, apreender as formas expressivas da concorrência territorial (pela luta em torno de fronteiras); as

¹¹ D. Moreno, *Storia e archeologia forestale. Una premessa*, in D. Moreno, P. Piuissi & O. Rackham (eds.), *Boschi: storia e archeologia*, nº esp. de *Quaderni Storici*, 49:7-15, 1982. Mas ver também C. Poni, *Fossi e cavedagne benedicon le campagne* (Bologna, Il Mulino, 1982), especialmente o cap. 1.

formas diversas da posse de bens; aquelas por meio das quais se exprimem ao mesmo tempo o “pertencimento” e a microconflitualidade territoriais etc. E vale a pena notar até que ponto todas essas formas de ação explícitas, que postulam esquemas e valores socialmente compartilhados (donde a importância de não reduzir o “cultural” ao “mental”), estão estreitamente associadas ao espaço, ao lugar, ao território, ou seja, a realidades freqüentemente desprezadas pela tradição historiográfica. Parece-me evidente que esse tipo de análise é inseparável de uma percepção da alteridade da experiência histórica, de uma abordagem do passado como “terra estrangeira”, que pode ser a garantia de uma prática exegética correta.

Parece-me portanto útil registrar a existência de perspectivas diferentes. A reconstrução das práticas de trabalho, muitas vezes feita a partir dos objetos, aparece como uma operação tipicamente realista, sem que uma leitura simbólica, por mais na moda que esteja, acrescente muita coisa; a reconstrução de outras práticas sociais, com freqüência efetuada a partir de testemunhos, supõe em compensação uma leitura simbólica que é necessária para a interpretação das condutas reais. Constatamos que esta pode ser uma das significações do oxímoro excepcional/normal: o testemunho-documento pode ser excepcional porque evoca uma normalidade, uma realidade tão normal que ela permanece habitualmente calada.¹² Mas encontramos também, e esse é um caso freqüente, práticas arquivadas. Além disso, o procedimento não é tão diferente daquele que consistiu em retomar o material folclórico numa perspectiva histórica, desembaraçando-o do seu exotismo para recolocá-lo no seu contexto relacional e social. Se uma tal operação supõe uma história vista “de baixo” (pensemos em E. P. Thompson e no tema da *wife sale*),¹³ não poderemos negar que a tomada em consideração de tais práticas pode ser apresentada como um resultado específico da abordagem microanalítica. Mas reconheceremos sem dificuldade que, concentrando-nos num tema ou nos testemunhos literários produzidos por um grupo social dado, chegaríamos a resultados comparáveis. Para tomarmos um exemplo, C. Walker Bynum não encontrou tesouros documentais no decorrer de sua pesquisa; ela reinterroga, com uma acuidade singular, fontes bastante conhecidas.¹⁴

¹² Esse oxímoro, que formulei em meu artigo, *Micro-analisi e storia sociale*, *Quaderni Storici*, 35:506-20, 1997, foi sem a menor dúvida superestimado.

¹³ E. P. Thompson, *Customs in common. Studies in traditional popular culture* (London, Merlin Press, 1991).

¹⁴ C. W. Bynum, *Holy feast and holy fast. The religious significance of food to Medieval women* (Berkeley, University of California Press, 1987).

O que acaba de ser dito pode servir para esclarecer minha própria posição sobre a matéria: a microanálise representou uma espécie de “via italiana” para uma história social mais elaborada (e mais bem fundamentada teoricamente) num contexto particular, fechado às ciências sociais e dominado por uma ortodoxia historiográfica que hierarquizava de maneira rígida a importância dos objetos.

Num texto recente, Carlo Ginzburg me parece confirmar a análise que faço da sua “vocação” para a micro-história:¹⁵ trata-se para ele de uma simples indicação de trabalho, de uma fórmula que ele encontrou no caminho, que lhe agradou e que estava em harmonia com a sua própria direção de pesquisa, mas à qual, afinal, talvez não se deva conferir uma importância decisiva. A versão que dela propôs Giovanni Levi ao evocar sua própria “biografia científica”¹⁶ é muito diferente e muito mais idiossincrática: trata-se de um historiador experimentador por vocação, que não se sente constrangido pela trajetória longa de um tema de pesquisa. O próprio Carlo Poni, cujos interesses cruzavam (e continuam a cruzar) com as temáticas que acabo de evocar (como a reflexão sobre as práticas sociais), preferiu estender analogicamente a abordagem a temas característicos da história econômica, como os empreendimentos agrícolas senhoriais ou a proto-indústria.¹⁷ Encontraremos aí uma confirmação suplementar da heterogeneidade e do caráter profundamente informal do grupo dos “micro-historiadores”. Podemos, de maneira mais geral, reconhecer a influência da micro-história nas páginas da revista *Quaderni Storici*, especialmente nos seus anos radiosos, digamos entre 1976 e 1983? Poderíamos adiantar que ela serviu para reinterpretar os sistemas de assistência da Europa pré-industrial em termos políticos, ou seja, como uma relação de duplo sentido entre benfeitores e beneficiários da caridade: “Esses casos podem ser tomados como exemplos de uma prática interpessoal da caridade que foi o suporte indispensável e a própria realidade da caridade institucional”.¹⁸ A interrogação micro-histórica serviu para pôr em questão a noção ambígua de “religião popular”, vinculando-a a uma série de casos e de situações par-

¹⁵ C. Ginzburg, *Microstoria: due e tre cose che so di lei*, *Quaderni Storici*, 86:511-39, 1994.

¹⁶ G. Levi, *On microhistory*, in P. Burke (ed.), *New perspectives on historical writing* (Oxford, Polity Press, 1992) p. 93-113.

¹⁷ C. Poni, *Aziende agrarie e microstoria*, *Quaderni Storici*, 39:801-5, 1978.

¹⁸ E. Grendi (ed.), *Sistemi di carità. Esposti e internati nelle società di antico regime*, n° esp. de *Quaderni Storici*, 53, 1983.

ticulares (“as religiões populares”) que fazem aparecer a “extraordinária variedade das relações existentes, na Europa do Antigo Regime, entre classes dominantes e classes subalternas no terreno religioso”, assim como “a riquíssima gama de possibilidades” associada a essas relações.¹⁹ Ela inspirou também a proposição de um grupo de historiadoras — que se mantiveram deliberadamente à margem da revista — de estudar “momentos históricos da biografia feminina”, dando lugar a uma série de estudos de caso dedicados à sedução-iniciação, à gravidez e ao parto, à primeira infância e ao aleitamento, ou seja, aos momentos mais significativos de uma tensão política e simbólica em torno do controle da sexualidade e da “periculosidade” femininas.²⁰ Poderíamos multiplicar os exemplos. A operação não teria contudo muito sentido, precisamente porque procuraríamos em vão postular por trás dessas proposições uma inspiração unívoca, e o que é mais, como foi dito, na ausência de um paradigma explícito e mesmo de pesquisas modelos.

Convém, em compensação, insistir no caráter duplo que a proposição micro-histórica apresenta desde o início. Ela traduz, de um lado, uma atenção continuada às condições teóricas dos procedimentos da pesquisa em história, por analogia com os esquemas operacionais da antropologia social; ela induz portanto uma atenção particular às modalidades da demonstração. Ela está, de outro lado, associada a abordagens e a técnicas que foram elaboradas em outros contextos e estão menos ligadas à “especificidade microanalítica”: por exemplo, a atenção dada aos “episódios ilustrativos”, aos “estudos de caso”, cuja importância analítica é certa mas remete a outras matrizes, a outros paradigmas historiográficos. Essa dualidade não impediu, é claro, que existisse toda uma dialética de empréstimos e de trocas recíprocas.²¹ E vimos, aliás, como a alternativa original entre contextualização social e contextualização cultural havia permanecido relativamente abstrata e tinha a seguir cedido lugar a uma superação, ao menos parcial. Dessa dupla dimensão da proposição, encontramos o efeito, progressivamente amplificado — e

¹⁹ C. Ginzburg (ed.), *Religioni delle classi popolari*, n° esp. de *Quaderni Storici*, 41, 1979.

²⁰ L. Accati, V. Maher & G. Pomata (eds.), *Parto e maternità. Momenti della biografia femminile*, n° esp. de *Quaderni Storici*, 44, 1980. Diversos artigos foram reproduzidos no volume organizado por E. Muir e G. Ruggiero, *Sex and gender in historical perspective* (Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1990).

²¹ Giovanni Levi, com o seu conceito de “biografia modal”: é um exemplo da utilização de um tema ligado à ilustração e ao estudo de caso num discurso demonstrativo (*Le pouvoir au village...*).

sem dúvida devemos nos regozijar por isso —, na segunda iniciativa dos micro-historiadores: a coleção “Microstorie”, publicada pela Editora Einaudi.²² Esse belo empreendimento, que hoje conta 22 títulos, constitui um exemplo raro, talvez único, no mundo editorial italiano: uma operação inteiramente gerada no plano científico por três historiadores profissionais, e que quase sempre conseguiu propor itinerários de pesquisa originais. Trata-se em geral de trabalhos pequenos ou de tamanho médio, centrados cada um num tema particular: a biografia de uma freira ou de um jovem pintor; as transformações industriais ou as dinâmicas sócio-políticas de um vale; um caso criminal; a carreira de um exorcista; uma festa política carnavalesca etc. O que contou aqui foi o convite implícito a uma percepção mais aberta da história, baseada em exemplos com valor de ilustração e capaz de atingir um público amplo, para além do quadro de especialistas, liberada sobretudo das temáticas tradicionais e da velha hierarquia da importância. Uma idéia da história certamente nova para a Itália, e que autorizou a convicção, entre os historiadores desse país, de que a escolha microanalítica era uma opção pesada, exigente, e certamente não um atalho anacrônico para a reconstrução do “vívido”.

Essa escolha se inscrevia, como já disse, numa conjuntura historiográfica européia. Tínhamos adquirido o hábito de diagnosticar os atrasos da historiografia italiana neste ou naquele setor de estudos, que em outros lugares tinha sido grande portador de inovações. Eis que a lamentação podia ter fim. As opções e as estratégias de pesquisa viam-se de agora em diante definidas livremente a partir de escolhas analíticas específicas. Essa libertação em relação aos rituais acadêmicos e ideológicos conferiu à experiência italiana da micro-história sua significação particular.

Vemos bem por que não teria feito muito sentido esperar trajetos de pesquisa homogêneos: o título “Microstorie” desempenhou seu papel de catalisador fazendo apelo a temáticas circunstanciadas, a configurações episódicas — exatamente aquelas que evocava a proposição de uma escala particular de observação. Um tal diagnóstico pode parecer redutor, mas me parece dar conta da definição mínima que dei, no começo desta análise, dessa “escola” que nunca foi uma escola, que não produziu nenhum manifesto nem nunca traçou programa de pesquisa. Não poderíamos porém reduzir tudo a um deslocamento maciço dos objetos de pesquisa: igualmente importante, pelo menos, é a renovação dos procedimentos analíticos. Na introdu-

²² A coleção perdeu, num primeiro momento, sua autonomia, sendo fundida na série dos “Paperback Einaudi”; depois disso foi suprimida.

ção à antologia de trabalhos micro-históricos que publicou com G. Ruggiero, o historiador norte-americano Edward Muir nos propõe uma espécie de celebração de Carlo Ginzburg, historiador e teórico do ofício de historiador, individualizando ao mesmo tempo, me parece, uma “micro-história cultural” cujos traços seriam específicos.²³ As proposições teóricas e metodológicas de Ginzburg — com sua tensão característica e sua formulação sugestivamente alternativa — sempre me pareceram estar estreitamente ligadas ao seu trabalho próprio, que se inscreve inteiramente no problema histórico e historiográfico das “formas culturais”. Somos sensíveis, nele, à afirmação inequívoca de uma rigorosa honestidade exegetica: a coerência consigo mesmo e a experiência da “auto-revelação”. Não acredito, em compensação, que Ginzburg tenha estado pessoalmente interessado numa abordagem analítica das mediações com o “social”, com as “relações interpessoais”: seu discurso permanece interno às formas expressivas, à relação complexa entre cultura de elite e cultura popular, à análise e à reconstrução das articulações entre essas formas e aquelas que elas engendram. Uma das tendências mais visíveis da historiografia atual é o interesse que ela exhibe pela expressividade e pelas representações: a versão extrema disso é a apreensão da fonte como “texto” e a percepção da realidade histórica como ilusão.²⁴ Não poderíamos nos proteger contra esse relativismo ambiente ignorando as formas expressivas e os problemas de interpretação histórica que elas colocam. Entretanto, creio que a melhor defesa analítica da realidade histórica poderia passar pela integração dessas formas na análise de processos sociais dos quais as ações e as expressões são aspectos essenciais: uma imagem não é apenas o produto de uma outra imagem, está também associada a uma situação que ela exprime e organiza ao mesmo tempo. O historiador pode, com proveito, imaginar e depois pôr à prova esquemas interpretativos por meio dos quais se esforça para tornar esses processos inteligíveis. Ele o fará tanto melhor se puder se apoiar, para fazê-lo, na tradição das ciências sociais: é preciso modificar, adaptar, inventar também procedimentos de análise, e não necessariamente construir todo um itinerário de pesquisa unívoco e estanque. Essa confronta-

²³ Cf. *supra* n. 4. Essa antologia é composta no essencial em torno de textos de Ginzburg. Poder-se-á sorrir de encontrar nela o exemplo de um método resolutamente indiciário: sob pretexto de que os autores italianos mais conhecidos nos Estados Unidos, Umberto Eco e Carlo Ginzburg, vêm da Universidade de Bolonha, deduz-se que a micro-história nasceu em Bolonha!

²⁴ Ver o debate sobre o pós-modernismo na história nos números recentes de *Past and Present*, 131 e 133, 1991.

ção não ocorre entre os micro-historiadores; ela teria sido importante não para definir uma ortodoxia mas para esboçar uma verdadeira dialética. É finalmente paradoxal que a dupla inspiração desse movimento historiográfico, evidente desde o início, não tenha dado lugar a uma clarificação, e menos ainda a um debate. Como acontece com frequência, é o fato de ter renunciado a um compromisso exigente que pode explicar por que uma experiência coletiva chegou ao fim.

Mas felizmente, não se trata de "repensar" nem de relançar o que quer que seja. "Repensar a micro-história", hoje, é fazer a sua história, e parece-me insuficiente, nesse sentido, reduzi-la apenas ao movimento da historiografia geral, sem levar em conta o contexto italiano, a história dos micro-historiadores. Quanto ao mais, parece-me evidente que a prática micro-histórica é hoje uma das mais vivas e uma das mais fecundas do ponto de vista analítico: a escolha essencial de uma escala de observação se baseia na convicção central de que ela oferece a possibilidade de enriquecer as significações dos processos históricos por meio de uma renovação radical das categorias interpretativas e de sua verificação experimental. É mais que provável que os micro-historiadores tenham, nesse sentido, numerosos irmãos através do mundo que ainda ignoramos. A passagem determinante, na experiência italiana, terá sido a da historiografia para uma prática historiográfica combinada a uma forte exigência teórica. Nesse campo, o debate pode continuar: a história se torna uma ciência social que se constrói no tempo e no espaço.